

Eliana Correia Brandão Gonçalves
Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Norma Suely da Silva Pereira

Organizadoras

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS FILOLÓGICAS, LINGUÍSTICAS E SOCIOCULTURAIS DA ESCRITA

DIFERENTES PERSPECTIVAS



EDUFBA

A coletânea *História das práticas filológicas, linguísticas e socioculturais da escrita: diferentes perspectivas*

reúne trabalhos de professores e pesquisadores brasileiros de vários estados. Está dividida em três partes, que apresentam interfaces entre os percursos das práticas filológicas, linguísticas e socioculturais, em perspectivas sincrônicas e/ou diacrônicas. Na parte I, “História das práticas filológicas”, enfatizam-se aspectos necessários à leitura e à edição de documentos, ao uso de novas ferramentas das humanidades digitais, à constituição de *corpora*, entre outros. Na parte II, “Estudos de Linguística Histórica”, apresentam-se descrições e análises de dados linguístico-culturais referentes ao léxico histórico toponímico, às unidades fraseológicas e campo semântico jurídico, à morfologia histórica, à gramática e ensino. Na parte III, “Estudos de História da Cultura Escrita”, observa-se o desenvolvimento histórico das práticas sociais de ler e de escrever, com ênfase na análise da diversidade dos discursos e representações, bem como na diversidade do acesso à cultura escrita. Convidamos aos interessados nas temáticas em foco a lerem esta coletânea, na expectativa de que possa contribuir para o fortalecimento da discussão nas diversas áreas da Linguística.

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS FILOLÓGICAS, LINGUÍSTICAS E SOCIOCULTURAIS DA ESCRITA

DIFERENTES PERSPECTIVAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Comissão Científica

Adriana Valadares Sampaio (TRT)

Antonia Vieira dos Santos (UFBA)

Débora de Souza (UFBA)

Huda da Silva Santiago (UEFS)

Ione Celeste Jesus de Sousa (UEFS)

José Carlos de Araújo Silva (UNEB)

Livia Borges Souza Magalhães (UEFS)

Maria das Graças Telles Sobral (FTC)

Norma Lúcia Fernandes de Almeida (UEFS)

Pedro Daniel dos Santos Souza (UNEB)

Renata Ferreira Munhoz (FICS)

Risonete Batista de Souza (UFBA)

Ticiane Rodrigues Nunes (UECE)

Valéria Severina Gomes (UFRPE)

Eliana Correia Brandão Gonçalves
Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Norma Suely da Silva Pereira
Organizadoras

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS FILOLÓGICAS, LINGUÍSTICAS E SOCIOCULTURAIS DA ESCRITA

DIFERENTES PERSPECTIVAS

Salvador
Edufba
2023

2023, autores.

Direitos dessa edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial Cristovão Mascarenhas	Projeto gráfico e editoração Josias Almeida Jr
Assistente editorial Bianca Rodrigues de Oliveira	Capa e arte-final Rodrigo Oyarzabal Schlabitz
Coordenação gráfica Edson Nascimento Sales	Revisão e Normalização Hyana Luisa Silva Oliveira Bianca Rodrigues de Oliveira
Coordenação de produção Gabriela Nascimento	Imagem de capa Rodrigo O. Schlabitz - imagem criada por IA (Bing Creator)

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

H673 História das práticas filológicas, linguísticas e socioculturais da escrita: diferentes perspectivas / Eliana Correia Brandão Gonçalves, Emília Helena Portella Monteiro de Souza, Norma Suely da Silva Pereira, organizadoras. – Salvador : EDUFBA, 2023.
373 p. : il.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/385571ISBN978-65-5630-551-6>

1. Filologia. 2. Linguística histórica. 3. Língua portuguesa – Escrita – História. 4. Manuscritos. I. Gonçalves, Eliana Correia Brandão. II. Souza, Emília Helena Portella Monteiro de. III. Pereira, Norma Suely da Silva. IV. Título.

CDU: 80

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/0

Editora afiliada à



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador, Bahia

Tel: +55 (71) 3283-6164

edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Sívio de Almeida Toledo Neto

11 Apresentação Diálogos interdisciplinares: Filologia, Linguística Histórica e História da Cultura Escrita

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Norma Suely da Silva Pereira

PARTE I ESTUDOS FILOLÓGICOS

29 Práticas filológicas e abreviaturas: diferentes perspectivas

Norma Suely da Silva Pereira

Carla Carolina Ferreira Gomes Querino

Luane Ribeiro Conceição

55 As mulheres no Estado Novo de Salazar: edição e análise filológica da carta de Georgina ao seu filho (1963)

Beatriz de Freitas Cardenete

Vanessa Martins do Monte

77 Filologia, Paleografia e clonagem digital: experiência interdisciplinar em interface com as Humanidades Digitais

Phablo Roberto Marchis Fachin

Celestino Bourroul Neto

99 Fontes metalinguísticas nos arquivos pessoais do IHGSE

Renata Ferreira Costa

Marcos Breno Andrade Leal

121 Notícias sobre o Arquivo Histórico da Biblioteca Fernandes Braga, da Igreja Evangélica Fluminense

Maria Elísa Lima de Souza

Leonardo Lennertz Marcotulio

PARTE II ESTUDOS DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA

147 Toponímia e os nomes de lugares históricos da Bahia

Eliana Correia Brandão Gonçalves

165 Unidades fraseológicas no campo semântico jurídico: primeiras análises em dois crimes sexuais do interior da Bahia (1907-1936)

*Daiana Quelle da Silva Santos da Silva
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz*

185 Uma avaliação das classificações verbais na tradição gramatical

*Ticiano Kilpp Leiria
Edivalda Alves Araújo*

213 Gramática e ensino de português na província de Sergipe del Rey no século XIX: *Novo systema de estudar a grammatica portugueza* (1862), de José Ortiz

*Álvaro César Pereira de Souza
Emília Helena Portella Monteiro de Souza*

**PARTE III
ESTUDOS DE HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA**

239 Escrita no Brasil quinhentista: a pontuação e outros sinais nos livros da primeira Visitação do Tribunal da Inquisição

Ana Sartori

261 *Cartas marienses*: edição filológica e análise das mãos que escrevem

*Patrícia Santos de Jesus Brito
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*

283 O sertão por escrito no *Livro de razão*: um microcosmo da difusão social da escrita na Bahia rural oitocentista

*Adilson Silva de Jesus
Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Zenaide Oliveira Novais Carneiro*

311 Memória familiar nas práticas de escrita dos Lopes d'Almeida: uma história social da cultura escrita na Bahia do século XX

*Ana Cristina Santos Farias
José Amarante Santos Sobrinho*

341 Práticas de cultura escrita no contexto da instrução pública no Pernambuco Imperial: um estudo dos gêneros lista e relação

*Thiago Trindade Matias
Cléber Ataíde*

367 Sobre as organizadoras

369 Sobre os autores

Dedicamos este livro aos nossos familiares pela
compreensão às nossas frequentes ausências.

Prefácio

O livro que agora sai a público apresenta a Filologia sob um prisma interdisciplinar, tanto nos limites do trabalho de edição, como para além dele. A interdisciplinaridade é inerente ao campo filológico, uma vez que, já no seu sentido estrito, a Filologia é multifacetada, por constituir-se das denominadas disciplinas filológicas, mediadoras da curadoria e do restauro do texto. É objetivo final dessa prática estrita preparar a edição de um texto que possa assegurar ao leitor estar tão próximo quanto é possível daquilo que o autor do texto editado escreveu. Para além dos limites da edição, a Filologia convive, em simbiose, com outras disciplinas que também estudam o texto, sua escrita e sua história. Entre elas estão, por exemplo, a Linguística Histórica e a História da Cultura Escrita, que, a par com a Filologia, são estudadas em diferentes capítulos ao longo deste livro. A importância dada ao exame direto do testemunho, considerado como materialização do texto e via de acesso a ele, aproxima essas disciplinas de uma perspectiva eminentemente filológica. Os estudos deste livro, embora concentrados em diferentes questões sob olhares diversos, identificam-se e dialogam entre si, quando confirmam, por diferentes vias, que o exame da fonte primária é fundamental, na medida em que, para o filólogo, o texto é primordialmente documento de uma época e patrimônio de uma cultura.

Cumprimentamos as organizadoras por sua iniciativa e convidamos os leitores a explorarem esta obra, com a certeza de que encontrarão, em cada capítulo, informações relevantes para a compreensão do que é o universo do trabalho filológico em suas diferentes dimensões.

Silvio de Almeida Toledo Neto

1º de novembro, Dia de Todos os Santos, 2021

Apresentação

Diálogos interdisciplinares: Filologia, Linguística Histórica e História da Cultura Escrita

A coletânea intitulada *História das práticas filológicas, linguísticas e socioculturais da escrita: diferentes perspectivas*, submetida à seleção da chamada interna nº 02/2020 do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) para publicação de livros em formato eletrônico (*e-book*), foi organizada por docentes vinculadas ao citado programa da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nela são reunidos diversos trabalhos de professores e pesquisadores brasileiros de vários estados que vêm desenvolvendo projetos e pesquisas com temas relativos às áreas de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita.

Dessa forma, conforme critérios estabelecidos no referido edital, nesta coletânea, foram reunidos 14 textos, considerando-se a área I do PPGLinC, *História e funcionamento das línguas naturais* e, em particular, a linha Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE), com suas respectivas sublinhas.

Nesse viés, a coletânea apresenta uma divisão em três partes: “Parte I – Estudos Filológicos”, com cinco capítulos; “Parte II – Estudos de Linguística Histórica”, com quatro capítulos; e “Parte III – Estudos de História da Cultura Escrita”, com cinco capítulos. Na sequência, serão apresentados, seguindo a ordem das subdivisões das partes da coletânea, comentários sobre cada uma das partes e dos respectivos capítulos.

Na “Parte I – Estudos Filológicos”, as práticas filológicas, linguísticas e socioculturais percorrem caminhos que estão sempre a se entrecruzar. Os aspectos socioculturais, na perspectiva filológica, são essenciais na apreciação da língua, pois a compreensão de cada testemunho está diretamente ligada ao contexto em que o documento, seja ele literário ou não literário, foi construído. Como sistema vivo e em permanente movimento, a língua requer, para o seu estudo, o conhecimento acerca de seus usuários, do local, da época e das condições de sua produção e circulação. Nesse contexto, o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas tem sido fundamental para a proposição de novos olhares e abordagens, facultando a realização de diferentes interpretações dos documentos e dos fatos da história.¹ A mobilização da tradição aliada à pesquisa que renova e ressignifica os conceitos são essenciais na formação e desenvolvimento de novos pesquisadores, assim como na prática docente. Desse modo, a pesquisa tem corroborado a relevância da consulta às fontes primárias, bem como a importância da recuperação e preservação dos arquivos e acervos públicos e privados, para ajudar a recontar a história da língua e das sociedades, ampliando o conhecimento e muitas vezes reparando silenciamentos seculares.²

A Filologia é por sua natureza erudita, complexa e agregadora de múltiplos conceitos e sentidos. Sua prática concentra-se no texto para examiná-lo e interpretá-lo, facultando a possibilidade de oferecer ao leitor um ou mais percursos de leitura, dentre as muitas perspectivas legadas pela tradição, quer conservadoras, quer interpretativas, de acordo com a adoção de um conjunto de parâmetros previamente estabelecidos. Compreendendo e interpretando a língua e a cultura que os registros veiculam, a Filologia segue atuando na transmissão e preservação do patrimônio escrito.³ No desenvolvimento de tal processo, pode o filólogo utilizar-se de três funções principais da área, conforme

1 PEREIRA, N. S. S. Recolhimentos femininos na Bahia colonial: interfaces entre Filologia e História cultural. In: TEIXEIRA, M. C. R.; QUEIROZ, R. C. R. (org.). *Língua, cultura e sociedade: abordagens filológica, lexicais e discursivas*. Salvador: EdUNEB, 2019. p. 17-33.

2 PEREIRA, N. S. S. Edição de testamentos: aspectos do contexto sócio-histórico e as práticas culturais. *Revista da ABRALIN*, São Carlos, v. 16, n. 3, p. 467-483, 2017.

3 CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

sistematizado por Spina em sua *Introdução à edótica* (1994):⁴ a função substantiva, aquela que lê, interpreta e explica o texto; a função adjetiva, que busca responder a questões como o estabelecimento da autoria, da datação e da importância de um texto na situação e época de sua produção e circulação; e a função transcendente, por meio da qual o filólogo transpõe o texto, buscando compreender, a partir da materialidade do testemunho, as práticas sociais, políticas e históricas da sociedade em que foi produzido.

Considerando-se o labor filológico desenvolvido com fontes manuscritas, a decifração de grafemas, de sinais especiais e de outros aspectos singulares é fase crucial do processo de uma criteriosa transcrição. Nesse sentido, assinala Toledo Neto (2020, p. 193), “quem erra nesse nível de abordagem do texto, errará, por consequência, em outros”.⁵ Disso dependerá, pois, uma adequada leitura e interpretação do *corpus* selecionado. Para tanto, alerta o filólogo, faz-se necessária a definição de um modelo, com estabelecimento prévio de critérios, os quais precisam ser coerentes com o objeto de estudo, com os objetivos pretendidos e com as novas perspectivas que são construídas para circulação do texto. Tendo em vista a importância da aplicação dos métodos da Filologia para a recuperação, conservação e circulação do patrimônio cultural contido em textos escritos, o autor defende a adoção do conceito de curadoria⁶ textual para dar conta do conjunto de ações empreendidas pelo filólogo nesse processo. (TOLEDO NETO, 2020)

Os caminhos empreendidos para o desenvolvimento de práticas filológicas abrangem um amplo conjunto de abordagens teórico-metodológicas, para que sejam contempladas, além dos objetivos do filólogo, as características do objeto de estudo e as demandas do público leitor.

4 SPINA, S. *Introdução à edótica*. São Paulo: EdUSP, 1994.

5 TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias interativas*, São Cristóvão, n. 20, v. 10, p. 192-208, 2020.

6 A curadoria, termo bastante presente nas artes plásticas e em outros campos do conhecimento, tem sido utilizado com frequência no ambiente das Letras com o sentido de cuidar, organizar, difundir. No texto citado, Toledo Neto (2020, p. 193) utiliza-se do conceito discutido por Ferreira (2016): “[...] curar de um objeto é impedir a sua degradação, mantendo o acesso do público ao mesmo; curar de um texto é torná-lo acessível ao público”.

Dessa forma, por uma perspectiva multidisciplinar, vários caminhos podem ser percorridos pelos estudos filológicos, de modo que vão sendo estabelecidas aproximações e interfaces entre ciências e metodologias diversas, removendo fronteiras no propósito de uma compreensão transdisciplinar que coloca em diálogo disciplinas antes separadas por rígidas dicotomias. Na obra que ora se apresenta, pode-se concluir o quanto é benéfico o estabelecimento de alianças, estas que os novos paradigmas científicos estimulam entre diferentes áreas do saber.

O primeiro capítulo do livro, intitulado “Práticas filológicas e abreviaturas: diferentes perspectivas”, de autoria de Norma Suely da Silva Pereira, Carla Carolina Ferreira Gomes Querino e Luane Ribeiro Conceição, aborda o problema das abreviaturas, certamente um dos principais desafios a enfrentar no processo de leitura e edição de manuscritos. Com o propósito de contribuir com a prática editorial e com a docência na área da Paleografia e da Crítica Textual, as autoras refletem sobre a importância e complexidade das abreviaturas em manuscritos, examinando questões referentes a diferentes épocas, entre as quais: aspectos relativos ao contexto de produção e ao teor do documento, bem como elementos relativos aos tipos caligráficos, aspectos que são ilustrados com exemplos retirados de textos produzidos entre os séculos XV e XIX. Desse modo, partem do estudo e classificação das abreviaturas já produzidos pela tradição para propor uma atualização de tais abordagens, oferecendo ao leitor algumas orientações para a solução de casos complexos que levam à realização de leituras ambíguas, como nos casos de polissemia e de parassinonímia, que se constituem em grandes desafios para o interessado na leitura de manuscritos.

No segundo capítulo, de nome “As mulheres no Estado Novo de Salazar: edição e análise filológica da carta de Georgina ao seu filho (1963)”, Beatriz de Freitas Cardenete e Vanessa Martins do Monte apresentam as edições fac-similar e semidiplomática – acompanhadas de um estudo codicológico, paleográfico e diplomático – de uma carta familiar datada da segunda metade do século XX. Utilizando-se da função transcendente da Filologia, as autoras contextualizam a importância do documento escrito por uma mulher durante o Estado Novo salazarista (1933-1976), período ditatorial em Portugal. No estudo,

tecem considerações sobre o contexto político e sobre as pessoas envolvidas na produção e recepção da carta, evidenciando a posição de desprestígio da mulher nesse momento político, que não é diversa de outros momentos em que a mulher aparece como legalmente inferiorizada perante uma sociedade.

No terceiro capítulo da coletânea, de título “Filologia, Paleografia e clonagem digital: experiência interdisciplinar em interface com as Humanidades Digitais”, Phablo Roberto Marchis Fachin e Celestino Bourroul Neto apresentam e discutem conceitos e métodos paleográficos, desenvolvidos ao longo da história da disciplina e largamente utilizados na perspectiva multidisciplinar que a prática filológica pressupõe, no desafio de ampliar a compreensão acerca de questões históricas, políticas e linguísticas evidenciadas na leitura dos documentos, sobretudo os do passado. Acompanhando o desenvolvimento tecnológico que se impõe em todas as áreas do conhecimento, os autores apresentam os resultados iniciais de uma proposta de integração da Paleografia ao universo das Humanidades Digitais, realizando a visualização e identificação dos elementos gráficos dos documentos pela utilização do recurso tecnológico denominado Non Uniform Rational B-Spline (Nurbs), modelo matemático usado no campo da computação gráfica e que tem sido adaptado para o uso em Arquitetura, Engenharia e *Design*. Para exemplificação do modelo, apresentam sua aplicação na análise dos tipos caligráficos de um manuscrito português inédito, um contrato eclesiástico, datado de 1504, acerca do qual apresentam edições fac-similar e semidiplomática.

O quarto capítulo – “Fontes metalinguísticas nos arquivos pessoais do IHGSE” –, escrito por Renata Ferreira Costa e Marcos Breno Andrade Leal, traz resultados de pesquisa empreendida nos arquivos pessoais de oito intelectuais brasileiros que estão sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a qual teve como um dos resultados a construção do “Catálogo seletivo de fontes metalinguísticas”, de modo a contribuir para a constituição de *corpora* diversificados e representativos para a reconstrução da história da língua portuguesa, em especial do Português Brasileiro (PB). Os autores discutem as dificuldades com que lidam os estudiosos da língua e de sua história, destacando a importância da utilização de fontes escritas como registros de estados de

língua em estudos linguísticos diacrônicos. Os dois apresentam um panorama da instituição e tecem breves considerações sobre os autores e arquivos catalogados, apresentando ainda trechos de documentos com as respectivas transcrições e quadros ilustrativos. Enfatizam o respaldo desses documentos para que se possa realizar estudos sobre a língua portuguesa do Brasil e sobre as ideias linguísticas que por aqui circularam no período compreendido entre fins do século XIX e primeira metade do século XX.

O quinto capítulo intitula-se “Notícias sobre o Arquivo Histórico da Biblioteca Fernandes Braga, da Igreja Evangélica Fluminense” e é de autoria de Maria Elisa Lima de Souza e Leonardo Lennertz Marcotulio. Aqui os autores tecem considerações sobre a pesquisa que vem sendo desenvolvida na biblioteca e no arquivo da instituição religiosa, fundada em 1858, no Rio de Janeiro, por missionários protestantes vindos do Reino Unido. Segundo enfatizam os autores, trata-se da primeira congregação protestante brasileira a realizar cultos em língua portuguesa. Apresentam, com base na documentação catalogada, a descrição do processo de organização do acervo em inícios do século passado. Souza e Marcotulio descrevem ainda aspectos do processo de catalogação e edição de documentos que vem sendo atualmente desenvolvido pela equipe de pesquisa, explicitando o trabalho que já foi realizado em uma parte do acervo da instituição histórica, aliando métodos da Filologia e da Arquivologia, o que vai proporcionando um maior conhecimento sobre a história do congregacionalismo no Brasil.

A “Parte II” está vinculada à subárea do PPGLinC, a de Linguística Histórica. A referida subárea está ancorada na constituição de amostras linguísticas e análises quali-quantitativas de dados, nos contatos linguístico-culturais, principalmente a partir do resgate dos textos com o fim de servir à descrição linguística. Nesse viés, destaca-se a mediação filológica e os estudos críticos como condições indispensáveis para o estudo e a análise dos fenômenos scripto-linguísticos e discursivos constantes nos textos.

Nesse contexto inter e transdisciplinar, em sua prática histórica, a subárea Linguística Histórica trabalha com a descrição e a análise de fenômenos complexos que marcam as variações e as mudanças das

línguas naturais, considerando, no seu aporte teórico-metodológico, dados linguísticos e sócio-históricos datados e localizados em *corpora* textuais de várias sincronias e a multiplicidade de funções e de difusão da leitura e da escrita nos contextos sociais.

A língua enquanto objeto histórico é marcada pela permanência e pela continuidade, considerando-se a sua construção. Para Mattos e Silva (2008, p. 14-15),⁷ “não se pode fazer linguística histórica nem diacrônica sem a documentação remanescente do passado”. Nesse caminho, ancorada na afirmativa do gerativista David Lightfoot, a autora ainda ressalta o papel crucial do filólogo editor para a Linguística Histórica e para a aplicação de qualquer teoria da mudança linguística, visto que os estágios linguísticos de épocas pretéritas são observados de forma indireta pela via textual.

Nesse contexto, a Linguística Histórica depende de *corpora* documentados nos textos escritos, de vários gêneros textuais, logo de diversos estilos e estruturas discursivas.⁸ Para tanto, a análise das práticas linguísticas, registradas em textos produzidos em épocas pretéritas, precisa considerar os mais diversos níveis de descrição e de análise linguística, em perspectiva quali-quantitativa, através de edições que registrem com fidedignidade as características linguísticas dos textos.

Nesta coletânea, os trabalhos relativos à “Parte II – Estudos de Linguística Histórica” concentram-se em quatro capítulos. Esses capítulos apresentam estudos relacionados (i) ao léxico histórico toponímico no território baiano em textos dos séculos XVIII e XIX; (ii) às unidades fraseológicas e campo semântico; (iii) à morfologia histórica, com pesquisas teórico-descritivas relacionadas à constituição histórica da gramática tradicional, considerando a classificação dos verbos; (iv) e à gramática e ao ensino de português na província de Sergipe del Rey no século XIX.

7 MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

8 GONÇALVES, E. C. B. Diálogos entre Crítica Filológica e Linguística Histórica: construindo trilhas para o estudo linguístico de textos históricos. In: ATAÍDE, C. (org.). *Estudos linguísticos e literários: caminhos e tendências*. São Paulo: Pá de Palavra, 2019. v. 1, p. 11-20.

O primeiro capítulo da “Parte II – Estudos de Linguística Histórica” desta coletânea, intitulado “Toponímia e os nomes de lugares históricos da Bahia”, de Eliana Correia Brandão Gonçalves, apresenta um estudo do léxico toponímico baiano a partir da edição de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, evidenciando a reconfiguração dos arquivos, das memórias, dos saberes e das práticas linguísticas que se constituem como alicerce histórico, político e cultural das comunidades. A autora considera a descrição e a análise de aspectos atinentes à toponímia do território baiano, lançando olhares para a relevância desse estudo para o reconhecimento das significações e das diversas motivações dos nomes de lugar e para a interpretação dos contatos linguístico-culturais e dos rastros político-sociais da colonização e seus desdobramentos.

No capítulo seguinte, chamado de “Unidades fraseológicas no campo semântico jurídico: primeiras análises em dois crimes sexuais do interior da Bahia (1907-1936)”, Daianna Quelle da Silva Santos da Silva e Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz apresentam uma discussão sobre as Unidades Fraseológicas (UFs) constantes em dois documentos que relatam crimes sexuais de estupro no início do século XX, ocorridos nas cidades baianas de Feira de Santana e de Santa Bárbara. As autoras ressaltam a relevância do estudo das UFs nos documentos para promover novos olhares sobre os crimes sexuais e as consequências e olhares para vítimas e acusados constantes no *corpus*. Para as autoras, estudadas no âmbito da Lexicologia, as UFs são unidades léxicas constituídas por duas ou mais palavras, que exibem algum grau de fixação e algum grau de idiomaticidade. Tais unidades se constituem nas línguas a partir da cristalização de expressões, do grau de idiomaticidade, do conjunto de palavras que só fazem sentido quando arrumadas naquela ordem. Essas considerações levam o leitor a perceber essas questões como saberes sociais, ou melhor, uma parte de um construto social acerca da mulher, dos comportamentos e dos padrões pensados para ela.

O terceiro capítulo da “Parte II – Estudos de Linguística Histórica”, “Uma avaliação das classificações verbais na tradição gramatical”, de autoria de Ticiania Kilpp Leiria e Edivalda Alves Araújo, apresenta um levantamento das definições e classificações das gramáticas tradicionais ao longo dos séculos, com base em uma reflexão histórica da visão

tradicional das análises linguísticas em relação à classificação dos verbos, refazendo e analisando o seu caminho desde o início para comparar com o que é encontrado nas gramáticas atuais. Nesse caminho, as autoras contribuem para os estudos histórico-diacrônicos acerca da classificação dos verbos, procurando investigar o início dessa classificação na língua portuguesa e sua evolução nos estudos gramaticais ao percorrer três períodos distintos das gramáticas da língua.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “Gramática e ensino de português na província de Sergipe del Rey no século XIX: *Novo systema de estudar a grammatica portugueza* (1862), de José Ortiz”, Álvaro César Pereira de Souza e Emília Helena Portella Monteiro de Souza, ancorados nos pressupostos teórico-metodológicos da História da Cultura Escrita⁹ e da História Social do Português no Brasil,^{10, 11} apresentam o contexto sócio-histórico de Sergipe provincial, sua distribuição étnico-demográfica, condição socioeconômica, configuração estudantil e um compêndio gramatical, objetivando avaliar a escolarização, num período recortado. Sobre a gramática de José Ortiz, os autores vão analisá-la enquanto compêndio gramatical escolar, de cunho filosófico, verificando a conceituação e definição de gramática, a abordagem das categorias gramaticais e a proposta da metodologia de estudo e aprendizagem. Dos levantamentos quantitativos feitos, da população em geral e dos estudantes, tudo indica que uma pequena parcela da população teve acesso à cultura escrita via escolarização. Enquanto na população masculina estudantil, quantifica-se que a soma das etnias pardas e pretas supera em quantidade a etnia branca, na população feminina estudantil, por outro lado, a situação é outra, as brancas superam em quantidade a junção das etnias pardas e pretas. Os resultados evidenciam uma escolarização deficiente, alcançando poucos indivíduos, quando a grande maioria da população é mestiça, sendo o próprio instrumento gramatical analisado, distante dos utentes da língua, ao se considerar a realidade

9 GÓMEZ, A. C. Historia de La cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 5, p. 93-124, 2003.

10 HOUAISS. A. *O português do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Folha Carioca Ed., 1988.

11 MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

sócio-histórica e cultural de Sergipe del Rey, no período de meados do século XIX.

Na “Parte III – Estudos de História e Cultura Escrita”, a História da Cultura Escrita é concebida como um campo científico, um ramo do conhecimento acadêmico, que conforma os estudos sobre a escrita, o texto (mais do que o livro) e a leitura.¹² Esse campo se constitui no âmbito das novas concepções da História, a Nova História, que se estabeleceu mais decisivamente nas primeiras décadas do século XX, mas alcançou uma maior projeção a partir dos anos 1960 e 1970. De forma sintética, pode-se dizer que esse fazer historiográfico surge como uma reação ao paradigma tradicional – das narrativas dos acontecimentos, dos grandes feitos, dentre outras questões –, provocando mudanças, como o surgimento de novos campos científicos, em função da fragmentação dos já existentes e, em consequência, a sua especialização. Entre os novos campos, estabelece-se a Nova História Cultural, que se alargou em seus objetivos e em seus diálogos interdisciplinares com a Antropologia, a Linguística, a Psicologia e a Ciência Política. Situa-se a História da Cultura Escrita como uma subespecialidade da História Cultural, que nasce como um projeto de alcance interdisciplinar.

O objeto da História da Cultura Escrita, diz Castillo Gómez (2013),¹³ vai além da consideração da escrita como um mero sistema gráfico, inserem-se aí suas distintas funções e as decorrentes práticas materiais, sempre com referência às respectivas sociedades históricas. É a História da Cultura Escrita fruto de uma tripla conjugação: (i) história das normas, capacidades e uso da escrita; (ii) história do livro e, por extensão, dos objetos escritos (manuscritos, impressos, eletrônicos ou em qualquer suporte); (iii) e história das maneiras e práticas da leitura. Como a característica basilar da História da Cultura Escrita é a interdisciplinaridade, recorre-se a algumas áreas do conhecimento, que têm em comum tomar a escritura como objeto de análise, como a Paleografia,

12 GÓMEZ, A. C. Escritas, textos e leituras: formas de fazer história da cultura escrita. In: RAMOS, A.F.; PATRIOTA, R. *Escritas da história: circulação, leituras e recepção*. São Paulo: HUCITEC, 2017. p. 55-97.

13 GÓMEZ, A. C. Historia de La cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 93-124, 2003.

a História, a Filologia, a História da Educação, para que se possa dar conta dos processos históricos, sociais, culturais e linguísticos do uso da escrita em determinadas sociedades históricas ou grupos sociais.

Como componente curricular, a História Social da Cultura Escrita se apresenta, no âmbito do PPGLinC, como um estudo em perspectiva interdisciplinar do desenvolvimento histórico das práticas sociais de ler e de escrever, com ênfase na análise da diversidade dos discursos e representações sobre a leitura e a escrita, bem como na diversidade do acesso à cultura escrita. Além disso, faz-se o estudo da língua, através de processos históricos de mudança e sua relação com a penetração da escrita via escolarização, em espaços formais ou informais de aprendizagem. Esses estudos, no âmbito da História Social da Cultura Escrita, se conjugam com os estudos da sócio-história do PB¹⁴ para elucidar sobre o passado histórico da língua, isto é, como tal português se constituiu, como se deu a penetração da escrita nos vários espaços de ocupação do solo brasileiro, nos vários rincões, advindo daí o uso das normas cultas de um lado e normas populares de outro, sempre pensadas de uma forma gradiente. O estudo de documentos públicos – disponíveis em arquivos e bibliotecas – e documentos privados – recolhidos geralmente em acervos pessoais – são fontes usadas para análise de questões histórico-sociais, linguísticas, gráficas, paleográficas, elucidando sobre os utentes da língua, sobre as comunidades históricas.

Conta-se, também, para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito da História Social da Cultura Escrita, com o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) da UFBA que possui uma agenda de pesquisas, no formato de campos de investigação.

No que se refere a esta coletânea, são representativos dessa área os cinco capítulos que se seguem, a começar pelo de Ana Sartori, cujo título é “Escrita no Brasil quinhentista: a pontuação e outros sinais nos livros da primeira Visitação do Tribunal da Inquisição”. Propõe-se, nesse primeiro capítulo da “Parte III – Estudos de História da Cultura Escrita”, uma análise de alguns aspectos da escrita no primeiro século de colonização brasileira, debruçando-se sobre os livros produzidos

14 MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

durante a primeira visitação da Inquisição Portuguesa ao Brasil, mais especificamente nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, o *Quarto livro de denúncias* e o *Terceiro livro de confissões*. Nesses livros, são analisados os sinais de pontuação e outros sinais utilizados pelo notário do Santo Ofício, Manuel Francisco, e pelo visitador, Heitor Furtado de Mendonça. Os sinais empregados são ilustrados através de imagens retiradas dos fac-símiles dos manuscritos, disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, arquivo onde estão atualmente depositados os originais dos livros da primeira visitação. Esse é um estudo que diz respeito à relação que indivíduos singulares têm com a escrita, em que se leva a observar o que direcionava a escolha dos referidos sinais de pontuação e dos demais sinais empregados nos textos, usados pelo notário e pelo visitador do Santo Ofício, em um momento histórico em que não havia uma normatização linguística.

Quanto ao segundo capítulo, de autoria de Patrícia Santos de Jesus Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, intitulado “*Cartas marienses: edição filológica e análise das mãos que escrevem*”, apresentam-se as edições fac-similar, semidiplomática e modernizada do acervo *Cartas marienses*¹⁵ – composto de 89 textos, representativos das normas socialmente estigmatizadas do PB –, bem como a análise de marcas de inabilidade em escrita alfabética. Trata-se de 29 remetentes, nascidos no município de Coração de Maria (BA) – trabalhadores rurais e donas de casa, com baixa escolaridade, que vivem de pequenas lavouras. A partir do cruzamento dos dados de escriptualidade e de índices grafofonéticos, concluiu-se que não há um padrão de inabilidade em escrita alfabética, tendo sido possível estabelecer uma gradência de tipos de inabilidade. Esse *corpus* faz parte do projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), em que são feitas edições semidiplomáticas e modernizadas de documentos representativos de diferentes normas do PB, considerando uma diversidade de gêneros textuais, especialmente cartas. O estudo realizado se inscreve no âmbito da sócio-história do PB, da constituição de *corpora* histórico-diacrônicos, especialmente das

15 Ver em: <http://www.uefs.br/cedohs/cartasmarienses/>.

normas socialmente estigmatizadas. Configura-se como um trabalho filológico que envolve as novas tecnologias, possibilitando o acesso às diversas edições realizadas. Além do processo de edição dos textos, há um estudo com o material linguístico para se identificarem os níveis de inabilidade dos escreventes.

O terceiro capítulo, de Adilson Silva de Jesus, Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Zenaide Oliveira Novais Carneiro, é intitulado “O sertão por escrito no *Livro de razão*: um microcosmo da difusão social da escrita na Bahia rural oitocentista”. Tem como objetivo apresentar um microcosmo da difusão social da escrita na Bahia rural oitocentista, a partir do *Livro de razão* do Campo Seco, manuscrito produzido entre 1794 e 1838 por três pessoas da família Pinheiro Canguçu (Antônio Pinheiro Pinto, Inocêncio José Pinheiro e Miguel Joaquim de Castro Mirante) em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado. Para tanto, apresentam-se os tipos de edições produzidas, pautando-se no arcabouço da Filologia, e o contexto de produção e circulação do escrito na fazenda, na perspectiva da História Social da Cultura Escrita. A análise realizada, a partir dos assentos de Antônio Pinheiro Pinto, conhecido como o segundo senhor do Campo Seco, revelou a existência da escolarização doméstica na fazenda do Campo Seco, identificando os agentes da escolarização, os textos que circularam e as possíveis leituras realizadas no sertão da Bahia. Além disso, identificaram-se também dados representativos da pluriortografia vigente na época e fenômenos de possíveis marcas da oralidade que, potencializados, podem colaborar com importantes pistas sobre aspectos diversos e particulares do multifacetado quadro linguístico do interior baiano oitocentista. Isso oferece bases sólidas e confiáveis para a construção, no futuro, de sínteses generalizantes, contribuindo, assim, para a história social da Linguística do Brasil. Destaca-se, nesse estudo, a trajetória metodológica usada para abordagem do objeto, a começar pelos aspectos materiais do livro, as edições escolhidas e uma exploração do ponto de vista linguístico, que são as representações para grafias dos fonemas /s/ e /z/ e as representações grafofonéticas na escrita de Antônio Pinheiro, além das questões da escolarização postas em evidência.

O capítulo seguinte foi elaborado por Ana Cristina Santos Farias e José Amarante Santos Sobrinho e intitula-se “Memória familiar nas práticas de escrita dos Lopes d’Almeida: uma história social da cultura escrita na Bahia do século XX”. O texto aborda as práticas de escrita mantidas por uma família ao longo do século XX, que produziu e preservou textos dos mais variados gêneros, constituindo um acervo bastante singular, sobretudo quando se trata de arquivos privados. São escritos ordinários que tiveram início no final do século XIX, com o patriarca Egydio Lopes d’Almeida, e se mantiveram com as práticas de seus descendentes. No capítulo, os autores identificam os gêneros a partir de suas funções sociais, buscando na elaboração de memórias a explicação dos gestos de escrita. As práticas de escrita privada, em geral, revelam não só fatos da vida pessoal, mas também é possível se entrever o social em cada momento histórico. É a vida que se revela, e em que outras vidas se veem materializadas através dos diversos gêneros e dos diversos recursos gráficos escolhidos.

O quinto capítulo, de Thiago Trindade Matias e Cléber Ataíde, intitula-se “Práticas de cultura escrita no contexto da instrução pública no Pernambuco Imperial: um estudo dos gêneros lista e relação”. Esse texto surge com um propósito principal de reconhecer, nos estudos históricos da língua, o texto não apenas como elemento de análise e descrição linguística, mas como suporte empírico de memória, como testemunho escrito de uma sociedade que, em um determinado tempo e espaço, interagiu socialmente por meio do uso da escrita. Para tanto, busca-se compreender os mecanismos de composição, circulação e transmissão da lista e da relação no contexto da instrução pública primária no Pernambuco Imperial. Os textos que constituem o *corpus* de análise são manuscritos, produzidos no ambiente da instrução pública primária, em Pernambuco no século XIX, destinados a elencar nomes de pessoas, cargos, funções e/ou objetos que mantinham vínculo com a instrução pública primária. Esses documentos, normalmente escritos e assinados pelo secretário da instrução pública ou por professores, permitiram desvendar aspectos importantes da cultura escolar e da participação dos sujeitos na construção da educação pública pernambucana.

Como pode ser visualizado, todos os capítulos desta coletânea estão vinculados à linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, apresentando resultados de pesquisas vinculadas a essas áreas, com recortes sincrônicos ou diacrônicos. Em uma perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar, as pesquisas compartilhadas nesta coletânea fundamentam-se na edição de textos, na análise de dados quali-quantitativos e no estudo das práticas sociais de ler e de escrever, evidenciando a diversidade de funções e de distribuição da leitura, escrita e usos linguísticos nas sociedades.

Por fim, convidamos os interessados pela Filologia, Linguística Histórica e História da Cultura Escrita a lerem essa coletânea e esperamos que as pesquisas e os estudos aqui divulgados possam contribuir para novos olhares com relação às questões discutidas e para o fortalecimento da área de Letras e Linguística em nosso país.

Grande abraço e boa leitura!

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Norma Suely da Silva Pereira

Salvador da Bahia, 23 de fevereiro de 2021

PARTE I
ESTUDOS FILOLÓGICOS

Capítulo 1

Práticas filológicas e abreviaturas: diferentes perspectivas

Norma Suely da Silva Pereira
Carla Carolina Ferreira Gomes Querino
Luane Ribeiro Conceição

Introdução

A leitura e transcrição de documentos numa perspectiva filológica exigem o estabelecimento de planejamento prévio, por meio do qual o editor necessitará realizar algumas escolhas, conforme os objetivos que tenha estabelecido. De acordo com as possibilidades de análise que o documento autorize, caberá estabelecer, em primeiro lugar, se será tomada uma perspectiva de leitura e transcrição conservadora ou modernizada, levando em consideração as finalidades da edição e o público a que se destina. Já com relação às análises que empreenderá e aos elementos que colocará em relevo, caberão outros interrogantes: quais as práticas culturais, crenças e comportamentos representados ou evocados pelo documento? De que forma o conhecimento do documento favorece a compreensão de outros contextos? Uma vez respondidas as questões preliminares, terá o filólogo condições de delinear os caminhos mais adequados a seguir.

No cômputo dos desafios a enfrentar no processo de leitura de manuscritos, além da necessária compreensão do contexto em que se

situe a fonte de investigação, pode-se citar questões como a regularidade da escrita, a pontuação, a existência de sinais especiais e, em especial, as abreviaturas, sobre as quais se pretende refletir um pouco mais. Nesse sentido, a prática filológica requer o estabelecimento de aporte teórico-metodológico de natureza transdisciplinar, que possa respaldar a abordagem dos vários aspectos suscitados na análise de documentos pela integração de conhecimento múltiplo, adequado a cada contexto de pesquisa.

A Paleografia, ciência cujo conhecimento é indispensável na leitura de manuscritos, foi por muito tempo concebida numa perspectiva restrita de disciplina que se dedicava exclusivamente à leitura de documentos antigos. De acordo com a antiga tradição, sua aplicação restringia-se aos manuscritos, por ser essa, por excelência, a tradição de escrita do passado, conforme orienta o sentido etimológico de sua denominação: *palaios* – antigo + *grafia* – escrita. No presente, porém, compreende-se que os métodos da nova Paleografia, como observa Petrucci (2003), aplicam-se à análise de todas as formas de expressão textual, tanto as apresentadas em formato manuscrito, como aquelas que pertencem à tradição impressa, quanto a eletrônica, quer no exame de originais como no de cópias, quer na leitura de documentos pertencentes a acervos públicos e privados.

Seguindo a concepção de Jean Mallon, que propunha um lugar mais amplo para a Paleografia – como ciência que se ocupa da História da cultura escrita –, Petrucci (2003) destaca a importância da Paleografia no estudo da história da produção da escrita, contemplando suas técnicas, instrumentos, características formais, bem como o exame de seus usos e finalidades no âmbito de cada sociedade. Quanto ao método de investigação dessa ciência, assinala ainda o eminente paleógrafo italiano que o estudo das características gráficas e materiais dos documentos se faz por análise e comparação dos testemunhos que compõem o *corpus* selecionado. Nesse sentido, para uma adequada abordagem do texto, deve-se levar em conta ainda a autoria, a época, o local, o contexto de produção e o teor do documento, fatores esses indispensáveis para uma melhor compreensão do testemunho escrito, seja do passado ou do presente. (PETRUCCI, 2003)

Escritas e sistemas de abreviação: diferentes tipos e contextos

Conforme assinala o padre e lexicógrafo setecentista Rafael Bluteau (1728, v. 1, p. 42), o hábito de abreviar palavras fora “inventado para escrever com mais brevidade”. Abreviar é, portanto, o ato de encurtar uma palavra por meio da omissão de algumas de suas letras ou sílabas. Como esclarece Sánchez Prieto (2001), a representação desse processo se faz por meio de componentes gráficos, que podem ser letras ou sílabas que evoquem o vocábulo, seguidos, em geral, por sinal abreviativo de forma variável, podendo ser: um ponto, uma barra sobreposta, um til, entre outros.

Conhecidas e largamente difundidas no período medieval, devido à necessidade de economia do suporte e de tempo de escrita, seu uso remonta, contudo, à Antiguidade Grega e Romana. (HIGOUNET, 2003; SPINA, 1994) Inicialmente são chamadas *notae* e utilizadas principalmente como siglas, construídas pelas letras iniciais de nomes – C = *Caius*, L = *Lucius* – ou abreviando expressões de uso corrente como os clássicos exemplos – SPQR que corresponde a *Senatus Populusque Romanus* (o senado e o povo romano) e o D.M. referente a *Dis Manibus*, também encontrado na variação S.D.M. (*Sacrum Dis Manibus*), ou seja, dedicado aos deuses manes, abreviatura muito comum nas inscrições tumulares da Roma Antiga, quando se acreditava que tais deuses cuidariam das almas dos mortos.

Com o tempo, dada a ampliação do uso de abreviações, a utilização de uma mesma sigla para contextos diferentes passou a gerar dificuldade na compreensão do significado: a sigla representada, por exemplo, pela inicial “M.” poderia ser lida como: *manes*, *Marcus*, *mater*, ou *memoria*, entre outras possibilidades. Para diminuir a ambiguidade inicial, foram sendo acrescentadas outras letras às formas abreviadas. (SPINA, 1994) Em vez da simples utilização da letra inicial como sigla (C. = *Claudius*), ocorre a manutenção de mais outras letras ou sílabas iniciais, gerando o processo denominado de suspensão ou apócope, como em CL, CLA = *Claudio*; ou pela retirada de letras mediais, conservando-se o início e o final, para melhor indicar o que falta, gerando novos e mais complexos contextos de interpretação e decifração, como em SCS = *sanctus*, abreviado pelo processo da contração ou síncope; ou

ainda com sobreposição da letra ou sílaba final, como em s^{to} = santo; ou com a manutenção apenas da porção final do vocábulo, como acontece em “Zé”, forma encurtada para o prenome *José* pelo processo de aférese.

Entre as abreviaturas pode ocorrer o mesmo fenômeno de polissemia que se verifica em meio às diferentes unidades do léxico, gerando múltiplas possibilidades de interpretação. A sigla D.M. citada anteriormente e que, em dado período da história, remetia para o contexto sagrado, significando *dis manibus*, ou seja, dedicado aos deuses manes, foi utilizada ao longo do tempo com outros sentidos: por exemplo, para abreviar o título “Diário da Manhã”, um nome bastante produtivo para jornais que foi muito frequente em algumas cidades brasileiras, nos diferentes periódicos, durante o século XX. Outras possibilidades, ainda de utilização da mesma sigla, verificam-se para a abreviação da patologia *Diabetes Melitus* – sigla ainda utilizada no contexto da saúde – e para a abreviação da expressão em língua inglesa *direct message*, cuja tradução é “mensagem privada” e que é utilizada nas mensagens rápidas e cifradas das redes sociais.

Na documentação manuscrita examinada, vários são os exemplos de utilização de uma mesma abreviatura para vocábulos diferentes, a exemplo da forma “serv.º” encontrada com dois sentidos diversos em um mesmo fólio de petição setecentista, caracterizando o fenômeno da polissemia:

Figura 1 - polissemia em abreviaturas. Ex. 1

Transcrição: para oserviço
do coro,
Fonte: Petição. AHU ([ant.
1768]).¹

Figura 2 - polissemia em abreviaturas. Ex. 2

Transcrição: Pede
aVossaMagestade seja
servido
Fonte: Petição. AHU ([ant.
1768]).

1 Petição de Clara Custodia da Conceição. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Conselho Ultramarino – Brasil – Baía, doc. 7748 – cx. 42. [ant. jan. 1768]. Fundação da Biblioteca Nacional. Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Do mesmo modo, ocorrem também muitos casos em que um mesmo vocábulo aparece abreviado de formas diversas em um mesmo fólio, produzido por um mesmo escrevente, o que pode ser denominado como parassinonímia (PEREIRA; TELLES, 1982; QUERINO; PEREIRA, 2017; SOBRAL, 2007):

Figura 3 - Parassinonímia em abreviaturas. Ex. 1

Transcrição: Reverendo
Arcebispo

Fonte: Petição. AHU ([ant. 1768]).

Figura 4 - Parassinonímia em abreviaturas. Ex. 2

Transcrição: Reverendo Arce=/
bispo

Fonte: Petição. AHU ([ant. 1768]).

Sobre as motivações para o uso de abreviaturas, Duchowny, Coelho e Coelho (2014) assinalam que, além da necessidade de abreviar o tempo de escrita e economizar o suporte, que teve um custo alto ao longo da história, há também fatores linguísticos envolvidos. Citando Nuñez Contreras (1994) e Sampson (1996), aqueles autores observam que fatores como a frequente repetição de um vocábulo e a própria dinâmica do processo natural da visão durante a leitura são também fatores a considerar, pois que, para o olho humano, é necessário observar apenas as letras principais, em geral as consoantes, e a totalidade da palavra é inferida pelo cérebro. Por outro lado, demonstrar um estilo rebuscado como índice de erudição ou utilizar-se de uma escrita cifrada podem ser outras motivações do escrevente para um uso mais intenso de abreviações. Do ponto de vista do leitor, por seu turno, uma vez que seja usuário do mesmo sistema de escrita, as abreviaturas de palavras muito frequentes também conferem maior agilidade no processo de leitura, é o que argumenta, com razão, Sánchez Prieto (2001), haja vista a quantidade de abreviaturas que utilizamos na escrita cotidiana. Para a análise das abreviaturas, recorre-se à Braquigrafia (do gr. *Brachys* – curto + *grafia* – escrita, ou seja, escrita breve, curta), área da Paleografia que

Ver em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&pesq=clara%20custodia%20da%20concei%C3%A7%C3%A3o&pagfis=20596.

realiza a leitura, o desdobramento, o estudo da evolução e localização cronológica das abreviaturas.

No exemplo a seguir, observa-se uma abreviatura recorrente no passado que, por leitura equivocada, gerou um novo sobrenome em língua portuguesa. A dificuldade de leitura da abreviatura por contração do nome de família, *Rodriguez*, gerou a forma “Roiz”:

Figura 5 - Abreviatura de antropônimo



Transcrição: Thome Rodriguez
Fonte: *Livro Velho do Tombo* (1658, f. 48r, L.25).²

O desenvolvimento de uma abreviatura, como se vê, depende, então, da decifração da escrita – nem sempre tão acessível –, da compreensão do contexto – tão ilimitado, como o são as possibilidades de registro da língua – e dos conhecimentos paleográficos do leitor. Como mostram os exemplos citados, as abreviaturas estão presentes tanto em contextos formais como no uso coloquial da língua, tanto no passado como no presente, tanto na língua utilizada na comunicação cotidiana quanto na língua de especialidade.

Critérios para a classificação das abreviaturas

Observando a utilização de estruturas mais ou menos complexas e prescrições gramaticais para a construção de abreviaturas nos séculos XVIII e XIX, Seixas (2020) destaca, entre outras, a descrição registrada no vocabulário de Rafael Bluteau (1728, v. 1, p. 42-43, grifo do autor), que assim define as abreviaturas em seu verbete:

[...] Palavras abreviadas, ou caracteres, que tem lugar de palavras inteiras. Forão as abreviaturas inventadas para escrever com mais brevidade,

2 Exemplo retirado da Escrita de venda que fez Igenes Machada aos Reverendos Padres de São Bento. Ver também Lose e Paixão (2016).

& há três modos de abreviar a palavra, que se quer pintar na escritura. O primeiro modo, he pôr uma só letra, que signifique huma dicção inteira. O segundo, he pôr algumas letras, & deixar as outras. O terceiro he formar huns caracteres, ou figuras, que, ainda que não sejam as letras, não deixão de significar a palavra, que se quer dizer. [...] Em quanto à palavra *Nota*, de que alguns usão [...] entendo que *Nota* significa particularmente as abreviaturas da terceira sorte. [...] Escrevesse por abreviaturas, o que se vay dictando com muita pressa, & corre a mão, de quem escreve tão veloz, como a lingoa, de quem falla.

O lexicógrafo setecentista trata dos usos das abreviaturas, distinguindo os formatos mais usuais à época, os quais ainda hoje são utilizados e que recebem as seguintes denominações: 1. sigla, quando há apenas uma letra que represente uma sílaba inteira; 2. suspensão, contração ou letra sobreposta, conforme o caso, quando se suprimem algumas letras da palavra; 3. quando uma figura ou símbolo é utilizado para significar uma palavra, como é o caso das notas tironianas ou das *notae iuris*, sistemas abreviativos medievais que utilizavam símbolos especiais substituindo as letras ou agregando-as.

Tanto nos recortes de textos medievais tomados para exemplos, como nos documentos notariais que compõem o *corpus* da pesquisa, datados entre os séculos XVII e XIX, observa-se, como já assinalou Flexor (2008), que não existem regras para as abreviações, de modo que uma mesma palavra pode ser abreviada de diversas formas – inclusive em um mesmo documento – e que o seu uso generalizado em manuscritos e depois também em impressos denota que a população letrada estava plenamente adaptada a tal forma de escrita. Para o desenvolvimento das abreviaturas, considerando-se os diversos contextos de variação, toma-se como princípio, como ensina Nunes (1969), observar a forma em que a palavra aparece por extenso por modelo, verificando-se outras formas em que a palavra aparece grafada por extenso no mesmo fólio, em outras partes do mesmo documento, em outros documentos escritos pela mesma mão ou em outros documentos do mesmo período e local. Caso ocorram variações de grafia, opta-se sempre pela forma de maior incidência, quando é possível contabilizar. Quanto à apresentação das formas desenvolvidas na transcrição, observando o critério mais

universalmente aceito, as letras antes suprimidas apresentam-se em itálico para destaque.

As tipologias e os processos abreviativos possuem diferentes graus de complexidade, considerando-se as escolhas e a competência linguística do escrevente, bem como o grau de legibilidade resultante, que conseqüentemente exigirá maior ou menor esforço e conhecimento do leitor para sua decifração. Com base em tais premissas e partindo das classificações e análises indicadas por Spina (1994), Flexor (2008), Sobral (2007), Costa (2006) e Seixas (2020), propõe-se uma classificação que parte de uma primeira distinção quanto ao grau de legibilidade do tipo de abreviação para um leitor contemporâneo, dividindo-se assim as abreviaturas encontradas em dois grandes grupos: as simples e as complexas. As primeiras se subdividem em siglas simples, abreviaturas por suspensão, por contração e por letras sobrepostas. Quanto às complexas, subdividem-se em siglas reduplicadas e acrônimos (ou compostas), abreviaturas compostas e abreviaturas por sinais especiais.

Abreviações medievais

Inscrições conservadas desde o século II a.C. mostram grande utilização das abreviaturas. Dentre as mais antigas, destacam-se: as *nomina sacra*, abreviaturas de termos ou expressões sacras; as *notae iuris*, conjunto de abreviaturas de expressões jurídicas; e as notas tironianas, conjunto de notações abreviativas muito utilizadas até o período medieval e que são assim denominadas porque foram sistematizadas por Marco Túlio Tirão, ou simplesmente Tiro, liberto de Cícero que viveu no primeiro século a.C. e que era encarregado de reproduzir integralmente os discursos do orador romano, fazendo assim grande uso das abreviaturas. Higounet (2003) e Sánchez Prieto (2001), citando Isidoro – o erudito arcebispo de Sevilha, que viveu no século VII –, dizem que a descrição dessas notas teria sido inicialmente atribuída ao poeta latino Ênio. Finalmente as notas teriam sido compiladas e aumentadas por Sêneca, filósofo estoico que viveu no primeiro século da Era Cristã.

Sistemas latino e bíblico

Utilizadas de forma indiscriminada, as abreviaturas – antes empregadas como forma de economia de suporte e material de escrita – tiveram o seu uso em documentos jurídicos proibido pelo Código Justiniano, no século VI, em virtude das dificuldades que ocasionaram. Novas proibições são observadas entre os séculos XII e XIII e novamente no período do Renascimento. (BERWANGER; LEAL, 2015) Dentre os signos gráficos utilizados, alguns possuem um significado permanente, enquanto outros apresentam variação de sentido e serão interpretados conforme o contexto.

No que se refere ao uso medieval, são quatro as principais formas de abreviar:

1. Siglas: sistema conhecido desde a Antiguidade, utilizava as letras iniciais das palavras para abreviá-las, especialmente usado em nomes próprios e em outros termos considerados bem conhecidos pelos que se utilizavam da escrita. Teriam sido compiladas por Valério Probo, no século I. No período medieval são encontradas siglas simples e complexas. Poderiam estar grafadas em maiúsculas ou minúsculas, seguidas ou não de ponto ou outro sinal abreviativo: M = *Marcus*; f = *filius*; d = *denarius*. Poderiam aparecer também duplicadas, o que significava o plural ff = *fili* ou o superlativo KK = *karissimus*. E ainda com o sentido de uma expressão: D.N. = *Dominus noster*, f.n. = *frater nostro*. Letras iniciais invertidas foram utilizadas para abreviar nomes de mulheres. (HIGOUNET, 2003; SÁNCHEZ PRIETO, 2001; SPINA, 1994)
2. Notas tironianas: recurso braquigráfico que figurou entre os mais antigos códigos abreviativos do Ocidente. Formado a partir de elementos provenientes do alfabeto latino, o conjunto de sinais foi sistematizado, como se disse, por Marcus Tullius Tiro, alforriado de Cícero, tendo sido utilizado para reproduzir os discursos dos oradores romanos em comícios ou tribunais e para cópias de livros. É a forma ancestral da taquigrafia. Seu uso tem testemunho conservado em inscrições do século IV e alguns dos símbolos são utilizados até início

do período moderno. Dentre os mais frequentes, estão o 7, sinal que se assemelhava a um *r*: r ou às vezes mais parecido com um algarismo 7: 7, cuja função era substituir o *et* latino e que é transcrito como a conjunção aditiva “e”. Além disso, há uma forma semelhante a um 9, que pode vir no início, no final da palavra ou ainda sobrescrito, o qual será desenvolvido como “us” ou “os” quando o sinal abreviativo vier no final da palavra ou como “con” (com, cum, cun) quando o sinal apresenta-se no início do termo abreviado. (HIGOUNET, 2003; MARCOTULIO et al., 2018) Frequentes até o século XV, esses sinais tendem a desaparecer após o século XVI, sendo muito raramente encontrados na documentação colonial.

3. *Notae juris*: abreviaturas utilizadas em contexto jurídico, desenvolvidas a partir das notas tironianas, que estavam inscritas em documentos de cunho jurídico, apresentando-se sob as formas de siglas, contração, suspensão, letras com barras, também denominadas letras abreviadoras e letras sobrescritas. (COSTA, 2006; HIGOUNET, 2003) Algumas de suas formas ainda se observam em determinados contextos, como a abreviatura “v.g.” referente à expressão latina *verbi gratia*, que significa literalmente “pela graça da palavra”, equivalendo a “por exemplo”. Além dessa, a abreviatura indicada pela barra sobre a letra <q> \bar{q} , ainda muito utilizada quando se deseja fazer anotações com rapidez.
4. *Nomina sacra*: tipo de abreviatura utilizada para redução de nomes sagrados e termos eclesiásticos, surgidos com o advento do cristianismo. Eram abreviaturas em geral feitas por contração, com inspiração no grego, mostrando apenas as consoantes como se fazia no hebraico, retirando as vogais mediais da palavra. Seu objetivo não era necessariamente a economia de suporte e material de escrita, mas reverenciar o sagrado, pela ocultação dos nomes e conservação das tradições originais do hebraico e do grego. Dentre as mais comuns, podem ser citadas as formas: XPO = *Cristo*, que toma como base a grafia

do vocábulo em grego: *Χριστός*; D'S, também grafada em minúsculas, como d's = *Deus* (ou *Deos*, conforme o período); e IHS = *Iesus*.³ Essa tradição, cuja memória ainda permanece em textos coloniais, mantém-se ativa até por volta do século IX, podendo ser encontrada também em outros documentos, que não apenas os sacros. (COSTA, 2006; HIGOUNET, 2003; FEYJO, 1734; SÁNCHEZ PRIETO, 2001)

3 Na abreviatura IHS, também derivada do grego como XPS/XPO, a letra <H> é uma tentativa de reproduzir o E grego (êta), assim como em XPO o <P> é uma tentativa de reproduzir a letra <R> (Ro) do grego, com caracteres do alfabeto latino. (FEYJO, 1734; NUNES, 1969)

Quadro 1 - Exemplos de notas tironianas e *notae iuris* e sistema latino⁴

NOTAS TIRONIANAS	TRANSCRIÇÃO	SÉCULO
	et/e	XV
	us/os moesteiros	XV
	con-	XV
NOTAE IURIS	TRANSCRIÇÃO	SÉCULO
	per perfeçlon	XV XV
	pro oprologo	XV
	quæ/que	XV
	ver/vir vermelho	XVI

4 Os exemplos dos quadros 1 e 2 foram retirados de lâminas paleográficas utilizadas na prática docente, a saber: *Regra de Sam Beento*, f.r.78, séc. XV; *Estabelecimentos dos mosteiros/João Cassiano*, séc. XV; *Laudes e cantigas espirituais de Mestre André Dias*, f. 35 v, séc. XV; *Roteiros de todos os sinais*, séc. XVI; *Coleção de roteiros atribuídos a Manoel Álvares*, séc. XVI.

5 Nesses exemplos da letra <p> cortada por uma haste transversal, a letra <v> cortada tem-se uma situação particular de abreviatura em que a barra que transpõe a letra tem um valor específico, indicando, em geral, a omissão das letras -er-. O tipo, classificado como letra abreviadora, ocorre também com a inicial <S>. Eventualmente pode ocorrer a letra abreviadora para indicar a supressão da letra <r> em outra combinação com uma vogal: -re-, -ir-, -ri-, -or-, -ro-. Tais variações podem ser indicativas de diferentes modelos caligráficos e braquigráficos que passaram a vigorar após a Queda do Império Romano do Ocidente, nos diferentes reinos germânicos que se formataram. (SÁNCHEZ PRIETO, 2001)

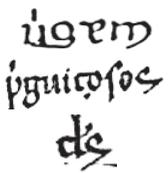
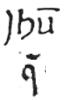
NOTAS TIRONIANAS	TRANSCRIÇÃO	SÉCULO
SISTEMA LATINO	TRANSCRIÇÃO	SÉCULO
	s(cilicet) (isto é; a saber)	XV e XVI

Fonte: elaborado pelas autoras.

Sinais abreviativos

Os sinais abreviativos dizem respeito a formas especiais de abreviar, utilizando símbolos ou sinais para indicar a omissão das letras, a exemplo do ponto, das barras e traços e de outros sinais utilizados para indicar que houve supressão de algum elemento. O uso dos sinais abreviativos pode promover a formação de abreviaturas de classificações diversas, podendo conferir-lhes caráter ou valor próprio, convencional ou relativo.

Quadro 2 - Exemplos de sinais abreviativos medievais

SINAIS ABREVIATIVOS	TRANSCRIÇÃO	SÉCULO
crochet ⁶ : (') 	uirgem preguiçosos deus	XV
barra ou til: (- / ~) 	jhesu quæ/que	XV

Fonte: elaborado pelas autoras.

6 Ou apóstrofo.

Abreviaturas em textos modernos: estudo e aplicações

Na pesquisa com manuscritos em língua portuguesa, datados dos períodos colonial e imperial no Brasil, observa-se ainda uma extensa utilização de recursos abreviativos, conservando-se as principais formas de abreviar que já ocorriam anteriormente, as quais se utilizam de elementos gráficos e de outros elementos para encurtar as formas da escrita.

Contudo, conforme salienta Sobral (2007) – que catalogou e analisou mais de 800 abreviaturas em documentos notariais datados entre os séculos XVIII e XIX –, dadas a criatividade dos escreventes e a falta de um padrão que uniformize os processos de redução das palavras, prolifera uma multiplicidade de possibilidades abreviativas na escrita manuscrita e mesmo no impresso e no digital, de modo que permanece a polissemia. Isso gera ambiguidade quando uma mesma forma pode ter significados diversos e, por outro lado, para alguns vocábulos existem várias possibilidades abreviativas. Tais aspectos são ainda agravados na escrita manuscrita pela riqueza de nexos e ligaduras próprias dos variados estilos caligráficos e suas particularidades.

O estudo das abreviaturas, assim como de outros elementos da escrita, pode esclarecer aspectos sociolinguísticos referentes aos escreventes, como discutem alguns autores, a exemplo de Seixas e Coelho (2020), que observam a relação entre os tipos e níveis de complexidade de abreviaturas utilizadas em cartas privadas do século XVIII e a competência linguística de quem as escreveu. As autoras analisaram variáveis extralinguísticas como o grau de letramento, o nível socioeconômico e o gênero dos emissores, além de variáveis internas como a tipologia e a complexidade das regras, concluindo que todos esses aspectos interferem na escolha por determinados padrões de abreviaturas.

Proposta de classificação

Quanto às possibilidades de classificação das formas abreviadas, observa-se alguma variação de entendimento entre os autores que se dedicam ao assunto. Desse modo, objetivando-se contribuir com a atividade de linguistas, historiadores, paleógrafos e outros interessados

no contexto dos manuscritos brasileiros, bem como com a atividade docente, notadamente nos cursos de Paleografia e Edição de Textos, apresenta-se a seguir uma proposta de classificação das abreviaturas mais recorrentes na documentação manuscrita datada entre os séculos XVI e XIX que integra o *corpus* utilizado no grupo de pesquisa:

Abreviaturas simples:

Siglas: Como descrevem Spina (1994) e Flexor (2008), a sigla – o tipo mais antigo de abreviatura – pode ser de três tipos: simples, quando indicada apenas por uma letra, além de reduplicadas e compostas, que serão descritas e exemplificadas mais adiante. Para distinguir a sigla simples da suspensão, consideramos como do primeiro tipo a abreviatura formada com a letra inicial seguida ou não de ponto, mas de significado definido, o que só pode ser conhecido no contexto, a exemplo de S. = *São*, em “S. Paulo”.

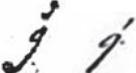
Quadro 3 - Abreviaturas por siglas simples

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
D.		<i>Dona</i>	XIX
S.		<i>São</i>	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Suspensão: ocorre quando a palavra é apenas começada. A abreviatura é representada pela letra ou pela(s) sílaba(s) inicial(is) da palavra, seguida ou não de algum sinal de pontuação, com a supressão dos elementos finais da palavra:

Quadro 4 - Abreviaturas por suspensão

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
q̄		que	XVIII
Sag. Conc. Trid.		Sagrado Concílio Tridentino	XVIII
Art.		Artigo	XIX
C.		Cyriaco	XIX
porq'		porque	XIX
pp.		próximo passado	XIX
q'		que	XIX
Reg.		Regulamento	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Contração: nessa abreviação, são suprimidas letras mediais do vocábulo, restando as letras iniciais e finais. Spina (1994) destaca ainda que esse tipo de abreviatura poderia tornar difícil a identificação da palavra, sendo assim, para amenizar a dificuldade, passaram a ser conservadas algumas das letras intermediárias, chamadas “características”. Apresentam-se, em geral, marcadas por sinal abreviativo, o qual pode ser uma barra, um til ou um apóstrofo.

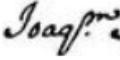
Quadro 5 - Abreviaturas por contração

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
Roi'z		Rodriguez	XVIII
Snõr		Senhor	XVIII
Sn'r.		Senhor	XVIII
Señr		Senhor	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Letra sobreposta: é marcada pela colocação da última letra ou sílaba final, em tamanho menor e em expoente. Mesmo tendo sido utilizada muito raramente pelos romanos, segundo Spina (1994), ela generalizou-se após o século XIII e é o tipo mais utilizado nos séculos XVIII e XIX, estando presente na maioria dos documentos desses períodos, para os vocábulos em geral, inclusive para os antropônimos.⁷

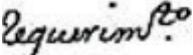
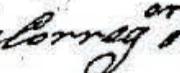
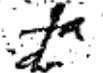
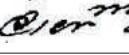
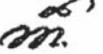
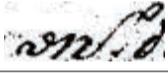
Quadro 6 - Abreviaturas por letra sobreposta

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
Cap. ^{am}		Capitam	XVIII
D. ^s		Deos	XVIII
Igr. ^a		Igreja	XVIII
Lx. ^a		Lixboa ⁸	XVIII
Joaq ^m		Joaquim	XVIII

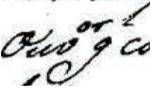
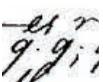
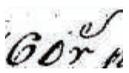
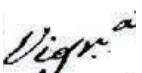
7 Nome, sobrenomes e apelidos.

8 Forma arcaica de grafia do topônimo “Lisboa”, utilizada até fins do século XVI de acordo com Nunes (1969), mas que ocorre ainda no século XVIII, conforme atesta o exemplo.

HISTÓRIA DAS PRÁTICAS FILOLÓGICAS, LINGUÍSTICAS E SOCIOCULTURAIS DA ESCRITA

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
retrahim. ^o		retrahimento	XVIII
requerim ^o		requerimento	XVIII
Abb. ^a		Abadeça	XIX
B. ^a		Bahia	XIX
Comp. ^a		Companhia	XIX
Correg ^{or}		Corregedor	XIX
Corre ^{or}		Corregedor	XIX
D ^s G ^e		Deus Guarde	XIX
Dez. ^o		Dezembargo	XIX
Dez ^{or}		Dezembargador	XIX
dt. ^a		dita/ditta	XIX
Escr ^m		Escrivam	XIX
m. ^o		muito	XIX
n ^o		numero	XIX
on. ^o		onumero	XIX

PRÁTICAS FILOLÓGICAS E ABREVIATURAS: DIFERENTES PERSPECTIVAS

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
Ouv ^{or} gl ⁱ		Ouvidor geral	XIX
p ^a		para	XIX
p. ^f		por	XIX
publicam. ^e		publicamente	XIX
qualq ^r		qualquer	XIX
q ^{es} q ^f		quaes quer	XIX
R ^m		Relaçam	XIX
Rev ^{mo}		Reverendissimo	XIX
r ^s		60 reis	XIX
Senr ^s		Senhores	XIX
Sup. ^e		Suplicante	XIX
Vigr ^a		Vigaria	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Abreviaturas complexas:

Consideraremos abreviaturas complexas aquelas que evidenciam maior competência linguística do escrevente e que requerem maior conhecimento da língua, das regras de abreviação e do contexto para o leitor, para que procedam ao desenvolvimento. Destacamos, nesse caso, com relação às siglas, as que se apresentam reduplicadas e que podem ser desenvolvidas como uma forma de plural ou de superlativo conforme o contexto, além das siglas de expressões ou fórmulas diplomáticas. Com respeito às demais tipologias de abreviaturas, destacamos as formações compostas, quando para uma expressão ocorre mais de uma forma de abreviação entre seus termos, como aquelas que combinam sigla e letra sobreposta, letras e algarismo.

Siglas reduplicadas e compostas: as reduplicadas podem indicar o plural, como em MMSS = *Membros Superiores*, ou o superlativo, como em SS = *Santíssimo*. Já as compostas aparecem em expressões e fórmulas diplomáticas, frequentes no protocolo e no escatocolo (ou protocolo final) dos documentos. Tais expressões podem ser abreviadas de outras formas, como se verá nos exemplos.

Quadro 7 - Abreviaturas por siglas reduplicadas e compostas

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO	SÉCULO
E R. M.		E Receberá Mercê	XVIII
S.A.R.		Sua Alteza Real	XIX
P. aV.A.R.		Pede aVossa Alteza Real	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Abreviações compostas: as combinações de tipos diversos de abreviação, incluindo o uso de algarismos e sinais especiais, são certamente as abreviações que oferecem mais dificuldade ao leitor de manuscritos do passado. Algumas nuances passam por vezes despercebidas, como

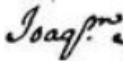
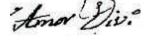
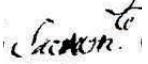
a diferença entre expressões parecidas: E R.M. = E Receberá Mercê (ver Quadro 7) utilizada nos requerimentos quando o pedido está amparado por legislação e E.R.M. = Espera Receber Mercê (ver Quadro 8), própria das petições em que o interessado não tem a certeza do deferimento. Por outro lado, o uso de sinais especiais e a frequente ocorrência de ligaduras, bem como a ausência de fronteiras entre as palavras, são outros pontos de dificuldade, principalmente devido ao traçado nem sempre muito legível, como nos exemplos destacados nos Quadros 6 a 9:

Quadro 8 - Abreviações compostas

ABREVIATURA	IMAGEM	DESENVOLVIMENTO	CLASSIFICAÇÃO	SÉCULO
E. R. M ^{ce}		Espera Receber Merce	E. e R. – siglas M ^{ce} – letra sobreposta	XVIII
P. a VMag ^{de}		Pede a Vossa Magestade	P – suspensão V. – sigla Mag ^{de} – letra sobreposta	XVIII
Deos G ^{de} a VEx. ^a porm. ^s a. ^s		Deos Guarde a Vossa Excelência por muitos annos	V. – sigla G. ^{de} Ex. ^a m. ^s a. ^s – letras sobrepostas	XVIII
&.ª		Et caetera Et coetera Et cetera	sinal especial latino e letra sobreposta	XVIII
4\$cruz. ^{dos}		4 mil cruzados	sinal especial cifrão e letra sobreposta	XVIII
15\$ou 20\$000mensais,		15\$000ou 20\$000mensais,	sinal especial cifrão, sem menção à moeda.	XIX
Ill ^{mo} e Ex. ^{mo} Snf		Illustrissimo eExcelentissimo Senhor	Ill ^{mo} e Ex. ^{mo} – letras sobrepostas Snf – contração	XVIII
V Mag ^{de}		Vossa Magestade	V. – sigla Mag. ^{de} – letra sobreposta	XVIII
3 ^{as}		terceiras	alfanumérica	XVIII
9br ^o		Novembro	alfanumérica	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 9 - Abreviaturas de antropônimos

ABREVIATURA	IMAGEM	DESENVOLVIMENTO	CLASSIFICAÇÃO	SÉCULO
Joaq ^m		Joaquim	letra sobreposta	XVIII
X. ^{er}		Xavier	letra sobreposta	XVIII
Amor Div ^o		Amor Divino	letra sobreposta	XIX
C.		Cyriaco	suspensão	XIX
daconc ^{am}		daconceiçam	letra sobreposta	XIX
Joaq ^{na}		Joaquina	letra sobreposta	XIX
Sacram ^{to}		Sacramento	letra sobreposta	XIX
Sz ^a		Souza	letra sobreposta	XIX
S ^a		Silva	letra sobreposta	XIX

Fonte: elaborado pelas autoras.

Sinais abreviativos em textos modernos

Em documentos coloniais e do período imperial, além do ponto, mantém-se o uso da barra ou til. Como assinala Seixas (2020), tomando por base autores setecentistas que descreveram regras de ortografia do período, a exemplo de Bluteau (1728) e Feyjo (1734), o til foi criado como sinal abreviativo, colocado sobre uma vogal, para suprir o lugar de uma letra. É o caso das consoantes nasais <m> ou <n> quando se apresentam dobradas, como em Cômungar [= Commungar] e Aña [=Anna], ou para abreviar a sílaba final -em, como em Convê [=Convem]. (FEYJO, 1734)

Quanto às palavras terminadas em *-ão* e que no período coexistem com a variação em *-am*, como em João/Joam, Feyjo (1734, p. 82) considera “indigno da incorreto manter a alternância pois considera que a terminação em *-am* deve ser reservada para as sílabas de som “débil e submisso”, como em “amaram”, e a terminação em *-ão* para as sílabas de som forte e agudo. O til é utilizado ainda sobre a consoante <q> para indicar a supressão das letras <ue> ou ainda para indicar a supressão de várias letras, o que ocorre, por exemplo, nos patronímicos, com a colocação do til sobre a letra <z>, como em Fez = *Fernandes*, que mantém na abreviatura uma remissão ao final em <z>, conforme fora utilizado no período medieval, e em outras palavras em que o til pode indicar supressão de várias sílabas, como em Miã = *Misericórdia*. (BLUTEAU, 1728; FEYJO, 1734; NUNES, 1969)

Outros sinais e letras abreviadoras do período medieval desapareceram, surgindo outras formas para indicar a omissão de algum elemento da palavra, a exemplo do sinal formado por dois pequenos traços paralelos, inseridos no local em que houve a supressão das letras, como destacado na imagem a seguir:

Figura 6 - Abreviatura por letra sobreposta



Transcrição: *Illustrissimos*

Fonte: *Livro de Offícios Diversos do Asilo São João de Deus* (1876, f. 30, v. I. 11).⁹

Na Figura 6, observa-se a forma *Ill,,^{mo}*, classificada como abreviatura por letra sobreposta, na qual são suprimidas letras mediais da palavra, estando a sílaba final em expoente. Observa-se a utilização de dois pequenos traços com inclinação à direita, semelhante a duas vírgulas justapostas (,,), abaixo das letras finais sobrescritas. Esse sinal

9 Livro de Registro de Offícios Diversos do Asilo São João de Deus. (1876-1884). Seção de Arquivo Colonial e Provincial do Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Maço n. 7151.164f.

abreviativo aparece em diversos outros vocábulos do manuscrito, sempre que há uma abreviatura desse tipo.

Considerações finais

Foi objetivo da breve reflexão aqui apresentada discutir o problema das abreviaturas, sistematizar alguns padrões e oferecer alguns exemplos que possam ser úteis ao trabalho de pesquisadores do manuscrito, docentes e estudantes. Sabe-se, contudo, que dadas a amplitude da questão e as ilimitadas possibilidades de variação comumente encontradas na leitura de documentos manuscritos, uma vez que a escrita está sempre sujeita à criatividade de quem escreve, mesmo na vigência de regras e modelos, é sempre possível encontrar ocorrências que não se encaixem nos padrões propostos.

Sendo assim, espera-se que, a partir da análise e considerações acerca da seleção de exemplos de abreviaturas retirados do *corpus* aqui utilizado, que inclui manuscritos datados dos séculos XVII ao XIX, seja possível estabelecer um critério mais específico para posteriores identificações e classificações delas nos referidos períodos, assim como os demais que venham a se encaixar nas categorias apresentadas.

Cabe destacar que a abreviatura, sendo um elemento de dificuldade para a decifração de manuscritos, torna-se obstáculo ainda maior em documentos elaborados com escrita ligeira e descuidada, como alguns dos exemplos aqui apresentados, ou quando traçada por mãos inábeis. A ocorrência de leituras ambíguas, seja por casos de polissemia, de parassinonímia, ou pela dificuldade de leitura das ligaduras, constitui-se em outro desafio para o interessado na leitura de manuscritos. Assim, o estabelecimento ou proposição de critérios para a classificação das abreviaturas aqui realizada não pretende esgotar as diversas possibilidades de leitura, mas direcionar o pesquisador à análise de contextos específicos, conforme a necessidade e o grau de proficiência em abreviaturas de cada leitor.

Referências

- BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de paleografia e diplomática*. 5. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2015.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário Portuguez e Latino aulico, anatomico, architectonico [...]*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. v. 1.
- COSTA, R. *Abreviaturas: simplificação ou complexidade da escrita?*. *Histórica*, São Paulo, n. 15, 15 out. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia01/>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M.; COELHO, G. H. Sistema de abreviaturas de documentos adamantinos setecentistas. *Revista Letras*, Curitiba, n. 90, p. 233-252, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/36430>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- FARIA, M. I.; PERICÂO, M. G. *Dicionário do Livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico etc*. Lisboa: Guimarães, 1988.
- FEYJO, J. M. M. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens/ pelo seu mestre João de Moraes Madureyra Feyjo*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <https://purl.pt/13>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- HIGOUNET, C. *História concisa da escrita*. 10. ed. São Paulo: Parábola, 2003.
- LOSE, A. D.; PAIXÃO, D. G. (coord.). *Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: Memória & Arte, 2016.
- MARCOTULIO, L. L.; LOPES, C. R. S.; BASTOS, M. J. M. *et al. Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018.
- NUNES, E. *Album de Paleografia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura do Centro de Estudos Históricos, 1969. v. 1.
- NUÑEZ CONTRERAS, L. *Manual de paleografía: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el sigilo viii*. [Madrid]: Catedra, 1994.

PEREIRA, T. L. G.; TELLES, C. M. *A problemática concernente ao desenvolvimento de abreviaturas*. In: SEMINÁRIO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1982, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 1982. p. 1-12.

PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. (Sección Obras de Lengua y Estudios Literarios).

QUERINO, C. C.; PEREIRA, N. S. Parassinonímia no uso de abreviaturas no prontuário do paciente: dificuldades de leitura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PALEOGRAFIA, 1., Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2017. p. 15-17.

SAMPSON, G. *Sistemas de escrita*. São Paulo: Ática 1996.

SÁNCHEZ PRIETO, A.-B. Las abreviaturas como indicadores de hábitos de lectoescritura. *Revista de História, Cárceres*, p. 159-168, 2001.

SEIXAS, V. C. *As abreviaturas na escrita setecentista: pistas gráficas como recurso subsidiário de caracterização sociolinguística do escrevente*. 2020. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33970>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SEIXAS, V.; COELHO, S. Abbreviations in eighteenth-century letters: Graphic clues and literacy degrees. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 19, n. 15, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348108084_Abbreviations_in_eighteenth-century_letters_Graphic_clues_and_literacy_degrees. Acesso em: 10 fev. 2021.

SOBRAL, M. G. *Abreviaturas: uso e função nos manuscritos*. Dissertação de Mestrado PPGL. Salvador: ILUFBA, 2007. Orientação de Célia Marques Telles. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28200>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SPINA, S. *Introdução à edótica*. São Paulo: EdUSP, 1994.

Capítulo 2

As mulheres no Estado Novo de Salazar: edição e análise filológica da carta de Georgina ao seu filho (1963)

Beatriz de Freitas Cardenete
Vanessa Martins do Monte

As mulheres no Estado Novo de Salazar

O período ditatorial que correspondeu ao Estado Novo português, sob o comando de António de Oliveira Salazar (1889-1970), começou a vigorar no dia 22 de fevereiro de 1933, com a publicação no *Diário do Governo* da *Constituição Política da República Portuguesa*,¹ e perdurou até 1974, com a Revolução dos Cravos. Como afirmou Borges Santos (2018, p. 165):

A Constituição Política de 1933, que estruturou a fisionomia formal do regime autoritário em Portugal ao longo de toda a sua vigência, definiu novas finalidades para o Estado, em uma dinâmica que permitiu aos decisores políticos e a alguns juristas apoiantes do novo projeto estatal defender que se desenrolava uma nova etapa constitutiva do direito

1 De acordo com o Decreto n° 22:241 da presidência do ministério. A edição do *Diário do Governo* em que a Constituição foi publicada pode ser consultada em: <https://bit.ly/2vM1oA2>. Ver nas referências: Portugal (1993).

público em Portugal. De certa forma, esse discurso sinalizava um impulso revolucionário que sumariamente se condensava na proposta de fundação de uma ‘república unitária e corporativa’ e se pretendia estabelecer como alternativa à crise da democracia representativa, nos moldes em que tinha sido impulsionada sob a atuação dos governos republicanos de 1910 a 1926.

Esse discurso que se construía como um “impulso revolucionário” e uma “alternativa à crise da democracia representativa”, porém, estava longe de ser efetivamente igualitário, como fica claro no artigo 5º dessa mesma Constituição (1933):

Art. 5.º O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis. § único. A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das cousas.

O que se vê no artigo 5º é que, apesar de o Estado português prever uma sociedade “baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis”, o parágrafo único deixa evidente que essa igualdade não é tão universal quanto promete, pois possui uma ressalva “quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”.

Esse lugar de cidadã inferior conferida à mulher e a tentativa de diferenciá-la pela “sua natureza” não são exclusivas do Estado Novo português. Como bem mostrou Silvia Federici (2017, p. 191, grifo nosso), a demonização das mulheres foi um processo longo que se acentuou durante a transição do feudalismo para o capitalismo, em que

[...] as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu

meio de reprodução mais básico e *um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade* [...]. Porém, na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer como um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos.

Assim, a privatização das terras e a divisão sexual do trabalho colocaram as mulheres em um lugar a partir do qual eram vistas como posse dos homens. As mulheres passam a ser consideradas verdadeiros recursos naturais, tendo como atividades o cuidar do marido, dos filhos, dos mais velhos, do lar e responsabilizar-se por tudo aquilo que se relacione à reprodução social. O resultado desse processo foi

[...] uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a ‘apropriação primitiva’ dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. (FEDERICI, 2017, p. 191)

A teoria defendida por Silvia Federici é a de que os cercamentos e a expulsão dos trabalhadores de seus *commons* fizeram com que os homens substituíssem as terras perdidas pelas mulheres, gerando uma associação das mulheres a recursos naturais e uma divisão do trabalho em que a tarefa do cuidar foi desvalorizada e ficou sob responsabilidade delas. Esse cenário criou uma feminilização da pobreza, em que as mulheres precisaram também arrumar empregos remunerados e serem, portanto, dependentes de seus maridos e de seus patrões.

Federici (2017, p. 305) ainda assinala que o auge desse processo ocorreu no período denominado Caça às Bruxas, que foi “um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura”. Assim, a grande ofensa dessas mulheres para com o Estado não foi a de possuírem poderes ditos pelos inquisidores como sobrenaturais, mas sim a de terem controle sobre seus próprios corpos e serem insubordinadas:

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades – como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída. (FEDERICI, 2017, p. 314)

Apesar de o Tribunal do Santo Ofício ter atuado mais violentamente entre os séculos XVI e XVIII, é perceptível que a mentalidade inquisitorial não foi superada no contexto do Estado Novo português. Como evidenciado na *Constituição Política da República Portuguesa* (1933), ao excluir as mulheres do mundo público e igualitário sob a justificativa de que é devido à sua natureza e pelo bem da sua família, o que se percebe é uma continuidade da visão das mulheres como um recurso natural. Nesse contexto, na ditadura de Salazar, elas eram legalmente as responsáveis por esse trabalho privado e não remunerado de serem as mantenedoras de seu núcleo familiar, como o próprio António de Oliveira Salazar (1932 apud CAMPINA, 2013, p. 252) explanou em uma entrevista:

À mulher solteira que vive sem família ou tendo de sustentá-la, devem ser dadas todas as facilidades legais para prover o sustento dela e dos seus; mas a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava, deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casa e concorre com o trabalho do homem [...], a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada, ameaça ruína [...]. Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, trazê-la nos seus braços, no interior da casa [...]. Não sei, afinal, qual dos dois terá papel mais belo e útil.

Como fica bem evidente na fala do governante, há uma diferenciação entre as mulheres solteiras e as casadas, que possuem direitos e deveres também distintos. Para a mulher casada, fica a responsabilidade de cuidar da família, instituição considerada “pedra fundamental” e sem a qual a sociedade “ameaça ruína”, o que sustenta o discurso de que a função exclusiva de mãe e educadora era extremamente importante

e basilar na sociedade portuguesa. Aos homens, pelo contrário, eram destinadas a vida exterior, a rua e as decisões públicas.

A disparidade legislativa que prevê igualdade, mas que, ao mesmo tempo, desconsidera as mulheres como cidadãs e ceifa seu direito à voz no âmbito público, torna-se ainda mais forte se considerarmos que, em 1934, foi concedido,

[...] pela primeira vez em Portugal, o direito de voto e de elegibilidade às mulheres que tinham um curso secundário ou eram chefes de família. [...] A elite feminina com intervenção política seria aquela que, sendo fortemente católica e adaptada à ideologia salazarista, serviria os propósitos do regime nos campos reservados às mulheres – a assistência e a educação – e pelos quais lutaria [...]. (COVA, 1999 apud CAMPINA, 2013, p. 253)

O sufrágio universal, portanto, não veio como forma de devolver a voz pública e genuína para as mulheres, mas como um apoio da elite feminina, que ajudaria a justificar as decisões tomadas pelo governo, por mais contraditórias e não inclusivas que fossem essas decisões em relação às próprias mulheres. Torna-se evidente, dessa maneira, que a promessa de igualdade incluída na Constituição é bastante questionável e uma marca que acompanhou todo o Estado Novo, conforme Campina (2013, p. 253):

Esta ideologia foi dominante na legislação e em toda a ação salazarista. Na ação comunicacional, António de Oliveira Salazar desenvolve uma intervenção que gere uma ação explicativa, apoiando-se numa eliminação dos direitos de paridade, onde a igualdade de gênero era mera utopia. A justificação da exceção constitucional apoiou-se na ‘natureza’, logo biológica, e no ‘bem da família’, isto é, uma linha ideológica.

Nos anos finais do Estado Novo, houve um recrudescimento da desigualdade social e, por consequência, da pobreza, o que colocou as mulheres em um lugar onde, além de serem delegadas pelo Estado a se responsabilizarem pela reprodução social e a terem uma jornada no âmbito doméstico, precisaram assumir também trabalhos remunerados. Ou seja, assim como defendido por Silvia Federici (2017, p. 191) em relação às mulheres no período de transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres no Estado Novo português também foram reduzidas

“a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens”. De acordo com Cova e Costa Pinto (1997, p. 76-77):

[...] [a] pesar da retórica do ‘regresso ao lar’, as mulheres continuaram a entrar no mercado de trabalho durante o Estado Novo. No conjunto dos sectores, os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens, ainda que uma lei votada em 1966, sobre a igualdade dos salários dos homens e das mulheres, tenha sido aprovada. Durante os anos 60, devido à emigração da mão-de-obra masculina e à participação dos homens na guerra colonial, a feminização de determinados ramos da indústria (têxtil, por exemplo) aumentou bastante. Por outro lado, a forte estratificação social e o reduzido peso numérico das elites, constituiu um elemento de menorização da discriminação educativa e profissional das mulheres da classe média-alta.

Se as mulheres das classes mais altas passaram a ter um maior acesso à educação e à profissionalização, isso não ocorreu com as mulheres pobres. Cova e Costa Pinto (1997) mostram que, em 1930, 61,8% da população portuguesa com mais de sete anos era analfabeta, sendo que a maioria desse número correspondia à população feminina: 69,6% das mulheres nesse período não sabiam ler nem escrever. Apesar de ter havido uma diminuição expressiva, em 1960, existiam ainda 31,1% de analfabetos; entre as mulheres, esse índice alcançava 36,7%. Tais números são ainda mais assustadores se comparados com a alfabetização masculina: aos 69,6% das mulheres analfabetas correspondiam 52,8% dos homens analfabetos, na década de 1930; enquanto nos anos 1960, havia 36,7% de analfabetas frente a 24,9% de homens na mesma situação.

Em síntese, antes do governo de Salazar, já havia uma divisão sexual do trabalho que colocava como de incumbência das mulheres o trabalho doméstico, mas que fez com que elas tivessem uma dupla jornada e precisassem também arrumar empregos remunerados. No Estado Novo, porém, esse cenário se agrava ainda mais. Tal fato se dá porque, em teoria, as mulheres tinham parte de seus direitos privados pela Constituição; mas, na prática, precisavam assumir dois papéis: de trabalhadoras domésticas e também de assalariadas.

A história que a carta conta

Rita Marquilhas (2000, p. 33) afirma que a dificuldade de conservação dos documentos privados é bastante alta porque eles estão sob a guarda de possuidores também privados e que normalmente os perdem, “[a] não ser que alguma circunstância externa promova o seu valor documental na mesma época da respectiva redação”. O documento utilizado como *corpus* deste capítulo só chegou aos nossos dias porque Flávio Honorato de Freitas – destinatário e filho da remetente – reconheceu o valor documental e sentimental da carta de sua mãe assim que a recebeu.

A epístola foi inicialmente mantida, junto com outras cartas familiares dentro da mala usada por Flávio em sua mudança ao Brasil. Anos depois, o conjunto documental foi guardado por Maria – esposa de Flávio – em uma caixa de sapatos feita de papelão até que, no início de 2020, os documentos fossem reorganizados em pastas e separados com papel alcalino na tentativa de diminuir a deterioração dos manuscritos. Tendo Flávio falecido no ano de 2007, os documentos se encontram atualmente sob os cuidados de sua família.

Ainda segundo Marquilhas (2000, p. 33), a necessidade de escrever correspondências privadas surge a partir do momento em que, na história de uma comunidade, “[...] abundarem factores que bloqueiem a comunicação oral e privada”, o que faz com que as pessoas estabeleçam uma forma alternativa de contato: “[...] as viagens, a guerra, as migrações e a estratificação social, factores de perturbação das relações privadas pela criação de distâncias, motiv[am] o recurso à epistolografia”. Apesar de a autora se referir ao período seiscentista, essa motivação para a escritura privada parece permanecer bastante válida ao longo dos séculos.

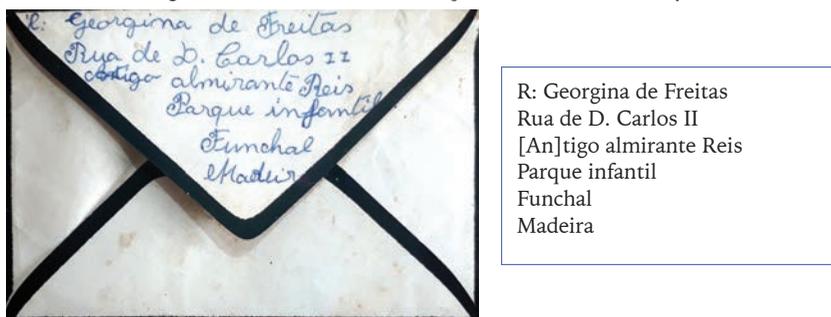
Na carta de Georgina de Freitas, datada de 15 de outubro de 1963 e redigida na Ilha da Madeira, a remetente escreve ao seu filho Flávio, que havia imigrado ao Brasil há alguns anos e onde estabeleceu uma família. O conteúdo da carta se desenvolve tanto para perguntar sobre a saúde do destinatário, de sua esposa e de sua filha, como para contar-lhe sobre sua situação financeira. Na linha 3, Georgina explica que escreveu “[...] estas duas linhas só para saber da tua saúde e de tua mulher e tua filha. Que estejam bem de saúde é o que esta tua mãe e sogra e avó

deseja a vocês todos”. Assim como defendido por Marquilhas (2000), aqui a motivação da autora ao escrever a carta também é causada pelo impedimento de manter uma comunicação oral privada com o seu filho.

Em seguida, a remetente inicia o relato sobre sua situação econômica, afirmando nas linhas 11 a 17 que: “os comeres estão bem caros que ninguém pode entrar no mercado. Quem leva cem escudos não traz quase nada, o dinheiro fica lá. Aqui ninguém pode comprar carne nem ovos”. Apesar disso, Georgina tranquiliza o filho ao dizer, nas linhas 25 a 28, que: “[...] dá para eu viver, eu não preciso de auxílios de ninguém enquanto eu puder trabalhar [...]”.

Essa dificuldade monetária relatada por Georgina é agravada pelo fato de ela ser a mantenedora financeira principal de sua casa, pois, em um telegrama da mesma coleção e datado de meses antes, ela comunica ao filho da morte de seu marido. Viúva em uma sociedade com forte estratificação social e uma divisão sexual do trabalho prevista na Constituição, a remetente trabalhava em uma escola para conseguir se sustentar sem receber ajuda de ninguém. Tal informação está manifestada no envelope da carta em que constam os dizeres “Parque infantil | Funchal | Madeira”, endereço de seu trabalho e onde provavelmente a carta foi redigida, como pode ser visto na imagem a seguir.

Figura 1 - Fac-símile e transcrição do verso do envelope



Fonte: elaborada pelas autoras.

O envelope ainda traz uma informação bastante interessante de se ressaltar e que diz respeito ao endereçamento do escrito. A correspondência de Georgina não é enviada diretamente ao Flávio, mas sim

à Maria Zita, que também é filha da remetente e morava no Brasil. Provavelmente dentro do envelope deveria conter um segundo escrito destinado à Zita, que ficou com a sua carta e entregou a outra ao seu irmão. As dificuldades financeiras que Georgina relata no documento podem justificar a sua escolha em fazer o envio da carta de Flávio por Maria Zita, já que deveria ser mais barato mandar um único envelope ao Brasil, contendo duas cartas, do que uma correspondência para cada filho.

Figura 2 - Fac-símile e transcrição do recto do envelope



Fonte: elaborada pelas autoras.

No escatocolo da carta enviada a Flávio, mais especificamente nas linhas 28-32, Georgina encerra seu escrito dizendo que é para o filho: “arrecede[r] saudades para tua mulher e filha, e um grande abraço para ti e muitos beijos desta tua mãe que te ama até a morte”, marcando a importância afetiva da parte de sua família que vivia no Brasil.

Apesar de a remetente já haver se despedido do filho no verso do fólio 1, a escritura continua no recto do segundo fólio. Essas linhas, que possivelmente se tratam de um *post scriptum*, justificam o motivo pelo qual a irmã caçula de Flávio não lhe escreveu: “Olha a Mariquita manda-te muitas saudades e do marido, que eles estão muitos doentes e eles te mandam pedir desculpa de eles não te poderem escrever”.

A Codicologia, a Diplomática e a Paleografia no estudo epistolar

Com as reflexões aqui expostas, é interessante partirmos para uma análise propriamente filológica do documento. Para isso, serão

utilizados conceitos da Codicologia, da Diplomática e da Paleografia. De início, atentemo-nos para a Codicologia, ciência que se dedica “[...] exclusivamente ao conhecimento do material empregado na produção do manuscrito (Scriptoria) e das condições materiais em que esse trabalho se verificou”. (SPINA, 1977, p. 23)

Em outras palavras, o estudo codicológico é responsável pela materialidade do texto, levando em consideração informações como as medidas do fólho e da mancha, o formato do papel, a distância e o número de pontusais e filigranas, além de descrições de selos, carimbos marcas d’água e outras informações referentes ao manuscrito como objeto. Esse trabalho é de grande relevância para o filólogo porque

[a]lém de permitir uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos, os conhecimentos codicológicos também são utilizados mais pragmaticamente na descrição de códices, a qual deve constar na edição de textos preservados em manuscritos. (CAMBRAIA, 2005, p. 27)

Apesar de Cambraia se referir, na primeira parte do excerto, à Codicologia aplicada mais especificamente aos textos politemunhais, para as cartas é interessante a segunda parte da definição do autor. Com a descrição codicológica desses documentos, é possível trazer informações importantes sobre os aspectos materiais das correspondências no contexto que se pretende estudar.

No caso específico da carta aqui trabalhada, o papel utilizado é um bifólio composto por dois fólhos pautados de 132x175 mm, sendo que o primeiro fólho é escrito no recto e no verso e o segundo somente no recto. A mancha ocupa aproximadamente 120x145 mm, havendo uma variação de até 5 mm de largura. O documento está amarelado e possui algumas manchas mais escuras causadas pelo tempo. Além disso, o bifólio foi dobrado ao meio uma vez, provavelmente para ser colocado no envelope e enviado ao Brasil.

Um ponto a se destacar é o uso de um papel de luto para escrever a carta. Conforme descrito por Leite (1998) e Gastaud (2011, p. 8), era comum em períodos de luto o uso de folhas tarjadas de negro indicando “[...] uma morte antes mesmo que a carta seja lida”. No caso da carta de Georgina, a tarja preta ocupa uma área de 5 mm em torno dos dois

fólios externos (1 recto e 2 verso), usada provavelmente devido à morte recente de Fábio de Freitas, marido de Georgina e pai do destinatário.

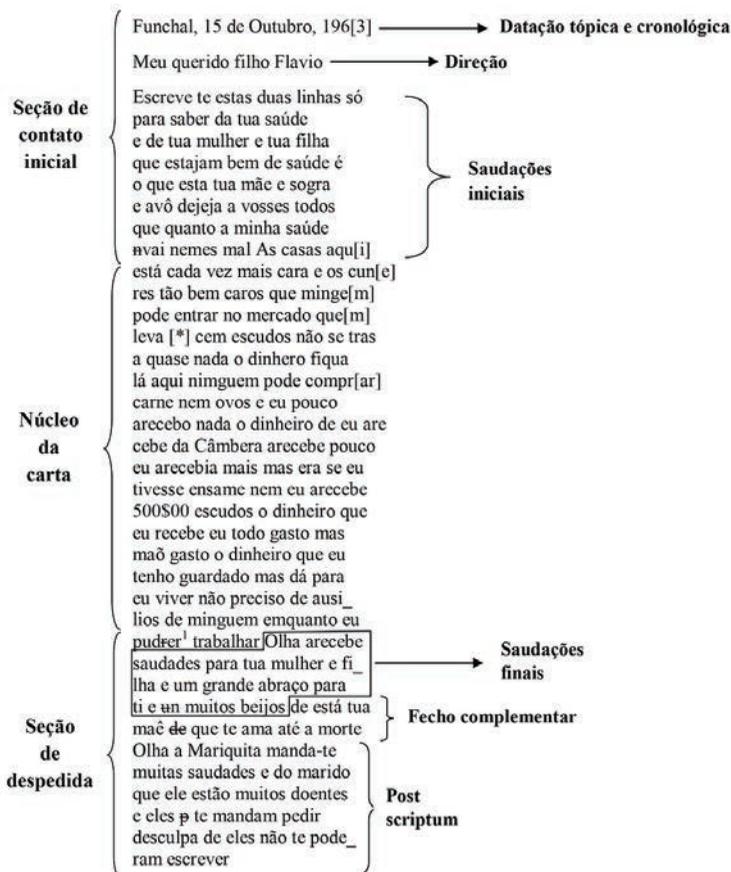
Já para a análise diplomática, ciência que estuda as constantes formais da tipologia textual do manuscrito, está sendo usado como base o trabalho de Monte (2015). A Diplomática é bastante importante para a análise da carta de Georgina porque, segundo Cambraia (2005, p. 25):

A decifração e a reprodução de um documento podem ser realizadas com mais segurança e propriedade quando se tem consciência de como eram produzidos os documentos, em que classes se distribuía e como se estruturavam internamente, sobretudo porque apresentavam constantes formais tanto em termos estruturais quanto linguísticos.

O manuscrito é iniciado com a datação tópica e cronológica do local de escrita da carta seguida pela direção “Meu querido filho Flavio”, ou seja, o nome do destinatário antecedido por palavras de tratamento. Em seguida, há uma saudação inicial em que a remetente pergunta a Flávio sobre a saúde de sua mulher e filha e também conta a ele sobre o seu próprio estado. Depois, há o núcleo da carta, em que ela aborda o assunto central e que é o motivo pelo qual resolveu escrever para Flávio.

Por último, há a seção de despedida, iniciada pelas saudações finais em que Georgina diz ter saudade da família e manda beijos para todos. Em seguida, há o fecho complementar “de esta tua mãe que te ama até a morte”, subseção que, segundo Tin (2005, p. 137 apud MONTE, 2015, p. 276), é “[...] uma demonstração de respeito e lealdade”. Por fim há um *post scriptum* em que é dito sobre os motivos da irmã do destinatário não ter lhe escrito. Um ponto interessante dessa epístola é que Georgina não faz nenhuma assinatura, ficando a escrita do seu nome reservada apenas para o envelope. Aqui o que parece haver é uma substituição da subseção de assinatura pelo fecho complementar, provavelmente feita devido à proximidade entre a remetente e o destinatário, o que dispensava qualquer tipo de complementação.

Figura 3 - Anotações diplomáticas



Fonte: elaborada pelas autoras.

Já a Paleografia, segundo Berwanger e Leal (2008, p. 16), é uma área que “[...] abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever. Pode ser considerada arte ou ciência. É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica”.

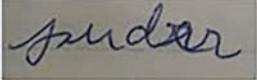
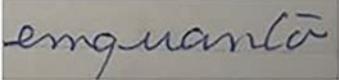
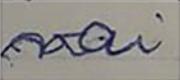
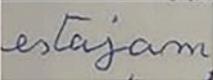
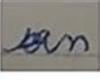
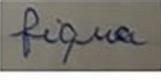
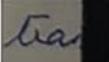
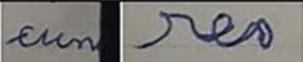
Como uma mistura entre arte e ciência, a Paleografia é um campo extremamente relevante para pensar os manuscritos, uma vez que dá suporte para definir informações importantes sobre o documento. Cambraia (2005, p. 24, grifo do autor) chama a atenção para os seguintes aspectos que a Paleografia pode abordar:

- a) classificação da escrita, localização e datação;
- b) descrição sucinta de características da escrita, a saber: a *morfologia das letras* (sua forma), o seu *traçado* ou *ductus* (ordem de sucessão e sentido dos traços de uma letra), o *ângulo* (relação entre os traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita), o *módulo* (dimensão das letras em termos de pauta); e o *peso* (relação entre traços finos e grossos das letras);
- c) descrição sucinta do sistema de sinais abreviativos empregados na referida escrita;
- d) descrição de outros elementos não-alfabéticos existentes e de seu valor geral [...];
- e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas.

No documento em estudo, a Paleografia é importante não só para pensar a escrita da carta, mas também para a elaboração da edição semidiplomática presente na última seção deste capítulo. A partir de uma análise paleográfica, percebe-se que Georgina possui um módulo arredondado com peso, ângulo e *ductus* bastante uniformes. Ainda assim, a autora troca algumas letras na hora de escrever, sobrescreve algumas outras como forma de correção do que havia escrito anteriormente e rasura completamente algumas palavras.

Como é defendido por Rita Marquilhas (2000, p. 230), ao trabalhar com uma abordagem linguística da escrita, faz-se necessário “[...] conciliar noções fonológicas, morfológicas, lexicais, semânticas, neurológicas e cognitivas com a situação prática que é a do envolvimento dos falantes com o texto escrito”. Na carta de Georgina, a dimensão dupla da escritura fica bastante clara: por um lado, há uma dimensão paleográfica, que é expressa pelas rasuras de palavras; e por outro, há uma dimensão linguística, evidente na troca das letras. O quadro a seguir traz alguns exemplos dessas duas dimensões que aparecem ao longo da carta de Georgina.

Quadro 1 - Dimensões linguística e paleográfica

Dimensão paleográfica	Dimensão linguística
 pudfer	 emquanto
 nvai	 estajam
 un	 fiqua
 p	 tras
 de	 cune res

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses dois planos são fortemente interligados, pois a rasura surge como forma de autocorreção, ou seja, motivada pela percepção da remetente de que cometeu algum engano referente à dimensão linguística durante a escritura. Esses dois aspectos podem ocorrer em maior ou menor grau e estão diretamente influenciados pelo domínio da língua escrita de quem está escrevendo e de informações como para quem se escreve e qual assunto está sendo abordado, o que faz com que essas duas dimensões possam dar pistas importantes tanto sobre o contexto de produção da carta quanto sobre o grau de letramento da remetente.

Sobre o contexto de produção, as rasuras e a troca de grafemas do documento podem ser lidas como uma possível decorrência da informalidade da carta, pois, apesar de portar um conteúdo importante, ela era destinada a alguém com quem a remetente tinha bastante intimidade, o que poderia dispensar qualquer tipo de rascunho ou reescrita para

evitar rasuras. Já em relação ao grau de letramento de Georgina, o que se percebe é que, embora a remetente seja alfabetizada, ela pode ter possuído somente um grau médio de instrução e não ter total domínio da norma escrita da língua.

Tal hipótese sobre a semi-instrução de Georgina ainda é corroborada se fizermos uma breve análise do punho da remetente a partir da ideia de habilidade ou inabilidade de escrita defendida por Marquilhas (2000), segundo a autora, uma das características de mãos inábeis é uma irregularidade da empaginação, o que no caso da carta aqui analisada fica evidente, principalmente quando o texto escrito se aproxima das tarjas pretas do papel de luto. Nas linhas 10, 11, 12 e 16, Georgina ultrapassa a área branca destinada à escritura, usando parte da tarja preta para grafar as últimas letras das palavras. Como o texto foi escrito com uma caneta esferográfica com tinta azul escura, a leitura dessa parte do documento não só foi dificultada, como pareceu ilegível no fac-símile aqui apresentado. Para a transcrição realizada na última seção deste artigo, foi feita uma análise atenta e contra a luz dessa parte do documento, o que tornou a tinta um pouco mais visível. Ainda assim, optou-se por marcar tais letras como reconstituídas por conjectura, de acordo com as normas de transcrição.

Marquilhas (2000, p. 240) ainda pontua sobre características que marcam uma escrita mais lenta dos inábeis e que é “[...] decorrente da falta de perícia, e determina a amplitude do módulo, bem como o desenho autônomo dos caracteres e a insegurança do traço”. Na carta de Georgina, tal característica da escrita lenta aparece, principalmente pelo uso de um módulo grande e por uma relativa ausência de *cursus*. Tal característica é visível no ato de levantar o instrumento de escrita entre o traçado de uma letra para a outra, como, usando de exemplo as palavras do quadro anterior, em *pudrer* (o traçado não une o “u” ao “d”), em *emquanto* (o mesmo ocorre entre o “q” e o “u” e entre o “t” e o “o”), em *estajam* (entre o “s” e o “t”) e em *fiqua* (entre o “i” e o “q”). A epístola de Georgina, porém, não nos revela um punho inábil, assim como os estudados por Marquilhas nos documentos inquisitoriais portugueses, mas sim uma mão pouco hábil. (BARBOSA, 1999 apud MONTE, 2015)

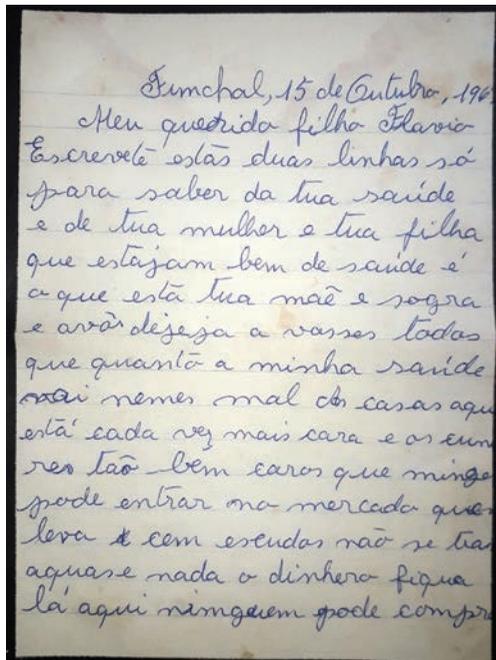
Normas de edição utilizadas

Para a edição do documento, tomou-se por base o trabalho elaborado por Toledo Neto (2020). As normas utilizadas foram as seguintes:

1. A transcrição será conservadora.
2. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição e os fólios serão numerados entre duas barras verticais da seguinte forma: ||nº do fólio + face do fólio||.
3. As fronteiras entre palavras são modernizadas conforme o modelo de separação vocabular atual, mas não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.
4. Paragrafação, grafia, pontuação e acentuação do modelo são fielmente reproduzidas.
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresenta no original.
6. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: pudrer.
7. Letras ou palavras reconstituídas por conjectura serão colocadas entre colchetes.
8. Letras ou sinais ilegíveis por dificuldade de decifração da escrita serão sinalizados com um asterisco entre colchetes: [*]

Edição fac-similar e semidiplomática

Figura 4 - Fac-símile do fólho 1 recto



Fonte: elaborada pelas autoras.

Transcrição:

|| 1r. || Funchal, 15 de Outubro, 196[3]

Meu querido filho Flavio

Escreve te estas duas linhas só

para saber da tua saúde

e de tua mulher e tua filha

que estajam bem de saúde é

o que esta tua mãe e sogra

e avô dejeja a vosses todos

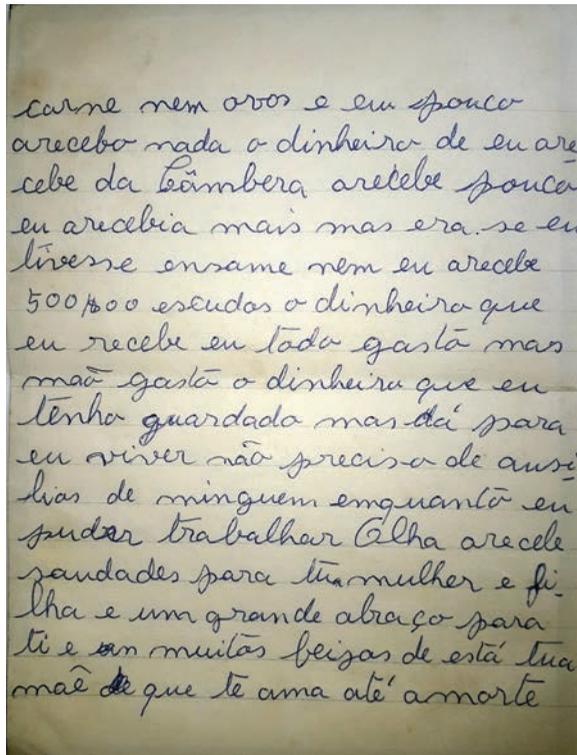
que quanto a minha saúde

nvai² nemes mal As casas aqu[i]

2 Nesta palavra, a remetente escreveu primeiro o grafema “n”, fazendo uma autocorreção por cima com o “v” de “vai”.

está cada vez mais cara e os cun[e]
res tão bem caros que minge[m]
pode entrar no mercado que[m]
leva [*] cem escudos não se tras
a quase nada o dinheiro fica
lá aqui ninguem pode compr[ar]

Figura 5 - Fac-símile do fólio 1 verso



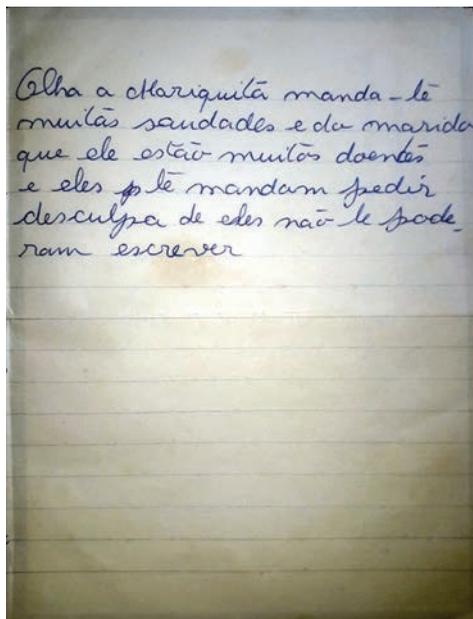
Fonte: elaborada pelas autoras.

Transcrição:

|| 1v. || carne nem ovos e eu pouco
arecebo nada o dinheiro de eu are
cebe da Câmbra arecebe pouco
eu arecebia mais mas era se eu
tivesse ensame nem eu arecebe

500\$00 escudos o dinheiro que
eu recebo eu todo gasto mas
maõ gasto o dinheiro que eu
tenho guardado mas dá para
eu viver não preciso de ausi_
lios de minguem emquanto eu
pud^rer³ trabalhar Olha arecebe
saudades para tua mulher e fi_
lha e um grande abraço para
ti e ~~un~~ muitos beijos de está tua
maê ~~de~~ que te ama até a morte

Figura 6 - Fac-símile do fólio 2 recto



Fonte: elaborada pelas autoras.

Transcrição:

||2r.|| Olha a Mariquita manda-te
muitas saudades e do marido

3 O “r” foi a primeira letra grafada e logo corrigida com um “e” escrito sobre ele.

que ele estão muitos doentes
 e eles p te mandam pedir
 desculpa de eles não te pode_
 ram escrever

Considerações finais

Como mostrado, a carta escrita por Georgina para seu filho Flávio insere-se em um contexto ditatorial com regras bastante específicas em relação às mulheres: ainda que a Constituição previsse a igualdade dos cidadãos perante a lei, as mulheres eram excluídas com justificativas pseudobiológicas que as colocavam como responsáveis pela reprodução social. Tal situação, porém, não é exclusiva do Estado Novo de Salazar e possui raízes históricas bem mais antigas. No contexto ditatorial – em que eram destinados às mulheres os cuidados com a vida privada e aos homens o protagonismo da vida pública –, cartas como a de Georgina se tornam fontes primárias extremamente interessantes para estudos filológicos, linguísticos e sócio-históricos.

O documento, escrito em tinta azul sobre um papel de luto, segue as estruturas padrão típicas das missivas: inicia com a seção de contato inicial, seguida pelo núcleo da carta e pela seção de despedida. Além disso, as análises paleográfica e linguística da epístola apontam que Georgina possuía pouca habilidade de escrita, de acordo com os critérios de Marquilhas (2000).

Em uma ditadura marcada pela forte estratificação social, pela desigualdade de gênero e pela considerável porcentagem de mulheres analfabetas, essa carta que sobreviveu ao tempo e chegou até nós traz um relato que, apesar de retratar uma história particular de alguém que viveu na ditadura salazarista, acaba por confirmar os dados históricos desse período. Documentos desse tipo, escritos autógrafos pelo próprio punho de uma mulher, não só jogam luz nos processos organizacionais da sociedade da época, como também nos permitem ouvir uma dessas mulheres cujas vozes há muito tentam emudecer.

Referências

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de paleografia e de diplomática*. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.

BORGES SANTOS, P. Na gênese da Constituição Política de 1933: o ideário corporativo e a estrutura econômico-social do autoritarismo português. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 64, p. 173-196, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/LbQL8CVqg7Ft6FfWjpSNp8b/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2023.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMPINA, A. C. C. *António de Oliveira Salazar – Discurso político e a “retórica” dos Direitos Humanos*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

COVA, A.; COSTA PINTO, A. O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, Lisboa, n. 17, p. 71-94, 1997. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2656445>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e a acumulação primitiva. São Paulo: Elefantos, 2017.

GASTAUD, C. Escrever cartas: as materialidades das correspondências. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo, 2011. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2011. p. 1-12. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300661162_ARQUIVO_materialidadesdascartasANPUH2011b.pdf. Acesso em: 4 mar. 2023.

LEITE, M. L. M. As transformações da imagem fotográfica. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 7-19, 1998.

MARQUILHAS, R. *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

MONTE, V. M. *Correspondências Paulistas: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775)*. São Paulo: Humanitas, 2015.

PORTUGAL. *Constituição Política da República Portuguesa*. [Lisboa: s. n.], 1993.

SPINA, S. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix, 1977.

TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, n. 20, v. 10, p. 192-208, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/13959>. Acesso em: 8 mar. 2023.

Capítulo 3

Filologia, Paleografia e clonagem digital: experiência interdisciplinar em interface com as Humanidades Digitais

*Phablo Roberto Marchis Fachin
Celestino Bourroul Neto*

Introdução

A Filologia tem em sua história um caráter erudito, marcado pelo diálogo entre ciências afins, em busca de se compreenderem a trajetória dos textos e as transformações pelas quais costumam passar ao longo do tempo, a exemplo da proximidade com a História, a Paleografia, a Diplomática, a Codicologia, a Linguística Histórica etc. Essa conexão é tão forte que Duarte (2019) as situa como disciplinas filológicas. Por meio de diferentes perspectivas, o labor do filólogo tem se adaptado ao avanço tecnológico e à ampliação de acesso a uma série de documentações até antes limitadas a pesquisas de campo em seus arquivos de guarda. Diante de novos desafios, novos grupos de pesquisas têm se empenhado no estudo dos textos, manuscritos e impressos para: por um lado, produzir fontes confiáveis para estudos linguísticos; por outro, ampliar o conhecimento a respeito do seu processo de criação, de seu contexto de produção, de aspectos gráficos e históricos que possam

servir de aparato investigativo para pesquisas a respeito da cultura e da sociedade em geral.

Nesse cenário, novos olhares têm surgido, assim como novas tendências científicas, abrindo espaço para o compartilhamento de metodologias. Este capítulo é resultado desse contexto. Diante do desafio de conhecer de forma mais aprofundada os documentos, seus agentes e suas implicações históricas, políticas e linguísticas, empregam-se interdisciplinarmente elementos das Humanidades Digitais¹ para fortalecer o olhar promovido por ciências de cunho mais tradicional, como a Filologia e a Paleografia.

Contreras (1994, p. 15, tradução nossa), ao tratar do significado histórico da Paleografia, faz um alerta para duas premissas fundamentais nesse processo: 1. conceito e método são pilares que sustentam cada ciência e que a identificam; 2. existe uma complexa inter-relação entre conceito e método, sendo muito difícil “delimitar onde as considerações metodológicas determinaram as mutações no conceito e em que medida, ao contrário, foram as mutações no conceito que exigiram uma mudança metodológica”.² Para a resolução dessa problemática, leva-se em consideração o exame do desenvolvimento histórico de qualquer ciência, de suas sucessivas etapas elaborativas e por quais consequências conceito e método passaram.

Tendo isso em vista, observa-se que manuais e tratados de Paleografia historicamente procuram expor os conceitos básicos dessa ciência ao longo do tempo, seu método, sua terminologia, a própria história da escrita e suas fontes, buscam maneiras de explicitar o desenvolvimento e a evolução dos elementos gráficos e como se caracterizavam com o instrumento de escrita, a região em que eram produzidos e o objetivo de produção. Tentam levar o leitor a identificar essas características por meio de lâminas paleográficas, exposição de alfabetos e muitas vezes, por meio de generalizações, alcançar a classificação histórica da

1 Sobre o universo das Humanidades Digitais, consultar *The Humanities and Technology Camp* (THATCamp), em: <http://thatcamp.org/about/>.

2 Texto original: “delimitar dónde las consideraciones de tipo metodológico han determinado las mutaciones en el concepto y hasta qué punto, por contra, han sido las mutaciones en el concepto las que han exigido un cambio metodológico”.

escrita. Não raramente, encontram-se resultados conflitantes com as de outros manuais, levando, na realidade, a dúvidas complexas sobre determinados tipos caligráficos. De modo geral, tais obras realizam exame sistemático de documentos específicos, descrevem a sua escrita, a sua relação temporal e espacial e produzem material crítico no campo da Paleografia.

Nesse contexto de produção e mudanças, Mallon (1952, p. 17, tradução nossa), autor de obra fundamental para quem busca entender as particularidades dessa ciência, caracterizou-a da seguinte maneira:

A paleografia tem por objeto o estudo, não apenas das escrituras, mas ainda do conjunto dos caracteres externos de todos os monumentos, sem nenhuma exceção, que apresentem textos, inscrições de qualquer natureza, papiros, pergaminhos, tábuas de cera etc., estudo que não pode deixar de explorar de forma acessória, sempre que houver utilidade, os dados fornecidos pelos caracteres internos.³

Metodologicamente, manuais e tratados apresentam princípios e procedimentos de aplicação com o intuito de levar o leitor a alcançar normalmente três objetivos da Paleografia: 1. instrumento ou arte de leitura; 2. ciência auxiliar da História; 3. ciência própria da escrita em si mesma (princípios e procedimentos paleográficos fixados por uma das mais importantes ciências que lidam diretamente com a escrita e os seus caracteres gráficos). De acordo com Martínez (1991, p. 6, tradução nossa), os princípios metodológico-paleográficos, que podem levar ao conhecimento e à interpretação das inscrições de diferentes suportes e fontes, “consistem, em primeiro lugar, em saber ler e compreender o que está escrito; segundo, em saber julgar a escritura e os demais caracteres externos da fonte escrita”.⁴ Princípios muitas vezes não alcançados pelas características de cada escrita e pela dificuldade de identificar as suas particularidades.

3 Texto original: “la paléographie a pour objet l’étude, non seulement des écritures, mais encore de l’ensemble des caractères externes de tous les monuments, sans aucune exception, qui portent des textes, inscriptions de toutes sortes, papyrus, parchemins, tablettes de cire etc., étude qui ne doit pas laisser d’exploiter accessoirement, et dans toute la mesure utile, les données fournies par les caractères internes”.

4 Texto original: “consisten, primero, en saber leer y entender lo que allí está escrito; segundo, en saber enjuiciar la escritura y los demás caracteres externos de la fuente escrita”.

Com a possibilidade de oferecer uma outra forma de visualizar e identificar os elementos gráficos dos documentos, com uma outra maneira de investigação, mais tecnológica, mais integrada ao universo das Humanidades Digitais, este texto pretende apresentar resultados iniciais de um exercício de pesquisa realizado no âmbito da Filologia, congregando conceito e método paleográficos, desenvolvidos ao longo de sua história, com o recurso tecnológico denominado Non Uniform Rational B-Spline (Nurbs). Esse é um modelo matemático usado no campo da computação gráfica, que vem sendo utilizado de maneira muito produtiva nas áreas de Arquitetura, Engenharia e *Design*. Dessa forma, interdisciplinarmente, opera-se com o texto e seus aspectos gráficos, contribuindo para a história das práticas filológicas e socio-culturais da escrita por meio de diferentes perspectivas. Este texto está estruturado essencialmente em três partes: 1. do contexto da Filologia e da Paleografia ao Nurbs; 2. documento analisado e sua transcrição; 3. aplicação da tecnologia Nurbs.

Do contexto da Filologia e da Paleografia ao Nurbs

Histórica e metodologicamente, o aprendizado das ciências filológica e paleográfica comporta técnicas que tendem a se adaptar ao contexto operado, sem entrar em conflito com o que as caracteriza, isto é, seu conceito e método em relação ao diálogo com novas tecnologias. Nesse sentido, o pesquisador procura realizar o processo de estudo e leitura dos manuscritos, analisa-os graficamente e busca situar a escrita presente neles no tempo e no espaço e daí alcançar fundamentos para compreender a sociedade em que se deu a produção.

As letras que compõem cada palavra têm de ser identificadas e analisadas isoladamente, em busca do levantamento detalhado do alfabeto. Para tal façanha, inicialmente, necessita-se da seleção mínima de alguns vocábulos passíveis de identificação para então se fazer o levantamento de outros, porém, mesmo conhecendo o seu alfabeto, muitas vezes não é possível a leitura total dos manuscritos. A bem da verdade, após muitas tentativas, nem da metade deles. Mesmo assim, o estabelecimento

de um alfabeto representa etapa essencial para a leitura e transcrição satisfatórias de qualquer manuscrito, principalmente quando se trata de grafia de difícil decifração.

Trata-se de uma atividade que requer critério e paciência na coleta e distribuição de cada uma das letras. É necessário se habituar ao tipo de escrita, a empregos de letras deformadas, trechos apagados, abreviaturas de diversos tipos, borrões e um vocabulário, muitas vezes, desconhecido. Importante na realização dessa tarefa é o critério utilizado. Uns dos que mais se destacam nesse assunto são os procedimentos fixados por Mallon (1952), pelos quais se procura fixar as formas típicas de cada letra, observando todas as suas particularidades.

Além da forma das letras, deve-se refazer o trabalho do escriba no processo de escrita, acompanhando exatamente a ordem em que os traços foram realizados, isto é, deve-se estudar seu *ductus*. Há casos em que conhecer a forma apenas não é suficiente para alcançar a sua identificação. Um “a”, por exemplo, pode sofrer variações que o deixem irreconhecível em determinado contexto. Daí, a importância da noção da trajetória porque cada letra foi construída, relacionada a outros elementos de análise, como o ângulo gerado pela pena e o suporte, o módulo de cada letra (suas dimensões quanto à altura, à largura etc.) e o peso da escrita (traços fortes ou finos de acordo com o instrumento da escrita). (FACHIN, 2008)

Diante da dificuldade de se lidar com documentos antigos, de difícil leitura, pelo desconhecimento das fontes, do aspecto material do manuscrito, pelo distanciamento da língua em questão, pela falta de habilidade ou ainda pela desmotivação do iniciante no campo da Paleografia, muitas vezes todo o processo descrito por Mallon (1952) não é alcançado. Diante desse desafio, o contato com novas tecnologias, principalmente com auxílio digital, pode renovar o trabalho filológico e paleográfico e atribuir-lhe revigorada importância para os estudos para os quais os seus resultados trazem contribuição, como cultura escrita, história da escrita e história das línguas em que os documentos foram produzidos.

Os estudos realizados configuram um processo denominado clonagem vetorial, com o recurso tecnológico Nurbs, no qual a produção

manuscrita é a matéria-prima para a produção de clones textuais que podem ser empregados como recurso adicional ao repertório do pesquisador. Vistos como formas visuais que, contextualizadas, oferecem um conteúdo semântico, isto é, os grafismos produzidos por um escriba são tratados como formas bidimensionais que podem ser representadas por linhas e superfícies, pelo uso do *software* de desenho, clonados um a um, em processo que não prescinde de um operador que em todas as fases da clonagem toma decisões em função dos objetivos do estudo.

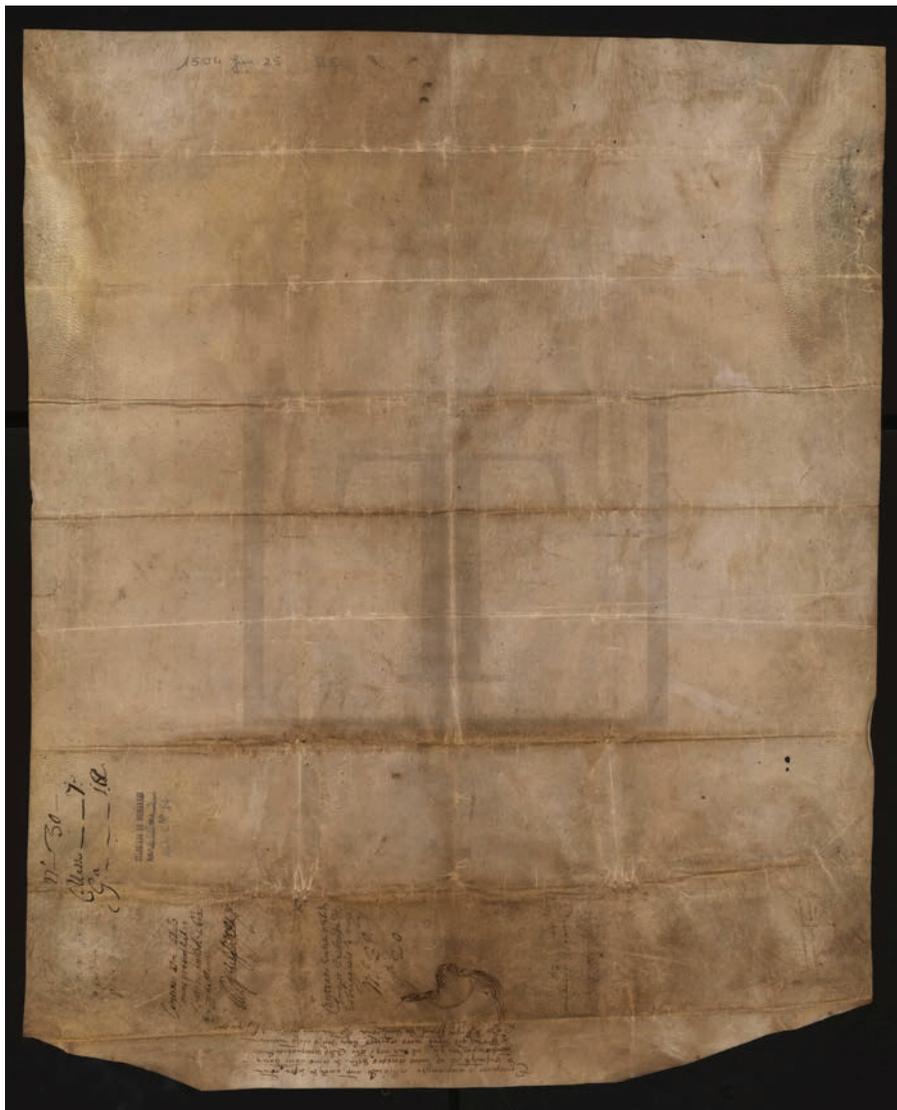
O documento analisado

Como base para a aplicação do recurso nos estudos filológicos, utilizou-se o *Contrato entre o cabido e meios prebendados e obrigações que tem*, datado de 25 de junho de 1504, produzido em pergaminho, proveniente da região da atual cidade de Guimarães, em Portugal. Trata-se de instrumento de contrato entre partes por meio de transação na vila de Guimarães de Braga. O manuscrito encontra-se na Torre do Tombo, maço 6, nº 3. Com escrita tipicamente quinhentista, apresenta alguns desafios para a leitura.

No *recto*, encontra-se: 1504 jun. 25 2E | 22º – 30 – | Maço 7.º | Gaveta 1. [ilegível] | COLEGIADA DE GUIMARÃES | M.º 6 DF N.º 3 | Aut. C^{xa} 17 | Contrato [entre oCabido] E meios prebendados | Visto no anno de 1662 dia 20 deMarco | João da Sylva [ilegível] | Contrato Entre oCabido | Emejso Prebendados | Eobrigacois que tem | M.º 30 | G^a 20 | Contrauto e compromjsso celledrado antrre o cabydo desta freguesia | de guimaraes e os meos conegos della. de como nom ham | [ilegível] cabydo [ilegível] uoz e elle.⁵

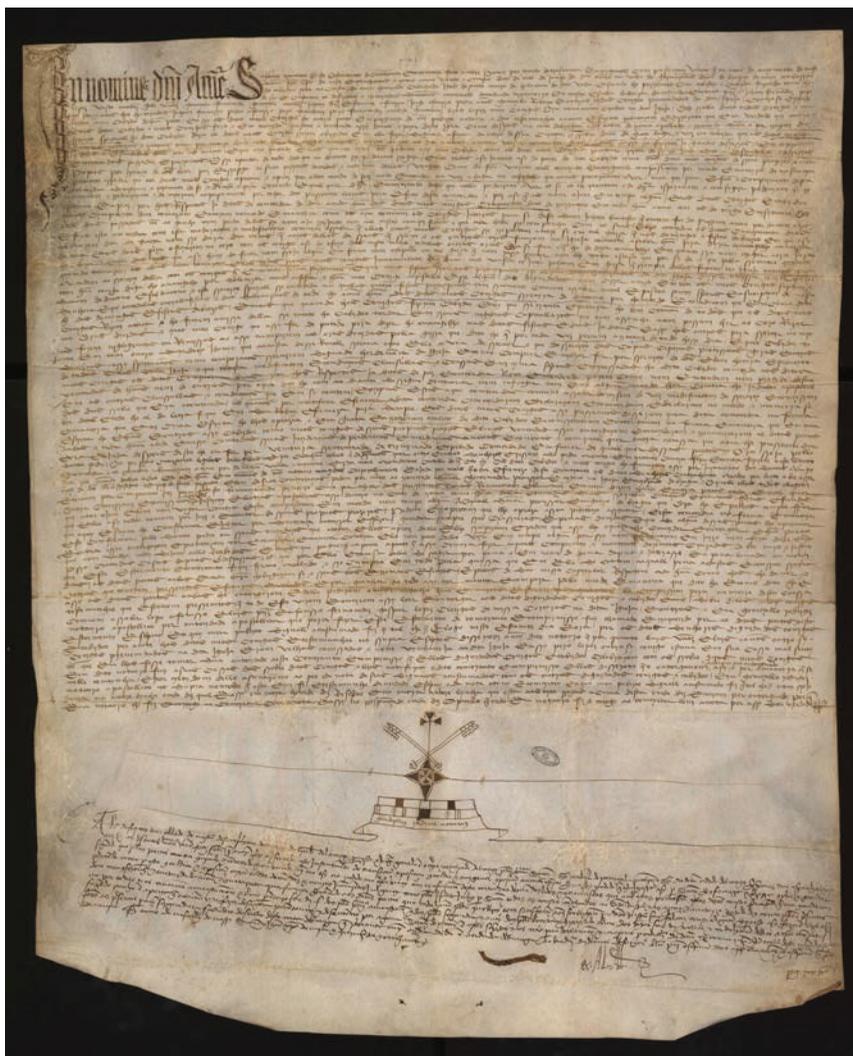
5 Trata-se de documento inédito. A edição semidiplomática do contrato foi realizada de acordo com as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”. (CAMBRAIA, CUNHA, MEGALE, 1999, v. 1, p. 23-26) Resumidamente, esse tipo de edição procura conservar o estado de língua do documento, apenas desenvolvendo as abreviaturas em itálico para elementos acrescentados, com indicação de [] para dúvidas de leitura e [[]] para palavras e expressões repetidas. Há indicação do número de linhas de 5 em 5. As barras verticais são utilizadas para marcar a mudança de linha. Nesse caso, não foram utilizadas em razão da edição estar justalinear.

Figura 1 - Recto do contrato quinhentista



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Figura 2 - Verso do contrato quinhentista



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Transcrição do teor do documento

In nomine Domini Iesus Saybam quantos Este Estormento de
contrauto E comvença feita amtre partes per moodo de trasaucam.
E amjgauell Com pusyçam virem *que* no anno do naçymto de noso |
senhor *Jesus Christo* de mill E qujnhemtos e quatro annos vymte e cymquo

dias do mes de Junho do dito anno na villa de gujmarãães [di] bragaa demtro na Cassa | do cabijdoo syta na crasta da mujto homrada Collegiada Jgreja de samta marja da hulyueira da dia villa. Estando hy presentes Em cabijdoo e Cabijdoo fazemdo como he | de seu [ilegível] custume os descretos e homrados *Senhores* manuell damdrade tessoureyro E o mestre Escolla baltasar damdrade E tomas [pijz] e Joham fernãdez pero | lopez vasco martijz gill vãáz gomçalo fernamdez gomçallo martijz Joham dijj Esteuom afomssso Jorge afomssso pedro añcs gonçallo Rybeiro E outros todos conjgos preuembados da dita Jgreja E outro sy Estando | hy presentes hos homrados Joham fermosso pedra afomssso pero gonçalluez pero fernamdez amdre goncaluez bras lopez meos Conjgos (Ora nouamente Crjados na dita Jgreja) Os ssobre ditos todos Conjgos e ca | bijdoo como Cabijdoo de hũa parte (E assy os ditos meos Conjgos da outra parte) Em pressença de my pubrjco notayro e das testemunhas auamte Escrytas rellatarom E rrelatarom E disserom que Era verdade que amtre | Elles ditos Cabijdoo e meos Conjgos fora e Era moujda questam e comtemda assy diamte o prjor desta Jgreia Como despois na corte de bragaa e [do] a corte de rroma apellada e rremetyda sobre e per rrazom do | sserujço sprjtual que o dito Cabijdoo dizia os ditos meos Conjgos sserem obrjgados Em ella fazer / Segundo a forma da letra de ssua Crjaçom e ssobre dias de graça lugar e voz em cabijdoo que os ditos meos | conjgos rrequerjam e querjam auez per emteiro como cada hũũ [dos conjgos] emteyros e outras coussas na dita comtemda e comtra versya comtendar / sobre a quall coussa sse fezerom Ja gramdes despessas / e Em corerom em | [ilegível] e Estandollos huus com os outros / E que ora querendo Elles quamto com *deus* pudiam assy odito Cabijdoo como os ditos meos Conjgos ssemouer qujtar de sy os ditos odios e Estandollos e despessas | E comtemdas passadas E presentes E sse apartar de todo das que ao diamte sse poderyam ssegujr Elles todos asy Juntos asy da parte do dito Cabijdoo como dos ditos meos conjgos de sseus prazeres e [ilegível] | propios por sserujço de *deus* bem paz E [arresego] de suas pessoas de todos e cada hũũ delles / vynham Como de [ficõ] vierom atall comçerto E amigauell composyçom per moodo E maneyra de trasauçom | Comuem a ssaber que aos ditos meos Conjgos aprouue e apraz per o dito moodo de paz nom Emtender

na voz e lugar no capytollo que amtes procurauam a ver / mas que pera E [fecõ] e Comprymto desta | comcordia adymjtyam e qujtauam de sy e dy mjte e qujta Com todo E quall que [dirreito] E amjnculo delle que aello poderjam aver *et si it in quantum* o [derreito] esperauam e com sygujr poderyam ho sse | [numcy]auom e rrelinqujam e de mjtyram expersamente per tehor das pressemtes letras pera Efeito desta comcordea e paz asy *que* as nom aJam Em tempo algũ / E aos ditos Conjgos E cabijdoo | aprouue E apraz por hos Respeitos Ja ditos de comcordea de dar a cada hũ dos ditos meos conjgos Cynquoemta dias de rrecryaçom Em cada hũ anno com os do trygo E uysitacom / Os | quaaes Cymquoemta dias tomaram E aueram no moodo E maneyra como os ora tomam os Conygos Jnteyros pera si deste Sam Joham bautista *que* otem foy do pressemte anno por diamte e [que] | dos dias passados n ao ganho nem perda delles sse nom aja rrespeyto nem aas custar ataaquj feytas e *que* cada hũ sse com ponha Com as suas / Elhes comçedem os ditos Cymquoemta dyas | E fazem esta com cordea com esta moderaçom e modificaçom comuem a ssaber *que* elles ditos meos Conjgos sse rrepartam amtre sy em tal gujsa *que* nos domingos e festas dobrezes Em que asy | tomarem dia de graça nom sse dara dia mais *que* atres delles de sseis *que* nom e os outros sse tres ficarom na Jgreja comuem saber hũ pera dyzer o euangelho aa myssa | da terça E os dous pera ofiçarem no coro com os conjgos asy ho ofiçio das mjsas como todallas outras oras E asy fara o *que* ha de dizer oeuangelho Em quamto sse nom chegar a ora perao | hy dizer / E que dos tres que asy ham de fycar nom sseJa algũ Em fermo nem ocupado em tal guisa *que* nom possa sserujr nem lhe cayba escusa que por sy de e *que* pella sso-mana quando. | [[quando]] tomarem os dias nom tomarem Elles todos sseys meos conjgos Juntamente hũ dia / mas [vaçisim et Jutz polatim] Em gujsa *que* sempre delles fiquem na JgreJa tamtos que | a [vomdem] ao sserujço della com os conjgos *que* Emtam forem pressentes / E que nas festas ssolenes [ilegível] sse [ilegível] da dita JgreJa disser amjssa maor que em | tam hũ conjgo diga ho auamgelho por solenizar mais a festa e hũ meo Conjgo aespistolla E sse algũ dos dignidades nom disser a mjsa Emtam os meos Conjgos suplam e | [seruam] de diacono E sob diacono e este sserujço spaçiall sse emtemda na quellas quatro

festas prjmípaes tam ssoomente Comuem assaber natal E pascoa sancty
 sp<r>tus E asumpçom de nosa | senhora E que emtodallas outras
 festas e dias sollenypnes de todo ho año hũũ dos ditos meos Conjgos
 ssyruyra de diacono per ho moodo E comdyçom que Em Cyma dyto |
 he dos domyngos E festas dobrezes / E mais que quando hos Conjgos
 fezerem Cabijdoo Em que sse trauta E procura ho bem Comum de todos
 que os ditos meos | Conjgos Rezem aterça e ho [fycyem] a mjssa della
 sse tamto ho Cabijdoo tardar Em sseus negoçyos Capitullares que tam
 assynha nom possam hyr ao Coro Rezar | aas Oras diujdas e que o meo
 Conjgo que assy for de putado pera dizer ho euvangelho nas ditas festas
 E dias Ja ditas E assy hos outros pera sserujr no coro | se forem njgli-
 gemtes ou Remjssos ao assy cumprjrem aas oras dyujdas polla gujsa
 que dito he que por cada vez percama a rraçam de todo hesse dia / E que
 o Cabijdoo to | me Em tam outro saçerdote Jdonyo que aacusta de sse
 Reuell sserua e que Elle avya de sseruir o que do sserujço das Capas
 Ceptrus procyssooes [gyros] E outros | seruyços assy sprjtuaaes como
 temporaaes sserujrom segundo hordenãça da Jgreja E como Compryr
 E mjllhor for por sserujço de deus Ebem homra E proueyto. | de todos
 Elles [Esta] Jgreja e que comesta modifyaçom E comdiçooes Clausullas
 e Coussas Em cyma Scriptas E experssadas ho dyto Cabijdoo comçede
 aos ditos | meos Conjgos os ditos Cymquoenta dias por hos Respeytos
 Ja ditos de paz Ecomcordya. Nom Emtendendo porem Como nom
 Emtendem nem proçede de suas | vontades de hũũs nem de outros por
 o que dito he nem ao diamte se ssegue Comtrariar nem ynfringir nem
 Em algũũ moodo hyr Comtra ho Jndulto apastolico | Em as outras.
 Claussullas e comdiçooes que Em sy comtem / Exçeptas Estas aquy
 comtendas comuem a ssaber de misom de voz modicaçom do sserujço
 E comçessom | dos dias ssobre que Era acomtemda / as quaaes por
 mortificar Efeneçer adita comtemda Com cordarom Edeclararom E com-
 cordam E declaram no moodo e maneyra so | bre ditas E todo ho al da
 letra fyquy Em Seu Rabur E firmeza pera sempre / E os ditos meos
 Conjgos assy pressemtes disserom que a dita comcordya na forma |
 E maneyra que Em Cyma Escryta he lhês aprazia e Era grata Earrecebyam
 a merçee do dito Cabijdoo E a comssemtyam E outorgauom na forma
 E maneyra que Em çyma | Escryta he E hũũs E outros assy Cabijdoo

como meos conjgos de sseus propios prazeres E lyures vomtades assy o outorgarom E comçederom e rrenumçiarom as dita partes | ambas e cada hũa alyde E caussa Com todas ssuas Jnçidençias de pendências Emergençyas anexas E conexas e com quall quer outra coussa ataa ho pressente dia | E ora E aJuda despois desto he ou for per vemtura ssentençeedo detrmjnado Expidydo Comçydido Em fauor de quall quer dessas partes // Ora sseja pollo | samto padre / Ora per [ssenor Cumjsayros] legados dellesgados E per cada hũu delles e de <qall> quaaes quer outro E outros senhores E pessoas aello poder averter / Em quanto Comtra fizer E comtra fezerem a este cõçerto | E comcordea e as rreuocam e Renumçiam e ham por de nêhũu vallor e momento / E por mais a vomdamte cautella do *que* dito he / Os ditos Cabijdoos e meos conjgos ho fyrmarom assy per Juramento dos Samtos avange | lhos per mããos delles todos Este cada hũu Em mããos de my notayro tamgidos Corporallmente E aJnda por mais Robur Efyrmeza deste Contrauto os ditos Senhores Comtrahentes avendoo por liçito o boo e sser | ujço de *deus* [] a[rreseguo] E paz de suas pessoas E bem de suas Comçyemçyas / pedem por [mer]cee ao rreuerendo seññor gouernador proujssor E uigairo na Jgreja E arçebpado de bragaa // O qual elles todos ellegem | E tomam por Competemte Jujz pera Esto / Renumçiamdo prjmeyro Como per theor das pressemtes letras Renumçyam E reuocam E comtra dizem hũa E outra partes toda E quall quer | Outra Comjssam E comjssoes <[Resepo]> e Rescryn[com] E lletras apastollicas assy demtro na Corte de rroma como ffora della Com todas suas ssequellas Citaçooes Execuçooes ffeytas E fyendas | que nom aJam Efeyto nem vygor Comtra Esta compusiçam Em moodo nem tempo allgũu / A Quall seññor proujssor E uygayro de bragaa que Ora he E pellos tempos ffor | que Elles asy todos tomam por Jujz e Executor de sseus propios prazeres / Pedem E ssoprjcam que lhe apraza asseu pititorjo assentir / E esta ecomcordya na forma E maneyra | que aquy Escryta he Comfyrmar E Julgar per Semtença autirizar E ffazer guardar ssempre ssob Çemssuras E penas dy ujdas E que se algũa dessas partes lhes aprouer | Esto Comfyrmar pello Samto padre ou sseus oujdores que atodos Elles apraz dello Elhe ssoprjcam E pedem que assy lhe apraza ho Comçeder E outorgar / E hũa parte | Eoutra

assy o outorgarom E prometerom teer E comprjr E numca Contra ello
 nem parte dello [vyr] Em tempo algũ per ssy nem per outrem Em Juizo
 nem fora delle / Eujdo | que nom valha nem sejam a ello Reçeby dos
 // E mais que pague // a parte [[a parte]] que a ssy contra fezer aa
 parte Comprjnte e mantemte dozemtos Cruzados de boo ouro e justo
 | pesso Com todas Custas dapnos / E despessas e [ex] / que por Ello
 E causa dello se ssegujr por pena. e Em nome de pena dapno e Interesse
 / E a pena leuada ou nom | que Este Estormento E contrauto fiyquj
 fyrme e vallydo e sse Cumpra Em todo pella guysa que Em Elle se
 Comtem / aa quall pena e custas E coussas ssobre | ditas / as ditas
 partes anbas E cada hũa hobrjgarom sy e sseus bêës E rremdas E fruytos
 / E proors de sua messa Capytular Respeityue cada hũ Como hos ha
 da uer e | Outros que teuerem pressemtes E futuros [gaanhados] E por
 gaanhar ao todo assy teer manteer E comprjr pello moodo E maneira
 que dito he E como dito he E a | assy as ditas partes anbas ho outor-
 garom / E dello pidirom a mym notairo hũ E mujtos Estormentos
 quamtos lhe Comprjrem pera memorja desta coussa | testemunhar que
 Estauom pressemtes que todo Esto virom E ouujrom assy leer E outorgar
 aos ditos dignjdades Conigos e cabijdoe Eaos sobre ditos meos conjgos
 | Comuem a ssaber lopo afomssso E luis pijz E afomssso fernamdez
 gaspar lopez Clerjgos de mjssa Coreyros na dita Jgreja / E outros e Eu
 gonçallo rodrjgez | notayro apastollico per autorjdade apastollica que
 pera fazer Este Estormento de contrauto E comprjmjssso fuy chamado
 E requerjdo per as ditas partes e este | Estormento E scripuy E aquy
 meu pubrjco signall acostumado fyz que tal he // E logo neste Estamte
 dia E ora per os ditos senhores dignjdades conjgos | E cabijdoe per
 ante hos ditos meos conjgos E testemunhar [ut] ssupra E [feytos]
 disserom amy dito notayro que por quamto lujs vãz E lujs [cancs] outro
 sy – | Conjgos preuemdados na dita JgreJa Erom velhos canssados e nom
 vynham Ja aa dita Jgreja E assy pero lope outro sy conjgo estaua Em
 sua Cassa mal synty | do que Eu lhes fosse tomar sua autorjdade a este
 Contrauto E comprjmjssso que Elles dignjdades Conjgos E cabijdoe
 Celebrarom com os ssobre ditos meos Conjgos | E eu dito notayro fuy
 a suas Cassas dos ssobre ditos Conjgos e lhes notyfyquey o dito com-
 trauto E comprjmjssso Elles disserom que o outorgauom <e aviam por

outorguado> asy e per a maneyra que se | nelle comtyinha / E por certydrom dello asynarõno ao pee da nota de seus signaaes acostumbrados com os outros dignjdades conjgos e cabijdo / E eu gomçallo rodrjgez | notayro apastollico ut supra nomeado que esto Em fe / E testemunho de uerdade E scrpuy e da nota o tyrey E comçertey / E aquy meu pubrjco signall acostumbrado fiz que tal he // nom sseJa | di ujda na amtre lynha omde diz quall E assy em outra homde diz Rescripto E na outra amtre lynha que esta aas tres rregas a Cyma desta omde diz E aujam por outorguado / por que | Eu notayro ho fyz E corregey ao Comçertar Com a nota / E assy no rresprãçado omde diz Capitollo que todo Eu notayro fiz e coregey ao comçertar com anota por assy seer verdade
gũüdisaluo rodrici notario⁶

Aplicação da tecnologia Nurbs

A aplicação da tecnologia Nurbs tem início com a seleção de elementos gráficos e sua ampliação. Ao realizar essas operações, observamos que os limites entre a marca que transmite significado e o veículo que a suporta têm elevado grau de indefinição (Figura 3), exigindo do operador o estabelecimento de critérios para a definição dos limites do grafismo por meio de uma curva Nurbs⁷ (Figura 4), desenhada sobre ele a partir de uma imagem digitalizada.⁸

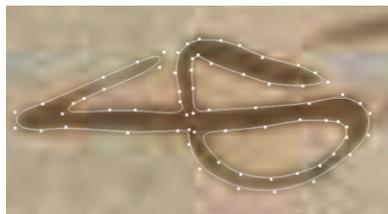
-
- 6 Ainda há lacunas na transcrição que precisam ser completadas, assim como a parte de encerramento do contrato. Trata-se de um desafio no contexto filológico que tem sido resolvido com a técnica aplicada e aqui apresentada.
- 7 Curvas Nurbs são linhas criadas em programas de desenho, que podem ser modificadas pelo manuseio de nós e pontos de controle. Uma definição mais completa pode ser visualizada neste [link](https://en.wikipedia.org/wiki/Non-uniform_rational_B-spline): https://en.wikipedia.org/wiki/Non-uniform_rational_B-spline.
- 8 Quanto maior a definição da imagem disponível do manuscrito, mais preciso pode ser o trabalho do operador.

Figura 3 - Ampliação do elemento gráfico



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

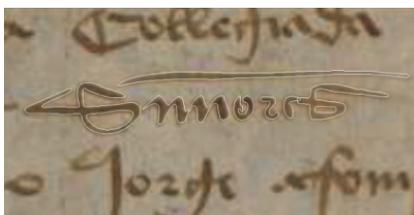
Figura 4 - Elemento sob curva de Nurbs



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

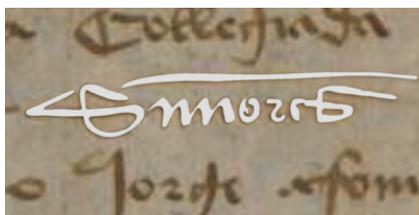
Uma vez definida a curva de limite,⁹ por meio de manipulação e de aumento ou diminuição do número de pontos de controle (pontos brancos na Figura 3), cria-se uma superfície que se limita nas curvas criadas (Figura 5 e Figura 6).

Figura 5 - Limite das curvas criadas



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 6 - Limite das curvas criadas



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Depois de criadas, linhas e superfícies, de maneira independente, podem ser manipuladas fora de seu contexto original (Figura 7 e 8) ou serem recontextualizadas (Figura 9 e 10).

Figura 7 - Manipulação das linhas



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 8 - Manipulação das linhas



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

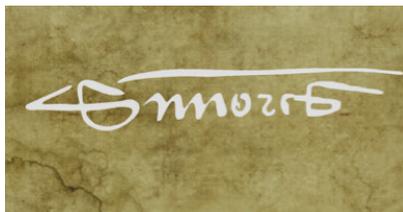
9 Curva que separa a superfície do grafismo, do suporte onde se encontra, da mesma forma que a nossa pele nos separa do meio ambiente.

Figura 9 - Imagem recontextualizada



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 10 - Imagem recontextualizada



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Uma vez criados, os clones podem ser manipulados digitalmente de maneira a produzirem qualquer efeito que se desejar (Figuras 11, 12, 13 e 14).

Figura 11 - Exemplo de clone manipulado



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 12 - Exemplo de clone manipulado



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 13 - Exemplo de clone manipulado



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

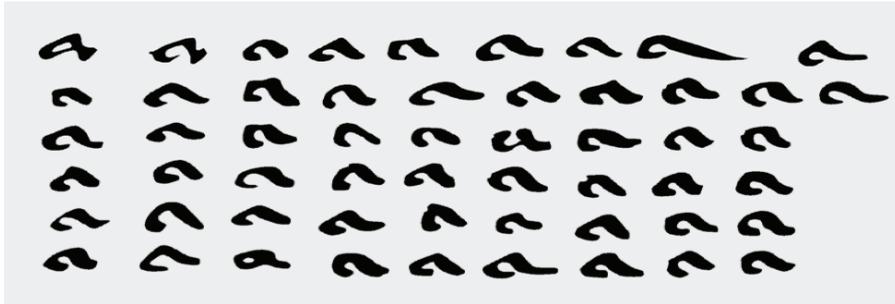
Figura 14 - Exemplo de clone manipulado



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Além disso, os clones podem ser selecionados ao longo do manuscrito e realocados, juntos (Figura 15), de modo a darem uma visão imediata das diversas ocorrências de um determinado elemento do alfabeto.

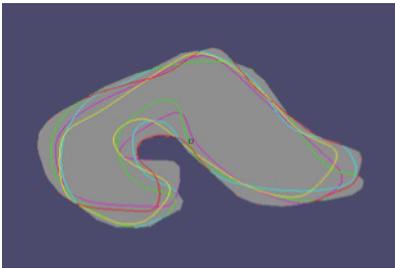
Figura 15 - Clones selecionados ao longo do manuscrito – formas de <a>



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Sobreposições de diversas linhas de contorno (Figura 16) trazem também novas possibilidades, como um perfil genérico (Figura 17) onde se encaixam todas as ocorrências de uma determinada letra, podendo assim dar um importante passo no desenvolvimento de ferramentas de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) para o auxílio na identificação de elementos gráficos em manuscritos.

Figura 16 - Sobreposições de linhas de contorno



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 17 - Perfil genérico

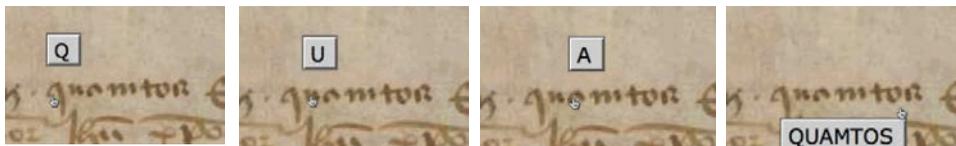


Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Os clones, uma vez descontextualizados, podem ser empregados na edição de hipertextos, na qual os vários aspectos necessários à compreensão de um manuscrito são evidenciados. Conectam-se assim vários recursos digitais que podem ser editados com os mais variados objetivos. Com suas poderosas ferramentas que empregam recursos avançados de visualização associados aos *links*, programas de *webdesign*, como o Adobe Fireworks, editam páginas que podem ser publicadas na *web*. A simples passagem do *mouse* sobre regiões previamente determinadas pode indicar a letra do alfabeto ou uma transcrição da palavra que

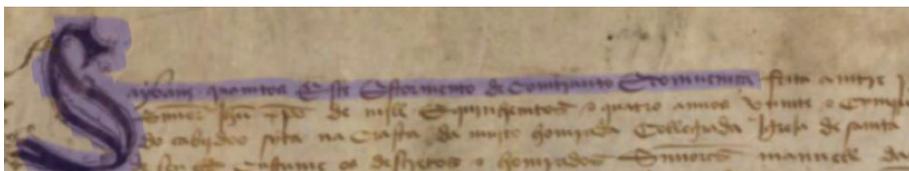
corresponde ao grafismo, facilitando assim a leitura do texto (Figura 18), ou podem, com o clique de um *mouse* num trecho do manuscrito, apresentar (Figura 19) um clone vetorial, uma transcrição diplomática e o texto original do trecho, simplificando assim a adaptação de um aluno iniciante a este novo universo.

Figura 18 - Recursos para facilitar a leitura do manuscrito



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

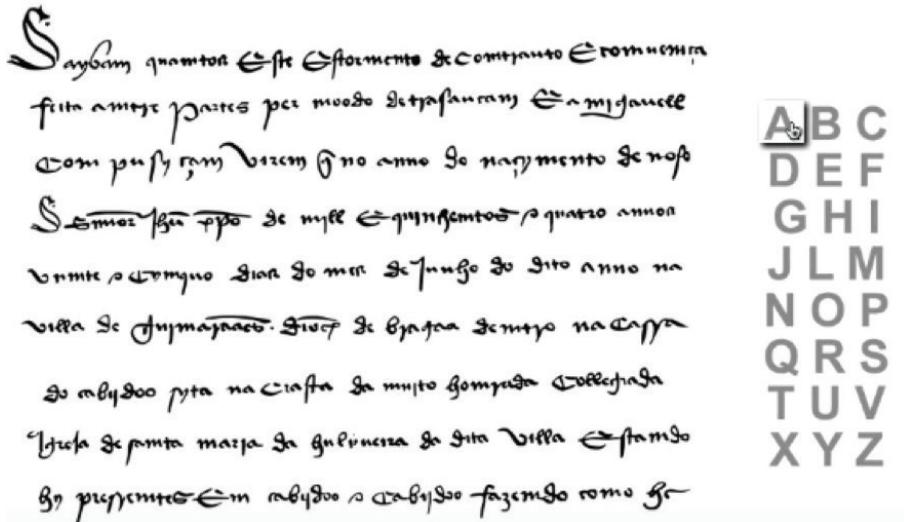
Figura 19 - Recursos para facilitar a leitura do manuscrito



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

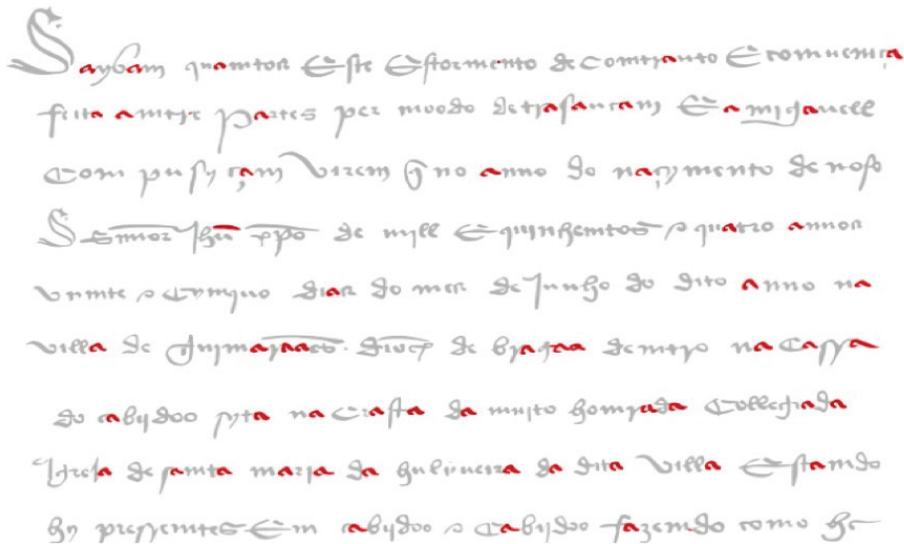
Há também a possibilidade de descontextualizar todo o texto do manuscrito e por meio de um quadro, como demonstrado nas Figuras 20 e 21, operar com a identificação dos elementos gráficos um a um, apenas clicando nas letras do alfabeto. Processo que levaria ao reconhecimento imediato de suas formas e do seu módulo.

Figura 20 - Recurso para identificar elementos gráficos



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Figura 21 - Elementos gráficos identificados e destacados



Fonte: Celestino Bourroul Neto.

Por trabalhar com imagens já digitalizadas, a clonagem vetorial associada à criação de hipertextos se coloca como auxiliar nos estudos

filológicos e no processo de digitalização de documentos como um todo. Os clones são formas analógicas e orgânicas que podem ser veiculadas em formato digital, onde o conteúdo formal, num primeiro momento, só pode ser decodificado por leitores reais. Muitas vezes somos instados a reconhecer caracteres analógicos e representá-los digitalmente para termos acesso a determinadas informações na *web*. Temos de provar que somos humanos e não uma máquina.

A clonagem, portanto, em muito se assemelha ao trabalho do escriba, pois ambas as atividades estão sujeitas aos mesmos tipos de limitações, que são distintas daquelas que possuem os mecanismos desprovidos de vida.

As curvas e superfícies obtidas poderão ser empregadas para a criação, num segundo momento, de mecanismos digitais de reconhecimento que remeterão os grafismos aos respectivos correspondentes alfabéticos. A partir daí, será possível a manipulação do conteúdo em processadores de texto para a produção dos vários tipos de transcrição, facilitando assim o processo de aprendizagem ou até de abordagem de manuscritos por não especialistas e pesquisadores de outras áreas.

O programa empregado neste estudo é o Rhinoceros© versão 4.0,¹⁰ que se mostrou mais adequado que outros dois programas avaliados,¹¹ os quais, cada um à sua maneira, também são capazes de produzir bons resultados. Esse programa¹² permite a customização de menus, o que pode levar à criação de rotinas de edição centradas em botões criados, que, ao serem pressionados, executam várias tarefas em sequência, podendo trazer maior rapidez ao processo de clonagem.

Com o tempo e a experiência, pode ser criado um *plugin*, ou seja, um componente de *software* que adiciona um recurso específico para um programa de computador existente, para trabalhar dentro do próprio Rhinoceros©, com um ambiente amigável, com o intuito de que pessoas pouco versadas utilizem essa sofisticada ferramenta de desenho. Grupos

10 A versão anterior (3.0) e a posterior (5.0) são aptas a produzir os mesmos resultados.

11 Autocad, versão 2008 e Coreldraw, versão X5.

12 O *download* pode ser feito pelo *site* do fornecedor (<https://www.rhino3d.com/>). Exige-se licença para a sua utilização.

de clonagem podem ser criados com operadores vindos de outras áreas, que tenham experiência em desenho digital e que, sob a supervisão de filólogos, possam empregar os critérios adequados na clonagem de coleções de documentos manuscritos, fazendo assim crescer de maneira acelerada a quantidade de clones vetoriais disponíveis aos pesquisadores.

Considerações finais

Um dos desafios das pesquisas no campo da Filologia e da Paleografia é a leitura dos manuscritos. É preciso passar por ela, enfrentar o documento. Para isso, o pesquisador necessita da identificação das particularidades da escrita em questão, como se caracteriza. Há muito tempo, esse processo tem sido guiado pelas orientações de Mallon (1952), as quais têm sido, na maioria dos casos, fundamentais para o sucesso de estudos de escritas antigas.

A congregação de conceito e método filológicos e paleográficos, desenvolvidos com o recurso tecnológico Nurbs ao longo de sua história, não procura alterá-los, apenas oferecer uma outra forma de visualizar e identificar os elementos gráficos em manuscritos, utilizando recursos tecnológicos integrados ao universo das Humanidades Digitais.

Com essa aliança, um vasto campo se abre, sobretudo na área da Filologia e da Paleografia, para pesquisas e divulgação de dados concretos retirados de manuscritos de diversas épocas, podendo levar essas áreas do conhecimento a contextualizarem seus avanços ao fazerem uso das mais variadas formas de mídias disponíveis no campo digital. Além disso, pode auxiliar iniciantes com o aprendizado da ciência, seu método e o processo de leitura de manuscritos antigos, assim como contribuir para o processo de classificação de escritas que ainda está por ser feito, por conta do número limitado de testemunhos localizados ou por ainda oferecerem alto nível de dificuldade de leitura e interpretação.

Referências

CAMBRAIA, C. N.; CUNHA, A. G. da; MEGALE, H. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 1999. (Série Diachronica, v. 1).

CONTRERAS, L. N. *Manual de paleografia: fundamentos e história de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Catedra, 1994.

DUARTE, L. F. *Os palácios da memória: ensaios de Crítica Textual*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FACHIN, P. R. M. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

JUNTA de Freguesia – Concelho de Guimarães. *Junta de Freguesia de Ronfe*, Portugal, 2015. Produzido por OmniSinal. Disponível em: <http://jf-ronfe.pt>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MALLON, J. *Paléographie Romaine*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Antonio de Nebrija de Filología, 1952.

MARTÍNEZ, T. M. *Paleografía y Diplomática*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991.

Fontes metalinguísticas nos arquivos pessoais do IHGSE

Renata Ferreira Costa
Marcos Breno Andrade Leal

Introdução

Com o advento da Linguística Moderna no início do século XX, a Linguística Histórica perdeu seu espaço e somente a partir de meados da década de 1980 assiste-se à sua retomada, que resultou na intensificação da investigação do “estado sincrônico de um passado remoto” (KATO, 1996, p. 16) em textos escritos, os únicos testemunhos sobre a história da língua, visto que não é possível ao pesquisador contar com a competência do falante: “Não dispomos do ‘falante nativo’ para julgamentos de agramaticalidade/gramaticalidade, aceitabilidade/não-aceitabilidade. Será a recorrência de fatos linguísticos nos dados dos documentos o indicador para nos tirar desses dilemas”. (MATTOS E SILVA, 2002, v. 3, p. 455)

Dessa forma, nos estudos linguísticos diacrônicos, é imprescindível debruçar-se sobre fontes escritas como registros de estados de língua. No entanto, a constituição de *corpora* diversificados e representativos para a reconstrução da história da língua portuguesa, em especial do

português brasileiro, tem se mostrado um grande desafio para historiadores da língua, uma vez que demanda tempo, paciência e uma dose de sorte, considerando-se que não é fácil encontrar essas fontes ou, quando muito, encontrá-las em bom estado de conservação.

William Labov (1994, p. 11 apud BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, p. 170) chama a atenção para essas dificuldades ao afirmar que “a Linguística Histórica pode ser concebida como a arte de fazer o melhor uso de maus dados”, uma vez que

[...] os dados, que são ricos em tantos sentidos, são pobres em outros. Documentos históricos sobrevivem por acaso, não por um desígnio intencional, e a seleção que está disponível é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. As formas linguísticas em tais documentos são frequentemente distintas das vernaculares dos escritores, refletindo, ao contrário, esforços para capturar um dialeto normativo que nunca foi língua nativa de ninguém. (LABOV, 1994, p. 11 apud BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, p. 170)

Essa difícil tarefa de trabalhar com documentos de sincronias passadas atinge outras ciências da linguagem de caráter histórico, como a Historiografia Linguística, que se dedica à “reconstrução do conhecimento sobre a linguagem”. (ALTMAN, 2019, p. 28) Embora recente – sua atuação tem início em 1974 –, essa ciência tem avançado significativamente nos últimos anos, no entanto ainda se constituem obstáculos atinentes às suas condições de investigação, de acordo com Swiggers (2019, p. 70),

- a. falta de textos-fonte confiáveis: por exemplo, indisponibilidade de edições críticas de textos, de traduções de textos originais escritos em idiomas menos ‘acessíveis’;
- b. necessidade de inventários, e bibliografias, confiáveis e críticos dos textos-fonte e da literatura secundária;
- c. necessidade de obter mais e melhores informações sobre fontes não publicadas e (vários tipos de) textos-fonte ‘não canônicos’: por exemplo, trabalhos manuscritos, correspondência, rascunhos e notas preparatórias, notas de estudantes etc.

No que diz respeito especificamente ao estudo da história da formação da língua portuguesa e do processo de produção do conhecimento sobre ela, do que podemos denominar “história do saber metalingüístico do português”, Gonçalves e Banza (2011, p. 1) alertam para o fato de que “ainda está longe de alcançar o grau de desenvolvimento e de aprofundamento que já se registra em relação a outras línguas românicas”, o que não pode ser atribuído

à ‘escassez’ da tradição portuguesa, mas antes ao facto de boa parte das fontes nem sequer estar recenseada e, por outro lado, a um certo preconceito dos historiadores da língua em relação a textos da tradição gramatical e metalingüística.

A ausência de recenseamento de fontes, como apontam Gonçalves e Banza (2011), coaduna com a necessidade de elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa em arquivos públicos e privados, como inventários e catálogos, que possam oferecer aos pesquisadores vias mais fáceis, rápidas e seguras de acesso a informações sobre os textos que podem lhes servir de fontes. Ademais, há que se considerar também a importância da constituição de *corpora* diacrônicos, principalmente em ambiente digital, a fundamentar os estudos históricos e historiográficos da língua.

Ressalta-se, desse modo, a relevância de trabalhos que deem conta de catalogar fontes de interesse linguístico e metalingüístico e de constituir bases documentais para a pesquisa empírica em Linguística Histórica, História da Língua, Filologia, Historiografia Linguística e História da Cultura Escrita, a exemplo do *Catálogo seletivo de fontes metalingüísticas* (2021), elaborado por Marcos Breno Andrade Leal como produto intervencionista no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) para a obtenção do título de mestre no Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Ao registrar e descrever textos metalingüisticamente elaborados, esse catálogo fornece ao usuário do IHGSE o acesso ao conhecimento sobre uma amostra representativa de estudos descritivos sobre o português brasileiro, de modo a possibilitar e promover a investigação

linguística da língua e das ideias que circularam sobre ela em território nacional entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX.

A amostra inventariada integra os arquivos pessoais de oito intelectuais brasileiros, provenientes de Sergipe, que estão sob a guarda do IHGSE, a saber: Armino Guarani, Oliveira Telles, Ivo do Prado, Epifânio Dória, Urbano Neto, Fernando Porto, José Calasans e Thétis Nunes. A documentação desses polígrafos abrange artigos, documentos pessoais, discursos e palestras, recortes de jornais e revistas, correspondências expedidas e recebidas, impressos, atas, anotações pessoais, cadernetas, livros e documentos jurídicos, sendo possível identificar os mais diversos assuntos, inclusive estudos e comentários de natureza linguística nos níveis gramatical (fonética, morfologia e sintaxe), ortográfico e lexical (lexicológico/lexicográfico).

O repertório de fontes para a Historiografia Linguística é amplo e tem a ver com o tipo de informação que elas podem oferecer. Assim, além de relatos, comentários, documentos e “artefatos de estudos da linguagem, os chamados instrumentos linguísticos (dicionários, gramáticas, vocabulários, listas de palavras etc.)” (ORLANDI, 2013, p. 13), podem servir de fonte textos que ultrapassam “as formas de conhecimento da linguagem”, como salienta Altman (2019, p. 28), a exemplo de autobiografias, memoriais, prefácios, correspondências, resenhas, arquivos orais e fotográficos. (MALKIEL, 1969; SWIGGERS, 1982 apud ALTMAN, 2019)

De qualquer forma, apesar do amplo rol de fontes que podem servir aos propósitos do historiógrafo da Linguística, *corpora* para o português que incluem textos de natureza metalinguística são raros (GONÇALVES; BANZA, 2011), ainda mais quando se consideram textos não canônicos, como as fontes primárias – publicadas, mas desconhecidas – ou inéditas – que integram o referido catálogo.

IHGSE: centro de memória da cultura sergipana

Depositário de um rico acervo documental há mais de 100 anos, o IHGSE, popularmente conhecido como a Casa de Sergipe (DANTAS, 2012), foi criado em 6 de agosto de 1912, sob influência do surgimento

de outros institutos históricos no Brasil desde o século XVIII, principalmente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB).

Liderado por Florentino Teles de Menezes, o IHGSE foi fundado com a presença de intelectuais da elite sergipana, como Silvio Romero, Tobias Barreto, Manoel Bonfim, Felisbello Freire, Laudelino Freire, Hermes Fontes, Maximino de Araújo, João Ribeiro e Francisco Antônio de Carvalho Júnior, com o objetivo de ser um local agregador e difusor da cultura, história e memória sergipana e brasileira.

Figura 1 - Fachada do IHGSE



Fonte: Google Mapas (2019).¹

Ao longo de seu funcionamento, o instituto teve várias sedes. Iniciou suas atividades no prédio do Tribunal de Relação, passando para o Palácio Provincial e depois para a Biblioteca Pública do Estado. Entretanto, graças à atuação de Nobre de Lacerda e Epifânio Dória, foi projetada e construída a atual sede, hoje localizada na Rua Itabaianinha,

¹ Ver em: <https://www.google.com/maps/place/Instituto+Hist%C3%B3rico+e+Geografico+de+Sergipe/@-10.9123159,-37.0526127,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x71ab37a0a26d7db:0xc7edf35f31407ddc!8m2!3d-10.9123159!4d-37.0504231>.

no centro de Aracaju, capital de Sergipe, envolvendo e mobilizando intelectuais, entidades governamentais e até mesmo a captação de recursos doados pelas prefeituras e cidadãos do interior do estado, sensibilizados com a necessidade de preservar o patrimônio documental da região.

A inauguração do novo prédio ocorreu em 2 de abril de 1939 e, desde então, o IHGSE vem se consolidando como centro de memória da cultura sergipana. Atualmente, comporta a Biblioteca Irmãos Rodrigues Dória, a Biblioteca Manoel Bomfim, a Pinacoteca João de Oliveira, o Museu Galdino Bicho, além do arquivo, da hemeroteca e de um auditório com 400 cadeiras.

Como guardião do patrimônio cultural de Sergipe, o instituto visa coletar, adquirir e conservar documentos com valor histórico, social e cultural relativos ao estado e ao Brasil, além de fornecer acesso à informação através de seu acervo e à promoção de eventos para o desenvolvimento de pesquisas e estudos que fomentem a produção historiográfica sergipana.²

Entre as mais variadas fontes documentais sob a custódia da Casa de Sergipe, estão livros, correspondências, documentos avulsos, jornais, periódicos, multimídias, fotografias e peças museológicas – documentação de suma importância enquanto representação da memória e do patrimônio documental de indivíduos, de uma comunidade e da própria instituição. Esse arcabouço documental proporciona o conhecimento de discursos e práticas sociais de uma época e também pode ajudar a provar ou destruir os direitos de um indivíduo. (DELMAS, 2010)

Além da documentação administrativa, o arquivo do IHGSE reúne fundos pessoais de personalidades sergipanas, cuja constituição é fruto da acumulação de documentos produzidos e recebidos pelo titular ao longo de suas atividades e funções sociais, mas ao mesmo tempo da consequência de seus interlocutores. (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017)

Segundo Freitas (2009), a constituição do acervo do instituto é fruto do sentimento colecionista de parte dos seus sócios, que doavam peças documentais que os remetiam a um valor de lembrança

2 Segundo Souza (2011), o IHGSE é responsável pela iniciação da segunda fase da historiografia sergipana, movida pelas produções de sua revista, desde 1913.

e monumento para a história de Sergipe. Além disso, o autor ressalta o fato de que, ao longo das gestões, foram recebidos arquivos pessoais de intelectuais sergipanos atuantes nas temáticas da economia, política, direito, educação, cultura, medicina e religião, cuja formação e atuação profissionais possibilitaram o domínio de saberes e escrita de produções nos mais variados ramos do conhecimento, o que os classifica como polígrafos.

Atualmente, o IHGSE alberga 13 arquivos pessoais que refletem a trajetória familiar, acadêmica e profissional de seus titulares, quais sejam: João Dantas Martins dos Reis (1830-1890), Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939), Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924), General José de Figueiredo Lobo (1864-1933), Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976), Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990), Fernando Figueiredo Porto (1911-2005), Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Lauro de Britto Porto (1911-2010), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), Maria Thétis Nunes (1923-2009) e Djaldino Mota Moreno (1948-).

Destaca-se que o repertório documental desses intelectuais é reflexo das atividades que desenvolveram, não só, mas principalmente, em e sobre Sergipe, assim como da produção de documentos científicos nos mais variados ramos do saber, em decorrência de suas leituras e formações acadêmicas, ao mesmo tempo em que acumularam documentos de interesse pessoal.

Figura 2 - Acervo dos fundos pessoais do IHGSE



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Apesar do reconhecimento, na atualidade, da riqueza documental representada pelos arquivos pessoais, a exemplo do que se observa em entidades de custódia como o IHGSE, documentos acumulados por pessoas nem sempre foram aceitos e tratados em conformidade com a teoria arquivística, ou seja, não eram considerados arquivos, de acordo com Camargo (2009). A autora argumenta em favor do fato de que esses documentos constituem sim um arquivo, um arquivo pessoal, uma vez que

Os documentos de arquivo não diferem de outros documentos pelo seu aspecto físico ou por ostentarem sinais especiais facilmente reconhecíveis. O que os caracteriza é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova. Instrumentos e produtos das ações de indivíduos e instituições, tais documentos continuam a representá-las mesmo quando as razões e os agentes responsáveis por sua criação se transformam ou deixam de existir. Daí a importância de que se revestem e a série de procedimentos a que estão sujeitos para que sua principal qualidade – o efeito probatório – não se perca. (CAMARGO, 2009, p. 28)

A recolha de documentos de carácter pessoal ganhou notoriedade a partir da década de 1980, além de discussões relacionadas ao seu uso e tratamento na Arquivística, como destaca Campello (2015). Dessa

forma, os arquivos pessoais passaram a ser cada vez mais explorados por pesquisadores, por revelarem não só aspectos da vida privada dos seus titulares, rasgos de personalidade, seus hábitos, valores e modos de pensar, os papéis sociais que desempenharam, sua trajetória intelectual, seu processo criativo e suas redes de sociabilidade, mas também o contexto sócio-histórico e cultural em que estavam inseridos.

O conjunto documental de um arquivo pessoal pode demonstrar potencial de pesquisa nas mais variadas áreas do conhecimento, a exemplo das ciências da linguagem, ao permitirem explorar textos-fonte para o conhecimento da língua e da sua historiografia. Nesse sentido, a maior parte dos fundos pessoais do IHGSE se revelou bastante produtiva para a investigação linguística, inclusive para a constituição de um *corpus* metalingüístico.

A memória metalingüística do português salvaguardada no IHGSE

O IHGSE é uma instituição de guarda fundada há mais de 100 anos, como apontado anteriormente. No entanto, pese à sua antiguidade e às pesquisas que são todos os anos realizadas a partir do seu acervo, não se vislumbram investigações linguísticas, haja vista que em pelo menos oito dos seus arquivos pessoais há textos relativos à memória (meta) linguística do português brasileiro. É evidente que os instrumentos de pesquisa disponíveis na instituição catalogam deficientemente as informações sobre textos com abordagens metalingüísticas ou as ignoram. De qualquer forma, apesar de raras e de difícil localização, fontes dessa natureza existem no IHGSE, estão em bom estado de conservação, com um alto grau de legibilidade e acesso livre.

Na perspectiva historiográfica, os textos metalingüísticos são aqueles relativos ao conhecimento a respeito da língua ou à produção de ideias linguísticas, podendo prescrever “regras para uso ou descrevendo (explícita ou implicitamente) o seu funcionamento”, como advertem Gonçalves e Banza (2011). Incluem-se nessa categoria gêneros textuais codificadores ou descritivos – gramáticas, ortografias, dicionários – ou não canônicos – correspondências, manuscritos, memórias, biografias,

fotografias. Seu estudo permite compreender a evolução e explicação do conhecimento linguístico, ou melhor, segundo Batista (2019, p. 10), “construir uma narrativa interpretativa sobre ideias e saberes, levando em conta seus agentes e seu contexto histórico”.

Dentre os 13 arquivos pessoais sob a custódia do IHGSE, oito possuem textos de interesse metalinguístico, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Textos metalinguísticos nos fundos do IHGSE

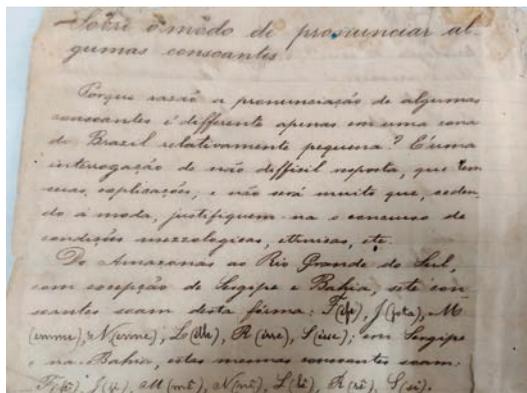
FUNDO	TOTAL DE DOCUMENTOS DO FUNDO	TOTAL DE DOCUMENTOS ANALISADOS	TOTAL DE TEXTOS METALINGÜÍSTICOS
Fernando Porto	2.393	2.393	40
Urbano Neto	320	320	04
Ivo Prado	94	94	02
Oliveira Telles	67	67	15
Thétis Nunes	803	803	15
Epifânio Dória	28.500	2.335	08
José Calazans	608	608	05
Armando Guaraná	464	239	04
TOTAL	33.249	6.859	93

Fonte: dados da pesquisa (2021).

No conjunto dos 93 textos-fonte metalinguísticos dos arquivos pessoais dos intelectuais sergipanos elencados, a maioria impressos, foram identificadas descrições abrangendo os seguintes conhecimentos linguísticos: morfológico, fonético, fonológico, prosódico, onomástico (toponímico e antroponímico), sintático, lexicológico, lexicográfico, terminológico, semântico e ortográfico.

Dentre esses documentos, destacam-se à guisa de exemplo: “Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes”, de Oliveira Telles; “Aracaju, o que significa”, texto de José Francisco Alves presente no fundo Thétis Nunes; e “Denominações Geographicas (em Sergipe)”, de Armando Guaraná.

Figura 3 - “Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes” (1895), de Oliveira Telles



Fonte: fac-símile por Marcos Breno Leal e edição semidiplomática por Renata Ferreira Costa.

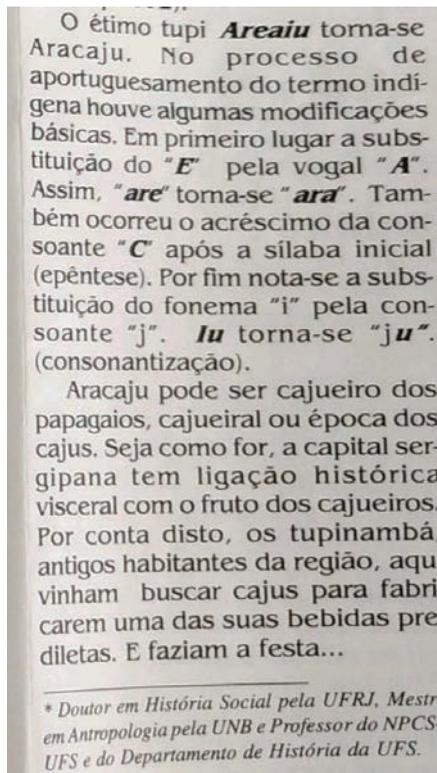
Transcrição:

Sobre o modo de pronunciar al- | gumas consoantes.

Porque razão a pronunciação de algumas | consoantes é diferente apenas em uma zona | do Brazil relativamente pequena? É uma | interrogação de não difficil resposta, que tem | suas explicações; e não será muito que, ceden- | do á moda, justifiquem-na o concurso de | condições mezzologicas, ethnicas, etc.

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, | com excepção de Sergipe e Bahia, sete con- | soantes soam desta fórma: F (éfe), J (jota), M | (emme), N (enne), L (élle), R (érre), S (ésse); em Sergipe | e na Bahia, estas mesmas consoantes soam: | F (fê), J (ji), M (mê), N (nê), L (lê), R (rê), S (si).

Figura 4 - Fragmento de "Aracaju, o que significa" (1999), de José Francisco Alves (no fundo Thétis Nunes)



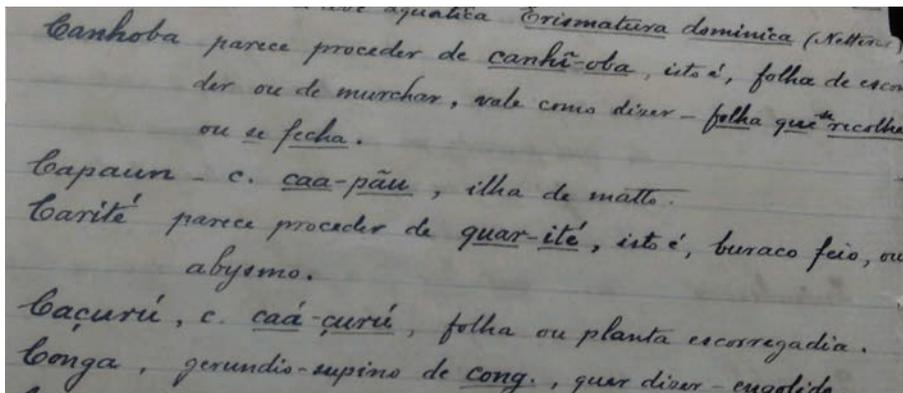
Fonte: fac-símile por Marcos Breno Leal e edição semidiplomática por Renata Ferreira Costa.

Transcrição:

O étimo tupi **Areaiu** torna-se | Aracaju. No processo de | aportuguesamento do termo indí- | gena houve algumas modificações | básicas. Em primeiro lugar a subs- | tituição de "E" pela vogal "A". | Assim, "are" torna-se "ara". Tam- | bém ocorreu o acréscimo da consoante "C" após a sílaba inicial | (epêntese). Por fim nota-se a subs- | tituição do fonema "i" pela com- | soante "j". **Iu** torna-se "**ju**". | (consonantização).

Aracaju pode ser cajueiro dos | papagaios, cajueiral ou época dos | cajus. Seja como for, a capital ser- | gipana tem ligação histórica | visceral com o fruto dos cajueiros. | Por conta disto, os tupinambá, antigos habitantes da região, aqui | vinham buscar cajus para fabri- | carem uma das suas bebidas pre- | diletas. E faziam a festa...

Figura 5 - Fragmento de “Denominações geographicas (em Sergipe)” (s/d), de Armino Guaráná



Fonte: fac-símile por Marcos Breno Leal e edição semidiplomática por Renata Ferreira Costa.

Transcrição:

Canhoba parece proceder de canhê-oba, isto é, folha de escon | der ou de murchar, vale como dizer – folha que <↑ se> recolhe | ou se fecha.

Capaun – c. caa-pãu, ilha de matto.

Carité parece proceder de quar-ité, isto é, buraco feio, ou | abysmo.

Caçurú, c; caá-çurú, folha ou planta escorregadia.

Conga, gerúndio-supino de cong., quer dizer – engolido.

Um instrumento de pesquisa para a história e historiografia da língua portuguesa: o catálogo de fontes metalingüísticas nos fundos pessoais do IHGSE

Os historiógrafos da língua se apoiam em camada documental sobre a língua e a linguagem para empreender suas pesquisas, assim é imprescindível que tenham acesso a fontes de informação que lhes possibilitem conhecer como as ideais linguísticas foram produzidas e propagadas.

As fontes de informação encontram-se principalmente em unidades como arquivos e bibliotecas e, a depender de como se apresentam na instituição – através da descrição documental ou dos instrumentos

de pesquisa –, o seu acesso torna-se um meio prático e fácil para o desenvolvimento de pesquisas.

O acesso à informação é o elo que une o usuário à informação. No contexto da Biblioteconomia, o acesso é descrito como método ou meio que torna “[...] possível a pesquisa e o encontro de determinado item ou assunto” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 3); no âmbito da Arquivologia, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística atribui ao acesso a “[...] possibilidade de consulta a documentos e informações”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 15)

Na medida em que o livre acesso à informação nas bibliotecas no século XIX impactou na necessidade de organização, classificação e descrição dos livros por assunto, tal prática influenciou o modo como os arquivos permitiram o acesso ao seu acervo, uma vez que a crescente massa de documentos levou à necessidade de instrumentos de pesquisa, assim como à criação de políticas de acesso à informação ao usuário. (RIOS; CORDEIRO, 2010)

Assim, o acesso à informação tornou-se um dos preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988, que assegura “[...] a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. (BRASIL, 1988) Ademais, com o crescente volume informacional produzido e armazenado nos arquivos, houve a necessidade de gerir o conteúdo das informações, o que ocasionou a criação de diretrizes, políticas e órgãos colegiados, como a Lei de Arquivos (BRASIL, 1991), o Conselho Nacional de Arquivos (BRASIL, 1994) e a Lei de Acesso à Informação. (BRASIL, 2011)

Para além da legislação, a concretização do acesso à informação pode ocorrer por meio de instrumentos de pesquisa, os quais, permitindo a busca por uma informação que represente o acervo de uma unidade de informação, buscam a “[...] identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108)

Através de níveis de análises que envolvem a descrição e pontes de acesso, os instrumentos mais usuais em um arquivo são os guias, os inventários e os catálogos, que, segundo Ribeiro (1998), são moldados por três níveis de análise arquivística e representados respectivamente

pelo nível sumário, profundo e exaustivo. A autora ressalta que cada instrumento é criado de acordo com a realidade do acervo e o nível de detalhamento de descrições, contendo detalhes que expressem a realidade do documento:

Quadro 2 - Instrumentos de pesquisa

NÍVEL DE ANÁLISE	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	DEFINIÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO (ESPECÍFICO)
1º nível	Guia	Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos.	Guia de arquivo/guia especializado/guia temático etc.
2º nível	Inventário	Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.	Inventário de arquivo/inventário de arquivo especializado/inventário temático etc.
3º nível	Catálogo	Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica.	Catálogo de arquivo/catálogo especializado/catálogo de... (tipo documental)/catálogo temático etc.

Fonte: adaptado de Arquivo Nacional (2005, p. 45, 102 e 109) e Ribeiro (1998, p. 36).

Como observado no Quadro 2, a produção de documentos que auxiliam na busca pela informação é reflexo da realidade do acervo, assim como do tratamento documental que deve ser feito na documentação. Por isso, como destaca Lopez (2002, p. 22), “diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística”. Nesse sentido, um catálogo possui informações mais específicas sobre as unidades documentais selecionadas, que podem pertencer a uma ou mais origens e contemplar inclusive um recorte temático.

Desse modo, diante do potencial dos catálogos enquanto instrumentos de pesquisa, a criação de um catálogo seletivo, de acordo com as normas arquivísticas, sob a denominação *Catálogo de fontes metalinguísticas: estudo exploratório dos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)* (2021) revelou-se uma proposta adequada de intervenção no IHGSE, de modo a disponibilizar o acesso a fontes metalinguísticas e contribuir para o conhecimento dos estudos sobre a língua portuguesa do Brasil e das ideias linguísticas que circularam especialmente no fim do século XIX e na primeira metade do século XX.

Através de um levantamento nos mais de 50.880 documentos presentes nos fundos do IHGSE, foi possível selecionar 93 que apresentassem discussões relativas à gramática, ao léxico e à ortografia da língua, integrando-os no catálogo.

O objetivo da criação do catálogo é demonstrar como os arquivos pessoais podem ser espaços profícuos para a disponibilização de fontes metalinguísticas, uma vez que a documentação é resultante da interação dos titulares com os mais variados campos do conhecimento, inclusive da Linguística.

Partindo-se, por exemplo, da obra *Sergipenses (parte 1)*, de Manoel dos Passos de Oliveira Telles, que se trata de uma coletânea de artigos sobre aspectos da geografia, história e cultura de Sergipe, é apresentado um breve histórico do fundo do titular, atendendo aos critérios estabelecidos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) e pela General International Standard Archival Description (Isad), através de elementos como título do fundo, data da acumulação documental, nome do produtor, suporte documental, história biográfica do titular, história arquivística, procedência da documentação, âmbito e conteúdo, condições de uso e guia de pesquisa:

Quadro 3 - Histórico do Fundo Oliveira Telles

I ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	BR/IHGSE/FOT
Título	Fundo Oliveira Telles
Datas-limite	1885-1930
Suporte	6 caixas; 67 documentos textuais em papel

II ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome do produtor	Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939)
História biográfica	<p>Manoel dos Passos de Oliveira Telles, conforme informações de Guaraná (1925), nasceu em 29 de agosto de 1859, na Vila de Nossa Senhora de Socorro do Tomar de Contiguiba, em Sergipe, fruto da união do padre Pedro Antonio Moniz Telles e Maria Luiza de Oliveira Pitto. Casou com D. Maria Pastora de Oliveira Telles, que lhe deu quatro descendentes: Garcilaso Moniz Teles, Maria Luiza de Oliveira Teles, Maria Dafine Moniz Oliveira Teles e Antônio Álvares Moniz Teles. Oliveira Telles atuou em diversos cargos na área de Direito, foi professor, jornalista, escritor e presidiu inúmeras instituições. Veio a falecer em 14 de março de 1939.</p> <p>Educou-se inicialmente em sua vila e posteriormente no Atheneu Sergipense (1873-1877), após se mudar para Aracaju, em 1870. Tentou graduar-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas o clima da cidade não favoreceu sua saúde, optando por estudar Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1885.</p>
História biográfica	<p>Durante sua vida, atuou profissionalmente como promotor público de Mossoró (RN) em 1885 e Itabaiana (SE) em 1886, juiz de direito da 1ª vara em Aracaju (1924), auxiliar do delegado do Estado, administrador da mesa de rendas federais em São Cristóvão, diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (1898-1903), diretor do Atheneu Sergipense (1893-1896) e professor da mesma instituição em 1898, juiz da 1ª vara da capital (1913). Foi sócio de diversas organizações, como o Grêmio Literário da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e o IHGSE.</p> <p>Em 1923, viajou para Pernambuco, a pedido do dr. Graco Cardoso, para reunir trabalhos de Tobias Barreto de Menezes, e retornou em 1924 a Aracaju para se apresentar em uma conferência no IHGSE. Entre 1925 e 1926, publicou 10 volumes dos trabalhos de Tobias Barreto. Para Lima (2013, p. 12), a modéstia de Oliveira Telles nesse trabalho é perceptível quando “não aparece seu nome por extenso, nem mesmo de forma abreviada, na disposição dos volumes e dos seus acréscimos, limitando-se à mera advertência, sem assinatura, de que as produções acompanhadas, ‘não constam das edições anteriores’”.</p> <p>Produziu em periódicos como <i>Gazeta de Sergipe</i>, <i>O Estado de Sergipe</i>, <i>Revista do IHGSE</i> e <i>Jornal do Povo</i>. Produziu diversas obras nas áreas de literatura, geografia, história, filosofia, utilizando, muitas vezes, o pseudônimo Garcia Moreno ou Garcia Moniz. Entre suas obras, destacam-se: <i>Ao romper do século XX</i> (1907); <i>Aracaju: suas origens e provável futuro</i> (1913); <i>Limites de Sergipe – Sergipe-Bahia</i> (1916); e <i>O escrivão</i> (1906). No entanto, foi <i>Sergipenses</i> sua maior obra, uma vez que se tem um “leque dos seus enfoques, nos domínios da geografia e da história (etimologia indígena), etnografia e folclore, bem assim da crítica literária”. (LIMA, 2013, p. 10)</p>

História arquivística	Parte da documentação foi encontrada durante a desmontagem dos depósitos na gestão de Itamar Freitas. O inventário foi desenvolvido por Fernanda Cordeiro e posteriormente foi organizado e catalogado por Isabela Costa Chizolini, que agrupou em caixas segundo as espécies documentais de livros, cadernetas de anotações, correspondências, discursos, artigos e palestras.
Procedência	Doado por um de seus filhos em data desconhecida.
III. ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Documentos produzidos e acumulados por Oliveira Telles no decurso da sua vida familiar, formação e atividade profissional. A documentação abrange livros (livros manuscritos e livro epistolar, traduções), cadernetas, artigos, recortes de jornal, discursos, correspondência, palestras, poemas e manuscritos.
Condições de acesso	Sem restrições de acesso.
Guia de pesquisa	Catálogo do Fundo Oliveira Telles.

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Partindo-se da seleção da documentação, foi possível produzir o catálogo seletivo com dados descritos em quadros. Para facilitar a leitura do usuário, cada descrição de um item documental apresenta, ao lado direito, suas respectivas entradas: notação de localização, conhecimento de linguagem, técnica de registro, autor, referência, local, data, quantidade de páginas e notas.

Quadro 4 - Descrições de item documental

Notação de localização	Cx. 187, Pac. 001, Doc. 004
Técnica de registro	Impresso
Espécie	Livro
Autoria	Oliveira Telles
Conteúdo	Livro <i>Sergipenses</i> v. 1 – aponta a formação da nomenclatura dos rios, cidades e festas de Sergipe, estuda a prosódia e pronúncia de algumas consoantes.
Local	São Cristóvão
Data	1890
Folhas	133 folhas
Estado de conservação	Apresenta perfurações e corrosões por traça.

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Seguindo a notação de localização atribuída pelo IHGSE à documentação dos fundos pessoais, o catálogo apresenta descrições voltadas ao âmbito da investigação linguística, na tentativa de não apenas estabelecer o elo entre o usuário das ciências da linguagem e a informação, mas também de colaborar no tratamento das informações que o instituto pode fazer, em busca de atrair mais usuários para o desenvolvimento de pesquisas localizadas, principalmente em Sergipe, no que se refere aos aspectos sócio-históricos e culturais, inclusive linguísticos, do patrimônio documental sob sua custódia.

Considerações finais

Para o desempenho do estudo das ideias linguísticas, na tentativa de se compreender como uma língua foi produzida e propagada mediante o contexto histórico em que os indivíduos estavam inseridos, o historiógrafo da Linguística necessita de fontes de informação, ou *corpora*, disponíveis fisicamente ou em ambiente digital, para que possa desempenhar sua investigação sobre a construção do saber linguístico em várias épocas e por diferentes agentes.

Considerando que os arquivos, em especial os arquivos pessoais, podem disponibilizar fontes para pesquisas na área das ciências da linguagem, um tratamento especializado nos acervos pode beneficiar o acesso à informação. No caso do IHGSE, a presença de fundos pessoais de intelectuais polígrafos evidencia que houve, no final do século XIX e início do XX, a produção do conhecimento linguístico sobre a língua portuguesa, essencialmente descritiva da variante sergipana do português do Brasil. Os textos que “sobreviveram” até os dias atuais – publicados, mas pouco conhecidos, ou inéditos – configuram-se como fontes raras e ricas em possibilidades de estudos para a história e a historiografia da língua.

Assim, a elaboração de catálogos seletivos de documentação voltados a uma área específica de interesse, como o *Catálogo seletivo de fontes metalingüísticas* aqui apresentado, contribui para uma maior proximidade dos usuários com as unidades informacionais através de um tratamento informacional mais detalhado ao seu campo do saber,

ao mesmo tempo em que possibilita e promove o acesso à informação e o desenvolvimento de investigações em espaços que salvaguardam a nossa memória cultural.

Referências

- ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da Linguística brasileira. In: BATISTA, R. O. (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 19-43.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BATISTA, R. O. Introdução. In: BATISTA, R. O. (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-18.
- BERLINCK, R. A.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 169-195, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 nov. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 132, n. 123, p. 9673, 30 jul. 1994.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 6, p. 455, 9 jan. 1991.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no Inciso XXXIII do Art. 5º, no Inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011.

CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

CAMPELLO, L. O. S. *O Legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DANTAS, I. *História da Casa de Sergipe*. São Cristóvão: EdUFS; Aracaju: IHGSE, 2012.

DELMAS, B. *Arquivos para quê?*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FREITAS, I. *Guia do Arquivo do IHGSE*. Aracaju: IHGSE, 2009.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. O projecto MEP-BPEDig: uma biblioteca digital para a Historiografia da Língua Portuguesa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL), 16., 2011, [Madrid. *Actas [...]*. Madrid: Alcalá de Henares, 2011.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. *Projecto EDiHP: fontes metalingüísticas na biblioteca pública de Évora*. [S. l.: s. n.], 2014. Slides. Disponível em: https://bdh.hypotheses.org/files/2014/10/02_EDiHLP_Apresenta%C3%A7%C3%A3o-23-Setembro.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

GUARANÁ, A. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Aracaju: Ed. Pongetti, 1925.

KATO, M. A. Como, o que e por que escavar? In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. p. 13-27.

LEAL, M. B. A. *Catálogo de fontes metalingüísticas: estudo exploratório dos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

LIMA, J. S. Uma lição de sergipanidade. In: TELLES, M. P. Oliveira. *Sergipenses (Escreptos Diversos)*. 2. ed. São Cristóvão: EdUFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 9-17.

LOPEZ, A. P. A. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado Imprensa Oficial, 2002.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a História do Português Culto e Popular Brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. (org.). *Para a História do Português Brasileiro: novos estudos*. São Paulo: Humanitas: FFLCH: USP, 2002. v. 3, p. 443-464.

OLIVEIRA, L. M. V.; MACÊDO, P. L. P.; SOBRAL, C. C. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano 2, n. 4, 2017. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/pdf/OLIVEIRA_L_M_V_MACEDO_P_L_P_SOBRAL_C_C_-_Arquivos_pessoais_e_intimidade_da_aquisicao_ao_acesso.pdf. Acesso em: 4 jul. 2020.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. *Acesso à informação nos arquivos*. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1998.

RIOS, E. R.; CORDEIRO, R. I. N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 123-139, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/zNqdXRZWVnFTcryj5TsZ36n/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SOUZA, A. L. *História e Historiografia Sergipana*: CESAD. São Cristóvão: UFS, 2011.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. O. (org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

Notícias sobre o Arquivo Histórico da Biblioteca Fernandes Braga, da Igreja Evangélica Fluminense

*Maria Elisa Lima de Souza
Leonardo Lennertz Marcotulio*

Introdução

O estado do Rio de Janeiro conta com muitas instituições que custodiam e salvaguardam fontes relevantes para a constituição sócio-histórica do país, do estado e até mesmo de personagens mais ou menos ilustres de nossa sociedade. Dentre os muitos patrimônios culturais espalhados pelo estado, merecem destaque o Arquivo Nacional e a Fundação Biblioteca Nacional, que têm, dentre tantos objetivos em comum, a preocupação de tornar os documentos históricos disponíveis ao público.

O Arquivo Nacional é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos, produzidos, em sua maior parte, pelo Poder Executivo Federal, mas também provenientes dos poderes Legislativo e Judiciário; e documentos privados, de pessoas físicas e jurídicas. (ARQUIVO NACIONAL, 2019)

A Biblioteca Nacional (BN) é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País. Com mais de 200 anos de história, é a mais antiga instituição cultural brasileira. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019)

Ambas as instituições possuem uma variedade significativa de fontes documentais que, até meados do século XX, só poderiam ser consultadas presencialmente e que muitas vezes precisavam ser constantemente manuseadas por funcionários e pesquisadores. Em contrapartida, é interessante observar que a tecnologia permitiu que esses documentos fossem microfilmados e também digitalizados, facilitando, por meio de consultas *on-line* em seus *sites*, o acesso aos documentos, a fim de reduzir ao máximo o manuseio dos exemplares originais.

Além das instituições citadas anteriormente, vale destacar a existência de arquivos pessoais e privados, ricos em informações, embora não tenham a mesma proporção dos grandes arquivos públicos. Nessa categoria, há, na cidade do Rio de Janeiro, uma instituição religiosa de grande relevância histórica: a primeira igreja protestante brasileira. A Igreja Evangélica Fluminense (IEF) iniciou seus trabalhos em 1855, com a chegada de Robert Reid Kalley e Sarah Poulton Kalley ao Brasil, os primeiros missionários protestantes a atuarem com resultado positivo em várias regiões de língua portuguesa, já que os missionários que chegaram antes do casal atuavam em igrejas e regiões de sua língua materna, como ingleses e alemães.

Por ser uma instituição religiosa histórica, a IEF acabou por reunir ao longo dos anos, talvez sem visar à utilidade que teriam no futuro, muitos documentos de grande relevância para a história do protestantismo brasileiro, em especial da denominação Congregacional no Brasil. Dentro da igreja, fazem parte do acervo da Biblioteca Fernandes Braga (BFB) muitos documentos referentes aos fundadores da Igreja e da denominação Congregacional no Brasil, como também livros, atas das primeiras reuniões de membros, registros de casamentos, registros de nascimentos etc. A história da constituição dessa biblioteca ainda não foi sistematicamente descrita, os seus documentos não foram tampouco inteiramente catalogados – apenas os livros – e não há, até o momento, digitalizações disponíveis *online*.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, fazemos alguns apontamentos gerais sobre a BFB, da IEF; na terceira seção, apresentamos o arquivo e o trabalho de organização e catalogação que vem sendo realizado desde o ano de 2018; e, por fim, na quarta seção, trazemos o trabalho em perspectiva filológica que está sendo executado com materiais do acervo.

A Biblioteca da Igreja Evangélica Fluminense

Segundo Rocha (1941), a história da IEF começa em maio de 1855, com a chegada ao Brasil de Robert Reid Kalley, missionário escocês, e de Sarah Poulton Kalley, missionária inglesa. Robert foi uma pessoa expansiva e deixou marcas por onde passou. Além de exercer a Medicina, Robert também atuou na área ministerial, trabalhando em Funchal, Ilha da Madeira, de 1838 a 1846. Em 1852, casou-se com Sarah Poulton Wilson, que veio a se chamar Sarah Poulton Kalley. Ela nasceu em uma tradicional família inglesa e sempre foi estimulada a se envolver com estudos de língua, música e ensino. No decorrer dos anos de 1853 e 1854, Robert e Sarah cooperaram com madeirenses refugiados em Illinois, Estados Unidos. No dia 11 de maio de 1855, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro, permanecendo em solo brasileiro durante 21 anos.

A IEF foi a primeira congregação protestante brasileira a realizar cultos em língua portuguesa. A Igreja foi, no entanto, oficialmente organizada somente três anos depois, em 11 de julho de 1858. Atualmente está localizada na Rua Camerino, nº 102, Centro, Rio de Janeiro (Figura 1).

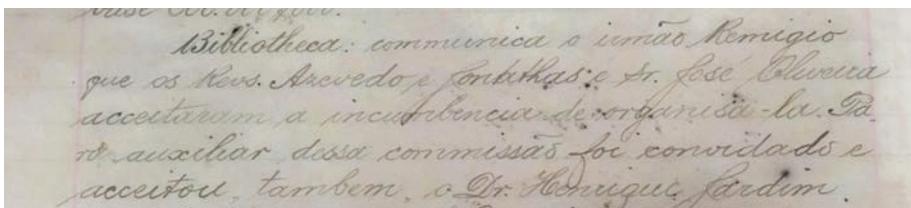
Figura 1 - Aspecto exterior do templo da Igreja Evangélica Fluminense



Fonte: dados da pesquisa.

Desde sua fundação, a IEF reuniu, ao longo dos anos, muitos livros, atas de reuniões de membros, registros de casamentos, registros de nascimentos, cartas etc. Não é costume, no entanto, que instituições protestantes tenham bibliotecas para o armazenamento de tais materiais, bastando talvez à secretaria esse fim. Mas se tratando de uma Igreja histórica, foi importante a implementação de um espaço especial para a salvaguarda do acervo. Consta na ata da reunião da Administração de Patrimônio da IEF, realizada em fevereiro de 1933, a seguinte informação:

Figura 2 - Trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada em fevereiro de 1933



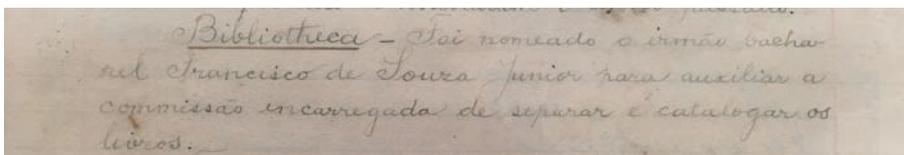
Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

Bibliotheca: comunica o irmão Remigio | que os Revs. Azevedo e Jonathas e Sr. José Oliveira | aceitaram a incumbencia de organisa-la. Pa_ | ra auxiliar dessa comissão foi convidado e | aceitou, tambem, o Dr. Henrique Jardim.

A comissão escolhida para organizar a biblioteca ficou incumbida não somente por organizá-la no sentido de estabelecer um espaço em que seriam armazenados os livros, mas também deveria separá-los e catalogá-los. Para tal tarefa, foi necessário convocar mais uma pessoa. Menciona-se na ata do dia 28 de março de 1933 que a pessoa convocada para colaborar com a comissão foi Francisco de Souza Junior.

Figura 3 - Trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada em 28 de março de 1933



Fonte: dados da pesquisa.

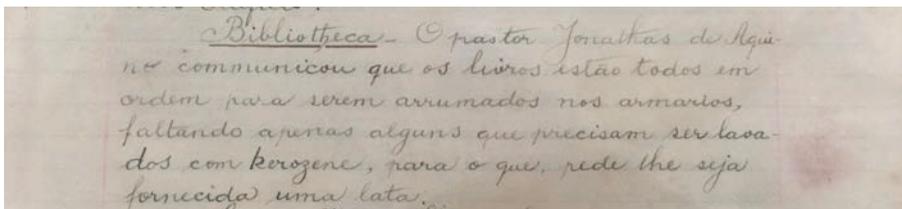
Transcrição:

Bibliotheca – Foi nomeado o irmão bacharel Francisco de Souza Junior para auxiliar a | comissão encarregada de separar e catalogar os | livros.

Depois de ter sido executado o trabalho de separação e catalogação, procedeu-se à organização dos livros nos armários. Nessa ocasião, informou-se à administração que alguns dos livros precisavam ser lavados com querosene.¹

1 Chama a atenção o fato de se lavarem os livros com querosene. Após buscas em *site* de pesquisas, não foi possível encontrar informações sobre essa prática, somente dicas que se referem a passar o produto nas prateleiras, mas não nos livros.

Figura 4 - Trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada em 25 de abril de 1933



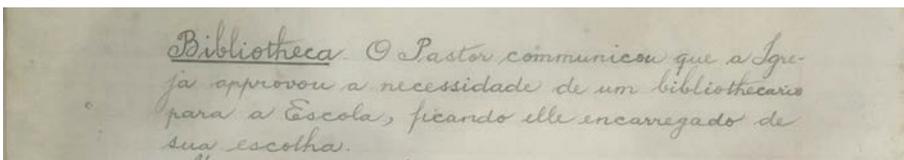
Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

Bibliotheca – O pastor Jonathas de Aquino | no communicou que os livros estão todos em | ordem para serem arrumados nos armarios, | faltando apenas alguns que precisam ser lava- | dos com kerozene, para o que, pede lhe seja | fornecida uma lata.

Sendo feitas a organização da biblioteca, separação, catalogação e arrumação dos livros, era necessário ter alguém para administrar o local. Foi aprovada pela Igreja, no findar do ano de 1833, a necessidade de se ter um bibliotecário no espaço.

Figura 5 - Trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada em dezembro de 1933



Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

Bibliotheca O Pastor communicou que a Igre- | ja approvou a necessi- | dade de um bibliothecario | para a Escola, ficando elle encarregado de | sua escolha.

De acordo com as atas, não se encontrou a informação de quando foi nomeado(a) o(a) bibliotecário(a) responsável. Somente na ata do

dia 26 de fevereiro de 1935 é que se encontra a informação de que havia uma bibliotecária. Na época, era a senhorita Rosinha Pinheiro, que, no mesmo ano, passou a se chamar Rosinha Pinheiro Braga, pois se casou com Remígio de Cerqueira Fernandes Braga.

Até o mês de setembro de 1935, a biblioteca não havia sido oficialmente inaugurada. A inauguração aconteceu no dia 2 de outubro de 1935, às 20h30. Essas informações estão contidas no convite entregue na época (Figura 6). Nesse convite, também podemos ver os dias e horários de funcionamento, que eram às terças e sextas, às 20h.

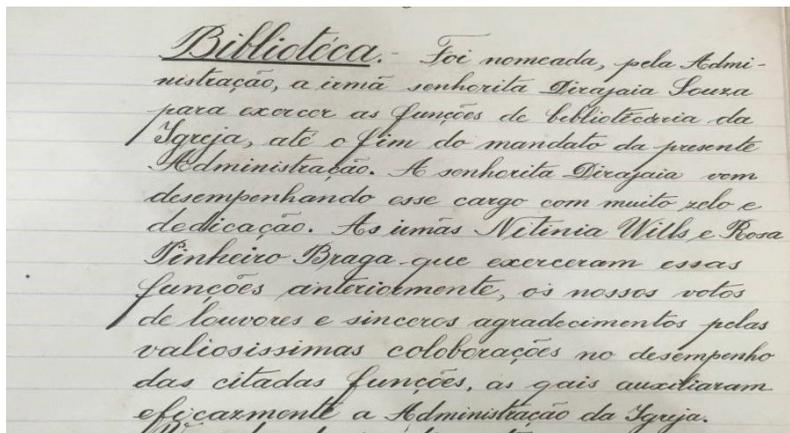
Figura 6 - Convite de inauguração da biblioteca



Fonte: elaborada pelos autores.

No relatório geral da Administração de Patrimônio (1938) é apresentado o nome de uma nova bibliotecária que foi nomeada pela Administração. Era a senhorita Dirajaia Souza.

Figura 7 - Relatório geral da Administração de Patrimônio (1938) da Igreja Evangélica Fluminense



Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

Bibliotéca.- Foi nomeada, pela Administração, a irmã senhorita Dirajaia Souza para exercer as funções de bibliotécária da Igreja, até o fim do mandato da presente Administração. A senhorita Dirajaia vem desempenhando esse cargo com muito zelo e dedicação. As irmãs Nitinia Wills e Rosa Pinheiro Braga que exerceram essas funções anteriormente, os nossos votos de louvores e sinceros agradecimentos pelas valiosíssimas colaborações no desempenho das citadas funções, as quais auxiliaram eficazmente a Administração da Igreja.

Com as informações dessa transcrição, além de se saber que já havia uma nova bibliotecária, ainda se detecta a informação de que, além da senhora Rosinha, outra senhora também havia prestado serviços à biblioteca, de nome Nitinia Wills. A contar com as informações trazidas anteriormente, constata-se que de 1933 até 1938 a biblioteca teve três mulheres responsáveis pela administração dos livros. No ano de 1944, a Administração convidou o senhor Diácono Henrique Salembir para ser o arquivista.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o reverendo João Gomes da Rocha, filho adotivo de Robert e Sarah Kalley, enviou à IEF todos os documentos que estavam em sua posse referentes ao

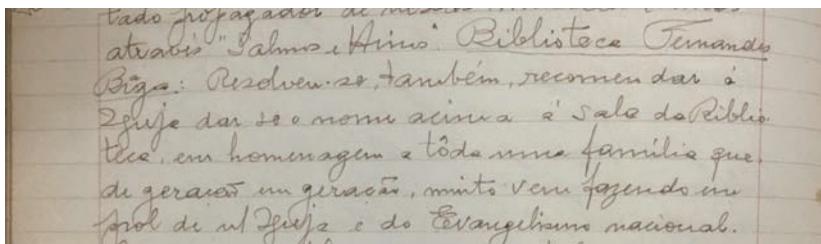
casal Kalley. Essa informação, no entanto, ainda não foi comprovada pelos livros de atas da Igreja.

A Biblioteca Fernandes Braga da Igreja Evangélica Fluminense

Diante das informações colhidas nas atas da Administração de Patrimônio da IEF entre os anos de 1933 e de 1938, ainda não se havia encontrado o nome pelo qual a biblioteca hoje é conhecida por todos. Entre os anos citados, a biblioteca sempre era referida como Biblioteca da Escola Dominical ou Biblioteca da Igreja Evangélica Fluminense.

Somente na ata da reunião realizada no dia 9 de dezembro de 1947 da Administração de Patrimônio é que se vê pela primeira vez o nome Fernandes Braga ligado à biblioteca. A ata apresenta a seguinte informação:

Figura 8 - Trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada no dia 09 de dezembro de 1947



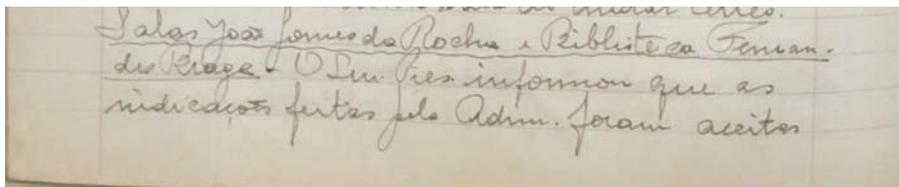
Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

Biblioteca Fernandes | Braga: Resolveu-se, também, recomendar à | Igreja dar se o nome acima à sala da Biblio | teca, em homenagem a toda uma família que, | de geração em geração, muito vem fazendo em | prol de [...] Igreja e do Evangelismo nacional.

A recomendação foi aceita pela Assembleia da Igreja e registrada 42 dias depois na ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada no dia 20 de janeiro de 1948.

Figura 9 - Trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada no dia 20 de janeiro de 1948

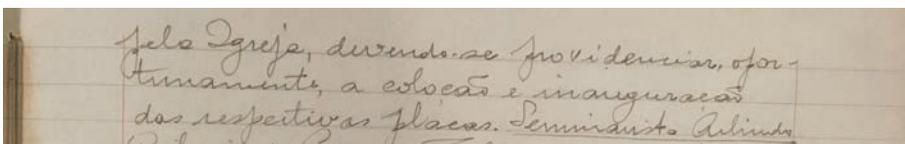


Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

Salas João Gomes da Rocha e Biblioteca Fernandes Braga - o Sen. Pres. informou que as | indicações feitas pela Adm. foram aceitas

Figura 10 - Continuação do trecho da ata da reunião da Administração de Patrimônio realizada no dia 20 de janeiro de 1948



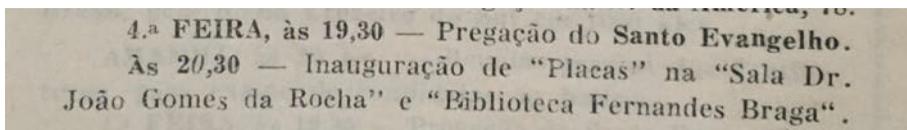
Fonte: dados da pesquisa.

Transcrição:

pela Igreja, devendo-se providenciar, oportunamente, a colocação e inauguração | das respectivas placas.

A cerimônia de inauguração da placa (Figura 13) aconteceu seis meses depois, no dia 16 de junho de 1948, às 20h30.

Figura 11 - Trecho do Boletim Dominical do dia 13 de junho de 1948, ano XXIV, número 24



Fonte: dados da pesquisa.

Desde 1976, a biblioteca é administrada por Esther Marques Monteiro, bibliotecária. Dona Esther é membro da IEF desde 1949 e sempre foi muito ativa nos trabalhos desenvolvidos pela Igreja, desde sua chegada à membresia. Atuou como professora em classes infantis na Escola Dominical, participava do grupo de teatro e na área de música como organista. Assumiu a biblioteca em um período em que o local estava sem um bibliotecário administrador. No ano de 1975, graduou-se em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Há mais de 40 anos tem dedicado sua vida trabalhando voluntariamente na Biblioteca Fernandes Braga (BFB). Ela mesma conta que ao chegar à biblioteca procurou ler tudo o que podia e aos 94 anos ainda lembra de muitas histórias e registros sem mesmo precisar olhar os papéis.

A BFB também conta com uma bibliotecária assistente, Dilma Monteiro da Silva, graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense.

Figura 12 - Espaço principal da Biblioteca Fernandes Braga



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 13 - Placa da Biblioteca Fernandes Braga instalada em junho de 1948



Fonte: dados da pesquisa.

O arquivo histórico da Biblioteca Fernandes Braga

O *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, publicado pelo Arquivo Nacional em 2005, estabelece arquivos como:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte [...].
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
3. Instalações onde funcionam arquivos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27)

Como podemos ver na citação anterior, existem três definições para arquivo. A mais aplicável ao arquivo da BFB é a primeira definição, já que essa instituição produziu e acumulou ao longo dos anos diversos materiais, como atas, cartas, fichas etc.

Porto (2013, p. 12) argumenta que:

Com o decorrer do tempo [o homem] começou por reunir os seus documentos, resultantes do seu quotidiano, das suas atividades relacionadas com a religião, política, sociedade, entre outras, organizando-os, portanto, nos variados suportes que iam surgindo, desde placas de argila, papiro, pergaminho, papel até aos variadíssimos suportes e conteúdos usados hoje.

Certamente com o passar do tempo e o avanço no convívio social, fez-se necessário o registro de ações e outras demandas, trazendo a necessidade de se preservarem documentos e objetos. Por isso, possuir um arquivo é uma consequência dos anos nos quais se vai reunindo, propositalmente ou não, documentos como atas, cartas, fotos, registros de batismo, registros de casamento etc., isto é, tudo o que se foi

produzido e acumulado e que, de alguma forma, pode se tornar memória referente à origem e ao desenvolvimento da Igreja.

Sobre os arquivos em instituições religiosas, Lose (2017, p. 73) diz:

Esses lugares, na maioria dos casos não são instituições de natureza arquivística, não têm organização formal de fácil decodificação (com inventários e catálogos minimamente organizados), nem pessoal especializado para atendimento ao público interessado na documentação. Muitos deles nem costumam atender a ‘público’, como é o caso das instituições religiosas regulares (conventos e mosteiros).

A falta de uma natureza arquivística gerou a falta de uma organização formal diante dos arquivos, no caso da BFB. A rica coleção documental da BFB ainda não recebeu tratamento arquivístico e filológico apropriado, o que vem dificultando a consulta adequada aos documentos e também impede a divulgação *online* de documentos importantes sobre a história da religião evangélica no Brasil e de seus membros fundadores.

Antunes (2017, p. 17-18) resume um dos apontamentos de Thomassem (2006) sobre arquivos:

O autor destaca, também, a importância dos arquivos no que tange à preservação da memória de determinada instituição, ou mesmo para apropriações históricas e culturais advindas dos arquivos. Desta feita, os arquivos funcionariam, também, enquanto perpetuadores de memórias e discursos, guardando para a posteridade registros de fatos passados. Estes registros do passado podem ser caracterizados enquanto valores secundários dos documentos, ou seja, valores que lhes são atribuídos para além da função pragmática pelos quais foram criados.

A perpetuação da memória da BFB, da IEF e das igrejas a ela vinculadas se deu pela preservação dos livros, bíblias e periódicos que foram sendo armazenados no salão principal da biblioteca. No que se refere aos itens documentais mais antigos – como cartas, cadernos, fichas e atas –, o armazenamento se dá por meio de fichários e pastas, guardados em um armário, num espaço separado do ambiente apresentado na Figura 12. Esse ambiente é vedado aos visitantes da biblioteca, tendo acesso somente os que trabalham na biblioteca ou que são funcionários da IEF.

A BFB conserva em seu arquivo coleções documentais como: cartas, sermões e lições dominicais do reverendo Robert Reid Kalley

(séc. XIX); diários, cartas e documentos de Sarah Poulton Kalley; atas de reuniões de membros, patrimônio e outros, desde a fundação da IEF (séc. XIX – XXI); periódicos da denominação Congregacional, como a *Revista Vida Cristã* e o *Jornal O Cristão* (séc. XX-XXI); além de cartas e outros tipos de documentos referentes aos pastores que estiveram na liderança da Igreja.

Organização e catalogação

Em dezembro de 2018, iniciou-se um trabalho de digitalização dos documentos da BFB que nunca passaram por esse processo. O Laboratório de Estudos Filológicos (LabEFil) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual fazemos parte, disponibilizou uma mesa estativa de reprodução e também uma máquina fotográfica profissional para a digitalização dos documentos. Os procedimentos adotados têm como base as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), do ano de 2010. A escolha do material a ser digitalizado, em termos de prioridade, ficou a cargo da bibliotecária Esther Marques Monteiro. O primeiro item documental escolhido foi a ata mais antiga que consta do acervo da BFB. Além da ata, também foram digitalizados documentos organizados pelo reverendo Joao Manoel Gonçalves dos Santos, primeiro brasileiro a ser ordenado como ministro evangélico congregacional, assim como o diário de Sarah Poulton Kalley, datado de abril de 1855 até janeiro de 1856. Os fac-símiles obtidos a partir da digitalização dos originais ainda não receberam um código de catalogação.

Figura 14 - Mesa estativa de reprodução do Laboratório de Estudos Filológicos da UFRJ (LabEFil)



Fonte: dados da pesquisa.

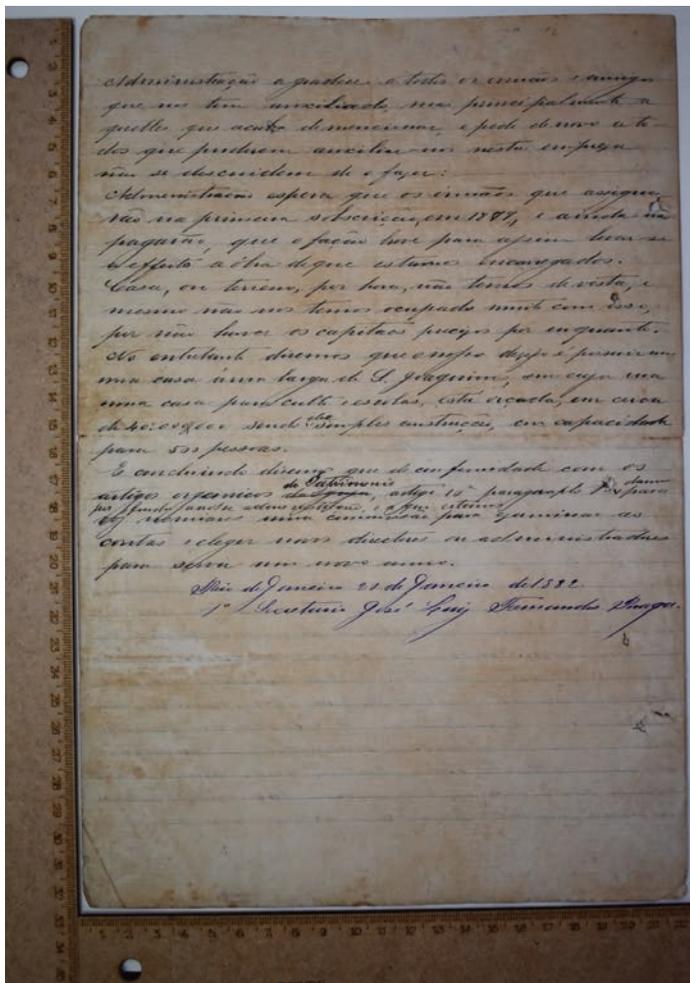
Do período de dezembro de 2018 a março de 2019, já foi possível contabilizar pouco mais de 1.620 imagens digitalizadas em parceria com o LabEFil. Os arquivos estão armazenados em uma conta virtual e organizados por dia em que foram feitas as digitalizações.

Em maio de 2019, iniciou-se o trabalho de digitalização, organização e catalogação de uma outra parte do arquivo, agora a convite das bibliotecárias Esther e Dilma. O primeiro material que passou por esse processo foi o fichário que recebe o título de *Summary, 3º volume, original-inglês (1843)*. O *Summary* é uma coleção documental que reúne cartas, anotações e listas que em maior parte foram elaboradas pelo reverendo Robert Kalley.

Para a elaboração da planilha, tomou-se como base a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) de 2006, que tem como

critérios: 1. código de referência; 2. título; 3. data; 4. nível de descrição; 5. dimensão e suporte; 6. nome(s) do(s) produtor(es).

Figura 15 - Fac-símile de uma das páginas da primeira ata da Igreja Evangélica Fluminense de 1862 – 1875, com base nas normas do Conarq



Fonte: Laboratório de Estudos Filológicos da UFRJ (LabEFil).

Para o *Summary*, 3º volume, *original-inglês* (1843) foram aplicados 4 dos 6 critérios – código de referência, data, nível de descrição, nome(s) do(s) produtor(es) –, acrescentando: a) o assunto que estava contido no início de cada documento; b) se era um documento original ou

cópia; c) o destinatário; d) o número de fac-símiles; e) o formato em que estava sendo salvo.

Sendo assim, chegou-se ao seguinte código: **BFB-RRK-SV3**, que corresponde, respectivamente, ao documento que pertence à Biblioteca Fernandes Braga, parte do acervo de Robert Reid Kalley e que compõe a pasta Summary Volume 3. O número que aparece após o código corresponde ao número do documento. O *Summary* possui o total de 172 documentos, que em sua maioria são cópias, ou seja, reproduções manuais do texto. Esse último fator se comprova pelo início de cada documento. Cada documento foi salvo em formato PDF, TIFF e JPEG.

Outros arquivos começaram a passar por esse processo de catalogação, como as cartas recebidas e enviadas por Robert Reid Kalley. As correspondências passivas receberam o código BFB-RRK-CRR e totalizam 225 arquivos; as ativas, por sua vez, o código BFB-RRK-CER, contando com 119 arquivos. Esse processo de catalogação tem como finalidade não só a organização do acervo, mas também tem o objetivo de disponibilizá-lo virtualmente, a fim de facilitar a consulta de pesquisadores.

A Filologia no Arquivo Histórico da Biblioteca Fernandes Braga

A Filologia é de grande importância para os estudos de diversas áreas, pois é a ciência que, além de estudar uma língua, estuda uma cultura, uma literatura e diversos outros aspectos envolvendo um texto escrito. Ao explicar o seu conceito, Toledo Neto (2018, p. 294) assinala que a Filologia é uma ciência interdisciplinar, que dialoga com a Diplomática, Paleografia, Codicologia, Manuscriptologia, Bibliografia Material e Crítica Textual, e que:

[...] pretende estudar três níveis fundamentais: a materialidade (características físicas de composição e registro do texto), a forma (roupagem gráfica, fonética e morfológica do texto) e a substância (níveis linguísticos referentes à sintaxe, semântica e discurso do texto).

Ao editar um texto sob o ponto de vista filológico, contribui-se para novos estudos a partir do texto editado, facilitando, assim, a leitura

principalmente dos leigos ao eliminar ou diminuir as dificuldades de decifração e interpretação do texto.

Mesmo que a coleção do arquivo histórico da BFB ainda esteja em fase de catalogação, é possível identificar aspectos que estão ligados a uma de duas funções da Filologia propostas por Segismundo Spina (1977, p. 77, grifo do autor), que são:

1.^a) *Função substantiva*, em que ela se concentra no texto para explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo, tecnicamente para publicação; 2.^a) *Função adjetiva*, em que ela deduz, do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização) [...].

Da função substantiva, o labor filológico está sendo feito por meio das digitalizações dos documentos que não foram digitalizados antes e que passarão pela etapa de transcrição. No ano de 2017 foi possível ter acesso a 60 documentos que já haviam sido digitalizados por outras pessoas. Desses 60 documentos, num primeiro momento, foram escolhidos dez para que fosse realizado o trabalho de transcrição e aplicadas as normas de edição semidiplomática,² no âmbito do LabEFil, que tem por base as Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos – Edição Semidiplomática, do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), elaboradas em 2010.

As edições semidiplomáticas serão acompanhadas do fac-símile. Segundo Toledo Neto (2020, p. 205),

A edição que contenha o fac-símile ao lado da transcrição tem a vantagem de permitir a recuperação plena de traços uniformizados na transcrição semidiplomática, como, por exemplo, os alógrafos contextuais e a fronteira entre palavras. No caso de não haver a reprodução fac-similar, o leitor não poderá recuperar mais os traços paleográficos, nem as fronteiras de palavras do modelo.

2 Segundo Souza (2019), nas edições semidiplomáticas resguardamos as características do texto original, intervindo exclusivamente em alguns poucos aspectos, como o desenvolvimento das abreviaturas, por exemplo.

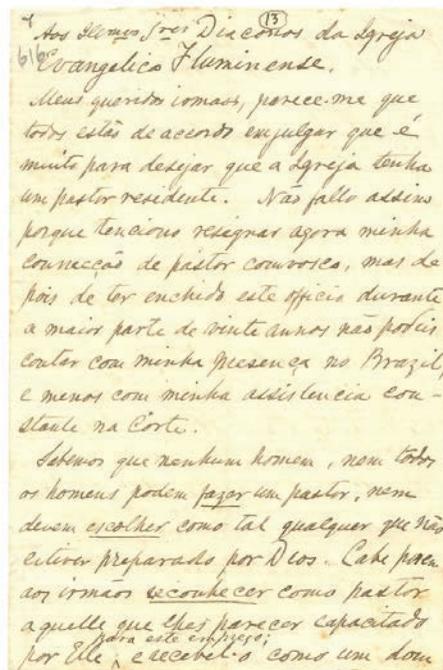
A edição fac-símilar possibilitará ao leitor a comparação dos textos, além da recuperação de informações que se perdem na transcrição, como as variações alográficas de um mesmo grafema, uniformizadas na edição semidiplomática.

Para fins de ilustração, disponibilizamos a seguir algumas das normas e uma das transcrições que foram realizadas durante esse trabalho:

1. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se em itálico as letras omitidas;
2. A pontuação original será rigorosamente mantida;
3. Os acentos gráficos e os diacríticos serão rigorosamente mantidos como no original;
4. Palavras escritas nas entrelinhas serão sinalizadas, através de parênteses angulares, seguindo o exemplo <↑só>;
5. As intervenções de terceiros no documento original serão sinalizadas em nota de rodapé;
6. A impossibilidade de leitura por deterioração ou rasura será sinalizada através de [.] e [ilegível];
7. Letras ou palavras não decifradas serão sinalizadas através de [?] e [inint.], respectivamente;
8. A divisão das linhas será preservada;
9. A mudança de fólio será sinalizada, seguindo o exemplo: [f.1r], em caso de manuscritos; e [p.1], em caso de textos datiloscritos ou impressos;
10. Serão mantidos os recuos à margem esquerda encontrados no original;
11. As assinaturas, se legíveis, serão transcritas normalmente. Caso contrário, serão sinalizadas como [assinatura].

Exemplificando o processo de aplicação das normas de edição, apresentamos a edição semidiplomática do fólio 1r do documento RRK-07-23-12-1876, que trata de uma mensagem de Robert Reid Kalley enviada para os oficiais eclesiásticos da IEF, para acordar a necessidade da Igreja em ter um pastor residente, já que naquele período Kalley estava com dificuldades para assistir presencialmente a Igreja.

Figura 16 - Fac-símile RRK-07-23-12-1876, f. 1r



Fonte: Arquivo da Biblioteca Fernandes Braga.

Transcrição:

[f. 1r]

Aos Illustríssimos Senhores Diaconos³ da Igreja Evangelica⁴ Fluminense.

Meus queridos irmaos, parece-me que todos estão de accordo em julgar que é muito para desejar que a Igreja tenha um pastor residente. Não fallo assim porque tenciono resignar agora minha conneccão de pastor comvosco, mas depois de ter enchido este officio durante a maior parte de vinte annos não podeis contar com minha presença no Brazil,

3 Acima da palavra “diaconos” encontra-se escrito por outro punho: “13”.

4 À esquerda da palavra “Evangelica” encontra-se escrito por outro punho: “616”.

e menos com minha assistencia con_
stante na Côrte.
Sabemos que nenhum homem, nem todos
os homens podem fazer um pastor, nem
devem escolher como tal qualquer que não
estiver preparado por Deos. Cabe porem
aos irmãos reconhecer como pastor
aquelle que lhes parecer capacitado
por Elle <↑para este emprego;>; e recebel-o como um dom

Considerações finais

Desde a sua organização, a BFB tem prestado grande serviço não só à membresia da Igreja, como também ao público em geral, permitindo a consulta a documentos que têm sido utilizados na elaboração de livros e trabalhos acadêmicos.

A elaboração deste trabalho permitiu a descoberta de muitas informações que até então estavam adormecidas nas palavras contidas nas atas da Igreja e que agora estão aqui reunidas, assim como possibilitou o primeiro passo a ser dado de divulgação dessa instituição relevante para a história da religião evangélica no Rio de Janeiro e no Brasil.

O trabalho de organização, digitalização e catalogação manual que já foi realizado de uma parte do acervo é só uma parte de um grande trabalho que ainda precisa ser feito. A equipe da BFB tem percebido cada vez mais a necessidade dos usuários do acervo e tem trabalhado para que em breve essas informações estejam sistematizadas em um *site* que está sendo elaborado. Juntamente com essas informações, estarão disponíveis as digitalizações e edições já prontas.

A inovação nesses processos visa a um futuro automatizado para consulta do arquivo, a fim de proporcionar uma maior acessibilidade e divulgação desse conteúdo necessário para a produção de conhecimento sobre a história do Congregacionalismo no Brasil. Evidentemente, os resultados que foram apresentados ainda são iniciais, por estarmos diante de uma pesquisa ainda em andamento. Dessa forma, com este texto não esgotamos o trabalho, mas identificamos e sinalizamos os caminhos a serem seguidos.

Referências

- ANTUNES, F. S. *Arquivologia e construção de si: os arquivos pessoais e o papel da subjetividade*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Perguntas frequentes. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 1 nov. 2019.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Apresentação. *Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 2 nov. 2020.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 14 nov. 2019.
- GOMES, A. Nada nos impede de fazer a oração “Ó Deus, dá-me surpresas”. *Revista Ultimato*, Viçosa, n. 378, 2019. Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/blogdaultimato/2019/07/02/nada-nos-impede-de-fazer-a-oracao-o-deus-da-me-surpresas/>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: a quem interessam? a quem se destinam?. *Revista da ABRALIN*, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 71-86, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- PORTO, D. M. *História e evolução do Arquivo A exemplaridade da Torre do Tombo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1836>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. *Normas de transcrição e de documentos manuscritos e impressos*. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>. Acesso em: 4 nov. 2019.

ROCHA, J. G. *Lembranças do passado I: primeira fase – 1855 a 1864*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, 1941.

SOUZA, M. E. L. *Algumas notas sobre a Biblioteca Fernandes Braga da Igreja Evangélica Fluminense*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras: Português-Literaturas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SPINA, S. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix: EdUSP, 1977.

THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/51643>. Acesso em: 7 nov. 2019.

TOLEDO NETO, S. A. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a Crítica Textual?. In: LOSE, A. D., SOUZA, A. S. (org.). *Paleografia e suas interfaces*. Salvador: Memória e Arte, 2018. p. 294-305. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26224>. Acesso em: 8 nov. 2020.

TOLEDO NETO, S. A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, v. 10, n. 20, p. 192-208, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/13959/10679>. Acesso em: 9 nov. 2020.

PARTE II
ESTUDOS DE
LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

Toponímia e os nomes de lugares históricos da Bahia

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Introdução

O estudo dos nomes de lugares normalmente desperta a atenção e o interesse dos sujeitos e das comunidades, visto que essas nomeações se integram às nossas origens identitárias, ao lugar que pertencemos, às paisagens que cercam o nosso horizonte, às ruas que caminhamos, enfim, aos lugares históricos que marcaram as trajetórias de existência e de resistência de nossos ancestrais, na atualidade ou em épocas pretéritas. Nesse sentido, é essencial produzir reflexões e pesquisas acerca dos nomes de lugares onde as comunidades constroem suas experiências – individuais e coletivas – e são atravessadas pelas reminiscências das suas vivências, diretas ou indiretas, com outras populações.

Os topônimos fazem parte do nosso patrimônio sociolinguístico e cultural, pois a nossa vida coletiva acontece em territórios, urbanos e rurais, a que pertencemos, adotamos, amamos e lembramos por meio de suas nomeações. Desse modo, os signos toponímicos são pluridisciplinares, apresentando um amplo campo de estudo que ultrapassa os limites disciplinares e a esfera acadêmica, mobilizando uma

rede complexa e dinâmica de relações multidimensionais e mediando a interpretação dos nossos espaços territoriais, geográficos, ecológicos, institucionais, socioambientais e culturais.

Diversas áreas das humanidades recorrem aos estudos toponímicos para interpretar as significações das dimensões de espaço e de tempo. Os signos toponímicos testemunham essas relações entre o sujeito, o lugar e a geografia. Dessa forma, a Toponímia tem seus vínculos com a história dos lugares, das cidades, dos estados, dos países, trazendo inclusive vestígios de contatos com outras línguas – contemporâneas ou já desaparecidas – e debates sobre a relação das comunidades com o meio ambiente.

Para os pesquisadores interessados em conhecer e estudar os topônimos que circularam no Brasil oitocentista, é preciso ter como ponto de partida a análise de edições fidedignas de *corpora* textuais do século XIX, organizadas para fins linguísticos e resultantes de um criterioso trabalho filológico. Nesse caminho, pesquisadores de várias áreas têm se articulado aos estudos filológicos para ter conhecimento da história dos textos e dos usos linguísticos nele registrados.

Desse modo, serão apresentadas reflexões sobre os nomes próprios de lugar, particularmente de um lócus geográfico concreto e específico, alguns dos lugares históricos da Bahia, em contextos pretéritos, a partir da análise de dados localizados e retirados de fontes textuais do século XIX. Nesse viés, destaca-se a relevância da Filologia na elaboração de edições destinadas às pesquisas linguísticas com o léxico toponímico.

A Filologia tem objetivos plurais e essa pluralidade se estende e se incorpora aos seus métodos e às suas práticas. E, nessas articulações e diálogos entre os estudos toponímicos e filológicos, reitera-se que a práxis filológica dá subsídio ao leitor para o conhecimento do percurso do texto e para a recomposição e compreensão dos resíduos da memória toponímica e cultural dos sujeitos, reavaliando a atuação dessas memórias nas narrativas históricas, sociais, políticas e discursivas. Estudar a história dos signos toponímicos a partir da edição de textos produzidos em épocas pretéritas, quer sejam escritos, orais ou visuais, é trabalhar com uma zona interpretativa pautada no diálogo interdisciplinar e na relação instável entre texto e suas materialidades.

Seguindo esse viés interpretativo, é principalmente a partir do estudo dos textos escritos que a Filologia se depara com um de seus grandes desafios, visto que o estudo do texto – registrado em diversos suportes e em fases pretéritas da língua – demanda métodos de estudo e de análise que levem em consideração o processo de produção, circulação e recepção do texto – no tempo e no espaço – e os aspectos temporais e espaciais referentes à própria língua em que o texto foi escrito.

A práxis filológica-linguística possibilita a interface com diversas áreas, principalmente a área de estudos lexicais, com foco nas abordagens teóricas e interpretativas histórico-culturais, sociais, discursivas e geopolíticas. Nesse caminho, reitera-se a relevância deste estudo para o reconhecimento das significações e das diversas motivações dos nomes próprios de lugares históricos do território baiano.

Para tanto, a mediação realizada pela lição conservadora disponibiliza aos especialistas e interessados os contextos de produção e de circulação dos textos, preservando as marcas linguísticas de influências entre etnias, que podem ser vistas por meio da análise onomástica. Articulando as abordagens lexicológica e etnolinguística, o estudo do léxico toponímico cumpre um papel histórico e político ao trazer ao conhecimento de diversos públicos aspectos da memória das comunidades e as narrativas de vida de suas regiões, por meio do estudo das denominações de lugar.

Historicamente, nos contextos de povoação da Bahia, a ação de nomear está relacionada a pessoas, a grupos sociais e a aspectos socio-políticos das comunidades linguísticas. Essas escolhas de designações para os lugares e seus espaços são resultantes dos contatos linguísticos e culturais, que são passados de uma geração para a outra. Por esse motivo, quando começamos a nos interrogar sobre as nossas origens étnicas e sociais, passamos também a valorizar a nossa identidade, a cultura local e a conhecer melhor os valores da nossa região.

Nesse caminho, são apresentadas reflexões sobre a pesquisa com o estudo da nomeação de lugares, considerando os aspectos etimológicos e motivacionais dos topônimos. O *corpus* de análise é composto de topônimos mapeados e selecionados de documentos históricos, entre os quais cartas e requerimentos, que estão disponibilizados na

Biblioteca Nacional Digital, evidenciando a relação entre língua e cultura a partir do estudo toponímico de lugares históricos da Bahia dos séculos XVIII e XIX.

Filologia e os estudos onomásticos na pesquisa com documentos históricos

A edição de fontes históricas presentes em acervos nacionais e estrangeiros possibilita a reconfiguração dos arquivos, das memórias e dos saberes linguísticos que se constituem como alicerce histórico, político e cultural das comunidades, rememorando realidades diferentes e fragmentadas, construídas a partir de memórias residuais recuperadas por meio dos textos e de seu contexto linguístico e discursivo. (GONÇALVES, 2017, 2018)

Em articulação com as narrativas históricas, os registros linguísticos tatuados na tessitura textual permitem a análise crítica da reconstrução dos vestígios da memória linguística fraturada, que o passado e o tempo perpetuaram. Nesse sentido, a prática filológica-linguística

[...] demanda campos de forças diferentes e mutáveis para funcionar e opera em pares articulados e paralelos – Filologia e História, Filologia e Linguística, Filologia e Paleografia, Filologia e Diplomática, Filologia e Léxico e Filologia e Discurso etc. – que se cruzam diretamente ou transversalmente por um eixo, o texto, que, por sua vez, permite movimentos constantes, contínuos e uniformes, além da transmissão de diversos movimentos de articulação e desarticulação, de aceleração e desaceleração, na análise crítica da tradição textual – a depender dos materiais disponíveis – e no estabelecimento de normas editoriais, norteando o processo de leitura filológica. (GONÇALVES, 2020, p. 80)

As vivências dos sujeitos são perpassadas pela linguagem, sendo necessário contar de outras formas para construir outros sentidos através dos registros linguístico-culturais e sociais trazidos pelo léxico da língua. E se somos leitores a-históricos, precisamos inserir o texto e a língua do texto em outros contextos, promovendo, portanto, em outro tempo uma leitura democrática e acessível dos nomes de lugares e de pessoas do passado, que, por vezes, se perpetuam no presente. Para Seabra (2006b, p. 1956), no que diz respeito aos nomes de lugares, o ato

de nomear “[...] se dá quando um lugar é ‘batizado’ por uma pessoa ou por um grupo no início de seu povoamento e esse batismo passa a fazer parte da cadeia de acontecimentos que levou o denominador a associar o espaço físico ao nome [...]”.

Nessa confluência entre língua e história, saberes são partilhados e, para que o pesquisador consiga uma imersão nas narrativas históricas, é preciso acessar e interpretar os dados textuais e linguístico-culturais registrados nas fontes históricas, compreendendo a dinamicidade, a transformação e a renovação que permitem a reconfiguração do repertório lexical compartilhado pelas comunidades.

No Brasil, os estudos lexicais articulam áreas como a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia e a Terminografia. Em particular, a Lexicologia centra-se na análise do patrimônio lexical de uma língua, considerando seu enfoque histórico, linguístico, sócio-histórico e cultural. Os estudos lexicológicos abarcam o léxico onomástico. A Onomástica, área da Lexicologia que estuda as motivações históricas dos nomes próprios, subdivide-se em Antroponímia e Toponímia. A Antroponímia estuda os nomes próprios de pessoas – nomes próprios individuais, nomes parentais e alcunhas – e a Toponímia estuda os nomes próprios de lugares e de acidentes geográficos, evidenciando os modos de vida e os valores culturais das comunidades.

Em nosso percurso histórico, nem sempre nos damos conta da importância histórica e cultural que leva à nomeação de um determinado lugar, espaço, acidente geográfico ou de uma determinada pessoa. Nomear é um ato atemporal, não individual, que promove uma interação coletiva e por isso mesmo a prática de denominação produz uma estreita relação de identidade entre os grupos sociais, no tempo e no espaço.

O sistema toponímico está situado no âmbito dos estudos lexicais, apresentando diversos atravessamentos etimológicos, etnolinguísticos e semânticos. Nesse viés, a pesquisa com o léxico toponímico de fontes textuais mostra que os topônimos registram os vestígios linguísticos, étnicos, políticos e culturais de um lugar, evidenciando a história da língua e da cultura de uma comunidade, sendo extremamente relevante para o reconhecimento das significações e das diversas motivações dos nomes de lugar, para a aceitação do plurilinguismo nas comunidades

em decorrência da presença linguística de etnias milenares e para o acolhimento da diversidade etnolinguística das populações.

Em pesquisas documentais e históricas, são revelados espaços e lugares com feições próprias e variadas realidades étnicas. Essa diversidade também é observada nas nomeações de lugares, fato que nos faz levantar alguns interrogantes sobre a nomeação de lugares da Bahia: quais as motivações para se denominar um lugar por parte dos sujeitos ou dos grupos? Qual a importância da análise de textos produzidos em épocas pretéritas para a recuperação da história nos nomes próprios de lugares? Como resgatar a memória das populações por meio do estudo dos topônimos em textos históricos? Quais as influências sociais e linguísticas para a nomeação desses espaços?

Particularmente, a descrição e a análise de documentos históricos que registram a toponímia do território baiano nos direcionam para a análise e interpretação dos contatos linguístico-culturais e dos rastros político-sociais da colonização e seus desdobramentos para a existência de outras línguas, além da língua dos colonizadores, a exemplo das línguas dos povos indígenas e das línguas africanas.

A Toponímia e o estudo das nomeações

Os primeiros estudos de cunho toponímico tiveram origem em diferentes métodos da Filologia, enfatizando a história e o lugar a partir das fontes textuais. A primeira proposta taxionômica foi realizada por Albert Dauzat, discípulo do francês August Lognon, na sua obra *Les noms de lieux: origine et évolution* (1926). Dauzat realizou uma pesquisa etimológica com os topônimos para analisar as famílias linguísticas que ocuparam um determinado território, enfatizando a reconstrução histórica e a análise das mudanças fonéticas dos nomes de lugares. E apesar de termos muitos estudos atuais sobre a questão do nome, vários pesquisadores ainda tomam as definições de Dauzat como ponto de partida para orientar seus trabalhos.

No Brasil, atualmente os estudos onomásticos vêm ganhando cada vez mais fôlego em diversas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente no que diz respeito ao estudo das línguas indígenas

brasileiras, destacando-se em particular o primeiro modelo taxionômico criado para o estudo da toponímia no Brasil por uma das maiores pesquisadoras nessa área que é a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick da Universidade de São Paulo (USP).

A Toponímia do gr. *topos*, “lugar” e *onoma*, “nome” tem como objeto de estudo o topônimo. De natureza linguística, o topônimo refere-se à nomeação, à identificação e à distinção dos acidentes de espaços geográficos e de espaços sócio-histórico-culturais. (DICK, 1990) Nesse sentido, a Toponímia estuda os nomes de lugares e dos designativos geográficos utilizados como nomeador de uma comunidade ou população, estabelecendo diálogos com outras áreas como a Filologia, a Linguística e a História, considerando os seus aspectos físicos, humanos ou naturais para uma análise mais precisa do fenômeno toponomástico e para estabelecer vínculos entre os diversos tipos de motivações do signo toponímico.

Desde as suas origens, a Toponímia traz uma potência interdisciplinar na sua abordagem, vinculando, através do ato de nomeação compartilhado pela coletividade, passado, memória e aspectos sócio-históricos, físicos e culturais. Na perspectiva da nomeação toponímica, o ato de nomear um lugar pelo signo toponímico tem uma motivação que está vinculada ao nomeador e à origem semântica e etimológica do nome, fato que remete a aspectos diacrônicos e sincrônicos no estudo da toponímia, influenciando na formalização das taxionomias dos nomes de lugares. (DICK, 1990, 1992, 2004)

A Toponímia e a classificação taxionômica: o estudo dos nomes de lugares da Bahia

A Toponímia analisa os nomes de lugares, os acidentes geográficos e as motivações do ato denominativo. (DICK, 1990) A abordagem toponímica vai além do estudo do vocabulário geográfico e do estudo histórico das fontes documentais. Considerada como marca de um povo e de sua língua, no tempo e no espaço, “[...] a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal”. (DICK, 1999, p. 22)

A classificação taxionômica elaborada por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick propõe, por meio de *taxes*, a estruturação e a sistematização de motivações para a toponímia brasileira, a partir de quadro classificatório amplo e uma terminologia técnica para o estudo do sistema toponímico brasileiro. E pelo fato de a taxionomia explicitar a motivação toponomástica, Dick articula e subdivide a *taxes* em dois campos: a taxionomia do campo natureza física ou natural, que vincula o sujeito ao seu ambiente; e a taxionomia do campo natureza antropológico-cultural, que articula *taxes* de cunho sócio-histórico e cultural.

Seguindo o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990, 1992, 2004, 2006) e Dauzat (1926), que consideram o espaço e a ação dos atores envolvidos no ato denominativo ou taxionômico, os dados toponímicos são registrados em fichas lexicográfico-toponímicas, evidenciando-se as possíveis motivações de um nome próprio de lugar e a nomenclatura geográfica oficial do nome.

Desse modo, os dados toponímicos são registrados em fichas lexicográfico-toponímicas, de acordo com o modelo teórico-metodológico de Dick (1990, 1992, 2004, 2006) e Dauzat (1926), destacando-se alguns aspectos relevantes como:

- a. Localização da unidade de federação, na qual se situa o topônimo;
- b. Indicação do topônimo – nomenclatura geográfica oficial do nome;
- c. Informação sobre o tipo de acidente, se físico ou humano;
- d. Localização do município ou microrregião onde se situa o acidente nomeado;
- e. Informação quanto à origem do topônimo – portuguesa, indígena, africana, híbrida;
- f. Registro da estruturação morfológica, estruturas simples ou compostas;
- g. Informação sobre a classificação taxionômica do designativo, a exemplo hidrotopônimo, fitotopônimo etc.; além de informações históricas ou enciclopédicas.

Quadro 1 - Modelo de ficha toponímica

TOPÔNIMO	Jequiriçá	TAXIONOMIA	Litotopônimo
TIPO DE ACIDENTE:	Humano	LOCALIZAÇÃO	Território de Identidade – Vale do Jiquiriçá
ETIMOLOGIA	<i>Jiquiriçá</i> do tupi antigo “iiki ‘sal’ + risaba ‘lugar’; donde: ‘lugar do sal, salina” (RAMOS, 2008, p. 359).		
VARIANTE ORTOGRÁFICO-LEXICAL	Jaqueriça; Jequiriça.		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	Elemento específico composto por aglutinação.		
MOTIVAÇÃO	Jiquiriçá, topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade.		
HISTÓRICO	Santo Antônio de Jiquiriçá (s. XIX) > Jequiriçá (1833) > Capela Nova de Jiquiriçá (1891) > Jiquiriçá (1904).		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS	Criação de Jiquiriçá: 9/05/1833. Município criado com os territórios das freguesias de Santo Antônio de Jiquiriçá e Estiva, desmembrados de Valença, com a denominação de Vila de Jiquiriçá, por Resolução Provincial de 09/05/1833. Em 1868, foi extinto e incorporado à Vila de São Vicente Ferrer D’Areia (atual Ubaíra). Em 1891, um Ato Estadual o restaurou com sede na povoação de Velhas e com a denominação de Capela Nova de Jiquiriçá, simplificada em 1904 para Jiquiriçá, topônimo originalmente atribuído ao rio que banha a cidade. Histórico dos nomes: Santo Antônio de Jiquiriçá (in. s. XIX) > Jequiriçá (1833) > Capela Nova de Jiquiriçá (1891) > Jiquiriçá (1904). 1827, 1890, 1940, 1970 – Nome: Jiquiriçá. (RAMOS, 2008, p. 359)		
CONTEXTO DO DOCUMENTO	O Coronel Plasson á Junta de defesa de Nasareth, sobre a sublevação de Camamú, e damno que causou a demora dos contingentes de Jequiriçá e da Companhia meliciana da Estiva. (Ofício, Taperoá, 30 de agosto de 1822, Biblioteca Nacional, II – 31, 36, 6 nº 2.		

Fonte: elaborado pela autora a partir de Costa e Spanghero (2011).

No Quadro 1, foi realizada a análise semântica e etimológica do topônimo *Jequiriçá*, na ficha toponímica, com o fim de justificar a escolha desse designativo de lugar localizado na espécie documental Ofícios.

Para Costa e Spanghero (2011), no modelo taxionômico de Dick (1990), que está ancorado em um método classificatório, são propostas

27 categorias, divididas em 11 taxes de natureza física e em 16 taxes de natureza antropocultural que estão organizadas no Quadro 2 e no Quadro 3.

Quadro 2 - Taxionomia toponímica

TAXIONOMIA DE NATUREZA FÍSICA (MUNDO NATURAL)		
1	Astrotopônimos	Corpos celestes.
2	Cardinotopônimos	Pontos cardeais e posições geográficas dos acidentes.
3	Cromotopônimos	Escalas cromáticas.
4	Dimensiotopônimos	Características dimensionais dos acidentes geográficos (espessura, tamanho etc.).
5	Fitotopônimos	Originários dos nomes de vegetais.
6	Geomorfotopônimos	Formas topográficas, elevações ou depressões do terreno.
7	Hidrotopônimos	Acidentes hidrográficos.
8	Litotopônimos	Nomes de minerais e nomes relativos à constituição do solo.
9	Meteorotopônimos	Fenômenos atmosféricos.
10	Morfotopônimos	Refletem o sentido das formas geométricas.
11	Zootopônimos	Relativos à índole animal.

Fonte: elaborado pela autora com base em Dick (1990).

Quadro 3 - Taxionomia toponímica

TAXIONOMIA DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL (MUNDO SÓCIO-HISTÓRICO E CULTURAL)		
1	Animotopônimos (Nootopônimos)	Relativos à vida psíquica e à cultura espiritual.
2	Antrotopônimos	Relativos aos nomes próprios individuais.
3	Axiotopônimos	Referem a títulos e a dignidades que acompanham os nomes próprios individuais
4	Corotopônimos	Relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
5	Cronotopônimos	Encerram indicadores cronológicos como novo/nova, velho/velha.
6	Ecotopônimos	Fazem referência às habitações de um modo geral.
7	Ergotopônimos	Relacionados aos elementos da cultura material.
8	Etnotopônimos	Relativos aos elementos étnicos.
9	Dirrematotopônimos	Construídos por meio de frases ou enunciados linguísticos: cidade ou bairro.

TAXIONOMIA DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL (MUNDO SÓCIO-HISTÓRICO E CULTURAL)		
10	Hierotopônimos	Referentes aos nomes sagrados, às efemeridades religiosas, aos locais de culto. Apresentam-se com duas subdivisões: hagiotopônimos e mitotopônimos.
10.1	Hagiotopônimos	Referem aos santos e às santas do hagiológico romano.
10.2	Mitotopônimos	Referentes às entidades mitológicas.
11	Historiotopônimos	Referem-se a movimentos de cunho histórico-social, aos seus membros ou ainda às datas correspondentes.
12	Hodotopônimos	Relacionados às vias de comunicação.
13	Numerotopônimos	Referem-se aos adjetivos numerais.
14	Poliotopônimos	Constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.
15	Sociotopônimos	Relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.
16	Somatotopônimos	Apresentam relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal.

Fonte: elaborado pela autora com base em Dick (1990).

Para dar encaminhamento à análise dos topônimos, foram selecionados e catalogados registros toponomásticos selecionados de três documentos históricos datados do século XIX relativos à Bahia, constantes no acervo documental da Biblioteca Nacional: dois ofícios do Coronel Henrique Plasson às Juntas de Defesa de Nazaré e Valença, sobre a sublevação de Camamu e as dificuldades em que se achavam pela demora dos contingentes esperados, datado de 30 de agosto e 1º de setembro de 1822; e a Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia – sublevação de escravos no interior do Recôncavo, datada de 28 de novembro de 1822 – Cachoeira, na Bahia.

Esses documentos apresentam áreas geográficas de dimensões diferentes e são correspondentes a distintas circunscrições administrativas dos poderes administrativos, jurídicos e religiosos, resultaram na pesquisa desenvolvida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) com o mapeamento, a edição e o estudo de documentos históricos. Os topônimos registrados nessas fontes documentais históricas são relativos a elementos hidrográficos e aos assentamentos das populações – os povoados, as fazendas etc.

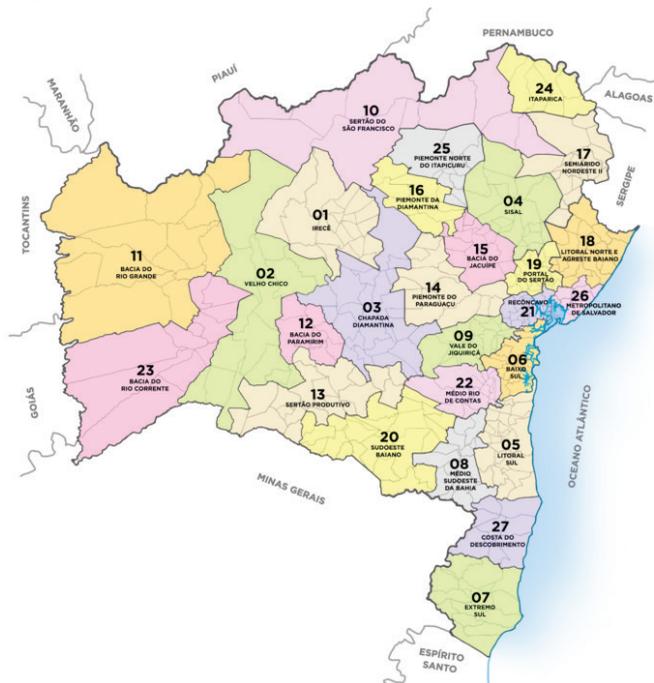
No processo de colonização do Brasil, o território baiano foi colonizado pelos portugueses, construindo-se na Bahia várias cidades, entre as quais a cidade de Salvador, que foi construída para ser a capital de um estado da América portuguesa.

Portanto, várias cidades baianas foram palco de diversas revoltas, sublevações e motins desde o início de sua colonização. Assim, a partir da articulação da dimensão filológica com a dimensão toponímica, é possível estudar os nomes de lugares nos quais aconteceram movimentos insurgentes, trazendo à tona aspectos da história política, social, cultural e étnica das comunidades que habitam ou habitaram nos municípios baianos.

Em relação ao passado, o conhecimento da motivação ou da história dos topônimos chegou até nós através da documentação escrita. Os signos toponímicos testemunham os vestígios linguísticos e apresentam pistas para o conhecimento da relação presente e passado na Bahia, corroborando para o conhecimento sobre a origem e a história dos lugares de resistência das minorias sociais, por meio do repertório do léxico toponímico, e refletindo o modo de viver atual das comunidades com seus modos de vida, suas culturas e seus valores.

Atualmente, a Secretaria de Cultura da Bahia reconhece 27 territórios de identidade, considerando critérios ambientais, econômicos, culturais e reconhecendo a diversidade das populações com suas identidades, coesão social, cultural e territorial, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Divisão Territorial da Bahia – Territórios de Identidade



Fonte: Bahia ([200-]).

O estudo onomástico “permite a localização de um objeto no espaço e a actância dos atores envolvidos na particularização das categorias denominativas ou taxionômicas”. (DICK, 2006, p. 99) Nessa trilha, a pesquisa com os registros linguísticos desses textos tem por objetivo selecionar, catalogar e analisar os registros onomásticos, entre os quais os registros toponímicos em documentos históricos datados dos séculos XVIII ao XIX relativos à Bahia.

Entre os topônimos localizados nos textos, são citados: Cachoeira, Ilhéus, Marajú, Jiquiriçá e Valença. A reflexão sobre os topônimos baianos registrados em documentos históricos permite o estudo dos nomes de lugares e seus contextos geográficos e culturais propriamente ditos, ampliando a análise interpretativa das narrativas históricas e políticas evocadas pelos nomes de lugares, através das situações desumanas que marcaram a escravidão na Bahia e a resistência das populações escravizadas.

Quadro 4 - Amostragem de topônimos em documentos históricos

TOPÔNIMO ¹	NATUREZA DO TOPÔNIMO	ORIGEM	TAXIONOMIA	ESTRUTURA
Cachoeira ²	Física	Portuguesa	Hidrotopônimo (acidente geográfico)	Simple
Ilheos ³	Física	Portuguesa	Geomorfotopônimo (forma topográfica)	Simple ⁴
Maráú ⁵	Antropocultural	Indígena	Etnotopônimo (nome relativo a elementos étnicos isolados ou não – povos, tribos, castas)	Simple
Jiquiriçá ⁶	Física	Indígena	Litotopônimo (nome de mineral e nome relativo à constituição do solo)	Simple

1 Cf. IBGE. Municípios do Estado da Bahia. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958. V. 20 e 21 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes> Acesso em: 21 de novembro de 2020.

2 Fonte: CARTA (cópia) do vice-rei e capitão general do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao superintendente Manuel Francisco dos Santos Soledade dando conta da remessa de uma carta para Maurício Ribeiro, do terço da gente preta, que se dirigia para o Cairu a fim de abrir minas no Jequiriçá ou Jequié. Bahia, 4 de janeiro de 1731. AHU – ACL – CU 005, CX. 38, D. 3434. F. 1r, L. 6.

3 Fonte: – CARTA do chanceler do estado do Brasil, Luís Machado de Barros ao rei [D. João V] sobre a legitimidade das terras dos moradores da Vila de Camamá. Bahia, 29 de agosto de 1728. AHU – ACL – CU 005, CX. 32, D. 2926. F. 1r, L. 17; 18.

– CARTA do [vice-rei e governador-geral do Brasil], conde de Atouguia, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Menezes e Ataíde ao rei [D. José] a informar que não deve ser atendido o pedido dos moradores da vila de Camamu para isenção dos donativos. Anexo: docs. comprovativos (2 docs.). Bahia, 1 de março de 1753. AHU – ACL – CU 005, CX. 113, D. 8843. F. 1r, L. 4; 16.

4 Neste caso o signo toponímico apresenta apenas um lexema.

5 Fonte: CARTA PATENTE da rainha D. Maria I confirmando António Xavier Monteiro no posto de capitão-mor do Terço das Ordenanças da vila de Maráú. Bahia, Lisboa, 8 de janeiro de 1787. AHU-Baía, cx. 189, doc. 1. AHU_ACL_CU_005, Cx. 189, D. 13865. F. 1r, L.7.

6 Fontes: – CARTA do vice-rei e capitão general do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao superintendente Manuel Francisco dos Santos Soledade dando conta da remessa de uma carta para Maurício Ribeiro, do terço da gente preta, que se dirigia para o Cairu a fim de abrir minas no Jequiriçá ou Jequié. Bahia, 4 de janeiro de 1731. AHU – ACL – CU 005, CX. 38, D. 3434. F. 1r, L. 8.

– CARTA do vice-rei e capitão-general do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] respondendo a provisão real que aprova a sua resolução de estabelecer uma aldeia de índios mansos nas cabeceiras do Cairu e Jequiriçá. Bahia, 12 de junho de 1725. AHU – ACL – CU 005, CX. 22, D. 1984. D. 3434. F. 1r, L. 9.

TOPÔNIMO	NATUREZA DO TOPÔNIMO	ORIGEM	TAXIONOMIA	ESTRUTURA
Valença ⁷	Antropocultural	Portuguesa	Corotopônimo (nome de cidade, país ou estado)	Simples

Fonte: elaborado pela autora a partir da leitura da edição de manuscritos do século XVIII e XIX.

Dos topônimos analisados, a partir de algumas fichas toponímicas propostas pela metodologia de Dick (1990, 2006), três topônimos foram de natureza física e dois topônimos de natureza antropocultural, mostrando como os aspectos naturais e os aspectos sócio-históricos e culturais são relevantes para a ocupação do espaço pelos sujeitos. Há também a ocorrência de um hidrotopônimo, um geomorfotopônimo, um etnotopônimo, um litotopônimo e um registro de corotopônimo. No que diz respeito à origem dos nomes, a incidência maior é de nomes de origem portuguesa – com três ocorrências – e dois nomes com origem em línguas indígenas.

Os topônimos são testemunhos do nosso passado linguístico e histórico, pois surgem em um determinado locus, em um dado período da língua e em um dado contexto social. São ocorrências linguísticas e históricas resultantes de contatos étnico-culturais, marcadas pela variação e pela mudança e que procedem de línguas diferentes e, por vezes, de etimologias complexas, portanto, seu estudo demanda uma abordagem inter e transdisciplinar.

Desse modo, a toponímia pode auxiliar a historiografia na reconstrução da história social e cultural das comunidades – a exemplo da escravização e da resistência negra e indígena – recuperando os rastros de etnias históricas já desaparecidas, em um determinado território, por meio do estudo do topônimo.

Em particular, para além das questões dos grupos populacionais e das designações de lugar, destaca-se que movimentos de resistência

7 Fonte: REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara da vila de Valença ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo] solicitando sejam ampliados os limites consignados à referida vila de Valença, concedendo-lhes jurisdição sobre as povoações de Jequiriça e suas vertentes. Valença, 8 de janeiro de 1805. AHU-Baía, cx.233, doc. 5. AHU – ACL – CU – 005, Cx. 235, D. 16204. F. 2r, L. 3; 10.

negra que envolviam sujeitos escravizados ocorreram na Bahia dos séculos XVIII e XIX. Esse foi um período marcado pelo desenvolvimento dos engenhos de cana-de-açúcar do Recôncavo e pela exportação e importação de escravizados da África. E na intensificação do trabalho, “[...] o escravo do Recôncavo agora trabalhava mais e comia menos”. (REIS, 1992, p. 100)

Nessa perspectiva, vários ataques sucessivos ocorreram no interior do Recôncavo Baiano e, assim, diante de diversos movimentos de resistência, coletivos e individuais que estavam em curso, as autoridades baianas redobravam a vigilância e adotavam medidas repressivas e punitivas, em especial em Cachoeira, enviando tropas de Salvador na tentativa de manter a ordem e conter os movimentos insurgentes. (DANTAS, 2011; REIS, 1992)

Em particular, no que diz respeito aos movimentos de resistência dos escravizados ocorridos no Recôncavo Baiano, o *topos* Cachoeira foi um dos núcleos urbanos mais importantes da Bahia e, por esse motivo, palco de constantes sublevações de grupos escravizados na história. (CASTELLUCI, 2011) Portanto, o estudo dos nomes de lugares da Bahia também traz ao leitor as memórias das formas de enfrentamento dos sujeitos, como eles resistiram e se reinventaram diante da vigilância e da escravidão.

Considerações finais

Nas sendas deste capítulo, foram desenvolvidas considerações sobre a relação dialógica e interdisciplinar entre Filologia e Onomástica, em particular o estudo toponímico, a partir da edição de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX, contribuindo para o conhecimento político, social e cultural de um lócus, a Bahia.

Para tanto, a partir da seleção e da análise de alguns topônimos em *corpus* histórico, foi possível articular as atividades de reconfiguração crítica dos fragmentos das narrativas históricas com o resgate das trajetórias das populações, por meio dos designativos de acidentes físicos e humanos. Nesse contexto, por ser o léxico um patrimônio cultural das comunidades, a análise lexical percorre uma variedade de caminhos,

entre os quais o estudo dos signos toponímicos para a reavaliação dos contatos linguístico-culturais e dos vestígios das origens, motivações e histórias que explicam os nomes de lugares da Bahia. Por fim, como foi visto, o nome de lugar exerce uma importância significativa para se recontar a história das comunidades e de suas línguas e para o resgate das culturas através do léxico denominativo.

Referências

BAHIA. Secultba Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. *Divisão Territoriais – Territórios de Identidade*. [Salvador: Secultba], [200-]. 1 mapa. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CASTELLUCCI JÚNIOR, W. No entorno de Todos os Santos: tráfico ilegal e revoltas escravas no Recôncavo (Bahia: 1831-1850). In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos* Salvador: Edufba, 2011. p. 103-127.

COSTA, L. A. da C.; SPANGHERO, V. R. Estudo lexical dos nomes indígenas das regiões de Aquidauana, Corumbá e Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul: a toponímia rural. *Revista Moara*, Belém, n. 36, p. 75-91, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/1103>. Acesso em: 18 fev. 2021.

DANTAS, M. D. (org.). Introdução: Revoltas, motins, revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DORNELAS, B. A.; DANTAS, M. D. *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 9-67.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux: origine et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. São Paulo: USP-FFLCH, 1990.

DICK, M. V. P. A. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. T. C. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 91-117.

- DICK, M. V. P. A. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*, Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.
- DICK, M. V. P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUIERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2004. v. 2, p. 121-130.
- DICK, M. V. P. A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas-FFLCH-USP, 1992. (Coletânea de estudos).
- GONÇALVES, E. C. B. A Filologia e o estudo de Requerimentos do Arquivo Histórico Ultramarino. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 22, p. 75-92, 2020. Número especial. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/166321>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- GONÇALVES, E. C. B. A Paleografia na leitura da documentação histórica sobre a Bahia. In: LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. (org.). *Paleografia e suas Interfaces*. Salvador: Memória & Arte: Edufba, 2018. p. 125-142.
- GONÇALVES, E. C. B. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da ABRALIN*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 191-218, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v16i2.52006>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Ave Maria, 1981.
- RAMOS, R. T. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança*. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- REIS, J. J. A elite baiana face aos movimentos sociais, Bahia: 1824-1840. *Revista de História*, São Paulo, ano 27, v. 54, n. 108, p. 347-348, 1976.
- SEABRA, M. C. T. C. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006a.
- SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006b. p. 1953-1960. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

Unidades fraseológicas no campo semântico jurídico: primeiras análises em dois crimes sexuais do interior da Bahia (1907-1936)

Daianna Quelle da Silva Santos da Silva
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

Palavras primeiras

O ato de escrever para o ser humano é considerado por muitos estudiosos como um marco de extrema importância. Josino (2015, p. 15) nos chama atenção para esse fato quando diz que “[n]a história da humanidade, a invenção da escrita foi um divisor de águas [...]”. Até antes da escrita, portanto, as informações eram transmitidas de maneira oral e, por conta disso, sabemos que muito se perdia, mas a invenção da escrita deu consistência aos processos sociais por meio dos registros (leis, processos, certidões, contratos, autos etc.), o que, de certa forma, dá um *status* de permanência às relações sociais, aos passos da sociedade. (JOSINO, 2015)

Partindo da relação escrita, linguagem e sociedade, não podemos deixar de citar Fabrício (2008, p. 48), porque a autora considera

a linguagem como “[...] uma prática social, ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva [...]”. Compreendemos que Fabrício (2008), ao se reportar à concepção de linguagem, nos deu margem para estabelecer conexões com o olhar sobre a linguagem, língua, cultura, sociedade – aspectos importantes para o estudo das Unidades Fraseológicas, doravante UFs.

Neste trabalho, utilizamos a definição de crime de estupro do ano de 1890, uma vez que os documentos que integram o *corpus* são datados de 1907 e 1936. O crime de estupro consta no Código de Processo Penal da República Federativa do Brasil (1890), no artigo 266, e é considerado um crime sexual de atentado “[...] contra o pudor de pessoa de um ou outro sexo, por meio da violência ou ameaça com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral”. (BRASIL, 1890 apud FAUSTO, 1984, p. 175) Ainda sobre o estupro, é possível notar no mesmo Código, no artigo 269, que:

[c]hama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego de força physica. Como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se. Como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anestheticos e narcóticos. (SIQUEIRA, 2003, p. 424)

E como consequência, no artigo 268, é notório que:

[e]stuprar mulher virgem ou não, mas honesta. [...] pena — de prisão cellular por um a seis annos. § 1. ‘Si a estuprada fôr mulher publica ou prostituta: pena — de prisão cellular por seis mezes a dous annos. § 2’. Si o crime foi praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte. (SIQUEIRA, 2003, p. 442)

A partir das reflexões mencionadas ao longo do texto aliadas à necessidade de compreender a escrita dos crimes de estupro no interior da Bahia, sob os vieses linguístico, jurídico, histórico e cultural, tentamos estudar algumas UFs nos dois documentos classificados como crimes sexuais. Mas por que selecionarmos tal *corpus* para este estudo?

Os processos crimes de M.P¹ (1907), ocorrido na cidade de Feira de Santana (BA), e o de E.C (1936), ocorrido em Santa Bárbara (BA), nos deram a possibilidade de compreendermos as UFs características do gênero textual crime para aquela época.

Desse modo, subsidiamo-nos teórico-metodologicamente nos estudos de Corpas Pastor (1996) e Aragão (2016) a fim de cumprir os seguintes objetivos: estudar as UFs em dois crimes de estupro do século XX no interior da Bahia e destacar alguns aspectos da sexualidade da época a partir de documentos dessa natureza.

Para tanto, dividimos o texto em: 1) Primeiras palavras; 2) Detalhes da pesquisa: a Filologia, o acervo e critérios de edição; 3) Unidades Fraseológicas (UFs); 4) Sobre o *corpus* e os aspectos jurídico-sexuais; 5) Percursos metodológicos; 6) As UFs do *corpus*; 7) Campo semântico jurídico; 8) Palavras (consideradas) finais.

Detalhes da pesquisa: a Filologia, o acervo e critérios de edição

O estupro – crime previsto ao longo dos códigos penais – é uma violência presente na sociedade ao longo da história, e ter acesso a casos de estupros documentados não é uma tarefa fácil devido a alguns entraves, um deles é o acesso a essa documentação. Onde encontrar documentos de outras épocas com o teor sexual? A resposta, muitas vezes, se encontra nos arquivos e acervos de documentação.

Porém, depois de encontrá-los, eis o questionamento: como acessar o texto, estudá-lo e facilitar o seu acesso para a sociedade atual? A esse, a Filologia pode cumprir bem o papel.

A Filologia é uma disciplina interdisciplinar e humanística que permite compreender o texto como um objeto de estudo dialógico. Assim, é possível “trazer” o texto para os dias atuais através das edições filológicas e também adentrar em pontos da história das vítimas, em pensamentos difundidos na época do crime, ou seja, estarmos “de frente” com questões sociais, culturais e históricas que estavam envoltas na época do crime.

1 Iniciais do nome da vítima.

Desse modo, o *corpus* deste trabalho encontra-se no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa² – de agora em diante Cedoc –, o qual é um órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). No Cedoc, há muitos documentos tanto da esfera cível quanto crime, os quais se referem a Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara e algumas cidades circunvizinhas.

O Cedoc tem uma trajetória e uma importância para o andamento dos estudos filológicos, pois

[...] foi criado por iniciativa dos professores do *DCHF* e regulamentado pela Resolução CONSEPE 15/2000 de 17 de março de 2000, tem por objetivo preservar e oferecer documentos textuais, orais e iconográficos inseridos no contexto geo-histórico da região de Feira de Santana. Sua criação também esteve fortemente vinculada à implantação do Programa de Pós-graduação em História da *UEFS* (*stricto sensu*). (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, 2019, grifo da autora e nosso)

Desde 2013, o Cedoc funciona no prédio do mestrado em História, no *campus* central da UEFS, oferecendo uma infraestrutura mais adequada aos pesquisadores e ao próprio acervo: salas climatizadas para pesquisa, catalogação, guarda adequada do acervo, espaço para digitalização, coordenação e administração. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, 2019)

Destacamos também que o acesso ao Cedoc pode ser feito pelo *site*³ em que há espaço para consulta dos documentos, oferecendo a catalogação (estante, número do documento, período, tipologia, acusados e vítimas), bem como algumas observações quanto à condição dos fólios.

Critérios de edição e exemplo no *corpus*

No trabalho filológico com documentos, é importante que se realize uma ou mais edições e, entendendo a natureza do documento e o objetivo que traçamos – permitir acesso a pesquisadores e demais interessados –, escolhemos a edição semidiplomática, através dos critérios desenvolvidos e utilizados pelos estudiosos do Núcleo de Estudos

2 Órgão da UEFS.

3 Ver em: <http://www.cedoc.uefs.br/>.

do Manuscrito (NEMa) e pesquisadores do Grupo de Edição de Textos (GET)⁴ correlacionados com os de Queiroz (2007, p. 34), Silva (2014) e algumas adaptações, a saber:

Na descrição do documento, verificamos:

- a. Número de colunas;
- b. Número de linhas da mancha escrita;
- c. Existência de ornamentos;
- d. Maiúsculas mais interessantes;
- e. Existência de sinais especiais;
- f. Número de abreviaturas;
- g. Tipo de escrita;
- h. Tipo de papel.

Na transcrição, cumprimos o dever de:

- a. Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
- b. Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- c. Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- d. Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- e. Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- f. Abreviar nomes das vítimas, acusados e testemunhas constantes em documentos jurídicos com menos de cem anos, a fim de preservar as identidades desses sujeitos;
- g. Utilizar colchetes para as interpolações: [];
- h. Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
 - ((†)) rasura ilegível;
 - [†] escrito não identificado;
 - (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - // leitura conjecturada;
 - < > supressão;

4 O GET é composto por pesquisadores da área de Filologia, Linguística, Antropologia, História, Desenho e outras; coordenado pela professora doutora Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

- () rasura ou mancha;
- [] acréscimo;
- * * interferências de terceiros.

No Crimes de Estupro (CrS)⁵ de E., destacamos que este está escrito com tinta preta, já em alguns fólios em azul. Possui 22 fólios, nem todos escritos no verso, mas todos com mancha escrita no recto. A seguir, trouxemos um fólio da edição semidiplomática do CrS de E.

Edição semidiplomática do fólio 3r do CrS de E., disponível no acervo do Cedoc

f. 3r

Exelentíssimo Senhor Doutor Promotor Publico da Comarca

5

L. C. dos S., vem perante
Ver^a implorar justiça para o seguinte
a sua filha E. C. dos S.
10 menor, de 14 annos de idade, passando no
(mez do) mez de outubro de 1935 pela
travessa salto do Bode, e a caminho de casa
da madrinha, as 9 horas da noite foi chamada
pelo o *Senhor* Custodio Sapateiro, o qual usando
15 de uma faca para amedronta-la, forçou-a
deflorando-a, e em seguida dizendo-lhe que
se ella dissesse a lguém que a matava
conforme a referida menor já declarou
20 na presença de *Vossa Excelencia* e das testemnhas
abaixo pelo que pede e implora a justiça.

25

L.C.S.
Testimunhas que ouviram a menor
U. da S.
S. da S.
R. F. S.

30

35

5 Na seção “Sobre o corpus e os aspectos jurídico-sexuais”, explicaremos detalhadamente esta catalogação.

Nas linhas seguintes, intentamos explicar o conceito das UFs, suas características e em quais estudos nos apoiamos para construir este trabalho.

Unidades Fraseológicas (UFs)

Uma vez que, neste trabalho, abordamos o sexo no contexto do século XX, é comum termos acesso às expressões como “foi fazer vida” e “foi tirada de casa” em referência à figura feminina associada à prostituição e à perda da virgindade, respectivamente. Expressões como essas estão fixadas na língua e na memória linguística e sociocultural do povo brasileiro.

Nesse contexto, compreendemos que essas palavras combinadas se apresentam fixadas na língua, de certa forma frequentes com essa mesma combinação, ou seja, segundo Corpas Pastor (1996), essas palavras são definidas como UFs e estão institucionalizadas na língua.

Por tradição, é sabido que os estudos das UFs ou fraseologismos estão diretamente atrelados à Lexicologia – ciência que estuda o léxico das línguas naturais. Para tanto, é necessário definirmos primeiramente o que é léxico. Desse modo, Oliveira e Isquerdo (1998, p. 7) definem o léxico como o “[...] saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural”.

Além do saber partilhado de um povo e/ou grupo de povos, há uma outra característica latente ao léxico: sua dinamicidade. Pelo léxico é possível identificar culturas, experimentar o mundo. Biderman (2001, p. 179) nos dá essa certeza quando diz que “[...] qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades”.

Aragão (2016, p. 34) endossa essa discussão quando diz que “[a] fraseologia faz parte das ciências da linguagem e mais especificamente da Lexicologia, que é um ramo da linguística que trabalha com o léxico”. Porém, é importante dizer aqui sobre as denominações encontradas para se tratar do objeto de estudo da Fraseologia. Sabino (2011, p. 386, grifo do autor) demarca que nos:

[...] trabalhos sobre fraseologia, ao referirem-se ao seu objeto de estudo, os autores usam as mais variadas denominações, como por exemplo: *lexias complexas; sequências, combinações ou combinatórias cristalizadas; sintagmas cristalizados; sequências, combinações ou combinatórias fixas; sintagmas fixos; expressões fixas; combinações estáveis; expressões pluriverbais; unidades pluriverbais lexicalizadas; unidades lexicais pluriverbais; unidades polilexemáticas; frases feitas; fraseolexemas; unidades fraseológicas; locuções fraseológicas; fraseologismos; unidades terminológicas* – sendo estas últimas, fraseologias específicas da linguagem especializada.

Ancorados em Corpas Pastor (1996) e Tagnin (1989), utilizamos UFs, definidas como unidades léxicas constituídas por duas ou mais palavras que exibem algum grau de fixação e algum grau de idiomatidade. As UFs se constituem nas línguas a partir da cristalização de expressões, do grau de idiomatidade,⁶ do conjunto de palavras que só fazem sentido quando arrumadas naquela ordem.

Para acrescer a definição e as características das UFs, elaboramos um quadro a partir da leitura de Corpas Pastor (1996).

Quadro 1 - Características das UFs

FIXAÇÃO	a ordem de seus elementos não se altera; alguma categoria gramatical não varia; seus elementos não são substituíveis; é impossível introduzir ou omitir novos elementos;
IDIOMATICIDADE	Essa característica traz consigo a ideia de que “[...] o sentido unitário da unidade não se justifica pelo significado individual de cada constituinte [...]”. (CORPAS PASTOR, 1996, p. 26)
INSTITUCIONALIZAÇÃO	Refere-se à frequência de uso, que pode resultar na institucionalização ou convencionalização das UFs.
GRADAÇÃO	Trata-se do fato que as UFs apresentam várias características já citadas e em graus diferentes. Assim, trata-se de uma escala gradual tanto do viés semântico quanto de outras características, tais como: institucionalização, fixação, variação etc.
POLILEXICALIDADE	Como uma condição de congelamento lexical, a polilexicalidade se forma a partir de um conjunto de palavras com existência autônoma e que formam um todo significativo.

Fonte: adaptado de Corpas Pastor (1996).

6 Segundo Tagnin (1989, p. 13), idiomatidade se refere “[...] [ao] momento em que a convenção passa para o nível do significado [...]”.

Desse modo, segundo Corpas Pastor (1996), as UFs, para assim serem consideradas, precisam ser institucionalizadas em contexto social, ter frequência de uso, estabilidade, fixação e idiomaticidade, mas vale salientar que não há uma conformidade no momento de classificar esses fenômenos léxicos.

Levando em consideração tudo o que fora escrito até aqui, compreendemos que o presente trabalho está inserido nos estudos da Fraseologia e, segundo Queiroz (2019, p. 146),

[...] [tal área é] considerada como um ramo dos estudos do léxico que se ocupa das lexias complexas, também chamadas de expressões fixas ou unidades fraseológicas, as quais compartilham duas propriedades essenciais: a polilexicalidade e a fixidez.

Uma outra consideração que é preciso ser feita para o estudo das UFs, neste trabalho, parte do modelo idealizado por Queiroz (2019, p. 146), ao analisar as UFs de *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, quando diz que: “Corpas Pastor (1996) aponta que a Fraseologia comporta unidades que podem ser categorizadas como colocações, locuções e enunciados fraseológicos”. Por isso, neste trabalho, valendo-nos de Pottier (1977 apud QUEIROZ, 2019), classificamos um tipo de UF como colocações que podem ser compostas ou complexas.

Nas linhas seguintes, faremos uma explanação do *corpus* utilizado, o contexto sociocultural amalgamado que envolvia o *corpus* e toda sociedade da época.

Sobre o *corpus* e os aspectos jurídico-sexuais

Quando ouvimos e/ou falamos sobre uma mulher ser “perdida”, “tirada de casa”, “que faz a vida”, associamos como colocações referentes à sexualidade dessas mulheres. Talvez, nos dias de hoje, não seja tão forte pensarmos que eram expressões referentes à falta de virgindade, o que consequentemente afetava a moral e dignidade femininas.

Exemplos como esses apareciam no âmbito jurídico na primeira metade do século XX e estavam atrelados à virgindade feminina, a qual deveria ser preservada até o casamento. O desvirginamento ocorrido

caracterizaria uma “perdição”, “ofensa”, “desonra” nos âmbitos moral, religioso e social.

Pensar sob esse viés nos faz compreender que as complexas operações mentais estão projetadas nos âmbitos linguísticos, nas relações e concepções da linguagem, pois a “perdição” e “desonra” associadas à virgindade feminina delimitam que a perda de um hímen inferioriza, desautoriza alguém.

Com isso, compreendemos que essa forma de pensar compõe um saber social, é uma parte de um construto social acerca da mulher, dos comportamentos e dos padrões pensados para ela. Decerto, os saberes adquiridos pelos indivíduos, através da cultura e contato social, manifestam-se linguisticamente e dependem da época, porque a expressão “mulher ofendida em sua honra” no século XXI provavelmente não está relacionada ao ato sexual em si, o que não acontecia nos anos de 1903 a 1936, uma vez que, segundo Del Priore (2011), o modelo de mulher adequada estava associado aos afazeres e à composição do lar.

Partindo da necessidade de compreender melhor a relação entre o ato sexual, a mulher e a sociedade do século XX, escolhemos os dois crimes sexuais como *corpus*: o sumário de estupro de E.C.,⁷ lavrado em 1936; e o processo-crime de estupro de M. P., lavrado em 1907.⁸

Compreendemos que o processo-crime de M. P. completou 100 anos decorridos em 2007. Como a dissertação fora defendida em 2014, disponibilizamos a edição semidiplomática sem restrições de nome da vítima, do acusado, das testemunhas e dos outros envolvidos no caso, o que não poderá ocorrer com o sumário de estupro de 1936.

7 Iniciais do nome da vítima.

8 *Corpus* da dissertação intitulada *Entre a escrita e a sexualidade: edição semidiplomática e estudo léxico-semântico do processo-crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus*, defendida em 2014. Destacamos também que neste trabalho aparecem os nomes e as informações sobre a vítima, as testemunhas e os acusados, porque nos ancoramos na Lei nº 12.527/2011 que assegura, em seu artigo 31, “[...] o respeito à intimidade, vida privada e às liberdades e garantias individuais. E estabelece, no §1º, que as informações pessoais que se referem à intimidade, vida privada, honra e imagem terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados, e acesso restrito independentemente de classificação de sigilo, por 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e II – poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem”.

Conforme dito ao longo deste texto, pela leitura do *corpus*, é perceptível que a “ofensa” para o sexo feminino se pautava na perda da virgindade antes do casamento e tal fato era considerado um crime com consequências que abrangiam a moral, religião e família, ou seja, a “ofendida” era uma vergonha social, religiosa e um peso para toda a família à qual pertencia. Dessa maneira, encontramos expressões como “ofendida”, “deflorada”, “menor ofendida”, entre outras.

Ao modo de ver das autoridades jurídicas, dos olhares dos médicos e das autoridades religiosas, a virgindade feminina tinha o significado de honra. E Soihet (1989, p. 303) nos contextualiza que, na primeira metade do século XX,

[...] [a] honra da mulher está vinculada a defesa da virgindade ou na fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, da qual o homem é legitimador, já que esta é dada pela ausência através da virgindade ou pela presença legítima com o casamento.

Ainda sobre o sexo, a mulher e a concepção de crime sexual, Shoihet (1989), citada por Morelli (2015, p. 41), diz que:

[p]ara a criminologia positivista [...] [daquela época], as mulheres normais eram passivamente recatadas e seu destino biológico, a gestação. Mulheres afeitas ao sexo, que se deixavam levar pelo desejo e pela lascívia tinham em si o mal da degenerescência, eram seres primitivos na escala da evolução humana, tendo o vício e o crime como latentes. O destino dessas mulheres seria, fatalmente, a prostituição. A ideia era delimitar a criminosa encontrando, em seu oposto, a mulher ideal.

Desse modo, é fácil compreender o porquê das UFs encontradas no *corpus* fazerem relação com as ideias de moralidade e com o padrão religioso, com visões que conduzem o sexo para acontecer somente pós-matrimônio, significando zelo e respeito sociais para a mulher daquela época.

A fim de melhor explicar o *corpus*, sem que haja a exposição da identidade das vítimas e dos envolvidos no processo, utilizamos alguns critérios de catalogação aqui, são eles:

- a. CrS para indicar que é um crime sexual, sendo que Cr – crime e S – sexual, seguido das iniciais dos nomes das vítimas;

- b. Os nomes das testemunhas, dos acusados e de outros citados nos documentos serão representados pelas iniciais dos nomes.

Desse modo, nomeamos CrS S.S para o documento lavrado em 1907, na cidade de Feira de Santana (BA) e que possui 50 fólios; e CrS E.C. para o sumário de estupro, de 1936, na localidade de Santa Bárbara (BA), com 22 fólios.

Processo-crime de estupro de S.S.

No processo-crime aqui estudado, a vítima de estupro foi uma menina de 11 anos, que, no ano de 1907, na cidade de Feira de Santana (BA), ao entardecer, foi acompanhada pela irmã para uma reza (prática religiosa muito corriqueira no local e na época retratados). Após a reza finalizada, a vítima – designada por M.P. – fora estuprada por J.B – um homem de 22 anos. A violência sexual pode ser vista em:

[...] individuo de nome J. / B., concluir por J. p. e., / pelo facto de haver, no dia 8 do próximo / passado mez, no logar denominado Munguzá / desta comarca deflorado a moça de / nome M. P. [...], tiran- / do-a da casa de seu pae, onde penetrava sem / o seu consentimento para os matos onde / usando de violencias que impossibilita- / ra de defender-se e resistir, satisfazia / os seus libidinosos instinctos como se vê [...]. (CrS M P, f.2r linhas 10-20)

Sumário de estupro de E.C

No sumário de estupro, a vítima foi E.C., que, ao anoitecer em Santa Bárbara (BA) nos dias de setembro de 1936, fora forçada a fazer sexo com C. No documento, é possível saber que E.C tinha 14 anos e, no momento do ato sexual, sofreu ameaça de morte através de uma faca, como podemos atestar no seguinte trecho: “[...] o Senhor C.S., o qual usando / de uma faca para amedronta-la, forçou-a / deflorando-a, e em seguida dizendo-lhe que / se ella dissesse a alguém que a matava / conforme a referida menor já declarou [...]”. (CrS E.C., f.3r, linhas 14-17)

Percursos metodológicos

Para expor os resultados sobre as UFs encontradas no *corpus*, seguimos algumas etapas, a saber:

- **Etapa 1** – A realização e o uso da edição semidiplomática do *corpus* foram nossas escolhas por entendermos que o tratamento filológico é ideal para a preservação dos textos e para conservação do suporte em que os documentos foram escritos, porque evita a deterioração destes através do manuseio, que nesse caso é o papel almaço. Além disso, proporciona o acesso aos textos, que, decerto, são dados sócio-linguístico-culturais que compõem a história de um povo e/ou um grupo de povos.
- **Etapa 2** – A leitura e compreensão do conteúdo do *corpus* através das edições semidiplomáticas. Desse modo, as informações de como aconteceram os crimes foram obtidas a partir dos depoimentos da vítima, dos familiares, das testemunhas e do acusado.
- **Etapa 3** – Escolhemos e analisamos os dados reconhecidos através da leitura dos documentos e seguimos os passos:
 1. Definimos e nomeamos campo semântico (identificado em caixa alta e negrito) para depois inserir as UFs na ordem alfabética dentro dos subcampos que elegemos;
 2. Colocamos a UFs em caixa alta, em seguida colocamos a definição extraída no contexto;
 3. Colocamos em negrito os exemplos que documentam as UFs;
 4. Entre parênteses, inserimos as abreviaturas CrS M. P. ou CrS E.C. a depender do documento que encontramos o dado. Seguidas de uma vírgula, colocamos o número do fólio em que está situado o dado e, por fim, a(s) linha(s) demarcada(s) naquele mesmo fólio. Conservamos a ortografia em que os documentos foram lavrados nos exemplos trazidos, além de que mantivemos a pontuação e a acentuação circunscritas no *corpus*;
 5. Nos casos em que os dados perpassam duas linhas ou mais, sinalizamos com uma barra e, para casos em que há mudança de parágrafo, utilizamos duas barras.

Exemplo:

TIRAR DE CASA – “romper a membrana hímen através de relação sexual antes do casamento”.

Contexto: “[...] J. / do P. e. **tirara de casa** / de M. M. ,uma fi- / lha deste de nome A.- / na irman da ofendida [...]”. (f.27r, linhas 18-22, CrS M.P)

As UFs do corpus

Pela leitura do *corpus*, dos teóricos e contexto da época, sabemos que o poder masculino se estendia às relações sociais que a mulher estabelecia. Assim, o homem dominava/determinava as vontades, os horários, entre outras funções da mulher, bem como o sexo. Por isso, juridicamente a mulher era a “ofendida” e o homem “ofensor”. O homem quem “faz o mal” e ele mesmo “repara” perante a Justiça.

Desse modo, “reparar o mal”, “tirar de casa”, “reparar a honra” – só para citar algumas – aparecem como UFs devido à recorrência, cristalização e legitimação linguística delas no âmbito jurídico.

Por consequência da visão social e moral da época, estava legitimado que o escrivão, os oficiais de justiça e outras figuras da esfera jurídica estavam a postos para resolver a desmoralização feminina decorrida da perda da virgindade antes do casamento. Desse modo, vimos a cristalização de expressões como “menor ofendida”, “escrivão, que o escrevi” e outras que seguem o pré-requisito da categorização de uma UF.

Elaboramos um quadro explicitando a organização do campo semântico jurídico das UFs abordadas neste trabalho.

Quadro 1 - O campo semântico jurídico das UFs no *corpus*

CAMPO SEMÂNTICO JURÍDICO	SEXUAL	DE AÇÃO	OFENDER A HONRA			
			REPARAR O MAL			
			TIRAR DE CASA			
	CRIMINAL	DOS QUALIFICADORES	DA VÍTIMA	MENOR OFENDIDA		
		DO ESCRIVÃO	ESCRIVÃO QUE O ESCREVI			
			ESCRIVÃO, O ESCREVI			
		DAS EXPRESSÕES	DAS PEÇAS	A ROGO DE		
				CERTIFICO, EU		
				DO QUE DOU FÉ		
				E DOU FÉ		

Fonte: elaborado pelas autoras.

Campo semântico jurídico

Eis que apresentamos as UFs do campo semântico jurídico em seus respectivos subcampos, seguidos da classificação, do contexto e da localização no *corpus*.

Sexual

Nesta subseção, apresentamos as lexias do campo da sexualidade.

De ação

- OFENDER A HONRA – “indicação para a vítima, de menor idade ou não, que perdeu a virgindade, com o consentimento da mesma, através de sedução e/ou de promessas de casamento”
Contexto: “[...] M. / P. de J., **ofendida em sua / honra** pelo indevidou de nome João / Barboza [...]”. (f.5r linhas 15-17, CrS M.P)

- REPARAR O MAL – “indica o casamento como forma de reparação da ofensa ocorrida pelo defloramento e/ou estupro”
Contexto: “[...] J. / B. conhecido como J. do P./este nega-se **reparar o / mal** que cometteo [...]”. (f.5r linhas 17-20, CrS M. P.)
- TIRAR DE CASA – “relação sexual antes do casamento”
Contexto: “[...] J. / do P. e. **tirara de casa / de M. M.** ,uma fi- / lha deste de nome A.- / na irman da ofendida [...]”. (f.27r, linhas 18-22, CrS M.P)

Dos qualificadores

Nesta subseção, apresentamos a lexia que qualifica a vítima.

Da vítima

- MENOR OFENDIDA – “definição da vítima menor de idade, que perdeu a virgindade através de sedução e/ou de promessas de casamento”
Contexto: “[...] a certidão de /idade/ / da **menor offendida**”. (f.2v, linhas 8-9, CrS M.P)

Criminal

Nesta subseção, trazemos as lexias da esfera criminal.

Do escrivão

- ESCRIVÃO QUE O ESCREVI – “indicação utilizada ao final dos conclusos, dos depoimentos das testemunhas, atestando a veracidade da informação e autenticação do escrivão”.
Contexto: “[...] de Policia, do que faço este termo. Eu, C. / C. V. **Escrivão que o escrevi** (f.8r, linhas 15-16, CrS E.C)
- ESCRIVÃO, O ESCREVI – ver “escrivão que o escrevi”
Contexto: “[...] Eu C. /V. do /R., **Escrivão, o escrevi.**” (f.10v, linhas 1-3, CrS E.C)

Das peças

- A ROGO DE – “assinatura quando uma das partes, ou várias partes, de um ato notarial não souber ou não puder assinar; a pedido de”.
Contexto: “[...] assignado a rogo da teste- / munha por não saber ler nem / escrever J. C. [...] (f.35r, linhas 7-9, CrS M.P)
- CERTIFICO, EU – “expressão utilizada quando a autoridade (escrivão, oficial de justiça, entre outros) afirmam a informação e dão veracidade ao que foi escrito”.
Contexto 1: “Certifico eu escrivão, abaixo as- / signado [...]” (f.22v, linhas 16-17, CrS M.P)
Contexto 2: “Certifico eu official de Justiça [...]” (f.23v, linha 1, CrS M.P)
- DO QUE DOU FÉ – indicação de verdade, honestidade e ética para o que está transcrito no documento notarial.
Contexto: “[...] a seu rogo com Juiz depois de lhe ser / lido e acham conforme do que dou fé (f.12v, linhas 13-14, CrS M.P)
- E DOU FÉ – ver “do que dou fé”
Contexto: “[...] intimei as testemunhas constantes deste / mandado, de que bem scientes ficaram, o /referido é verdade e dou fé; Feira 21 de Março (f.15r, linhas 30-32, CrS M.P)

Diante do exposto, pontuamos nas linhas seguintes as considerações finais deste trabalho.

Palavras (consideradas) finais

Sabemos que, desde o século II d.C, está documentado que “[...] as mulheres [estavam restritas] a um lugar inferior ao dos homens numa hierarquia ‘natural’ irrefutável” (BROWN, 1990, p. 20), ou seja, nas sociedades romana e grega, antes mesmo da filosofia do cristianismo ser adotada, era comum notar os estereótipos do homem como símbolo do “macho”, “predador”, “forte”, “viçoso”, “poderoso” e a mulher como a “fêmea”, que é “a presa”, “frágil” e “submissa”.

Não podemos dizer que é simples compreender as UFs dentro de um *corpus* referente à primeira metade do século XX, pois o ato sexual

é tido como crime em circunstâncias diferentes das dos dias de hoje. Mas tentamos trazer as primeiras impressões das UFs no campo semântico jurídico através dos documentos sob estudo. Para tanto, fizemos leituras de alguns teóricos da história, para além das informações extraídas do próprio *corpus*. Foi possível ver que, na prática, a mulher era inferiorizada pela perda do hímen, sendo essa cristalização de pensamento provada pelas UFs.

Salientamos que este trabalho nos desperta para a importância de se debruçar nas “expressões cristalizadas” que permeiam essa esfera criminal, mais especificamente quando se trata de sexo no interior da Bahia, e o *corpus* escolhido, ainda pouco explorado, nos inicia nesta longa jornada.

Referências

- ARAGÃO, M. S. A fraseologia como marca do léxico regional-popular. In: COSTA, D. S. S.; BENÇAL, D. R. (org.). *Nos caminhos do léxico*. Campo Grande: UFMS, 2016. p. 33-49.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Leitura e Crítica).
- BROWN, P. R. L. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.
- CORPAS PASTOR, G. *Manual de fraseologia española*. Madrid: Editorial Gredos, 1996.
- DEL PRIORE, M. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 45-65.
- FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- JOSINO, A. M. S. *Edição Filológica e estudo fraseológico dos autos de arrematação de Vila de Sobral (1817-1823)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística

Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2019/11/Adriana-Marly-Sampaio-Josino.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MORELLI, L. M. *Entre o corpo e a honra: crimes sexuais na cidade de São Paulo (1890-1920)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/156510/336124.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 mar. 2020.

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

QUEIROZ, R. C. R. (org.). *Documentos do acervo de monsenhor Galvão: edição semidiplomática*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007.

QUEIROZ, R. C. R. Uma análise das unidades fraseológicas em Terras do sem fim, romance de Jorge Amado. *Polifonia*, Cuiabá, v. 26, p. 142-156, 2019. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/7302/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SABINO, M. A. O campo árido dos fraseologismos. *Signótica*, Goiânia, v. 23, p. 385-401, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6323111.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2020.

SILVA, D. Q. S. *Entre a escrita e a sexualidade: edição semidiplomática e estudo léxico-semântico do processo-crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus*. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

SIQUEIRA, G. *Direito penal Brasileiro Vol. II: (segundo o Código Penal mandado executar pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, e leis que o modificaram ou completaram, elucidados pela doutrina e jurisprudência)*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. v. 2. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496211>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SOIHET, R. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TAGNIN, E. *Expressões idiomáticas e convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Centro de Documentação e Pesquisa. Nossa História. *CEDOC*, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://www.cedoc.uefs.br/nossaHistoria>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Uma avaliação das classificações verbais na tradição gramatical

*Ticiano Kilpp Leiria
Edivalda Alves Araújo*

Introdução

Este texto tem por objetivo fazer um levantamento das definições e classificações das gramáticas tradicionais ao longo dos séculos, bem como promover uma reflexão histórica da visão tradicional das análises linguísticas em relação à classificação dos verbos, refazendo e analisando o seu caminho desde o início para compararmos com o que encontramos nas gramáticas atuais. Assim, este trabalho visa a contribuir com os estudos históricos acerca da classificação dos verbos, procurando investigar o início dessa classificação na língua portuguesa e sua evolução nos estudos gramaticais.

A partir daqui, o texto se divide em cinco seções, iniciando com um breve resumo acerca da constituição histórica da gramática tradicional (na seção 2) e caminhando por três períodos distintos das gramáticas na língua portuguesa: as primeiras gramáticas (seção 3); as gramáticas modernas (seção 4), apresentando uma portuguesa e duas brasileiras; e as gramáticas contemporâneas (seção 5), centradas nos autores

brasileiros. Em cada uma dessas seções, haverá exemplos e comentários pertinentes. O texto encerra-se na seção 6, com as considerações finais.

A constituição histórica da gramática tradicional

As reflexões acerca da linguagem humana foram iniciadas antes mesmo da nossa era, ainda como um ramo da filosofia. Com o embate político-ideológico que acontecia na Grécia Clássica, desenvolveram-se as teorias sobre significação, léxico e retórica. Assim começava, por volta do século V a.C., o primeiro dos três períodos principais dos estudos gramaticais na Antiguidade Grega, de acordo com Lobato (1986), o qual foi iniciado com os filósofos pré-socráticos e os primeiros retóricos e continuou com Sócrates, Platão e Aristóteles. Esses estudos linguísticos, embora não fossem aprofundados, visto que “a língua não era uma preocupação independente, encontrando-se esparsa na obra de cada pensador do período” (LOBATO, 1986, p. 78), contribuíram de forma decisiva para iniciar um percurso de reflexões mais amplas acerca da descrição linguística. Dessa forma, ao estabelecer a distinção entre o substantivo e o verbo, definindo-os como elementos básicos para constituir uma proposição, Platão abria

[...] o caminho para uma compreensão analítica de estruturação da linguagem como representação do pensamento. O percurso posterior que delinearemos se constitui em um refinamento de análise que, a princípio, é apenas parte de uma teoria geral do conhecimento, de uma filosofia que só alguns séculos depois vem a fundamentar uma gramática. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 16)

O segundo principal período dos estudos em questão foi iniciado com os estoicos, os quais começaram a traçar a fundamentação da gramática tradicional, fazendo com que a língua passasse a ser estudada em obras independentes – mesmo que a gramática ainda não estivesse separada da filosofia e da lógica. Acreditando que os estudos linguísticos eram parte da filosofia, os estoicos trataram “da pronúncia, da etimologia e da gramática (classes de palavras e paradigmas flexionais), separadamente, privilegiando o estudo gramatical, mas sem estar interessados na língua em si mesma” (LOBATO, 1986, p. 78), visto

que consideravam a língua apenas como a expressão dos pensamentos e sentimentos humanos e a investigavam nessa perspectiva.

Os filólogos alexandrinos, após os estoicos, foram os responsáveis pelo terceiro e último período principal dos estudos gramaticais na Antiguidade Grega. Com o desenvolvimento de um grande centro de estudos literários e linguísticos que surgia na colônia grega de Alexandria a partir do século III a.C., esses estudiosos se destacaram dos anteriores por verem a língua como uma preocupação literária e não mais atrelada à filosofia ou à lógica. Foi nesse período que, de fato, codificou-se a chamada “gramática tradicional do grego” e seus primeiros trabalhos tinham como objetivo a “(1) elucidação da língua dos textos literários arcaicos, e (2) a proteção do grego clássico, que devia ser resguardado de corrupções”. (LOBATO, 1986, p. 79)

Foi durante a atmosfera filológica da Escola de Alexandria que surgiu, então, a primeira descrição ampla e sistemática de uma língua no mundo ocidental, com Dionísio da Trácia (séc. II a.C.), que definiu a gramática como a “arte de escrever” – sendo “arte” um conjunto de preceitos necessários para executar uma tarefa. (LYONS, 1979, p. 12 apud MATTOS E SILVA, 2016) Em sua gramática, Dionísio discorreu acerca de sons, sílabas, partes do discurso (substantivo, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção), flexão, deixando de fora, entretanto, a sintaxe grega. Quem primeiro escreveu algo sobre sintaxe foi Apolônio Díscolo, a qual, sob sua perspectiva, “dizia respeito à combinação de elementos, sendo esses elementos os que designamos como fonemas (que formam as sílabas), as sílabas (que formam as palavras) e os significados das palavras (que formam as frases)”. (LOBATO, 1986, p. 91) Pode-se, então, resumir o percurso histórico da gramática grega de acordo com Kristeva (1974, p. 165 apud MATTOS E SILVA, 2016, p. 18-19, grifo da autora):

Primeiro indistinta do atomismo geral e confundida numa cosmogonia naturalista; depois isolada – não sem ambigüidade como lógica, teoria das noções e definições, sistematização do significado; por fim abstraída da filosofia para se constituir como *gramática*, isto é, ciência normativa de um objeto particular; só passando por estas diferentes etapas é que a linguagem separou-se do real e se constitui a ‘linguística’ grega.

Seguindo o modelo grego, as reflexões acerca do latim foram começando a aparecer. O mais antigo gramático latino de que temos conhecimento é Varrão (I a.C.), que dividiu seu estudo entre etimologia, morfologia e sintaxe – esta, entretanto, não chegou até nós – e caracterizou a gramática como “a arte de escrever e falar corretamente e compreender os poetas”. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 19) Os dois gramáticos latinos mais estudados e mais influentes aos posteriores foram Donato (IV d.C.) e Prisciano (V d.C.). Este último foi o responsável pela primeira sintaxe que sobreviveu até os dias de hoje, definida logicamente por ele como “a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita”. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20) Sobre seus estudos, sabe-se que

Os conceitos de oração *perfeita/oração imperfeita* (*videt, acusat* são orações imperfeitas) já envolvem a discussão da *transitividade* (*não transitividade*) dos verbos. Nele, também já se estabelece a noção de *palavra regente* e *palavra regida*, conceitos que até hoje vigoram nas terminologias da gramática tradicional, como em outras. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20, grifo da autora)

A gramática de Prisciano, assim como a de Donato (IV d.C.) – outro importante gramático latino –, seguiu os passos de Dionísio da Trácia. Ambas tinham um caráter pedagógico e buscavam descrever o latim clássico. Vale destacar, entretanto, que ambos viviam um momento histórico “em que a diversidade da língua latina (diferentemente do que ocorreria no tempo de Varrão) já não passaria despercebida” (MATTOS E SILVA, 2016, p. 20), ratificando o caráter normativo na tradição dos estudos gramaticais. E mesmo com a diversidade linguística já existente, o foco na língua latina ainda perduraria alguns séculos.

Na Idade Média, apesar de seu início semeado por observações e gramáticas dos “vulgares” não latinos, como o islandês, anglo-saxão, basco e o irlandês, o estudo da língua latina parece ter sido majoritário. Foi apenas no século XIV, com a primeira gramática do francês, que os romances começaram a ser estudados esporadicamente, instalando-se de fato no século XVI. Com o advento do Renascimento, os estudos enfim começaram a dar atenção às línguas românicas devido à necessidade de se ensinar a língua que realmente era utilizada no dia a dia – mesmo

que o latim ainda fosse o modelo para se pensarem os outros idiomas. (MATTOS E SILVA, 2016) Pode-se dizer, então, que

[...] a reflexão lingüística do século XVI (que se assemelha, em alguns aspectos, à reflexão lingüística da primeira metade do século XX) liberta-se do âmbito das línguas clássicas – latim e grego – para ampliar seu campo de observação e de análise empírica. Liberta-se das disciplinas afluentes, da lógica, principalmente, deixa de ser uma especulação para se tornar uma observação, privilegiando o uso lingüístico, mas sem abandonar a relação pensamento-língua. E desenvolve definitivamente um dispositivo pedagógico que introduz na gramática uma ambivalência que é a de pretender trabalhar sobre a língua como objeto de estudo e como objeto de ensino, tentando ser, ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas. (MATTOS E SILVA, 2016, p. 25)

É nesse cenário que surgem as primeiras reflexões metalingüísticas do português, com as gramáticas de Fernão de Oliveira, em 1536, e de João de Barros, em 1540. Entretanto, por estarem adentrando uma nova realidade, devido à falta de modelos predecessores para se estudarem as línguas chamadas vulgares, “os gramáticos veem-se confrontados com a necessidade de tomar as gramáticas gregas e, sobretudo, latinas como os exemplos paradigmáticos a seguir” (MOURA, 2012, p. 85), dando continuidade à tradição greco-latina apesar do redirecionamento dos estudos lingüísticos.

O que chamamos hoje de gramática tradicional é, portanto, a representação de toda uma tradição de estudos gramaticais, a qual começou ainda na Antiguidade Grega e vem vencendo os séculos. Assim, percorrido seu caminho histórico, aqui se pretende traçar a visão das gramáticas tradicionais acerca do verbo, de seu significado e seu comportamento, desde as primeiras publicações até os dias atuais, para uma melhor visualização das mudanças, semelhanças e, por fim, de seus problemas.

As primeiras gramáticas da língua portuguesa

Com o emprego cada vez mais frequente da língua vernácula nos documentos oficiais – estabelecido sistematicamente no final do século XIII (FARACO, 2017) – aliado ao crescente número de produções escritas por conta da chegada da imprensa no século XV, surgiu

em Portugal a necessidade de voltar as atenções à língua em uso. De acordo com Moura (2012, p. 89), crescia no país a vontade de codificar a própria língua, assim como já vinha acontecendo nos outros países europeus, principalmente devido à ideia renascentista de que “a identidade e o prestígio nacionais passavam pela sistematização da própria língua, como já o tinham feito gregos e latinos”. “Por um lado, o facto de a língua e a literatura castelhanas ocuparem a primazia dos géneros de entretenimento, e, por outro, devido ao facto de o latim se tentar impor como língua nos meios mais cultos da nossa sociedade”. (SANTOS, 2005 apud MOURA, 2012, p. 90)

Fernão de Oliveira [1536]

A primeira gramática do português, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, escrita por Fernão de Oliveira em 1536,¹ fugiu um pouco dos padrões tradicionais e normativos da época. Utilizando-se de uma visão mais descritivista, o autor tinha como objetivo registrar o uso da língua padrão em vez de impor suas regras, dando também atenção às variedades linguísticas existentes – como o nome “linguagem” já denuncia. Assim, Fernão iniciou o seu trabalho já definindo que a linguagem é “figura do entendimento” (OLIVEIRA, 2000, p. 165) e que gramática é “a arte que ensina a bem ler e falar”. (OLIVEIRA, 2000, p. 169)

Em relação ao conteúdo, veem-se, na gramática de Fernão de Oliveira, minuciosas análises acerca da fonética, lexicologia e morfologia, sendo: 24 seções para fonética e ortografia; 13 para a lexicologia; 6 para a morfologia. (MOURA, 2012, p. 91) Em morfologia – intitulada por ele como *analogia* –, pode-se encontrar a seção dedicada ao verbo, em que Fernão de Oliveira (2000, p. 232) discorre que não dirá “que cousa e verbo nẽ quantos generos de verbos temos: porque não e desta parte a tal accupação”. Em lugar da definição, o autor mostra as diversas vozes presentes nos verbos em gêneros, conjugações, modos, tempos e números e também como variam entre si.

O que hoje chamamos de sintaxe, entretanto, ficou praticamente de fora. O penúltimo capítulo – o último é uma própria reflexão sobre

1 Edição de Torres e Assunção (2000).

seu trabalho – seria, então, dedicado ao que era chamado de *construção*. Desta, ficou apenas uma promessa:

AGora vejamos da cõposição ou conçoerto que as partes ou dições da nossa lingua tẽ. antre si como em qualquer outra lingua: e esta he a derradeira parte desta obra: a qual os gramáticos chamão cõstruição [...] nesta derradeira parte que e da cõstruiçã ou cõposição. da lingua não dizemos mais porque temos começada hũa obra em que particularmente e cõ mais comprimento falamos della. (OLIVEIRA, 2000, p. 234-235)

A primeira sintaxe da língua portuguesa, segundo Mattos e Silva (2016, p. 33), apareceria apenas em João de Barros.

João de Barros (1971 [1540])

A sintaxe foi abordada sistematicamente apenas em João de Barros, em 1540.² Ao contrário da primeira, sua *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha* (1971) voltou a apresentar um caráter mais tradicional e normativo. Logo no início, o autor deixou claro seu objetivo com a descrição dada, lembrando a origem grega do nome gramática, “ciência de letras” (BARROS, 1971 [1540]), e a definição que a ela foi dada pelos gramáticos: “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos”. (BARROS, 1971, p. 2) De acordo com Mattos e Silva (2016), a gramática de João de Barros é, dentre as quatro reflexões metalinguísticas quinhentistas, a mais completa, incluindo a chamada *construção*, mesmo que esta não seja a maior parte do trabalho. Sobre o tema, o autor discorreu que:

‘Té’ qui, tratamos das primeiras três partes da gramática: letera, sílaba, diçam; fica agora vermos a quarta que é da construção. Esta – segundo difinçam dos gramáticos – é ãa conveniência antre partes, postas em seus naturais lugares; pelas quais vimos em conhecimento dos nossos conceitos. E bem como, ao homem é natural a fala, assi lhe é natural a conveniência destas partes: nome sustantivo com ajetivo, nominativo com verbo, relativo com antecedente. Quanto ao regimento das outras partes, cada naçam tem sua ordem; e por nam serem universais a todos,

2 Citações com base na edição técnica de Buescu (1971), disponível *on-line* no *corpus* do Tycho Brahe. Vide referência da gramática.

lhe podemos chamar acidentais. Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, imitando sempre a ordem dos latinos, como temos de costume. (BARROS, 1971, p. 39)

Em relação ao verbo, João de Barros (1971) o define como uma voz ou palavra que indica o ato de fazer alguma coisa, que não se declina como nome e pronome, por casos, mas é conjugada por modos e tempos. Quanto à classificação, o autor retoma as gramáticas latinas, separando-os entre: verbos *sustantivos*, com apenas o verbo “ser”; e os verbos *ajetivos*, com todos os outros verbos. Ainda seguindo os latinos, o autor divide os verbos ainda mais, separando-os entre pessoais (que têm número e pessoa) e impessoais.

Definidos os verbos, é apenas na seção da “*construção das partes*” que aparece alguma noção de regimento, ou de regência nos termos atuais, descrito pelo autor como o processo que acontece quando uma palavra se constrói com outra diversa, por gênero, número, caso ou pessoa, sendo a natureza dessas palavras que vai colocá-las em algum dos possíveis casos. (BARROS, 1971) Assim, o autor retoma os verbos pessoais e argumenta que estes podem ou não “passar a ação” para a outra palavra e, se o fazem, serão chamados de transitivos – assim como chamam os latinos. João de Barros (1971, p. 31) ainda traz como exemplo a frase “eu amo a ciência”, elucidando que a ação do verbo “amo” passa para a ciência. Além disso, o autor defende que os verbos transitivos podem apresentar diversos regimentos, visto que regem:

- a. Genitivo: “Maravilho-me da grandeza de Deus. Lembro-me dos seus benefícios. Esquece-se dos meus pecados, porque eu uso das virtudes, e careço dos vícios”.
- b. Dativo: “Sirvo a Deus, Obedeço a el-rei, Aproveito a meus amigos, Empeço a seus contrairos”.
- c. Acusativo: “Amo a virtude, Avorreço o vício, Leo os livros, Aprendo ciência, Ouço gramática, e Ganho honra”.
- d. Genitivo ou ablativo após o acusativo: aqueles que significam encher ou vazar alguma coisa, como “eu enchi a casa de trigo, e vazei a bolsa de dinheiro. E assi outros verbos ao exemplo

destes. Hei piedade de ti. Tenho vergonha da mentira, e tristeza do pecado, etc”.

- e. Dativo após o acusativo: “Eu dou graças a Deus, Faço bem aos proves, Empresto dinheiro a meus amigos, e nam dou logro aos onzeneiros, etc.”.

(BARROS, 1971, p. 31, grifo nosso)

Em seguida, o autor discorre acerca dos verbos neutros. Pode-se encontrar a seu respeito ainda nas classificações verbais, em que ele os define como aqueles que não se podem “converter ao modo passivo” e cuja ação “nam passa em outra cousa, assi como, estou, ando, venho, vou, fico, e outros que podemos conhecer per este exemplo”. (BARROS, 1971, p. 18) Retomando o conceito na seção do regimento, João de Barros (1971, p. 32, grifo nosso) reitera que, diferente dos transitivos citados anteriormente, os verbos neutros são os verbos pessoais que “não passam a ação” para outra palavra e adiciona que esses verbos só poderão reger um caso se for por meio de uma preposição, como em: “Estou na igreja, Vou à escola, Vigio de dia, Durmo de noite, Acordo a boas horas, Navego no verão, Folgo no inverno por amor do estudo, etc.”.

D. Jerónimo Contador de Argote [1721/1725]

Publicada inicialmente em 1721, sob o pseudônimo do P. Caetano Maldonado da Gama, a gramática *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* foi aumentada e republicada com o nome verídico do autor em 1725 – edição que será aqui utilizada.

Sendo de uma época em que o latim ainda era reconhecido como a língua de cultura em toda a Europa (MOURA, 2012), o autor deixou claro, logo no *Prólogo*, que sua gramática seria portuguesa “no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e efeito, para que se compôs, é latina”.³ (ARGOTE, 1725) A justificativa para o seu posicionamento fez-se presente na “Introdução” ao argumentar que:

3 Transcrição disponível online pelo *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ver em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_005.

A língua latina é universal em toda a Europa, e necessária para as ocupações da República, por isso muitos a aprendem, mas poucos a sabem suficientemente, e raros com perfeição. Em a aprender gastam os meninos a maior parte da puerícia, e ainda da adolescência. Para evitar estas demoras, de que procedem graves danos, se tem proposto por alguns varões sábios diversos arbítrios. Entre estes o que se tem achado ser mais fácil, útil e seguro (ao menos para as nações, cujas línguas vulgares são filhas da latina, assim como a portuguesa, castelhana, italiana, e francesa) é ensinar aos rapazes primeiro a gramática da sua língua vulgar, e depois ensinar-lhes a gramática latina, porque assim virão a aprendê-la fácil, e brevemente, segundo mostra a experiência, e a razão. Mostra-o a razão, porque a maior parte das regras da gramática portuguesa convém, e são as mesmas, de que usa a gramática latina. (ARGOTE, 1725, p. 15)

Esse método, segundo Moura (2012), aproximava a gramática em questão dos gramáticos humanistas do Renascimento e seiscentistas, de autores que reconheciam que o ensino do latim deveria ser mais claro e mais breve e por meio da língua materna do aluno; esse posicionamento se afastava do método dos jesuítas, que defendiam a aprendizagem do latim pelo latim. O método proposto por Argote, entretanto, só seria implementado nas escolas portuguesas décadas depois, quando o Alvará Régio de 1759 estipulou que deveria ser em *vulgar* o método para aprender os preceitos da gramática. (MOURA, 2012)

Com seus fins pedagógicos, a gramática foi toda escrita em formato de diálogo entre o *mestre* e o *discípulo* e foi dividida em quatro partes: castas de palavras (a maior parte); sintaxe simples; sintaxe figurada; e uma última, que trata a respeito dos dialetos do português e de sua *construção*, incluindo uma parte prática sobre a regência⁴ da língua.

Argote (1725, p. 50) definiu, em sua gramática, que o verbo “é uma palavra significativa, que tem pessoas, números, modos, tempos, e não se declina por casos”. Apesar de admitir a existência de muitas “castas” de verbos, ele os dividiu entre: ativos, passivos e neutros; pessoais e impessoais; recíprocos; simples e compostos; e regulares

4 O termo “regência”, na gramática, significa “declarar que cousa são as palavras, que se acham em alguma oração, e a forma, por que estão postas, e a razão, [...] é dizer de cada palavra que parte da oração é, e se é nome, dizer que casta de nome é, de que declinação, de que número, de que gênero, em que caso está, e de quem. Se é verbo, que casta de verbo é, em que modo, em que tempo, em que número, em que pessoa está, que caso pede, etc.”. (ARGOTE, 1725, p. 313)

e irregulares. No que interessa para o presente trabalho, para ele, o verbo ativo é aquele que “significa uma cousa, que eu faço a outrem, assim como *quebrar, cozer, assar*” (ARGOTE, 1725, p. 146, grifo do autor) e, para que um verbo seja considerado ativo, basta que seja “feita a outrem, ainda que seja só no nosso pensamento”. (ARGOTE, 1725, p. 146-147, grifo do autor) Como exemplo, o autor trouxe também o verbo “amar” como verbo ativo, pois significa algo que fazemos a alguém, mesmo que seja em nosso pensamento. O verbo passivo seria, então, o oposto, significando “cousa, que outrem faz a mim, assim como *ser amado, ser assado, ser entendido*”. (ARGOTE, 1725, p. 147) Por fim, o neutro é aquele que vai significar uma coisa “que eu faço, mas não a faço a outrem, nem outrem faz a mim, assim como *rir*; ou significa alguma cousa, que me sucede, mas não a faço a outrem, assim como *adoecer, enfraquecer, desmaiar*, etc.”. (ARGOTE, 1725, p. 147, grifo do autor)

Em seguida, o autor discorreu a respeito da sintaxe, definida por ele como “a boa ordem, e disposição das palavras”, ou seja, “estarem as palavras no número, caso, e no lugar, que lhes pertence”. (ARGOTE, 1725, p. 184) Um dos diferentes tipos que ele traz acerca da sintaxe (simples, figurada, de concordar etc.) é a *sintaxe de reger*, a qual “ensina em que caso hão de estar na oração os nomes, e em que modos, e tempos hão de estar os verbos” (ARGOTE, 1725, p. 188), sendo divididas então em sintaxe de reger os nomes e sintaxe de reger os verbos. O autor listou, desse modo, diversas regras a respeito da regência dos casos nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo, mas poucos são os comentários sobre cada uma delas.

Comentários

A gramática de Fernão de Oliveira (2000) diferencia-se das outras duas porque, como foi visto, não trata da sintaxe e traz apenas descrições das formas de uso linguístico para o que ele considerava padrão para a época. Pouco se deteve em classificações e diferenciações entre os verbos. Quanto às outras duas gramáticas – a de João de Barros (1971) e a de Argote (1725) –, apesar de estarem separadas por mais de um século, é possível perceber semelhanças entre elas. Inicialmente, encontra-se o apego que ambas ainda mantinham em relação à língua

latina: João de Barros (1971) reitera repetidas vezes estar de acordo com a tradição latina ao passo que Argote (1725) ratifica a relevância que o latim ainda carregava depois de séculos; inclusive, em sua proposta, elabora uma gramática que ele supunha facilitar o aprendizado da língua latina. Para facilitar esse estudo, Argote buscava adequar as regras do português às latinas, tentando aproximar essas duas línguas. Ao que concerne ao comportamento verbal, por exemplo, sua perspectiva de análise continuava tendo base nos casos do latim – mesmo que estes não estivessem presentes na língua portuguesa.

Nota-se também a recorrência do termo *neutro* nas classificações verbais, assim como a semelhança de seus conceitos: para Argote (1725), o verbo *neutro* era aquele que não faz a ninguém uma ação e nem a recebe, o que se assemelha à definição apresentada por João de Barros (1971), que o considerava como o verbo que não passa a ação para o outro termo. Ambos acreditavam que o verbo *neutro* era, afinal, aquele que consegue carregar sozinho o seu significado. Além disso, é importante ressaltar que, apesar de Argote não trazer em nenhum momento o termo “transitivo”, como vimos em João de Barros, o conceito dos dois outros tipos de verbos apresentados – ativo e passivo – também abarcava o sentido de passar ou não a ação para outro termo.

Por fim, ressalta-se a perspectiva semântica dessas duas gramáticas, visto que ambas buscaram explicar o verbo com base em significados – mesmo nas análises de nível sintático. Essa característica, segundo Moura (2012, p. 483), as diferencia dos estudos que apareceriam ao longo do século XIX, os quais começariam a analisar o verbo “tendo em conta a noção de regime”.

As gramáticas modernas

Apesar de os estudos metalingüísticos do português terem se iniciado no início do século XVI, o que se seguiu foi um longo período sem normatização da língua, repleto de variação nas análises e terminologias utilizadas. Até que começasse a se pensar a respeito de uma uniformidade, as gramáticas continuariam exibindo nomes semelhantes

associados a conceitos distintos, ainda que tivessem introduzido novas perspectivas de análise.

Nesta seção, discute-se a respeito de três gramáticas que representam este momento, o qual precede a padronização dos termos e conceitos nas análises da língua portuguesa, mas já com indicação do que foi produzido aqui no Brasil, visto que, a partir do século XIX, já se observa um início na ruptura na elaboração das gramáticas com tendência à produção dos autores brasileiros, ao invés de se pautarem apenas nos europeus, embora se considerasse, nessa época, que a língua portuguesa fosse única, independentemente da localização geográfica.

Epiphanio Dias [1876/1881/1894]

Em 1870, Epiphanio Dias, autor português, lançou a sua *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*, a qual foi ampliada e refundida em 1876, com o título *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria*, e renomeada, em 1881,⁵ de *Grammatica Portugueza Elementar*. (ASSUNÇÃO; SANTOS, 2006-2007)

Na última versão, publicada em 1894, Epiphanio Dias conceituou gramática como o tratado das leis que são observadas quando se fala ou escreve uma língua e percorreu os níveis de fonologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa.

Para ele, o verbo é a palavra com a qual se enuncia e atribui uma ação, estado ou qualidade a uma pessoa ou a uma coisa e, de acordo com a regência, pode ser dividido em *transitivos* e *intransitivos*.

Transitivos são os verbos que “representão uma acção que passa immediatamente a um objecto no qual ella se exercita” (DIAS, 1894, p. 38), como em “li um livro”. Esses verbos podem vir acompanhados, entre outros, de um *complemento direto* ou um *complemento indireto*. Assim, alguns verbos transitivos pedem “um complemento que designe o objecto em que se exercita imediatamente a acção do sujeito: *D. Affonso Henriques conquistou Santarém*” (DIAS, 1894, p. 88, grifo do

5 Aqui será utilizada a edição de 1894, disponível no site da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Nela, o autor exhibe o prefácio da quarta edição, de 1881, onde ele diz que as três primeiras edições se chamavam *Grammatica portugueza para uso das aulas de instrucção primaria* (1876).

autor), o qual recebe o nome de *complemento direto* ou *complemento objetivo*. De acordo com o autor, os *complementos diretos* geralmente não são acompanhados de preposição, mas às vezes podem ser precedidos da preposição “a” – apenas dizendo respeito a uma pessoa –, como em “*a imagem do mundo dessocega ao eremita*”. (DIAS, 1894, p. 88, grifo do autor) Outros verbos transitivos, segundo Dias (1894, p. 92, grifo do autor), não só exprimem uma ação que passa imediatamente ao objeto (*complemento direto*), mas ao mesmo tempo também “vae referir-se a outra pessoa ou cousa”, como “*dar, (entregar, prometter, etc.) uma cousa a alguém*” – a essa ação que acontece indiretamente, ele deu o nome de *complemento indireto*. Avaliando a classificação proposta em seu livro, encontramos alguns verbos considerados como transitivos pelo autor: ler, conquistar, descobrir, nomear, fazer, emprestar, anunciar, propor, ensinar etc.

Para Dias (1894, p. 38, grifo do autor), os *intransitivos*, por outro lado, são os verbos que “exprimem uma qualidade ou estado, ou representam uma acção que não passa imediatamente a um objecto em que ella se exercite”, como em “*os animaes e plantas crescem e vivem*”. Assim são dois os grupos de verbos que fazem parte da classificação intransitiva: 1) de qualidade ou estado; 2) os que são acompanhados apenas de um *complemento indireto*, visto que “muitos verbos intransitivos exprimem uma acção ou estado que vae referir se a uma pessoa ou cousa”, como em “*resistir a alguém, agradar a alguém*”. (DIAS, 1894, p. 93, grifo do autor) Alguns dos verbos classificados como *intransitivos* em seu livro são: estar, parecer, ficar, acontecer, agradar, aspirar, convir, obedecer, pertencer, recorrer, sobreviver, desistir, carecer etc.

Júlio Ribeiro [1881/1885]

No século XIX, inspirados pela Independência do Brasil e pelo sentimento de nacionalidade, os estudos linguísticos acerca do português brasileiro começaram a tomar corpo. Nesse cenário, a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro,⁶ publicada pela primeira vez em 1881, foi responsável por iniciar nos estudos gramaticais brasileiros o período

6 Gramática disponível *on-line* na Biblioteca Digital Unesp.

em que “as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação”. (ELIA, 1975, p. 121 apud FAVERO, 2002, p. 75) Sua epígrafe deixa clara a adesão ao método histórico-comparativo, iniciado na Europa ainda no começo do século, ao citar o filósofo e lexicólogo francês Littré, dizendo que “para as línguas, o método essencial é a comparação e a filiação” e que “nada pode ser explicado na nossa gramática moderna se nós não conhecemos nossa gramática antiga”. (RIBEIRO, 1885, tradução nossa) Assim, em seu prefácio, o autor assume se afastar dos caminhos já percorridos, afirmando que “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua” (RIBEIRO, 1885, p. 10) e que ele não pouparia trabalhos para se afastar “da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos do fallar vernaculo”. (RIBEIRO, 1885, p. 10) Tendo, então, deixado clara a sua visão acerca da língua, Ribeiro introduz seu trabalho defendendo que a

Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem (1). A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pode negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua. (RIBEIRO, 1885, p. 1)

Em relação ao verbo, o autor traz o seu conceito na primeira parte de sua gramática, definindo-o como “uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa” e que implica “sempre uma asserção ou predicação”. (RIBEIRO, 1885, p. 73) Ribeiro (1885, p. 73-74), então, os divide entre os verbos *intransitivos* e *transitivos*, baseando-se na natureza do predicado verbal:

- a. *Verbos intransitivos*: de acordo com Ribeiro (1885, p. 73-74, grifo do autor), são aqueles que enunciam “um estado, ou

mesmo uma acção que não se exerce directamente sobre um objecto”, com o predicado se apresentando como “simples estado, como puro modo de ser” de um objeto. Como exemplo, Ribeiro apresenta verbos como estar, sentar, tombar, morrer, defendendo que “tombar” é um verbo intransitivo visto que “a qualidade que notamos no objecto que é *tombante* (termo fictício) nos apparece como puro modo de ser desse objecto, como simples mudança de logar que ele effectua de um momento para outro”;

- b. *Verbos transitivos*: para Ribeiro (1885, p. 73-74, grifo do autor), são aqueles que enunciam “uma acção que se exerce directamente sobre um objecto”, quando o “objecto a que elles se referem exerce uma acção que actua sobre outro objecto extranho, que passa para sobre elle”. Além disso, o autor define que, para um verbo ser considerado transitivo, é necessário “que envolva idéia de movimento” e que “esse estado se apresente, em virtude do movimento, como produzindo um effeito qualquer sobre outro objecto, ou ao menos como capaz de o produzir”. Assim, temos como exemplos os verbos *ferir*, *quebrar*, *amar* e *odiar*.

Apesar das definições apresentadas, o autor acrescenta que essas classificações não podem ser entendidas como absolutas, visto que “muitos verbos empregam-se indifferentemente como intransitivos ou como transitivos, e quasi que não ha um só verbo transitivo em Portuguez que se não possa empregar como intransitivo”. (RIBEIRO, 1885, p. 74)

Adicionadas à divisão feita, Ribeiro (1885, p. 75) ainda traz outras nove classificações dizendo que “o verbo chama-se mais”: *auxiliar*, *regular*, *irregular*, *impessoal*, *defectivo*, *periphrastico*, *frequentativo*, *terminativo* ou *prodominal*. Aqui, com a definição do verbo terminativo, temos a primeira e única menção da gramática ao “termo indirecto de acção”:

Terminativo — quando o predicado n’elle contido exige um termo indirecto de acção: *dar*, *usar* são verbos terminativos porque os predicados *dante usante* (palavras fictícias) nelles contidos requerem termos indirectos de acção, ex.: ‘*Dar alguma causa a alguém — usar de alguma cousa*’. São terminativos verbos intransitivos e transitivos. (RIBEIRO, 1885, p. 76, grifo do autor)

Ribeiro (1885) retoma o assunto acerca dos complementos verbais na segunda parte de sua gramática, onde se encontram a *syntaxe lexica*, que considera a relação das palavras na construção da sentença, e a *syntaxe logica*, que analisa a sentença de acordo com sua estrutura. Dentre as cinco possíveis relações entre palavras elencadas pelo autor, temos a *relação objetiva*, definida como a “relação em que está para com um verbo de acção transitiva o objecto a que se dirige, ou sobre que se exerce essa acção”. (RIBEIRO, 1885, p. 214) Dessa forma, em “o cão levantou a cabeça”, o substantivo “cabeça” está em relação objetiva a “levantar”, sendo considerado objeto ou paciente do verbo. Ribeiro ainda afirma que, como uma ação pode apenas ser exercida sobre uma coisa, o objeto só pode ser um substantivo ou outra classe que esteja substantivada. Aqui, entretanto, o autor faz uma restrição à estrutura da relação objetiva, determinando que esta não deve ser iniciada por preposições, “salvo quando para evitar amphibologias usa-se da preposição *a*”, como “*Enéas venceu A Turno*”, ou ainda “quando por idiotismo da lingua empregam-se preposições expletivas”, como “*Pegar DA lança—puxar PELA espada*”. (RIBEIRO, 1885, p. 215, grifo do autor)

Said Ali [1923/1966]

Em sua *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1966, p. 6), publicada primeiramente em 1923,⁷ Said Ali, autor brasileiro, definiu a gramática portuguesa como “a exposição metódica das regras que ensinam a falar e escrever corretamente a língua portuguesa, nascida em Portugal e há quatro séculos implantada no Brasil”.

Nela, Said Ali (1966, p. 57) define o verbo como “a palavra que denota ação ou estado, e possui terminações variáveis” e, quanto ao seu significado e ao seu papel na oração, pode ser dividido entre verbo nocional e verbo relacional. Os verbos nocionais são aqueles que apresentam a função predicativa, “isto é, como termo de per si bastante para afirmar alguma coisa a propósito do sujeito”, como em “a criança *chora*”, “os peixes *vivem* na água”, “a Lua *gira* em torno da Terra”, “eu *bebo* água e tu *bebes* vinho” e “os animais *fugiram* para o mato”.

7 Aqui será utilizada uma edição de 1966, pela editora Melhoramentos.

(SAID ALI, 1966, p. 83, grifo do autor) Os verbos relacionais são aqueles que aparecem acompanhados de um adjetivo ou com uma forma finita de um verbo nocional para que possam constituir um predicado – sendo chamados de auxiliares quando acompanhados de infinitivo, gerúndio ou particípio –, como em “as flores *são* cheirosas”, “todas as frutas *foram* colhidas”, “a criança *está* chorando”, “tu não *tens* dormido”, “*vou* abrir essa gaveta”, “a escuridão *ia* aumentando” e “*tenho* de sair daqui a pouco”. (SAID ALI, 1966, p. 83, grifo do autor) Assim, segundo Said Ali (1966), o segundo grupo é composto pelos verbos de ligação e auxiliares, enquanto os verbos nocionais são compostos pelos *transitivos* e *intransitivos*.

O autor definiu o verbo transitivo como aquele “cujo sentido se completa com um substantivo, em lugar do qual se podem usar as formas pronominais -o(s) e -a(s), como em: ‘Roberto *descascou a laranja*. *Descascou-a* e *comeu-a*’, ‘Eu *escrevi as cartas*. *Escrevi-as* e *leve-as* ao correio’, ‘As meninas ouviram a música. Não só a ouviram, mas também *a apreciaram*’”. (SAID ALI, 1966, p. 84, grifo do autor) Um dos termos que completam o sentido do verbo transitivo, segundo o autor, é o *objeto direto* ou *complemento objetivo*, o qual “denota a pessoa ou coisa que recebe a ação, o ponto para onde ela se dirige, o produto ou resultado da ação, como se vê nos exemplos acima: *a laranja, a música, as cartas*”. (SAID ALI, 1966, p. 84, grifo do autor)

Sobre o *objeto direto*, o autor afirmou que normalmente não é acompanhado de preposições, exceto quando a partícula -a antecede o substantivo para trazer mais clareza, como em “amar *a Deus* sobre todas as coisas” e “ele nomeou-me *a mim*, e não a ti”. (SAID ALI, 1966, p. 84, grifo do autor) Said Ali (1966, p. 84) também defendeu a existência de um termo secundário, além do *objeto direto*, o qual “denota o indivíduo a quem a ação se destina, ou a quem aproveita ou desaproveita”. Esse termo, chamado de *objeto indireto*, é expresso por um substantivo e antecedido sempre pela preposição -a, podendo ser substituído por *lhe(s)*, como em “Carlos *pediu dinheiro ao irmão*”, “não *cederei lugar ao amigo*”, “o carteiro *entregou-lhe a carta*”. (SAID ALI, 1966, p. 84, grifo do autor)

Diferente do que acontece com os transitivos, os *verbos intransitivos* não recebem muita atenção do autor. Esses são definidos como os “que

não necessitam de outro termo, como em *viver, morrer e andar*” e também como aqueles “cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição *a, de, etc.*”, por exemplo em “tudo *depende da boa vontade*” e “o ensino *compete ao mestre*”. (SAID ALI, 1966, p. 84, grifo do autor) Esse complemento também foi chamado de *objeto indireto*.⁸

Comentários

Em relação às gramáticas modernas, uma das principais diferenças que se percebe em comparação à fase anterior é a ausência de relação com a língua latina. Se antes as gramáticas antigas buscavam sempre aproximar a língua portuguesa do latim, as modernas a colocam em evidência, sendo estudada por si só. Nem mesmo os casos latinos, por exemplo, foram citados. Assim, com o afastamento da língua antiga e as atenções sobre a língua que de fato era falada já há muito tempo, surge, enfim, uma nova fase nos estudos gramaticais.

Das três gramáticas apresentadas anteriormente, vemos que a de Ribeiro (1885) apresenta a classificação mais diferente e seu texto é um pouco confuso, ainda que apresente alguns termos semelhantes a outros gramáticos. Além disso, os assuntos são espalhados e dispersos pelo livro, dificultando ao leitor encontrar uma coerência na divisão de sua proposta. O autor elenca muitos tipos possíveis de verbo, mas suas explicações são feitas de forma breve e superficial. É o que se observa, por exemplo, nos complementos com a presença de preposição – o chamado termo “indirecto de ação” –, que é citado apenas uma vez em todo o trabalho e sem nenhuma referência na parte da *Syntaxe lógica*. Os outros dois gramáticos – Dias (1894) e Said Ali (1966) –, entretanto, apresentam classificações quase que completamente de acordo.

Apesar do novo foco sobre a língua portuguesa da fase em questão, nota-se a recorrência da noção já antiga de transitividade – a ideia de “passar a ação” ou não para outro termo –, assim como a manutenção dessa terminologia, que sobreviveu aos séculos. A contribuição dessa

8 Em nota de rodapé, o editor da edição, o professor Adriano da Gama Kury, já afirma que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) denominou *transitivo indireto* o verbo cujo sentido se completa com *objeto indireto*.

fase é que, com outras perspectivas de análise sendo criadas, as três gramáticas citadas trouxeram a nova noção do complemento verbal – ligado direta ou indiretamente aos verbos. Além disso, aqueles verbos que “não passavam a ação” para outro termo, antes chamados de *neutros*, começaram enfim a receber o nome de *intransitivos*, que se tornaria recorrente em todas as outras gramáticas tradicionais posteriores. Por fim, deve-se destacar também a importante diferença presente na gramática de Said Ali (1966): o afastamento do verbo de ligação para nova categoria (nacionais), enfim separado dos transitivos e intransitivos (relacionais) – separação essa que persiste até hoje nas gramáticas tradicionais.

As gramáticas contemporâneas no Brasil

Até aqui, vemos que os estudiosos da língua pareciam fazer suas classificações com base em visões e perspectivas particulares em relação à língua analisada, ainda que muitas vezes retomassem termos e conceitos antigos enquanto traziam novas contribuições. Assim, como uma tentativa de padronização de análises e terminologias no estudo da língua, as quais estavam em variação por todo o país, acontece, em 1957, a implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Os verbos, então, seriam divididos sintaticamente entre *verbos de ligação*, *verbos intransitivos* e *verbos transitivos – diretos e indiretos*. No entanto, nem todos os gramáticos seguiram à risca as sugestões da NGB. Dessa forma, podemos ver diferentes visões nas análises de Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra⁹ (2017), mesmo que os dois primeiros tenham participado da elaboração da NGB.

Rocha Lima ([1972]/2011) e Cunha e Cintra ([1985]/2017)

Em ambos os trabalhos, a definição de verbo é praticamente a mesma, sendo uma palavra variável que indica um acontecimento. Os verbos também são divididos da mesma forma em ambas as gramáticas, como sugere a NGB:

9 Salienta-se o fato de Celso Cunha ser brasileiro e Lindley Cintra, português.

- a. *verbos de ligação*: definidos superficialmente como “elementos indicativos” em Rocha Lima (2011, p. 293), e em Cunha e Cintra (2017, p. 146-147) como aqueles que podem expressar “estado permanente, estado transitório, mudança de estado, continuidade de estado e aparência de estado”;
- b. *verbos intransitivos*: para Rocha Lima (2017, p. 293), são aqueles que “são suficientes para, sozinhos, representar a noção predicativa”; enquanto que, para Cunha e Cintra (2017, p. 149), acontecem quando “a ação não vai além do verbo”;
- c. *verbos transitivos*: segundo Rocha Lima (2011, p. 293), são aqueles que “requerem, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão” e que acontecem, de acordo com Cunha e Cintra (2017, p. 150), “quando o processo verbal não está integralmente contido nas formas verbais, e sim sendo transmitido por outros elementos”.

As diferenças começam a aparecer no âmbito do *complemento verbal* e de suas classificações. Ao tratar do assunto, Rocha Lima (p. 299-311, grifo do autor) os divide em: 1) *objeto direto*, “complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal”, podendo ser *preposicional* ou *interno*; 2) *objeto indireto*, que “representa o *ser animado* a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa”; 3) *complemento relativo*, aquele que “ligado ao verbo por uma preposição determinada (a, com, de, em, etc.), integra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa”; e 4) *complemento circunstancial*, de natureza adverbial, que é “tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais”. O assunto volta a ser abordado no capítulo 23, intitulado “Verbo e seus complementos”, quando o autor desenvolve mais profundamente a respeito das diferentes classificações existentes de verbos em relação aos seus complementos, afirmando que:

Sendo o verbo a palavra regente por excelência, cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos. O complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua

supressão torna o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto. (ROCHA LIMA, 2011, p. 416, grifo do autor)

Dessa forma, Rocha Lima (2011) alega que, para classificar um verbo, leva-se em conta o tipo de complemento que este requer para formar uma *expressão semântica*, classificando-o, ao retomar os conceitos já apresentados, em:

- a. *Intransitivos*: dispensam complementos, pois encerram em si a noção predicativa;
- b. *Transitivos diretos*: exigem a presença de *objeto direto*;
- c. *Transitivos indiretos*: pedem a presença de *objeto indireto*;
- d. *Transitivos relativos*: apresentam um complemento preposicional (*relativo*);
- e. *Transitivos circunstanciais*: requerem um complemento, preposicional ou não, chamado *circunstancial*;
- f. *Bitransitivos*: apresentam, ao mesmo tempo, um *objeto direto* e um *indireto* ou um *objeto direto* e um *complemento relativo*.

Se, por um lado, Rocha Lima adicionou novas perspectivas a suas análises, Cunha e Cintra (2017, p. 152-157) parecem ter seguido as sugestões da NGB. Ao definirem o *complemento verbal* como aquilo que vai integrar o sentido do verbo, os autores os dividem entre: 1) *objeto direto*, que “normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal”, podendo ser *preposicionado* ou *pleonástico*; e 2) *objeto indireto*, que “se liga ao verbo por meio de preposição”, com a possibilidade de também ser *pleonástico*.

Assim, dependendo dos complementos que os acompanham, os verbos transitivos, por sua vez, podem ser divididos em: 1) *diretos*, quando a ação expressa pelo verbo é transmitida aos outros elementos diretamente, ou seja, sem preposição, sendo acompanhados do *objeto direto*; 2) *indiretos*, quando a ação expressa pelos verbos transita para outros elementos da oração indiretamente, isto é, por meio da preposição, sendo acompanhados do *objeto indireto*; ou 3) *diretos e indiretos* ao mesmo tempo (ou *bitransitivos*), quando a ação expressa pelo verbo transita simultaneamente direta e indiretamente, com a presença de um

objeto direto e um *objeto indireto*. Quanto aos *verbos intransitivos*, apesar de Cunha e Cintra (2017) trazerem a mesma classificação de Rocha Lima (2011, p. 149) e semelhança na definição – “a ação está integralmente contida nas formas verbais”, “a ação não vai além do verbo” –, identifica-se diferença nos verbos que são elencados por essas duas gramáticas em seus respectivos exemplos.

Comentários

Ao se comparar o mesmo assunto em duas gramáticas tradicionais contemporâneas, encontram-se diferentes tipos de análises e classificações, visto que a gramática de Rocha Lima (2011) acrescenta dois tipos de verbos a mais que a de Cunha e Cintra (2017) – os transitivos relativos e os circunstanciais. A diferença, entretanto, não fica apenas na quantidade. Observando os exemplos, pode-se perceber que ambos também não apresentam a mesma classificação para alguns verbos, como é o caso de “assistir”: enquanto Rocha Lima (2011, p. 310) o considera como transitivo relativo – “assistir a uma festa” –, Cunha e Cintra (2017, p. 150) o tratam como *transitivo indireto* – “assistiam à cena”.

A par de algumas poucas diferenças encontradas, observa-se nessas duas gramáticas, em relação aos verbos, uma tendência de aproximação e de manutenção das classificações iniciadas nas gramáticas modernas, talvez por interferência da NGB. Inclusive, em função das semelhanças identificadas entre essas duas últimas gramáticas, não foram abertos, nesta seção, itens diferenciados para as suas análises.

Considerações finais

Esse levantamento dos estudos verbais na tradição gramatical da língua ressalta, mesmo que em um pequeno recorte de análise, as bases seculares da gramática tradicional. Morfologicamente, por exemplo, vemos que, desde Dionísio da Trácia e todas as contribuições que vieram antes dele, as classes gramaticais já estavam divididas entre *nome*, *verbo*, *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção*. Se compararmos essas classes de palavras às que se encontram nas gramáticas contemporâneas, por exemplo, vê-se uma diferença pequena:

retirou-se apenas o *particípio*, que foi incorporado ao verbo, enquanto a classe dos nomes foi distribuída em *substantivo*, *adjetivo* e *numeral*. (BORGES NETO, 2012) Além disso, a distinção entre os conceitos de transitividade e não transitividade, assim como a noção de palavra regente e palavra regida, já havia aparecido com Prisciano no século V. (MATTOS E SILVA, 2016) Algumas nomenclaturas, como se pode ver, também sobreviveram aos séculos – e ainda sobrevivem –, como é o caso do *verbo transitivo*, que já aparece no século XVI, enquanto o *intransitivo* toma o lugar do *neutro* séculos depois, especificamente no século XIX, conforme as gramáticas aqui expostas. Assim, Borges Neto (2012, p. 88) defende que a gramática tradicional é

[...] a teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias, dando forma às gramáticas escolares, por exemplo. Essa teoria tem sua formulação completada já na Idade Média e é base do pensamento sobre as línguas humanas em, pelo menos, todo o mundo ocidental.

Após abandonarem o foco no latim, os estudos linguísticos passaram a dar atenção à língua portuguesa e suas novas características. Mas as visões acerca dessas mudanças, bem como os novos níveis de análise que surgiam, apareceram em constante variação durante anos. Viu-se, por exemplo, que os autores, até a padronização sugerida pela NGB, apresentavam classificações baseadas nas próprias visões e perspectivas a respeito dos assuntos, principalmente no que diz respeito aos verbos de ligação e aos intransitivos. Além disso, mesmo com o surgimento da NGB, as classificações dos verbos e de seus complementos ainda apresentam divergências – embora pequenas.

Nota-se que não há ainda um completo consenso sobre o comportamento verbal: ainda que o antigo conceito de transitividade pareça estar estabelecido, as características que esses verbos podem apresentar continuam variando. Rocha Lima (2011), por exemplo, acrescenta novos tipos de classificação além dos já tradicionais, o que abre espaço para que os mesmos verbos sejam classificados de formas distintas. Percebe-se ainda que o fato de o complemento verbal ser regido ou não de preposição não garante sua classificação a partir da regência do verbo, em função de haver a possibilidade de *objetos pleonásticos*. Ademais,

apesar de o conceito de verbo *intransitivo* parecer o mesmo nas duas gramáticas contemporâneas, suas classificações variaram e abarcaram diferentes verbos durante todos esses séculos. Quando a atenção se volta também aos verbos utilizados nos exemplos, encontra-se ainda mais variação nas classificações das gramáticas. É o caso de Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2017): o verbo *ir*, para o primeiro, é transitivo circunstancial; para os dois últimos, é intransitivo. Além disso, a ideia por trás do intransitivo – de “não passar a ação” – nunca foi muito bem definida e explicada pelos autores até então estudados.

Por fim, como demonstrado nas gramáticas elencadas e análises expostas, a gramática tradicional é, então, a gramática que segue uma tradição iniciada há muitos séculos, precisamente há 19 séculos. Entretanto, mesmo que esses estudos tenham começado ainda em tempos idos e que alguns conceitos, nomes e análises tenham resistido aos séculos, as gramáticas expostas nos revelam também divergência de análise e de classificações e um longo percurso e persistência de propósitos para que houvesse a unificação de alguns conceitos no que se refere ao verbo. Essas diferentes classificações, quando feitas sob a mesma perspectiva – a tradicional, por exemplo –, confundem as análises das pesquisas na área da Linguística que precisam se apoiar nelas para o desenvolvimento de algum estudo. Diante de tal diversificação, flutuação e mudança nas classificações relacionadas ao verbo, o pesquisador dessa área precisa ter cuidado ao tomá-las para análise, avaliando o que se mantém ao longo dos séculos e o que muda de forma consistente, para que possa uni-las em seu trabalho de pesquisa. Esta foi a pretensão deste texto: contribuir para os estudos sobre a classificação dos verbos, trazendo um olhar para a sua história nas gramáticas tradicionais.

Referências

ARGOTE, J. C. *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina*. [S. l.: s. n.], 1725. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/xml/a_005. Acesso em: 31 ago. 2020.

ASSUNÇÃO, C.; SANTOS, H. P. Aspectos de sintaxe em Augusto Epiphânio da Silva Dias. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro, v. 9,

p. 45-58, 2006-2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/4/4.htm>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. Edição crítica por Maria Leonor C. Buescu. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/cgi-bin/getversion_edictor.pl. Acesso em: 15 ago. 2020.

BORGES NETO, J. Gramática Tradicional e Linguística Contemporânea: continuidade ou ruptura?. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.

DIAS, E. *Grammatica portugueza elementar*. 9. ed. rev. Lisboa: A. Ferreira Machado, 1894. Disponível em: <http://purl.pt/29127>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FARACO, C. A. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2017.

FAVERO, L. L. A Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro. *Revista da Anpoll*, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 73-88, 2002. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/529>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MOURA, T. M. T. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras-Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2012.

OLIVEIRA, F. *A Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeus Torres e Carlos Assunção.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Teixeira e Irmãos, 1885. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26054>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SAID ALI, M. *Gramática elementar da língua portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966. Atualizada pelo prof. Adriano da Gama Kury.

Gramática e ensino de português na província de Sergipe del Rey no século XIX: *Novo systema de estudar a grammatica portugueza* (1862), de José Ortiz

Álvaro César Pereira de Souza
Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Introdução

Este texto tem por objetivo traçar um breve percurso da escolarização na província de Sergipe del Rey no século XIX, num período recortado, e verificar o processo de gramatização e normatização da língua portuguesa, tomando como objeto de observação a gramática de José Ortiz (1862), indicada para as aulas do ensino elementar dessa província. Para melhor se compreender a escolarização em Sergipe del Rey oitocentista, será apresentado o contexto sócio-histórico sergipano, após sua emancipação política da província da Bahia, à qual estivera vinculado até 8 de julho de 1820. Serão levantados alguns dados sobre a distribuição étnico-demográfica de Sergipe, bem como dados sobre o acesso à escolarização dessas populações no período de 1834 a 1850.

A discussão dos dados de distribuição étnico-demográfica permite compreender esse público atendido pelas escolas provinciais, como é o caso da província de Sergipe del Rey. Além dos dados dos alunos que frequentaram as escolas, vai se apresentar a gramática de José Ortiz, professor de Primeiras Letras, oriundo da província do Rio Grande do Sul, cuja obra, *O Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente* (1862), foi recomendada para o atendimento ao público estudantil sergipano.

Como caminho metodológico para o tratamento das questões sócio-históricas de Sergipe del Rey e da escolarização, tomam-se os campos de pesquisa apresentados por Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), que visam a uma reconstrução da sócio-história do português brasileiro. O campo que se alinha aos objetivos deste trabalho é o chamado “campo (a)”, que está dividido em duas vertentes, mas é a segunda vertente, a que se refere à “reconstrução da história da escolarização no Brasil, que Houaiss formula como a penetração da língua escrita [...]” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58), que é o foco das discussões aqui postas. A leitura dos documentos oficiais da província de Sergipe – relatórios, mapas e correspondências dos atores envolvidos com a instrução pública sergipana – fornecerá os subsídios para a interpretação do quadro estudantil de Sergipe del Rey, mormente no que diz respeito àqueles que tiveram acesso (ou não) à cultura escrita. Passo a passo às questões extrínsecas observadas referentes a dados sócio-históricos, vão ser também analisados os dados que dizem respeito à gramática de Ortiz (1862). Portanto, estarão em destaque o autor (a procedência, formação), a obra (seus aspectos materiais, características, filiação, público-alvo) e algumas questões de natureza linguística, em que será discutida a abordagem dada pelo autor. Espera-se que esses dados, juntamente com as questões sócio-históricas, possam fornecer alguns subsídios para a compreensão da educação em Sergipe del Rey, principalmente sobre o acesso ao escrito e uso da norma culta.

A província de Sergipe del Rey no século XIX: um breve panorama sócio-histórico, étnico-demográfico e da escolarização (1834-1850)

A província de Sergipe del Rey esteve vinculada à da Bahia até 8 de julho de 1820, quando então se tornou politicamente emancipada. Região dependente do cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e da produção de carne bovina, Sergipe provincial possuía, em 1823, uma população de aproximadamente 120 mil habitantes. Dessa população, 32 mil indivíduos eram escravizados, equivalendo a 26,7% do total, um percentual mais baixo do que se observa em 1802, quando eram 34,9%. (NUNES, 2000)

O ano de 1834 é um ano emblemático referente à descentralização das assembleias provinciais, quando houve a transferência da gestão dos estudos menores para as províncias. Nesse ano, Sergipe contava com 160.452 almas, sendo a maioria esmagadora composta por pardos e pretos que, somados, chegavam a 80,3%, ou seja, 128.925 indivíduos de cor para apenas 30.011 brancos e outros ínfimos 1.516 indígenas. Da população de pardos e pretos, Mott (1986) traz a seguinte distribuição, conforme se apresenta no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Situação jurídico-social dos pardos e pretos de Sergipe (1834)

	Pardos		Pretos	
	Número	%	Número	%
Ingênuos ¹	43.718	61,9	15.288	26,2
Libertos	11.748	16,6	10.359	17,8
Cativos	15.251	21,5	32.561	56
Total	70.717	100	58.208	100

Fonte: adaptado de Mott (1986).

Do Quadro 1, constata-se um grande número de indivíduos de cor já livres, 81.113 pessoas, entre pretos e pardos, inclusive os ingênuos, ou seja, aproximadamente 62% da população não branca já não estava mais escravizada. Era, pois, de se esperar que, em uma sociedade

1 Filhos de escravizados que nasceram livres.

eminentemente mestiça, seus indivíduos tivessem acesso às escolas públicas em maior número do que sua contraparte branca. Entretanto, não é isso que os mapas da Instrução Pública de 1849/1850 informam, considerando-se um espaço temporal de 15/16 anos. Observa-se, primeiramente, a configuração étnico-demográfica da população livre masculina (Quadro 2) e a feminina (Quadro 3), conforme mapa de 1850, referente ao ano de 1849, a seguir:

Quadro 2 - População livre masculina de Sergipe no ano de 1849

Homens				Total de homens
Branços	Pardos	Pretos	Índios	
19.786	33.299	8.233	726	62.044
14,36%	24,17%	5,97%	0,52%	45,04%

Fonte: adaptado de Andrade (1850).

Quadro 3 - População livre feminina de Sergipe no ano de 1849

Mulheres				Total de mulheres
Branças	Pardas	Pretas	Índias	
23.756	42.014	9.170	759	75.699
17,23%	30,5%	6,66%	0,55%	54,96%

Fonte: adaptado de Andrade (1850).

Os Quadros 2 e 3 demonstram que, em uma população total de 137.743 indivíduos, 68,41% da população sergipana – em meados do século XIX – era não branca (incluindo-se aí os indígenas), sendo apenas 31,59% a população branca. Comparando-se com o percentual de indivíduos livres não brancos do Quadro 1, relativo ao ano de 1834, que apresenta um percentual de 62%, vê-se que a população não branca, em 15 anos, teve um aumento de 6,41/%.

No campo da economia, a década de 1840 foi promissora para o país, pois foi nesse período que a cafeicultura se tornou o carro-chefe dentre outras lavouras, em face da grande valorização da saca de café no mercado internacional. Para Sergipe, que não era (e não é) produtor de café, esse crescimento econômico, propulsionado pelas exportações do café, lhe foi de grande proveito. O aumento do consumo de café, tanto internamente quanto externamente, fez crescer o consumo de

açúcar, ampliando também as exportações sergipanas. O crescimento do número de engenhos no período de 1840 e 1852 teve uma evolução na ordem de 52,8%, saindo de 445 engenhos em 1840 para 680 em 1852, uma média de quase 20 novos engenhos por ano.

No que concerne à situação financeira da província, o presidente dr. Amancio Pereira de Andrade (1850, p. 28), ao prestar contas dos gastos e das receitas à Assembleia Legislativa, em seu relatório informou que “se encontrava mui lisonjeiro o estado da Fazenda Provincial, que ainda melhor face apresentará depois de concluídos os trabalhos da comissão de liquidação [...]”. O estado muito lisonjeiro das contas provinciais tinha sido resultado da boa produção e exportação açucareira, bem como de carne bovina, produtos tradicionais em Sergipe desde sua “fundação”. Aparentemente, do que se depreende da parte relacionada à economia sergipana, esta gozava de boa saúde.

Em contraposição à questão econômica, nos mesmos anos da década de 1840, a situação educacional em Sergipe del Rey estava, porém, praticamente estagnada. Os professores continuavam mal preparados, o método de ensino indefinido e o currículo escolar completamente desalinhado em relação à nova realidade socioeconômica do país. Apesar do quadro étnico populacional, exibido nos Quadros 2 e 3, é justamente a etnia minoritária quem ocupa o maior número de cadeiras de Primeiras Letras, como se pode constatar no Quadro 4 a seguir, nesse ano de 1849:

Quadro 4 - Distribuição da comunidade estudantil sergipana por cor (1849)

Meninos		%	Meninas		%
Branços	822	39,57	Branças	227	10,93
Pardos	771	37,12	Pardas	129	6,21
Pretos	116	5,58	Pretas	12	0,51
Total	1.709	82,27	Total	368	17,73
Total Geral: 2.077					100

Fonte: adaptado de Andrade (1850).

Segundo o mapa, apenso ao relatório do diretor geral da Instrução Pública, que trata da situação da instrução em Sergipe no ano de 1849 e discutido na Assembleia Provincial no início de 1850, havia 39 cadeiras

de Primeiras Letras, sendo 26 destinadas a meninos e 13 a meninas. Em uma operação algébrica simples, tem-se, para meninos, aproximadamente 31 brancos, 30 pardos e 4 pretos. Já para meninas, tem-se, por cadeira, 17 brancas, 10 pardas e 1 preta, igualmente em números aproximados. Embora a diferença, tanto em números absolutos quanto em percentuais, não seja tão distante entre brancos e pardos que frequentavam as escolas de Primeiras Letras em Sergipe – mas sim um pouco maior entre brancas e pardas –, essa distância se torna imensa quando se olha, uma vez mais, para a configuração étnica da população, que contava à época com quase 70% de mestiços. O percentual de pretos e pretas frequentando as escolas é ainda mais entristecedor, o que significa uma grande massa de indivíduos sem acesso à escolarização, à cultura escrita.

Além da desigual ocupação das cadeiras de Primeiras Letras entre as diferentes etnias, como se vê, a pobreza das famílias sergipanas naquele período era outro complicador. Muitas famílias não tinham como manter suas crianças nas escolas, ou por precisarem delas em suas tarefas domésticas/laborais ou por simplesmente não poderem enviá-las às aulas. Veja-se o depoimento do presidente da província Wenceslao Bello (1840, p. 9-19) sobre a falta de materiais para a aprendizagem dos alunos, assim como sobre a situação de maior parte deles:

Alguns meninos e meninas há, que dotados de talento natural, não aprendem a lêr por falta de papel, pennas e Livros, e são de Pais tão pobres, ou órfãos, que o [sic] não podem comprar: seria de summa utilidade, e mesmo de justiça, que a cada huma das Escolas de primeiras letras da Provincia, votásseis uma determinada quantia para que os Professores as [sic] forneção do indispensável, e que sobre esse objecto exerção os Inspectores Geraes a mais minuciosa inspecção.

Também o relatório de uma professora pública contratada, da Barra dos Coqueiros, em correspondência enviada ao inspetor Guilherme Rebello em 1862 – duas décadas depois da fala de Bello –, ilustra bem a situação do ensino e dos alunos e mostra que nada mudou:

Ilmo Senr

Em observância ao preceito que me impõe o Regulamento nº 2 de 1º de Setembro de 1858 nos §§ 2º e 3º do Artigo 64, venho hoje apresentar a V.Sª o orçamento das despesas prováveis da aula que rejo para o mez

próximo futuro de 1863, fazendo-o acompanhar de um relatório sobre seu estado, vantagens ou inconvenientes do systema adoptado para o ensino declarando igualmente qual o gráo de progresso das alumnas, causas de retardamento: se todas ellas concorrem a escolla ou não, se a causa provem de existirem outras escollas se por desleixo ou por qualquer outra razão. Esta aula está desprovida de todos os utensis necessários como sejam mobillia e os mais objectos próprios para a leitura e escripta, como determina o regimento interno das escollas, para serem destruidas pelas meninas, todas as quaes são pobres, e por conseguinte necessitão d'ellas por que não tem meios de os mandar comprar para se instruírem. Estão matriculadas 34 alumnas, estas umas estando com algum adiantamento seus pais entenderão de tira-las da escolla, julgando se bastante instruídas, outras mudarão-se com seus pais para diversos logares desta ou mesmo fora da Provincia, e os que agora frequentão são 15, as quaes por serem pobres aprendem gratuitamente.

Apesar da pequena gratificação que percebo a qual não chega para minhas despesas, despondo mais com agoa para ellas, e com o aceio da aula, e além disso tenho bastante trabalho em copiar taboadas, fazer traslados e tudo o mais que me é possível e necessário para sua instrucção.

Algumas por tanto achão-se em gráo de progresso em relação ao tempo de matriculas e ao que frequentão, outras porém achão-se menos, pela falta de livros, compêndios, papel, penas e outros objectos próprios para escripta.

Deixão de comparecer a aula todas as do logar por serem extremamente pobres e seus pais não as poderem apresentarem com alguma decência. Espero pois que V.S^a attendendo as precisões d'esta aula, se digne dar algumas providencias, afim de que meus esforsos não sejam baldados, e possa com o auxilio de V.S^a tirar um resultado satisfatório de meus desvellos a bem da instrucção publica d'este logar.

Julgo, Il^{mo} Senr, ter cumprido meu dever a que estou obrigada. Por certo existem na presente exposição numerosas imperfeições e lacunas que só poderão ser supridas pela bondade de V.S^a e na reconhecida illustração. Deos Guarde a V.S^a

Barra dos Coqueiros 3 de Dezembro de 1862.

Il^{mo} Senr D^{or} Guilherme Pereira Rebello

Inspector Geral das Aulas da Provincia

Anna Martha da Fonseca

Professôra publica contractada.²

2 Relatório da professora pública contratada, Ana Martha da Fonseca (1862). Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes). Caixa E1 634.

Foi nesse contexto sócio-histórico que a obra de José Ortiz chegou à província de Sergipe del Rey, pelas mãos do presidente Joaquim Jacinto de Mendonça que, em 1862, envia o seguinte ofício ao então diretor da Instrução Pública, o dr. Guilherme Pereira Rebello, conforme se transcreve abaixo do original:

2ª Seção Nº 49 Palacio do Governo de Sergipe 5 de Junho 1862

Envio a Vm^{ce} o incluso exemplar de Grammatica da Lingua Portuguesa composta pelo professor da eschola normal da Provincia do Espirito Santo, D^r José Ortiz, e n'ella adaptada para o uso das Aulas do ensino primário, afim de q examinando-a atentamente emitta sobre ella sua esclarecida opinião.

D^s G^e a Vm^{CE}

Joaquim Jacinto de Mendonça

S^r D^r Guilherme Pereira Rebelo

Inspector de Instrucção Publica desta Prov^a.³

Apresentadas a configuração étnico-demográfica, a distribuição das cadeiras de Primeiras Letras por etnia e a situação do ensino em Sergipe del Rey no período de 1834-1850, passaremos a José Ortiz e à sua obra, o *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente* (1862).

José Ortiz e o *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente* (1862)

Para situar essa obra de José Ortiz, inicia-se por dizer que se trata de um compêndio gramatical, uma obra metalinguística da língua portuguesa, publicada em 1862 na província do Espírito Santo, em um momento histórico nacional no qual se aspirava à elevação da autoimagem do país perante as ditas “nações de cultura”. A adoção e transmissão da variedade lusitana seriam, assim, dois dos elementos-chave para que

3 Fonte: Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes).

a jovem nação brasileira “tivesse uma língua pura” (e “castiça”, como diria Moraes e Silva em 1789).⁴

O modelo seguido pelo autor para a compilação de sua obra é o que estava em voga até praticamente finais do século XIX, o das gramáticas filosóficas. Já as de cunho racionalista seguem os ditames filosóficos da *Gramática de Port-Royal* (1660) de Arnauld e Lancelot e influenciaram a produção gramatical da língua portuguesa do 1700 e 1800. Assim, o autor divide o estudo da língua em quatro partes, ao modo latino, a saber: *etymologia* (morfologia), *orthographia*, *prosodia* e *syntaxe*, esta última subdividida em natural e figurada.

Desde meados do século XIX, uma grande produção metalinguística está em curso no país, envolvendo intelectuais de diferentes formações: médicos, advogados, escritores, professores. José Ortiz era doutor em Medicina, mas também, como se autointitula em seu minicurrículo, bacharel em Letras, formado na província do Rio Grande do Sul. Ortiz veio desenvolver suas competências acadêmicas na província do Espírito Santo, primeiramente como professor interino de Primeiras Letras na Vila de Itapemirim em 11 de julho de 1855. No ano seguinte – 21 de fevereiro de 1856 –, também na condição de professor interino, lecionou francês, história e geografia na capital da província (Vitória). (PIROLA, 2013)

Além de desenvolver atividades docentes, exerceu funções administrativas ao tornar-se secretário do Liceu da Vitória. A interinidade de professor secundário iniciou-se após o pedido de exoneração do então lente efetivo Augusto Adolfo Palhares dos Santos, professor das disciplinas citadas anteriormente (francês, história e geografia), em 20 de fevereiro de 1856. (PIROLA, 2013)

O autor do *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente* (1862) era um intelectual que gozava de prestígio na província capixaba, como se pode deduzir do *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho Ex-Presidente da Província do Espírito Santo passou a administração da mesma*

4 Uma referência à variedade lusitana, que deveria ser modelo para a variedade do português do Brasil.

ao Exm. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro, Primeiro Vice-Presidente (1861, p. 7, grifo dos autores):

Em virtude da lei provincial nº 14 de 14 de julho de 1839 e resolução da presidência de 5 de setembro do mesmo anno, foi encarregado de reger a 2ª cadeira de ensino primário desta capital o Dr. José Ortiz, *o qual tem intelligencia superior ás funções, que exerce com zelo filio de uma vocação especial.* São obrigados, na forma das disposições citadas, a frequentar essa cadeira as pessoas que se destinão ao professorado.

A influência de Ortiz como educador transcendia o âmbito da sala de aula. Ao encaminhar seu relatório pessoal ao presidente Pereira Junior – a quem, aliás, ele dedica em seu “Prefácio” a publicação do *Novo systema de estudar a grammatica portugueza* –, Ortiz (1862, p. 3) defende o método “ecletico”, ou seja, a junção dos métodos mútuo,⁵ simultâneo⁶ e individual⁷ para a obtenção de resultados satisfatórios:

O methodo que me tem ajudado a alcançar esses resultados, que provão uma reforma na marcha seguida até aqui em todas as escholas da provincia, é o eclecticico, porque é uma fusão ou amálgama dos três systemas de ensino, conhecidos com a denominação de mutuo, simultâneo, e individual. Creio que não é possível uma boa eschola, onde esses três systemas, dando se as mãos a propósito, não sejam recursos de incalculável alcance para o mestre que deseja dar e conservar solida instrucção aos seus discipulos. Por exemplo para não deixar sahir da memória a intelligencia infantil os nomes das letras, as suas vinte e cinco formas tão variadas,

5 Também conhecido como “método de Lancaster” ou “monitorial”, trata-se de um método de ensino por meio do qual os discípulos mais avançados recebem orientações diretas do mestre, indo, em seguida, transmitir os conteúdos para seus codiscípulos. Assim, um só professor poderia atender a um grande número de alunos ao mesmo tempo, com o auxílio de monitores ou decurções.

6 O método simultâneo, criado por De La Salle no século XVIII, tinha como objetivo atender os discípulos divididos em classes ou níveis de conhecimento, simultaneamente. As classes eram divididas em três níveis: o primeiro destinado à leitura, o segundo à escrita e o terceiro à gramática, à ortografia e ao cálculo.

7 O método individual, como o próprio nome sugere, consistia em o professor atender a cada aluno individualmente, o que trazia, pelo menos, dois problemas difíceis de contornar: o primeiro refere-se à não possibilidade de compartilhamento dos saberes, uma vez que só a um aluno por vez se destinava a atenção; o segundo refere-se à indisciplina e à desorganização das classes, já que os demais discípulos ficavam sem acompanhamento por alguém de autoridade.

as suas inúmeras combinações produzindo as syllabas, é de mister que o menino nunca cesse de repetir o que uma vez aprendeo [...].

Do excerto exposto, vê-se que o autor, além de demonstrar a sua opção de ensino pelo método eclético, apresenta como lidar metodologicamente com as questões linguísticas. Essa é uma amostra sobre o propósito específico de sua gramática: o de ensinar com regras e “formas corretas” de bem escrever e de falar. O conceito de gramática para o autor não foge ao da maioria de seus pares contemporâneos, que assumem os pressupostos da gramática filosófica, ou seja, a gramática é uma “arte”: De acordo com Ortiz (1862, p. 9), “GRAMMATICA é a arte que ensina a escrever, pronunciar, distinguir, e unir as palavras, com que exprimimos os nossos pensamentos”. “Arte” no sentido aristotélico de ofício, habilidade para se fazer algo (FÁVERO; MOLINA, 2006), uma concepção que vem da Antiguidade Clássica e está presente nas gramáticas racionalistas – de cunho filosófico – como a relação que é estabelecida do uso da língua com a expressão do pensamento.

A gramática de José Ortiz foi mais uma a ser produzida com o intuito de, por um lado, preencher a falta de materiais didáticos disponíveis para o ensino e aprendizagem da língua pátria e, por outro lado, inculcar nos meninos e nas meninas um padrão linguístico tido como modelar para os anseios da nação em formação.

Uma breve apresentação da obra *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente*

A obra *Novo systema de estudar a grammatica portugueza* é assim constituída: (i) a capa, em que consta também um minicurriculo do autor; (ii) uma dedicatória ao presidente da província do Espírito Santo, José Fernandes Pereira Júnior; (iii) “Prefácio”, em que ele justifica a divisão de sua gramática em duas partes, estando assim expresso pelo autor:

Dividindo-se os estudantes de Grammatica em duas classes bem distinctas: a dos que nada sabem, e a dos adiantados, deve um livro d’esta arte conter alimento espiritual em doses fraccionadas e até homeopathicas para os

de espirito infante e fraco, e em maiores proporções e allopathicas para os de intelligencia adulta e robusta. Taes forão tambem as razões que me levarão a dividir o presente compendio em duas partes, que podessem satisfazer a todos os gostos e necessidades. Por exemplo aquelle, que só quizer decorar definições sem aprofundal-as, achará na 1ª parte o que convem ao seo escasso appetite; o que aspirar a mais solidez, alliando o trabalho da memoria com o da intelligencia por meio da analyse, encontrará nos modelos d’esta o que procura; finalmente quem não se contentar com esses dous estudos, e desejar ir até penetrar na natureza das palavras e orações, e nos porquês grammatico – philosophicos, terá na 2ª parte, só destinada para elle, amplo campo para fartar-lhe a scientifica curiosidade. Este plano tem a seo favor o exemplo legado pelo nosso celebre Mestre Antonio Pereira de Figueiredo, na sua artinha para os principiantes, o novo methodo para os proveetos. No meo trabalho só ha duas differenças: a de estarem as duas partes reunidas em um só volume para maior commodidade dos estudantes e do preço; e a de se acharem entrelaçadas a theoria e a pratica com a analyse, de modo a tornarem menos arido e enfadonho um estudo que tanto amofina e aterra, quando feito à força de memoria sem intervenção da intelligencia e sem o apoio da analyse [...]. (ORTIZ, 1862, p. 5)

Do que Ortiz apresenta nesse trecho, tiram-se algumas informações interessantes. O uso da memorização, ainda que reforçada “pela intelligência e a análise”, é um recurso utilizado e sugerido pelo autor, mas há de se convir que esse recurso reporta-se à Antiguidade Clássica, sendo bastante antigo, considerando-se que só no século XIX esse deixa de ser o principal método de aprendizagem. Pode-se entrever igualmente nas palavras de Ortiz um incentivo ao autodidatismo, franqueando ao discípulo a liberdade de buscar aquilo que lhe seja interessante. A “Parte I” – e só essa que se vai deter neste texto – é destinada aos que pouco ou nada sabem das regras da língua, estando na “Parte II” os conteúdos que tratam dos aspectos mais complexos da estrutura (foco na sintaxe natural e figurada), segundo Ortiz.

Seguem a esse “Prefácio”, os “Conselhos”. Nessa seção, José apresenta o método de estudo sugerido aos mestres e discípulos, um percurso de 20 passos a ser seguido o qual, segundo o mestre gaúcho, seria de grande proveito aos estudantes. A título de ilustração, vai-se apresentar até o 12º conselho. (ORTIZ, 1862, p. 5-7) Observe-se que

a expressão e os verbos mais usados são: decorar, recordar, argumentar (apresentação de exemplos), saber de cor.

CONSELHOS

AO ESTUDIOSO QUE QUISER SINCERAMENTE SER GRAMMATICO

1º. – Decorar as definições desde o n.º 1 até 16

2º. – Recordal-as todas de uma vez.

3º. – Argumental-as 1º, com os exemplos do compendio, e depois dando exemplos seos que provém que entende o que sabe de cór.

4º. – Decorar os verbos regulares dos nos, 17, 18, e 19, reparando bem para as radicaes e finaes de cada um.

5º. – Recordal-os todos tres juntos.

6º. – Argumental-os cada um por sua vez, e depois todos tres juntos. (V. a 2.ª nota do n.º 83 1.ª parte.)

7º. – Dizer de cór as suas radicaes e finaes; dizer quantas e quaes são as conjugações; quaes os verbos que pertencem á 1ª, á 2ª, e á 3ª; e como se achão as radicaes dos verbos de cada conjugação.

8ª. – Decorar e argumentar os Participios do Preterito de n.º 20, declarando as radicaes e as finaes d’elles.

9º. – Fazer themas das 3 conjugações regulares, separando as radicaes e finaes por um hyphen.

10º. – Continuar nos themas, e decorar o modelo de analyse etymologica do n. 83.

11º. – Trazer por escripto todos os dias analyse conforme o modelo n. 83, tomando para esse fim os exemplos das definições e regras do mesmo compendio.

12º. - Analyse escripta; decorar e argumentar os tempos simples dos verbos irregulares, ceaz, dar, e estar; caber, crer, dizer, fazer, haver, perder, poder, prover, querer, requerer, saber, trazer, valer e ver; acudir, cair, cobrir, conduzir, cortir, dormir, ferir, frigir, ir, ouvir, pedir, prevenir, rir, vir, e pôr.

Além dos conselhos, são apresentadas “Notas”: no livro há um total de 85 notas, cobrindo todos os pontos gramaticais, desde a *Etymologia* até a *Syntaxe* (natural e figurada). A título de ilustração, seguem as três primeiras notas elencadas por Ortiz (1862, p. 7):

- I. É essencial que o estudioso não passe de uma lição das recommendadas nos conselhos acima, sem que saiba muito bem a precedente.
- II. As 16 primeiras definições sendo a base da analyse etymologica, é de rigor que o estudioso as tenha bem presentes na memória, e por isso as deve recordar argumentando-as como sabbatina em dia determinado de cada semana.

- III. O estudante de analyse não pode dispensar um dicionario portuguez que lhe ensine a distinguir as 10 partes a oração; a conhecer os gêneros dos substantivos, as terminações dos adjectivos&

Tanto a seção “Conselhos” como “Notas” são de cunho bem didático, evidenciando que essa gramática é voltada para o ensino, o que a torna um diferencial dentre outras que não apresentam esse caráter no século XIX.

Observe-se que, além dos passos metodológicos que devem ser seguidos, há a sugestão do uso do dicionário para discriminar as dez partes da oração e questões morfológicas, evidenciando uma clara visão da língua, em seu eixo apenas paradigmático.

Segue, então, a “Parte 1”, que é dedicada aos iniciantes. Assim, apresenta Ortiz (1862) as diferentes partes da gramática e do discurso (ou espécies), bem como os conteúdos nela presentes. É dada a definição de gramática, a divisão em quatro partes e a definição de cada uma:

1. GRAMMATICA é a arte que ensina a escrever, pronunciar, distinguir, e unir as palavras, com que exprimimos os nossos pensamentos. Divide-se em 4 partes, que são: Orthographia, Prosodia, Etymologia, e Syntaxe.
2. ORTHOGRAPHIA é a parte da Grammatica, que ensina com que letras devemos escrever as palavras.
3. PROSODIA é a parte da Grammatica, que ensina como devemos pronunciar as palavras.
4. ETYMOLOGIA é a parte da Grammatica, que ensina a distinguir as palavras, umas das outras.
5. SYNTAXE é a parte da Grammatica, que ensina a unir as palavras na oração e as orações no periodo.

Embora o autor dê a definição de cada uma das partes da gramática, deixa de fora de sua obra a *orthographia* e a *prosodia*, dando a seguinte explicação:

N’este compendio não trato especialmente da orthographia, porque esta parte da grammatica que se começa na 1.^a carta de syllabas, e que continua na leitura, na escripta, e em toda a grammatica, só pode ficar

completamente sabida pela frequente lição dos classicos, e dos dictionarios, e constante pratica de escrever.

Tambem não trato da Prosodia em particular: 1.º por que a nossa lingua não possui regras fixas de pronunciação; 2.º porque tambem é estudo que começa com a Orthographia nas syllabas e soletração para acabar do mesmo modo que ela; 3.º finalmente porque as suas melhores regras ou se aprendêrão nas syllabas e soletração, ou se apprenderão na Etymologia e Syntaxe, que com a Prosodia nada mais são do que a mesma Orthographia; pois que todas tres se reduzem no fim de contas ao augmento, diminuição ou troca de letras com accento ou sem accento, como melhor se verá provado na nota do nº 83 d'esta 2.ª parte. (ORTIZ, 1862, p. 41)

Interessante o que diz Ortiz sobre a aprendizagem da ortografia. Como ainda não havia uma normatização ortográfica naquele período, a orientação evidencia uma aprendizagem assistemática, por meio do uso da gramática e do que contém nela, da lição dos clássicos, dos dicionários e da prática da escrita. Quanto à prosódia, ele se refere à prática da soletração e acaba sem distingui-la bem da ortografia.

Logo, Ortiz contempla apenas a etimologia (morfologia) e a sintaxe. Ele se atém a definições, regras e exemplos. Essa primeira parte contém 85 números e cada número possui, na segunda parte, o seu correspondente, o que na primeira está dito resumidamente.

Da Etymologia.

6. Todas as palavras da lingua portugueza se reduzem a dez especies, que se chamão partes da oração, a saber: Artigo, Substantivo ou Nome, Adjetivo, Pronome, Verbo, Participio, Adverbio, Preposição, Conjuncção, e Interjeição. (ORTIZ, 1862, p. 13)

Fávero e Molina (2006), ao fazerem referência às dez classes de palavras apresentadas na gramática de Antonio Pereira Coruja (1835), dizem ser essas dez categorias remetidas às dez categorias de pensamento sugeridas por Aristóteles, na *Metafísica*. No entanto, a gramática de Coruja (1835) difere das do século XVIII – estas que estão calcadas no modelo latino, que só consideravam oito classes –, pois inclui o artigo, o adjetivo e/ou pronome. Esse também é o caso da gramática de Ortiz, que considera as dez classes elencadas a seguir.

7. ARTIGO é a palavra que se põe antes de substantivo, para mostrar o seu género, número, e sentido.
Exemplo: O homem, a mulher; os homens, as mulheres.
8. SUBSTANTIVO ou Nome é a palavra que mostra uma ou mais de uma pessoa, coisa ou animal.
Exemplos: Homem, homens; livro, livros; cavallo, cavallos.
9. ADJECTIVO é a palavra que se ajunta ao substantivo, ou para determinar o sentido, ou para qualificar pessoa coisa ou animal.
Exemplos: Um homem bom; algumas caras más; muitos cavallos gordos.
10. PRONOME é a palavra que se põe em lugar do nome.
Exemplos. – Eu, tu, elle.
11. VERBO é a palavra que se conjuga.
Exemplos. – Louvar, receber, cumprir.
12. PARTICÍPIO é a palavra que representa o verbo e o adjectivo ao mesmo tempo.
Exemplo. – Louvado, louvada, louvados, louvadas.
13. ADVERBIO é a palavra que se ajunta a outra para alargar, encurtar ou mudar o significado.
Exemplo: Muito estimo; estimo pouco; não estimo.
Mais bonito; menos bonito; não bonito.
14. PREPOSIÇÃO é a palavra que liga e compõe outras palavras, cujo sentido determina.
Exemplo: Vinho *com* agua; homem *de* bem; concorrer, rever.
15. CONJUNÇÃO é a palavra que liga oração, periodos, e palavras, cuja dependencia estabelece.
Exemplo. – Eu *e* tu estudamos, *e* elle não estuda.
16. INTERJEIÇÃO é a palavra que resume o sentido de uma ou mais oração.
Exemplos. – Chiton! Silencio! Caluda!. (ORTIZ, 1862, p. 9-10)

Segue-se a essas classes de palavras a conjugação dos verbos regulares, irregulares, nas três conjugações. Na sequência, o autor apresenta “Das espécies em que se divide cada uma das dez partes da oração”, em que há uma ampliação do que foi apresentado anteriormente, como os tipos de substantivo, adjetivo, pronome, verbo etc., sempre cada classe considerada paradigmaticamente. Como ilustração do que foi dito, apresentam-se as definições de verbo, trazidas por Ortiz (1862, p. 34):

Há 3 especies de verbos, que são: os verbos activos, os verbos passivos e os verbos neutros.

VERBO ACTIVO é o que mostra acção de pessoa, cousa, ou animal, cujo nome não é precedido de preposição.

Exemplos: – Pedro matou, a casa caio, o cavallo correo.

VERBO PASSIVO é o que mostra acção de pessoa, cousa ou animal, cujo nome é precedido da preposição – de ou por.

Exemplos: – foi odiado dos homens ou pelos homens; foi ferido de raio ou pelo raio; foi mordido de cobra ou por cobra.

VERBO NEUTRO é o que, não sendo activo, nem passivo não mostra acção, e sim existencia ou estado, com sentido imperfeito ou incompleto.

Exemplos: – Eu sou e tu não es..... – Eu estou..... e tu não estás.....

As definições de verbo, oferecidas por José Ortiz (1862), deixam claro o processo de gramatização da língua portuguesa, ainda em curso, no século XIX, justamente pela inexistência de um consenso entre aqueles que se dedicavam à codificação da língua. O que se considera é atestado pelas definições de verbo por outros dois grandes gramáticos do período em tela: Jerônimo Soares Barbosa (1822) e Francisco Sotero dos Reis (1871), este último contemporâneo de José Ortiz.

De uma longa definição de verbo, apresentada por Barbosa (1822, p. 191-192), traz-se apenas o essencial para estabelecer a comparação:

[...] da analyse do verbo se vê que sua essência consiste propriamente na enunciação da coexistência de huma idea com outra; e não na expressão destas ideas, que já para isto tem palavras destinadas nos substantivos e adjectivos, que as nomeão; e que esta coexistência não pode ser expressada, nem o he em todas as Linguas, senão pelo verbo substantivo; que por isso, a falar propriamente, he o único verbo, em que por ultima analyse se vem a reduzir todos os verbos adjectivos, os quaes lhe não acrescentão outra couza mais do que a Idea de Attibuto.

Portanto, para Soares Barbosa, verbo não é apenas “a palavra que se conjuga”, como ensina Ortiz, mas sim a palavra com a qual se articulam as ideias. Além disso, segundo o autor lusitano, o verbo se consubstancia no verbo “ser” (verbo substantivo), a partir do qual todos os outros (verbos adjectivos ou attributivos) têm sua origem.

De forma semelhante a Barbosa, Sotero dos Reis (1871, p. 39) assim define verbo:

Verbo, é a palavra que serve para afirmar a existência da qualidade na substância, pessoa ou cousa, e por conseguinte o *nexo* ou *copula*, que une o attributo ao sujeito da proposição ou enunciado de juízo.

Diz-se também que é a palavra por excellencia, porque ella dá vida ao discurso, que sem ella não póde existir.

A forma primitiva do verbo é uma e única em todas as línguas: na Portugueza, *Ser*, que quer dizer, *ser ente*, indeterminadamente, nas outras, equivalente de, *Ser*. Divide-se porem o verbo em substantivo e attributivo ou adjectivo, segundo se acha em sua forma primitiva, ou unido ao attributo, como, *Viver*, que quer dizer, *Ser vivente*.

Sobre a existência de verbos passivos e neutros, por exemplo, afirma Soares Barbosa (1822, p. 241) que “A Língua Portuguesa não tem verbos passivos para poderem entrar nesta divisão: e onde não há verbos passivos, não póde haver tambem verbos neutros, que são os que nem são activos, nem passivos”.

Se Soares Barbosa não admite a existência de verbo passivo e neutro na língua portuguesa, Antônio de Moraes e Silva (1806), por sua vez, usa a terminologia “verbo neutro”, mas com outro significado. Para Ortiz (1862, p. 77), verbo neutro, como já visto, “[...] é o que, não sendo activo, nem passivo não mostra acção, e sim existencia ou estado, com sentido imperfeito ou incompleto”; já para Moraes (1806), verbo neutro é aquele que não precisa de complemento (paciente) para seu sentido integral. Assim, cita Moraes e Silva (1806, p. 56) como exemplos de verbo neutro: “O vento *dorme*, O mar e as ondas *jazem*, O Cisne *igual* a neve na candura; eu *ando*, *salto*, *corro*, *respiro*, &c.”. Ou seja, aquilo que hodiernamente se chama verbo intransitivo era denominado de verbo neutro por Moraes, porém denotando ação, como se vê em “andar”, “correr” e “respirar”. Para Ortiz, no entanto, esses estariam na classificação de verbos ativos.

Em seguida, Ortiz trata da sintaxe regular ou natural e da sintaxe figurada. Essa divisão do estudo da sintaxe, assim como ele entende cada uma delas, já está na *Gramática de Port-Royal* do século XVII e permanece em gramáticas até o século XIX. Na obra de Ortiz (1862, p. 42), apresentam-se as partes que compõem a sintaxe e que devem ser obedecidas para atender ao rigor gramático. São estas: “O lugar das palavras na oração, e das orações no período”; “O número de palavras

na oração, e no período simples e composto” (três palavras no simples e seis no composto); “As concordâncias dentre os termos da oração”. (ORTIZ, 1862, p. 42-43)

Dentre as diversas orientações ao discípulo sobre o chamado rigor gramático, seguem alguns exemplos de suas definições para ilustração. José Ortiz (1862, p. 37) define período simples como sendo aquele que tem só uma oração. Apresenta como exemplos “Chove”, “Antônio dorme”, “Pedro matou Antônio”. Define oração como a reunião de pelo menos três palavras ligadas entre si pelo verbo. Pergunta-se, então, se o período simples é composto de uma única oração e se a oração é composta de pelo menos três palavras, como poderia, portanto, “Chove” ser uma oração?

A explicação encontra-se no fato de que em todo verbo (e nos impessoais isso não é diferente) se encerram sujeito, verbo substantivo e atributo. Portanto, no período “Ontem choveu muito” tem-se, segundo o autor, cinco palavras e não três. De acordo com Ortiz (1862, p. 102-103),

Oração de verbo activo intransitivo que mostra acção atmospherica tem incluídos ou incorporados no verbo não só o sujeito, como tambem o paciente ou predicado, os quaes não podem apparecer em separado a menos se decompor-se o verbo, como se vê por exemplo em – chove – que se decompõe em – chuva desce ou cae; chuva faz descida ou queda: chuva está descendo ou caindo (da atmospherica, do ar ou das nuvens para ou sobre a terra.).

A *syntaxe* figurada ou irregular, por seu turno, é definida como arte que “ensina a unir as palavras da oração contra o rigor grammatico, isto é, nos permite que coloquemos as palavras fora dos seus logares, que as ocultemos e que as ponhamos de mais”. (ORTIZ, 1862, p. 43) Assim, para as análises das construções sintáticas irregulares ou figuradas, elenca Ortiz três figuras de linguagem, que passarão a ser explicadas e exemplificadas até ao fim da “Parte I”, a saber: o hipérbato, a elipse e o pleonasma – como propõem os gramáticos que o antecederam, como Reis Lobato, Moraes e Silva e Soares Barbosa, seguindo a *Minerva* de Sanchez e a *Gramática de Port-Royal*. (FÁVERO; MOLINA, 2006)

O que não atende ao dito rigor gramático se configura, em Ortiz, como *syntaxe* figurada ou irregular. Ilustrativo é o exemplo apresentado pelo autor gaúcho para exemplificar as duas sintaxes:

A RESPOSTA USUAL concorda com a pergunta, quando é dada por sujeito, verbo, paciente, predicado, ou circunstancia porque começou a pergunta.

Exemplos:

1º Quem está ahi? João.

2º Veio elle? Veio.

3º A quem matou Pedro? A Antonio.

4º O que é Pedro? Um assassino.

5º Por quem foi morto Antonio? Por Pedro.

A RESPOSTA GRAMMATICAL concorda com a pergunta, quando apparecem na resposta todas as palavras da pergunta, menos o interrogativo.

Exemplos:

1º Quem está ahi? João está ahi.

2º Veio elle? Elle veio.

3º A quem matou Pedro? Pedro matou a Antonio.

4º O que é Pedro? Pedro é um assassino.

5º Por quem foi morto Antonio? Antonio foi morto por Pedro.

(ORTIZ, 1862, p. 35)

Comparando-se a resposta usual com a resposta gramatical, vê-se a presença de elipse no primeiro caso, o que representa uma característica típica de *syntaxe* irregular ou figurada. Por exemplo, em todas as comparações, de acordo com o autor, a elipse é responsável pelo “encurtamento” do discurso natural. Assim, em “A virtude é mais preciosa do que o ouro”, a *syntaxe* natural de Ortiz (1862, p. 100) exige que seja “A virtude é mais preciosa em comparação do grão em que o ouro é precioso”. Ou ainda neste exemplo: “João é menos máo que ou do que Pedro” deve ser “João é menos máo em comparação do grão em que Pedro é máo”.

O que se observa é que muitas das concepções gramaticais defendidas por Ortiz se encontram em outros gramáticos de filiação filosófica, como visto. Há uma base conceitual construída, cujo modelo é a *Gramática de Port-Royal*, como princípio.

Dessa forma, diante do quadro sócio-histórico de Sergipe aqui apresentado, especialmente no que concerne à escolarização linguística, algumas perguntas requerem respostas difíceis de encontrar, tais

como: a obra de José Ortiz teria chegado a seu destino final, ou seja, nas mãos dos alunos, das alunas e dos seus mestres? A dificuldade material e financeira dos mestres e mestras, além da pobreza da população, leva a crer que não. Caso algum exemplar tenha de fato chegado, como teriam sido as aulas pela obra e pelo método de José Ortiz que, conforme se pode deduzir da seção “Conselhos”, requeriam um ciclo intenso de exercícios, envolvendo atividades mnemônicas, além de uso de dicionários e obras adicionais?

Considerações finais

O processo de gramatização e normatização das línguas vernáculas foi um fenômeno catalisado pela tecnologização dos meios de comunicação, mormente por conta da invenção da escrita impressa, o que fez com que os Estados nacionais buscassem a padronização de seus idiomas, escolhendo uma variedade de prestígio em detrimento de outras. A variedade então eleita seria aquela presente em documentos oficiais do Estado, nas traduções dos textos sagrados da Igreja, nas obras literárias, nos tratados científicos e filosóficos das academias, bem como nos compêndios escolares.

O Estado, a Igreja e a escola são, então, as instituições garantidoras de uma norma-padrão que deve ser adquirida e utilizada, ainda que tal norma não represente a realidade linguística de toda a comunidade de fala. Há, portanto, uma grande diferença entre aquilo que é normatizado pelas gramáticas e dicionários e o que é de fato normal, do ponto de vista do uso. Como muito bem ensinam Faraco e Zilles (2017), a norma normativa não se confunde com a norma normal. Aquela pressupõe uma língua fixa, rígida e imutável na linha do tempo; esta considera a língua como dinâmica, em contínua variação e mudança, tanto no tempo quanto no espaço.

Assim posto, muito divergente será a norma linguística dentro das páginas de uma gramática e/ou de um dicionário, que se almeja como a usual, em relação àquela utilizada em uma sociedade como a de Sergipe del Rey, aqui retratada. Como se viu, poucos foram os indivíduos, especialmente os de cor, que lograram acesso à plena escolarização e,

por conseguinte, ao saudável convívio com textos diversos, além de compêndios que os iniciassem nos rudimentos das regras gramaticais da língua portuguesa. O quadro que se apresenta é o de uma sociedade excludente, na qual a minoria branca detém o maior acesso às aulas públicas provinciais, tendo, dessa maneira, maior acesso à cultura escrita.

A obra de José Ortiz, o *Novo systema de estudar a grammatica portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente* (1862), ainda que não tenha tido o mesmo lustre de outras obras do gênero, tendo sido essa em tela a única edição do autor, serve como rica fonte para estudos sobre o processo de gramatização e normatização pensado por diversos intelectuais do século XIX, que decidiram se dedicar à instrução pública. Para a análise dessa obra, buscou-se levantar alguns aspectos considerados fundamentais para o desvelamento de um testemunho escrito – um objeto cultural que guarda em si muitas informações, às vezes perdidas nos labirintos da história.

Igualmente, algumas comparações com gramáticas produzidas nesse período permitem se ter uma visão mais abrangente sobre as ideias linguísticas que circulavam entre aqueles que se dispunham à codificação da língua portuguesa. A opção ou não de se incluir a ortografia ou a prosódia em uma obra metalinguística, por exemplo, é ilustrativo daquilo que se entendia como relevante para o ensino dos rudimentos da gramática. A própria concepção de língua e de gramática é um ponto ainda instável entre os intelectuais do período e isso é possível de observar por meio de análises comparadas entre as obras.

Por fim, evidenciam-se neste estudo a realidade social da população sergipana de então, a carência material para o bom desenvolvimento dos estudos elementares, dentre outros. Ainda que o século XIX tenha testemunhado um grande labor intelectual, com a proliferação de diversas obras de referência como a de José Ortiz, poucos foram aqueles que puderam delas se beneficiar.

Referências

ANDRADE, A. J. P. *Falla que dirigio a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe na abertura de sua Sessão Ordinaria no 1º de março de 1850 o o Exm. Snr. Presidente Amancio João Pereira de Andrade*. Sergipe: Typographia Provincial, 1850.

BARBOSA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou princípios da grammatica geral applicada à nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BELLO, W. O. *Falla com que abrio a Primeira Sessão Ordinaria da Legislatura Provincial o Presidente da Provincia de Sergipe o Exmo. Sr. Wenceslao de Oliveira Bello*. São Cristóvão: Typographia Provincial de Sergipe, 1840.

CARVALHO, A. A. S. *Relatorio com que o exm. Sr. Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho Ex-Presidente da Provincia do Espirito Santo passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro, Primeiro Vice-Presidente*. Vitória: Typografia Capitaniense de P.A. D'Azeredo, 1861.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MORAES E SILVA, A. *Epítome da Grammatica da Lingua Portugueza*, composta por Antonio de Moraes e Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MOTT, L. R. B. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

NUNES, M. T. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

ORTIZ, J. *Novo Systema de Estudar a Grammatica Portugueza por meio da memoria, intelligencia e analyse, ajudando-se mutuamente*. Vitoria: Typographia de Pedro Antonio de Azeredo, 1862.

PETRUCCI, A. *La Ciencia da la Escritura: primera lección de paleografia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.

PIROLA, A. L. B. *Lutas, Leis e Livros: professores de história na história do ensino no Espírito Santo (1850-1959)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

REIS, F. S. *Grammatica Portugueza*, acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de immediata applicação pratica. 2. ed. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida e C. Editores, 1871.

PARTE III

**ESTUDOS DE HISTÓRIA
DA CULTURA ESCRITA**

Escrita no Brasil quinhentista: a pontuação e outros sinais nos livros da primeira Visitação do Tribunal da Inquisição

Ana Sartori

Introdução

Brasil, colônia portuguesa, aos finais do século XVI: o que se poderia esperar das práticas de letramento nesse período da nossa história? Nas mãos de quem estaria, então, o domínio da escrita?

O abismo que segrega hoje a sociedade brasileira seria certamente maior no início da colonização, figurando, de um lado, senhores de terras e escravos – os “principais da terra”, detentores do poder – e, do outro, aqueles que se encontravam na base da nossa população, indivíduos escravizados, africanos, afrodescendentes, indígenas. De um lado, uma elite social, econômica e cultural; do outro, a população explorada, tolhida dos mais básicos direitos civis, alijada de diversas práticas sociais e culturais, entre elas: o domínio da cultura escrita.

É essa sociedade, diversa e segregada, que se encontra nas portas das casas da morada do senhor visitador do Santo Ofício, instalado

nas capitanias da Bahia, de Pernambuco, de Itamaracá e da Paraíba no período de 1591 a 1596, na ocasião da primeira visita da Inquisição ao Brasil. Foram todos chamados a prestar depoimento perante o Tribunal da Inquisição, denunciando tudo o que soubessem “de uista e de ouujda *que* qualquer pessoa tenha feito, djtto, e cometido cõtra nossa santa fee catholica, e cõtra o *que* tem cree, e Insina a *santa* Madre Igreja de Roma” (QUARTO..., f. 7v-8r, grifo nosso) ou mesmo confessando as próprias culpas. Após a denúncia ou confissão prestada, os depoentes deveriam assinar nos livros da Inquisição, como forma de validar seu depoimento. Aqueles que teriam acesso à tecnologia da escrita deixariam sua assinatura registrada; os que não sabiam sequer assinar o próprio nome deixariam um sinal não alfabético no lugar do nome ou pediriam ao notário que assinasse por eles.

Os livros de registro do Santo Ofício trazem um retrato do diversificado acesso às práticas da escrita no Brasil Colonial. Em uma ponta do diversificado contínuo de letramento, estariam aqueles que não sabiam sequer assinar o próprio nome; na outra ponta, indivíduos altamente letrados, que dominariam a leitura e a escrita em língua portuguesa e ainda em latim, utilizando com perfeição, na escrita, as grafias próprias de sistemas de escrita veiculados nos mais influentes manuais de caligrafia da época.

Encontravam-se certamente nessa “ponta letrada” do contínuo de letramento os oficiais do Santo Ofício: o visitador, Heitor Furtado de Mendonça, e o notário, Manuel Francisco. Era deles todo o registro feito nos livros da Inquisição dos depoimentos prestados perante o Tribunal, excetuando-se as já citadas assinaturas, deixadas pela população. Nessa Primeira Visitação ao Brasil, foram nove os livros produzidos: quatro de denúncias, três de confissões e dois de ratificações, os quais se encontram atualmente depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. Entre esses, tomam-se aqui os dois produzidos em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba – o *Terceiro livro de confissões* (1594-1595) e o *Quarto livro de denúncias* (1593-1595) – para uma análise de aspectos da escrita colonial. A análise se dará, então, a partir dos registros de escrita deixados por esses dois indivíduos altamente letrados, o visitador e o notário do Santo Ofício, nos documentos inquisitoriais.

A análise dos aspectos da escrita aqui apresentada terá como foco, basicamente, os sinais de pontuação deixados nos referidos livros da Primeira Visitação. Serão analisados os tipos de sinais empregados – o ponto, a vírgula, a barra inclinada, os traços horizontais, os parênteses, os dois pontos, o ponto de interrogação e o ponto e vírgula –, observando-se o seu contexto de uso, através de fragmentos do texto dos livros inquisitoriais. Serão trazidos também exemplos de dois ou mais desses sinais utilizados combinados e ainda outros sinais empregados nas fontes inquisitoriais, com função de marcar paragrafação e separação de palavras: o caldeirão, a cruz, os traços, pontos e até mesmo o espaçamento entre palavras utilizado para indicar a paragrafação.

As imagens de fragmentos dos documentos analisados foram todas extraídas dos fac-símiles dos originais disponíveis no *site* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Além dos fac-símiles, são apresentados trechos das transcrições realizadas dos referidos livros.¹

As mãos presentes nos livros da Inquisição

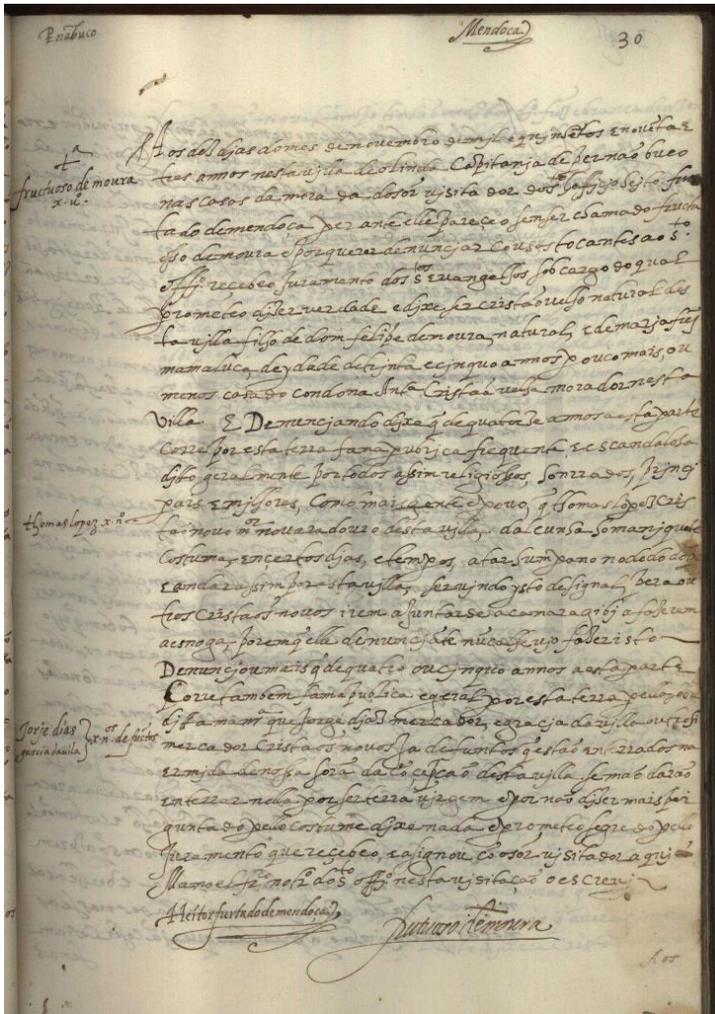
O notário do Santo Ofício na Primeira Visitação ao Brasil, Manuel Francisco, era quem registrava os depoimentos prestados pelas testemunhas nos livros da Inquisição. Dessa forma, o corpo do texto das confissões e denúncias é basicamente feito pelas suas mãos. São também da mão do notário alguns registros, nos referidos livros, das ações realizadas no âmbito da visitação: relatos de viagem, procissões e autos, juramentos, apresentações etc. Foram escritos, portanto, pelo notário: o relato da viagem e chegada do visitador à capitania de Pernambuco; os termos de apresentação da comissão dada pelo rei; os relatos das procissões e dos atos da Inquisição celebrados nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba; os registros dos juramentos realizados nas referidas capitanias; os registros da fixação do édito de fé

1 A edição semidiplomática do *Quarto livro de denúncias* foi realizada durante o doutoramento em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), tendo como fruto a tese *Pela pena do Santo Ofício: difusão social da escrita nas capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais Quinhentos* (2016). A edição do *Terceiro livro de confissões* foi realizada no âmbito do projeto de pesquisa por mim coordenado, intitulado “Difusão social da escrita e da língua portuguesa no início da colonização do Brasil”, vinculado ao Programa História da Cultura Escrita no Brasil (Hisculte)..

e monitório geral e de alvará do rei; e ainda os termos de encerramento dos dias da graça concedidos a cada uma das capitânias, de desfixação dos editos da fé e da graça.

A mão do visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, aparece também nos livros inquisitoriais. Ele redigiu as informações na margem superior dos fólios, escrevendo, no recto, o local do registro (“Pernambuco”, “Itamaracá” ou “Paraíba”), o seu sinal (“Mendonça”) e o número do fólio, e a palavra “Brazil” no verso dos fólios. O visitador escreveu o primeiro fólio de cada um dos nove livros da Visitação, no qual há uma lista dos livros produzidos na Primeira Visitação, e redigiu o termo de encerramento deles, que consta no fólio final. São ainda da mão do visitador os títulos que iniciam as diversas seções dos livros e os lançamentos marginais à esquerda do texto central. No final de cada depoimento, vê-se a assinatura do visitador e da testemunha que prestou o depoimento (ver Figura 1).

Figura 1 - Exemplo de fólho do Quarto livro de denúnciões [...] (1593-1595), em que se veem, na parte superior, o local de registro, a rubrica do visitador e o número do fólho; nos lançamentos marginais, as anotações feitas pelo visitador do Santo Ofício; o texto central, redigido pelo notário; e ao final as assinaturas do visitador e de uma testemunha

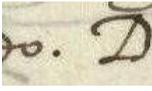
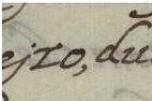
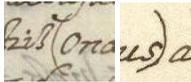
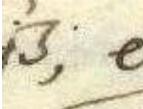


Fonte: Quarto livro de denúnciões [...] (1593-1595, f. 30r).

Os sinais presentes nos livros da Inquisição

A seguir, encontram-se dispostos no Quadro 1 e descritos, em seguida, os sinais de pontuação presentes nos registros de escrita do notário e do visitador do Santo Ofício, os quais, como se viu, são os redatores que produzem textos extensos nos livros da Inquisição, passíveis de uma análise desses tipos de sinais. Serão apresentados ainda, a partir da escrita desses dois redatores, sinais que marcam a paragrafação e sinais utilizados para a separação de sílabas.

Quadro 1 - Sinais de pontuação

SINAL	TRANSCRIÇÃO	EXEMPLOS	LOCAL
Ponto	.		QUARTO..., f.54r
Vírgula	,		QUARTO..., f.03r
Barra inclinada	/		QUARTO..., f.165r
Traços horizontais	~ -		QUARTO..., f.09v
Parênteses	()		QUARTO..., f.04r f.04v
Dois pontos	:		QUARTO..., f.137r
Interrogação	?		QUARTO..., f.128r f.145v
Ponto e vírgula	;		QUARTO..., f.144r

Fonte: elaborado pela autora.

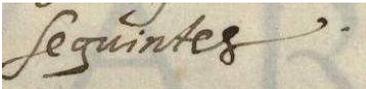
Sinais de pontuação presentes nos livros

Passam a ser descritos aqui os sinais de pontuação encontrados nos livros da Inquisição analisados.

Ponto

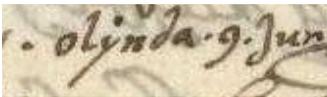
Nos livros da Inquisição analisados, o ponto era utilizado em final de frase e oração e, em alguns casos, em final de linha, podendo ser acompanhado por letra maiúscula ou minúscula, com ou sem espaço entre o ponto e a letra.

Em alguns casos, o ponto era escrito mais elevado, como no exemplo a seguir, sendo transcrito, nas edições realizadas dos livros da Inquisição, com o ponto final simples:



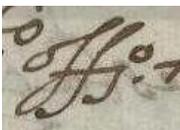
Transcrição: 'seguintes.' (QUARTO..., folha de índice-recto)

Os números escritos por algarismos aparecem frequentemente entre pontos, na escrita do visitador. Nesses casos, o ponto foi transcrito junto ao número:



Transcrição: "olynda .9. Junho" (QUARTO..., f. 131r)

O ponto aparece ainda como sinal abreviativo – sendo, nesses casos, assim como o traço horizontal, suprimido, e as letras desenvolvidas postas em itálico:



Transcrição: 'offiço' (QUARTO..., f. 12r, grifo nosso)

Vírgula

A vírgula foi bastante empregada pelo notário nos livros inquisitoriais, sendo provavelmente o sinal de pontuação mais utilizado no *corpus*, tanto nos contextos sintáticos em que hoje ela é prescrita pela norma-padrão quanto em outros contextos, muitas vezes sucedida pela

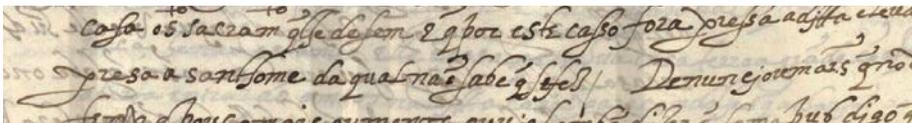
conjunção “e”, encadeando orações ou outros elementos da narrativa, e ainda no fim de frase, substituindo o ponto. Os trechos a seguir, retirados da transcrição do *Quarto livro de denúncias [...]* (1593-1595, f. 16v, grifo nosso), exemplificam alguns dos contextos de uso da vírgula:

[...] pergütado se sabe algũas pessoas maïs nesta terra *que* sajbão do djtto marjdo da ylha, respondeo *que* lhe parece *que* djsto sabem pero coelho de sousa, e gaspar cardoso seus naturaïs moradores ora na parayba, perguntado mais se lhe djxe a djtta marta *fernãdez* ser o seu prjmeiro marjdo defunto e *que* por isso se casa ua, ou algũa outra cousa ã sua desculpa respondeo *que* não e do costume djxe nada [...].

[...] passando hum negro lhe magoou hũ pe en q[ue] tinha hũa chaga então o djtto Manoel *Rodriguiz* djxe cõ dor, e agastamento, a blasfemea segujnte aRenego de Santiago de galljza então elle denunciante o Reprehendeo, et elle se calou sã mai[s] se desdizer estando mais presente hum mãoçebo *que* não conheçe do que elle denunciante se escandalizou e por não djzer maïs foj perguntado se estaua o djtto manoel *Rodriguiz* bebado ou fora de s[eu] Juizo, e a *que* oras do dja aconteçeo o sobredjto respondeo *que* posto *que* o djtto manoel *Rodriguiz* algũas vezes se toma do ujnho entende segundo sua cõcjencia *que* não estaua tomado delle então *que* serjam no ve oras de pella menhã pouco mais, ou menos, e do costume djxe nada e asignou cõ o *senhor* ujsitador [...].

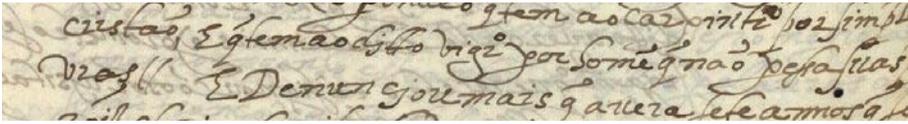
Barra inclinada

A barra inclinada, simples ou duplicada, era usada nos livros da Primeira Visitação em final de frase, substituindo o ponto:



Transcrição:

[...] E *que* por este casso fora presa a djtta e leuad[a] presa a san thome da qual não sabe *que* se fez / Denuncjou maïs *que* no di[to] [...] (QUARTO..., f. 9v, grifo nosso)

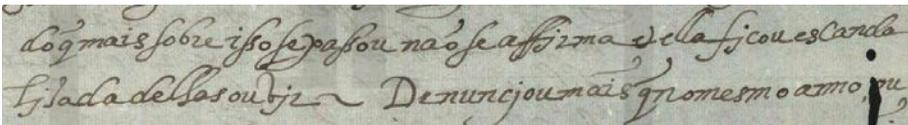


Transcrição:

[...] E *que* tem ao djtto vigario por homẽ *que* não pessa suas palla vras// E Denuncjou mais *que* auera sete annos [...] (QUARTO..., f. 86r, grifo nosso)

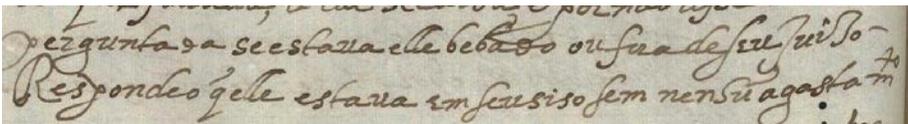
Traços horizontais

Os traços horizontais – utilizados também em final de frase, sobretudo ao fim da folha – se assemelham ao til e ao travessão, pelos quais, portanto, passam a ser representados na transcrição:



Transcrição:

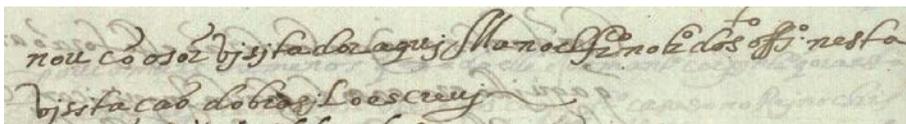
do *que* mais sobre isso se passou não se affirma et ella ficou escanda lizada de lhas ouvjr~ Denuncjou mais *que* no mesmo anno, [o]u (QUARTO..., f. 172r, grifo nosso)



Transcrição:

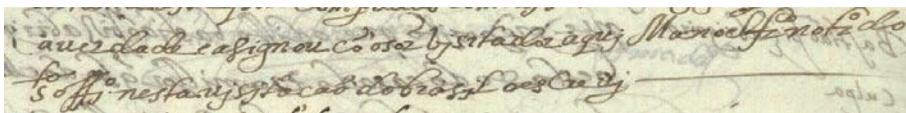
pergunta se estava elle bebado ou fora de seu Juizo – Respondeo *que* elle estava em seu siso sem nenhũ agastamento (QUARTO..., f. 82v, grifo nosso)

Ocorreram ainda traços horizontais em dimensão maior, sendo, em todos os casos, reproduzidos com os mesmos sinais – o til e o travessão – em tamanho normal, como se vê a seguir:



Transcrição:

nou cõ o *senhor* vjsjtador aquj *Manoel francisco* notarjo do *santo officjo* nesta vjsitação do brasjl o escreveu~ (QUARTO..., f. 186r, grifo nosso)



Transcrição:

a uerdade e assignou cõ o *senhor* vjsitador aquj *Manoel francisco* notarjo do *santo officjo* nesta ujsitação do brasjl o escreveu – (QUARTO..., f.185r, grifo nosso)

Parênteses

Os parênteses eram pouco utilizados nos documentos analisados, mas registrados nos contextos de uso correntes atualmente, sendo sempre abertos e, em seguida, fechados. Vejam-se os exemplos a seguir:

da uarzea de capibaribe tres legoas desta villa (*que São as freguesias mais uezinhas della*) pera os seus fregueses, moradores, vezinhos, (QUARTO..., f.7r, grifo nosso)

daua nas sextas fejrás a tarde (Segundo sua lembrãça era nas sextas fejrás a tarde) lavar e esfregar o sobrado, por ella denunciãte e por (QUARTO..., f.18r)

nunez tinha hum Cruçjfixo, (não deziam se de uulto se de pintura) entre dous serujdores vasos Jmmundos ã *que* fazia (QUARTO..., f.24r)

Dois pontos

Foram registradas nos livros da Inquisição poucas ocorrências dos dois pontos, em contextos semelhantes ao do uso do ponto de seguimento:

estante nesta ujlla na Rua da sarralgejra freguesia de são
pedro desta ujlla: E denunciando djsse *que* avera tres, ou quatro
(QUARTO..., grifo nosso)

a soltarẽ e *que* assim acõteçera porque no dja segujnte vierão as pessoas que
ella nomeara e fora solta como djssera: Pello *que* na mesma conjunção
(QUARTO..., f. 69r, grifo nosso)

pelo djtto vjgario mas sem se declarar nem especjffjcar nada disto forão
djttas as djttas pallauras por elles ambos de parte a parte: Denun
cjou mais *que* avera cjnquo annos pouco mais ou menos *que* Antonio da
costa (QUARTO..., f. 228r, grifo nosso)

A função atual dos dois pontos parece ser preenchida nos livros
analisados por outros sinais, sobretudo a vírgula, bastante utilizada
ao final do registro do depoimento, quando, por vezes, é anotada pelo
notário alguma correção da redação do texto:

nesta ujlla e assignou cõ o *senhor* ujsitador aqui Manoel
francisco notario do *santo officjo* nesta ujsitação o escreuj cõ a entrelinha
que diz, cristão nouo~ (QUARTO..., f. 48r, grifo nosso)

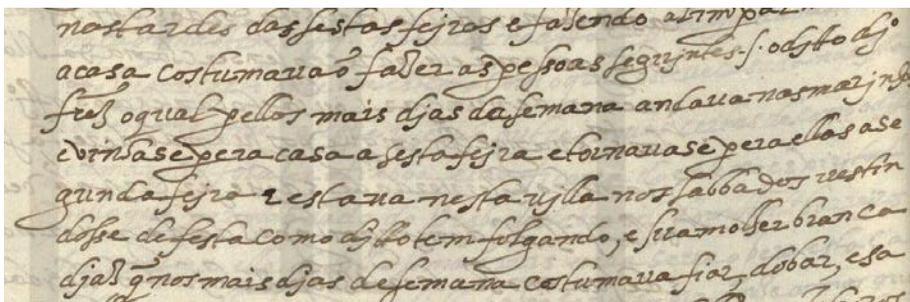
Manoel *francisco* notario do *santo officjo* nesta ujsitação o escreuj cõ o mal
escrijto *que* djz, a molher, ~ (QUARTO..., f. 49r, grifo nosso)

Na folha de índice, redigida pelo visitador do Santo Ofício, a função
dos dois pontos é preenchida pelo ponto, enquanto, na mesma folha,
os dois pontos são usados no contexto do ponto de seguimento:

Na Visitação do *santo Officio* do Brazil *que*
fez o visitador heitor furtado de mendoça, são
noue Liuros Seguintes.
[...]

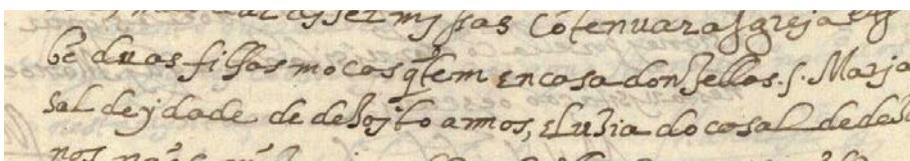
+ O *terçeiro* Livro das denunçiaçõis no qual tabẽ
de folha .97. por diãte Estão as Jnformaçõis
do Credito *que* se poderá dar ás *testemunhas* da
visitação de Pernãbuço, Thamaraga, e
Parayba : – E das *folhas* .393. por diãte
estão as eleiçõis e juramẽtos dos Assessores
e offiçiais *que* o dito Visitador fez - . (QUARTO..., Folha de índice-recto,
grifo nosso)

Vê-se também o sinal abreviativo *scilicet* a substituir a função dos dois pontos em alguns casos:



Transcrição:

a casa costumauão fazer as pessoas segujntes *scilicet* o djtto djogo fernandez o qual pelos mais djas da semana andaua nas marjnhas e vinhas e pera casa a sesta fejra e tornauase pera ellas a se gunda fejra e estaua nesta ujlla nos sabbados uestin dosse de festa como djtto tem folgando, e sua molher branca djaz *que* nos mais djas de semana costumaua fiar, dobar, esa [...] (QUARTO..., f. 83v, grifo nosso)



Transcrição:

bẽ duas filhas mocas *que* tem en casa donzellas *scilicet* Marja do ca sal de ydade de dezojto annos, e luzia do casal de dezaseis an= nos [...] (QUARTO..., f.96v, grifo nosso)

Interrogação

Foram encontrados poucos sinais de interrogação em perguntas, sendo utilizados da forma que se vê a seguir:

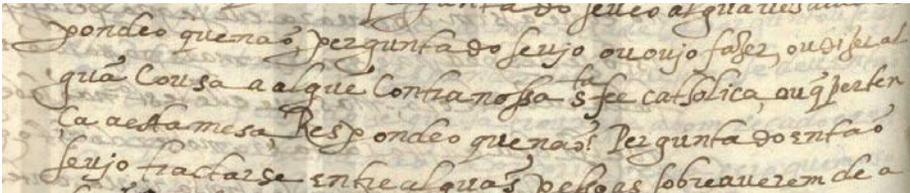
[...] e o djtto Manoel chaejro, fallando pera o djtto denunciado djxe aquiullo djxestes,? e o denunciado, respondeo rjndosse *que* zombaua [...] (QUARTO..., f. 55r, grifo nosso)

[...] ho
 djtto guaspar soarez, tornou a djer as pallauras segujntes, djo
 bem, cam, Judeu, perro, aRenegado, elle não nasceo dos Ju
 deus? [...] (QUARTO..., f. 119v, grifo nosso)

[...] lhe tornou então ho djtto bento teixera em Res
 posta as pallauras segujntes, ydes errado; pera que uos confessais
 e cômungais<?> que eu por comprimento o faço. (QUARTO..., f.165r,
 grifo nosso)

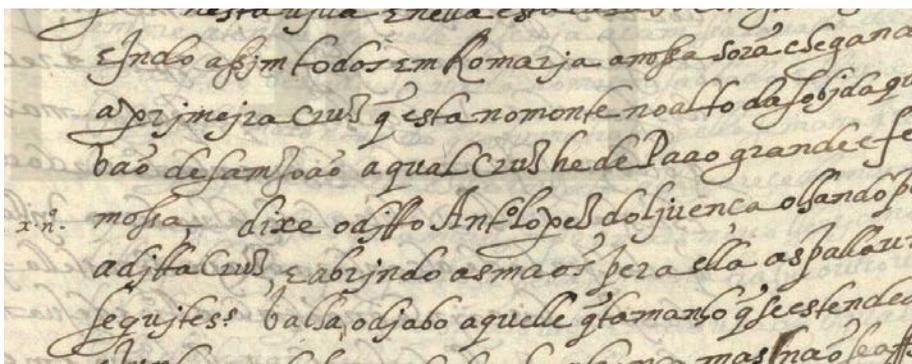
Perguntado se costumaua elle a no djtto alpendre
 se achar presente com outros homêns, e ter cõ elles praticas
 e porfias? Respondeo [...] (QUARTO..., f. 145v, grifo nosso)

No terceiro exemplo, do fólio 165r do *Quarto livro de denúncias* (1593-1595), o sinal de interrogação foi inserido posteriormente sobre o ponto, ficando entre uma linha e outra, daí a notação que se encontra na transcrição: <?>. No quarto exemplo, a ocorrência é em uma pergunta indireta. Trata-se de um sinal de interrogação desenhado ao avesso, ficando com a aparência de um “s”, como se encontra exemplificado no Quadro 1. Vê-se o mesmo sinal de interrogação ao avesso em outras duas frases do *Quarto livro de denúncias* (1593-1595):



Transcrição:

[...] perguntado se ujo ou oujo fazer, ou dizer al
 gũa cousa a alguẽ contra nossa santa fee catholica, ou que pertença
 a esta mesa, Respondeo que não? Perguntado então [...] (QUARTO...,
 f. 159v, grifo nosso)



Transcrição:

e Jndo assjm todos em Romarja a nossa *senhora* chegando a prjmeira cruz *que* esta no monte no alto da sobjda [...] dixe o djtto Antonio lopez doljuença olhando pera a djtta Cruz, e abrijndo as mãos pera ella as pallaur segujntes? Valha o djabo aquelle *que* tamanho *que* se estendeo allj? (QUARTO..., f. 171v, grifo nosso)

Nesses dois casos, o sinal não é usado em perguntas: o primeiro é em uma resposta e o segundo, abrindo e fechando uma citação direta da frase proferida por Antônio Lopes d’Oliveira, que estava sendo denunciado ao Santo Ofício por suas palavras heréticas, talvez o uso da interrogação deva-se ao teor de suas palavras.

Ponto e vírgula

O ponto e vírgula foi também pouco encontrado, sendo usado em contextos em que poderia ser usado o ponto de seguimento ou os dois pontos. Em poucos casos o ponto e vírgula parece desempenhar a função que tem atualmente, como se vê no último dos exemplos que se seguem:

[...] filho da djtta branca diaz *que* andaua em lixboa sem braços et escreveu cõ ho pee era fugido pera gulfo; Denuncjou mais *que* ha muitos annos [...] (QUARTO..., f. 19r, grifo nosso)

[...] et ella então cõ agastamento *que* aReneg[a] rja de deus, ou *que* arenegaua de deus djzendo na forma segujnte; o aRen[e] go de deus, ou, o aRenegarej de deus e tomarej hũa corda e êforcarme [ej] [...] (QUARTO..., f. 12v, grifo nosso)

[...] então o djtto ljonis de
 pjna respondeo as pallauras segujntes; tambem eu djrej
 logo *que* tenha meu Juiz em gulfo [...] (QUARTO..., f. 220v, grifo nosso)

[...] e os prjmejros tres djas despois
que ella morreo esteue cõ outras suas Jrmãas e seu Jrmão na
 mesma camara onde a velha morreo sem della se sairem; e a
 sim ujo mais *que* nos ojto djas ou semana segujnte despois da
 morte da sua [ilegível] não comerão a djtta sua madrasta e suas Jrmãs [...]
 (QUARTO..., f. 57r, grifo nosso)

Sinais combinados

Há, nos livros da Inquisição, uma grande lista de ocorrências da combinação de 2 ou 3 sinais; nenhum deles, porém, foi usado grande número de vezes. Foram eles:

- Ponto e traço horizontal. Ex: “escrevj.~”(f.1v); “nouembro.~ E eu” (QUARTO..., f. 75v)
- Traço horizontal e ponto. Ex: “o escreuj~.” (QUARTO..., f. 12v)
- Ponto, traço horizontal e ponto. Ex: “de deus. –.” (QUARTO..., f. 12v)
- Ponto seguido de ponto. Ex: “75..” (QUARTO..., f. 75r)
- Vírgula e ponto. Ex: “Monjtorio,. E” (QUARTO..., f. 7r); “assim corrja tudo,. Denuncjou” (QUARTO..., f. 17r)
- Vírgula e dois pontos. Ex: “eanes, :” (QUARTO..., f. 60v)
- Duas vírgulas. Ex: “ma, , ou” (QUARTO..., f. 20v)
- Vírgula, dois pontos e traço horizontal. Ex: “Parayba, : – E das folhas 393” (QUARTO..., folha de índice-recto)
- Duas barras inclinadas. Ex: “desta ujlla// E denunciando” (QUARTO..., f. 68v)
- Barra inclinada, vírgula e barra inclinada. Ex: “aquj /,/” (QUARTO..., f. 60r)

Outros sinais e marcas empregados

Apareceram ainda alguns sinais nas fontes inquisitoriais, com função de marcar paragrafação e separação de palavras.

Caldeirão

O caldeirão foi usado na enumeração de itens, sobretudo marcando o início de parágrafos. Ele foi transcrito usando-se o sinal ¶, como se vê no exemplo a seguir:

Nas dictas Jgrejas e Capellas (cada hum na sua) e publicados os fixassem nas Portas Prjncipais dellas As quaes freguesias Sam as seguintes ¶ freguesia de Sam lourenço cuja anexa he a caPella de santiago no engenho de Camaragibj
 ¶ freguesia de Sancto AMaro cujas anexas são a capella de nossa *senhora* das candeas na fazenda de fernão soarez e a capella de nossa *senhora* da guia no engenho de Cosmo *rodriguiz* ¶ freguesia de Sancto Antonio no cabo de sancto Agos
 tinha cujas anexas são a caPella de são Joam no engenho de Esteuão aluo e a capella de nossa *senhora* da Nunciação no primeiro engenho de João Paez ¶ freguesia de Sam Miguel em pojuca alem do cabo (QUARTO..., f. 77r, grifo nosso)

Cruz

A cruz (com ou sem arco sobreposto) foi utilizada com a mesma finalidade, na folha de índice-recto dos livros analisados. Exemplo:

Figura 2 - Cruz



Fonte: *Quarto livro de denúncias [...]* (1593-1595, folha de índice-recto).

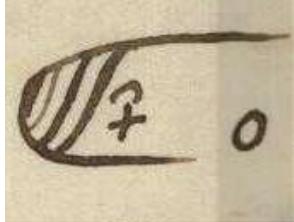
Figura 3 - Cruz com arco sobreposto



Fonte: *Quarto livro de denúncias [...]* (1593-1595, folha de índice-recto).

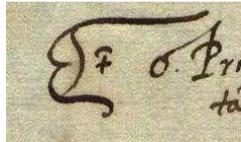
As duas formas da cruz foram transcritas, respectivamente, como uma cruz e como uma cruz com um arco sobreposto. Ocorreu ainda o caldeirão com a cruz com o arco em seu interior:

Figura 4 - Caldeirão com cruz (1)



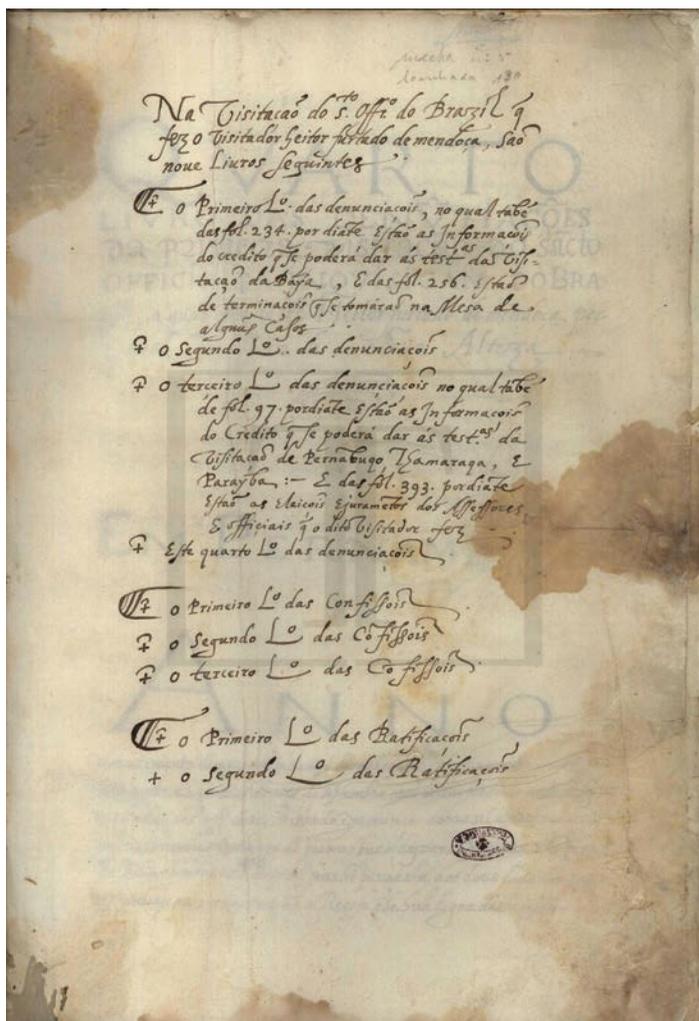
Fonte: *Quarto livro de denúncias [...]*
(1593-1595, folha de índice-recto).

Figura 5 - Caldeirão com cruz (2)



Terceiro livro das reconciliações [...]
(1594-1595, folha de índice-recto).

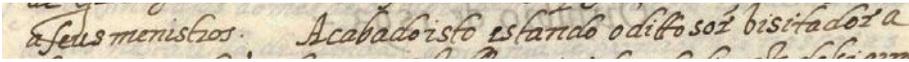
O sinal foi transcrito, nesses casos, como um caldeirão seguido de uma cruz com um arco sobreposto. Veja, a seguir, o exemplo da folha de índice-recto do *Quarto livro de denúncias* (1594-1595), em que apareceram a cruz, a cruz com o arco e o caldeirão com a cruz com o arco em seu interior. Observa-se, nesse exemplo, que foi feita uma gradação, sendo a cruz e a cruz com arco sobreposto empregadas para listar os itens, e o caldeirão é acrescido à cruz de forma a agrupar os conjuntos dos três tipos de livros produzidos pela Primeira Visitação da Inquisição ao Brasil: os livros de denúncias, os livros de confissões e os livros de ratificações.



Marcação de parágrafo através do espaçamento

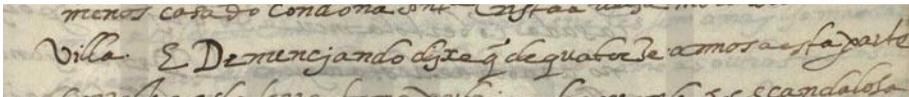
Ainda que tenham sido utilizados o caldeirão, a cruz e esses dois sinais combinados, o tipo de marcação de parágrafo largamente empregado nos manuscritos quinhentistas analisados é a simples separação de palavras com um espaço maior que o habitual, sem sinais gráficos. Nesses casos, o espaço foi reproduzido na transcrição realizada de duas maneiras: um espaço maior foi reproduzido com o espaçamento

correspondente a sete caracteres e um espaço menor foi reproduzido com um espaçamento correspondente a três caracteres:



Transcrição:

a Seus menistros. Acabado isto estando o ditto *senhor* visitador a (QUARTO..., f. 4v, grifo nosso)



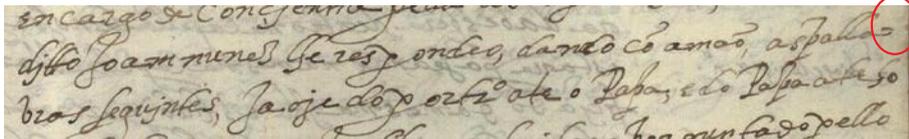
Transcrição:

villa E Denuncjando dixe *que* de quatorze annos a esta parte” (QUARTO..., f. 30r, grifo nosso)

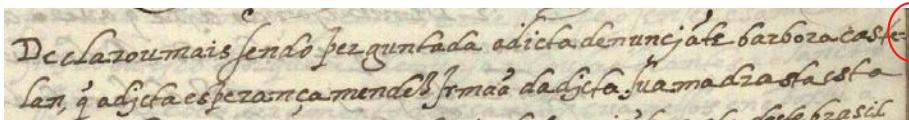
Sinais utilizados na separação de sílabas

A separação de palavra em sílabas, que ocorre em final de linha, foi marcada no manuscrito de diferentes formas:

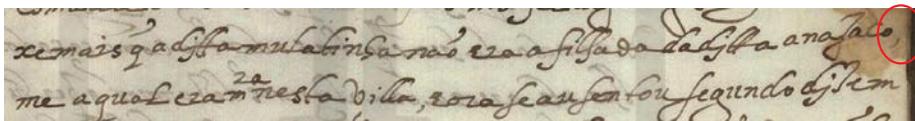
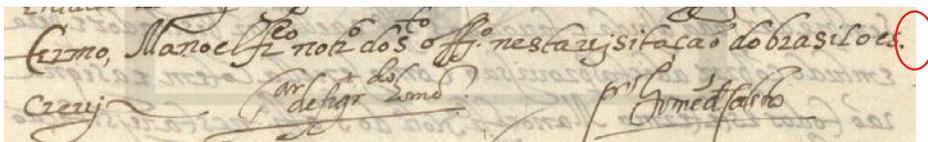
Com um traço horizontal pequeno, semelhante ao hífen:



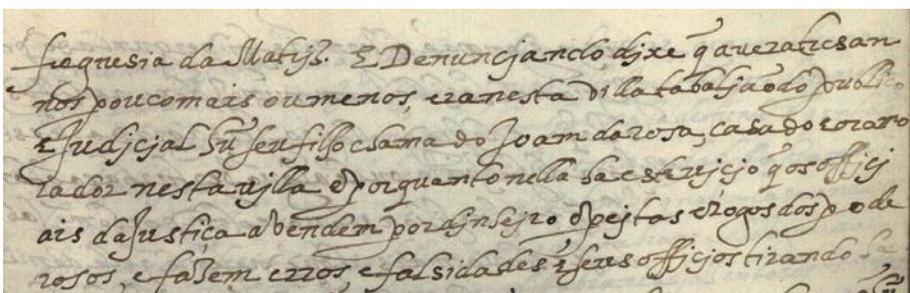
Com dois traços horizontais semelhantes ao símbolo matemático = (igual), que aparece com frequência nas notas laterais escritas pelo visitador (QUARTO..., f. 58r):



Também com sinais de pontuação, pouco usados com essa função – o ponto (QUARTO..., f. 3v) e a vírgula (QUARTO..., f. 15r):



O que ocorre, porém, com grande frequência, é a separação de palavras sem qualquer sinal, como se vê no fragmento a seguir (QUARTO..., f. 17r):



Considerações finais

Uma análise da escrita de redatores que demonstram um alto nível de letramento nos livros da primeira visita da Inquisição ao Brasil nos revela o emprego de sinais de pontuação semelhantes aos que temos em nossa ortografia atual. Aparecem a vírgula, o ponto e vírgula, o ponto final, o ponto de interrogação, as aspas e os dois pontos. Por outro lado, seu emprego por vezes foge àquele que vem sendo hoje utilizado, como é o caso do uso da vírgula e dos dois pontos no lugar no ponto, e de usos – ainda que raros – bem diferenciados do ponto de interrogação. Somam-se a esses outros sinais: a barra inclinada e os traços horizontais, utilizados sobretudo como uma opção para sinalizar o fim de frase; e o *scilicet*, usado em substituição aos dois pontos. Veem-se também sinais

combinados, os quais, embora pouco utilizados, diversificam consideravelmente a pontuação nos textos quinhentistas analisados. Aparecem ainda o caldeirão e a cruz em início de parágrafo e vê-se o uso do espaçamento entre palavras também para indicar a paragrafação. A par das diferenciações ortográficas com relação à ortografia atual, o que mais parece dificultar a leitura dos textos quinhentistas ao leitor do século XXI é a ausência de pontuação, sobretudo da vírgula, em contextos em que hoje seria utilizada.

Referências

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Portugal). Lisboa, 2005. Disponível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/>. Acesso em: 11 set. 2012.

QUARTO livro das denúncias da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, por especial comissão de Sua Alteza. [S. l.: s. n.], 1593-1595. Edição fac-similada. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2318686>. Acesso em: 30 maio 2011.

SARTORI, A. *Pela pena do Santo ofício: difusão social da escrita nas Capit nias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos*. 2016. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

TERCEIRO livro das reconciliações e confissões da primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição do Brasil, a qual fez o licenciado Heitor Furtado de Mendoca, por especial Comissão de Sua Alteza. [S. l.: s. n.], 1594-1595. Microfilme. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2318684>. Acesso em: 30 maio 2011.

Cartas marienses: edição filológica e análise das mãos que escrevem

*Patrícia Santos de Jesus Brito
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*

Para começar

A reconstrução da sócio-história linguística de uma língua tem como base empírica a documentação remanescente de sincronias passadas. É por meio dessa documentação que se pode chegar “a uma caracterização esquemática de um momento da história passada de uma língua” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 21) e, assim, reconstruir seu uso vivo, reconhecendo a impossibilidade de acessar a língua falada de tempos pretéritos.

Em relação à sócio-história do português brasileiro, a constituição de *corpora* histórico-diacrônicos, especialmente das normas socialmente estigmatizadas, tem sido a pedra angular no que diz respeito ao rastreamento do que teria sido esse português usado no passado. São os *corpora* constituídos que permitem “entrever ou entreouvir a voz através dos textos: tarefa difícil e apenas aproximativa, ouvir o inaudível”. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 20)

Oliveira (2009) destaca a importância de constituir *corpora* que apresentem uma escrita mais próxima do vernáculo, especialmente dos grupos sociais subalternos. Essa não é, todavia, uma tarefa fácil, haja vista que, ao longo do processo sócio-histórico de formação da sociedade brasileira, esses segmentos sociais ficaram à margem da cultura letrada, portanto textos por eles escritos são escassos, como observa Santiago (2012).

Oliveira (2009) explica ainda que, na busca por essas fontes, é comum encontrar alguns obstáculos, como os apontados por Petrucci (1999): a raridade, a dispersão arquivística e o mínimo quociente de durabilidade.

Para os estudos em Linguística Histórica, *corpora* que evidenciem uma escrita mais próxima da fala, de pessoas com pouco traquejo com as convenções de escrita são relevantes e necessários. O acervo *Cartas marienses*, editado por Brito (2020) e que integra o banco de dados do Projeto *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS) – do Núcleo de Estudo de Língua Portuguesa (Nelp) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) –, adequa-se a esse perfil, considerando que os remetentes são pessoas com pouca escolarização e que apresentam produtos gráficos com distanciamento das normas ortográficas e gramaticais.

No presente texto, apresentam-se, em primeiro lugar, as edições fac-similar, semidiplomática e modernizada do acervo citado, para depois trazer a análise das mãos que escrevem, segundo método de Santiago (2019).

Cartas de Marias e Josés

Segundo Barbosa (2008, p. 183), “é preciso descobrir fontes escritas mais transparentes com índices que reflitam um pouco melhor certos traços de oralidade, seja pela inabilidade/desconhecimento por parte de seus redatores [...] seja pela relação simétrica de poder entre os remetentes”.

Anos antes, Mattos e Silva (2002, p. 461) já havia proposto que, em relação ao Português Brasileiro (PB) popular, os estudiosos deveriam

“pesquisar no espaço brasileiro as variedades conviventes hoje, sobretudo as dos não-escolarizados das diversificadas áreas rurais do Brasil”.

A documentação epistolar pessoal que apresentamos nesta oportunidade vem colaborar com essa agenda de estudo do PB popular. Trata-se de 69 cartas, 17 cartões e cinco bilhetes, escritos entre 1935 e 1995 e localizados na região rural de Coração de Maria, interior baiano; os remetentes são 14 homens e 15 mulheres.

Essas Marias e esses Josés tiveram pouco acesso à educação formal,¹ a maioria possuía/possui apenas o nível primário de escolaridade; são representantes da classe social baixa; donas de casa e trabalhadores rurais que subsistiam/subsistem de pequenas lavouras e da criação de pequenos animais.

De caráter afetivo, essa documentação é, de acordo com classificação de Barbosa (1999),² de circulação privada. Segundo o referido autor, em se tratando de textos escritos em sincronias passadas, essa tipologia textual é o desejo de consumo de todo investigador em Linguística Histórica, pois “[...] é o que mais se aproxima de uma escrita cotidiana, aquela que tem maior chance de alcançar o limite possível de transparência na escrita de dados da oralidade, ocorrências de formas novas em difusão na sociedade”. (BARBOSA, 1999, p. 147)

Essas correspondências foram enviadas em uma relação de simetria para com os destinatários (havendo intimidade entre as partes, familiares, amigos, amores), com a finalidade de fazer pedidos, dar e receber notícias familiares, expressar saudades, falar do cotidiano, fazer votos de felicidades e boas festas, entre outros.

1 Entende-se por educação formal o ensino normatizado oferecido por meio do processo de escolarização regular. Por outro lado, considera-se educação não formal o processo de ensino no qual os sujeitos aprendem em ambientes extraescolares.

2 Barbosa (1999) classifica os documentos do período colonial em três macrocategorias, a saber: documentos da administração pública, privada e particular. Os documentos de circulação oficial incluem os documentos da administração pública, e os documentos de circulação privada incluem os documentos da administração privada e os particulares.

Das edições: uma aliança produtiva

Segundo Cambraia (2005, p. 18), o labor filológico surgiu no período alexandrino, quando os primeiros filólogos iniciaram o trabalho de Crítica Textual. Contemporaneamente, “emprega-se o termo filologia para designar *o estudo global de um texto*, ou seja, a exploração exaustiva e conjunta dos mais variados aspectos de um texto: linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico etc.”.

No final do século XX e início do século XXI, a Filologia inaugurou uma nova era graças às recentes invenções tecnológicas. Observa-se, nesse período, o entrelaçar entre o campo filológico e o campo tecnológico, unindo a milenar prática de edição de textos às novas práticas contemporâneas de edição no meio digital. Segundo Paixão de Souza (2013, p. 113), “veremos multiplicarem-se iniciativas de construção de repositórios e ferramentas para a edição filológica, e surgir um grande número de periódicos dedicados ao tema das edições eletrônicas”.

Essa nova perspectiva nos estudos filológicos fez surgir um novo campo que os pesquisadores têm denominado de Digital Philology ou, para alguns, e-Philology (CRANE et al., 2008; FIORMONTE, 2013), isto é, o labor filológico desenvolvido no meio digital a partir do uso de ferramentas computacionais.

Paixão de Souza (2013, p. 114) explica que, nesse campo de atuação, os projetos buscam desenvolver “tecnologias computacionais de última geração aplicadas ao trabalho filológico, às disciplinas afins tradicionais da filologia, e à elaboração dos instrumentos tradicionais da investigação crítica”.

No Brasil, o sistema de edição filológica em versão eXtensible Markup Language (XML) é utilizado por diversos projetos de pesquisas, sobretudo para a edição de textos manuscritos. Dentre os projetos, destaca-se o *Corpus Tycho Brahe*, projeto pioneiro da linguística de *corpus* brasileira, sediado desde 1998 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o qual o CE-DOHS, pioneiro do Nordeste, estabelece uma importante e produtiva parceria.

Como afirmam Gonçalves e Banza (2013, p. 4), “do feliz conglomeramento entre as mais recentes tecnologias e a antiga Filologia, surgiu um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização

e análise de textos antigos”. Nesse novo universo, é possível disponibilizar, na rede mundial de computadores, diferentes versões ao mesmo tempo.

Nos itens a seguir, apresentam-se as edições semidiplomática e modernizada, desenvolvidas no âmbito do CE-DOHS, que ilustram a aliança entre a antiga e a nova Filologia na era das Humanidades Digitais.

A edição semidiplomática

Após a etapa de localização e transferência dos manuscritos para o meio digital por meio da edição fac-similar – que se configura, segundo Cambraia (2005), na reprodução da imagem por fotografias, xerografias, escanerização etc., nas quais devem ser respeitadas as condições adequadas e técnicas específicas –, os manuscritos são transcritos, conforme critérios filológicos bem definidos.

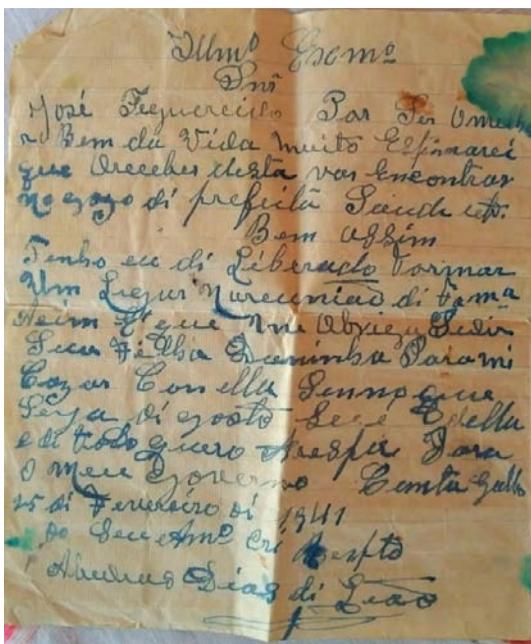
Como adverte Mattos e Silva (2008), para estudos histórico-diacrônicos, não deve ser utilizado qualquer tipo de edição, mas a transcrição deve ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir aos estudos linguísticos. A edição semidiplomática é a mais adequada para o tratamento dos manuscritos quando se tem por objetivo o estudo histórico-diacrônico, porquanto, segundo Queiroz (2015, p. 16), “é o tipo de edição que procura deixar o texto o mais fiel possível, [...] as interferências são previamente estabelecidas, as quais permitem que as características linguísticas e ortográficas sejam mantidas”.

No CE-DOHS, as edições semidiplomáticas são desenvolvidas com base nas normas de transcrição de textos manuscritos do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).³ Faz-se também um perfil biográfico do redator, no qual são catalogadas informações sobre: nome conforme o documento (a carta), nome de registro, filiação, sexo, data de nascimento, idade quando da escrita do documento, naturalidade, nacionalidade, estado civil, escolaridade e atividades profissionais desempenhadas.

3 Conferir as normas de transcrição do PHPB no site: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>

Na Figura 1, apresentam-se o fac-símile e a edição semidiplomática de uma das cartas do acervo *Cartas marienses*, segundo a metodologia aplicada no CE-DOHS:

Figura 1 - Edição semidiplomática com fac-símile



Carta 52

AJF. Documento contendo um fôlio. Escrito com tinta azul, em papel almaço, com pautas. O fôlio apresenta uma mancha no lado superior esquerdo, além de outras manchas menores, aparentemente provocadas por algum tipo de substância líquida. Há também marcas de dobras.

Ilustríssimo Excelentíssimo |
Senhor |

José Feguereido Por Ser O Melho-|r
Bem da Vida muito Estimarei| que
Oreceber desta vos Encontar| no gozo
di prefeta Saude [.]|⁴.

Bem assim |
Tenho eu di Liberado Formar |Um
Lugar n areuniao di Forma | Acim E que
me Obriga Pedir | Sua Filha Duninha
Para mi |Cazar Con ella Penso que |
Seja di gosto seu é D della | e di todo
quero Arespa⁵ Para | o meu Governo|
Canta Gallo|

25 di fevereiro di 1941 |
Do seu amigo cri Respto|⁶
Abelias Dias di Leão|⁷

Fonte: CE-DOHS ([2020]).⁸

4 Ilegível.

5 “Arespa” por “A resposta”.

6 Rasurado.

7 No verso desta carta há outra carta que foi escrita no ano de 1954. Ela é a carta de número 54 na sequência desta edição.

8 Ver em: www.uefs.br/cedohs/.

A edição modernizada

A partir da edição semidiplomática, realiza-se a edição digital, modernizada, em linguagem XML, com uso da ferramenta e-Dictor (2013). A ferramenta computacional, desenvolvida por Paixão de Souza, Kepler e Faria (2007) e aperfeiçoada por Paixão de Souza, Kepler e Faria (2013), é um editor de textos, especialmente voltado para o trabalho filológico, que permite a geração automática de diferentes versões de edições diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas, em versão HyperText Markup Language (HTML), e de versões que possibilitam a anotação morfossintática em texto simples e também em XML.

A característica principal da edição modernizada é padronizar a ortografia de acordo com as normas gramaticais da língua, como a grafia, a acentuação, a pontuação, ao passo que preserva os aspectos morfossintáticos.

Paixão de Souza (2013, p. 120) afirma que “[...] no contexto de uma edição digital, o trabalho de edição e o produto da edição desvinculam-se, uma vez que um mesmo texto pode conter anotações referentes a diversas etapas do trabalho de edição, reprodutíveis em diferentes camadas como produto final”.

Nenhuma informação do texto original, entretanto, perde-se nesse processo: todas as informações permanecem disponíveis para estudos futuros e novas formas de apresentação.

As *Cartas marienses* (1935-1995) foram editadas em uma versão modernizada, com uso do e-Dictor (2013) e estão disponíveis no endereço eletrônico.⁹ Nas Figuras 2, 3 e 4, a seguir, apresentam-se, respectivamente, a edição semidiplomática, a edição modernizada e os itens modernizados da carta 52 do acervo:

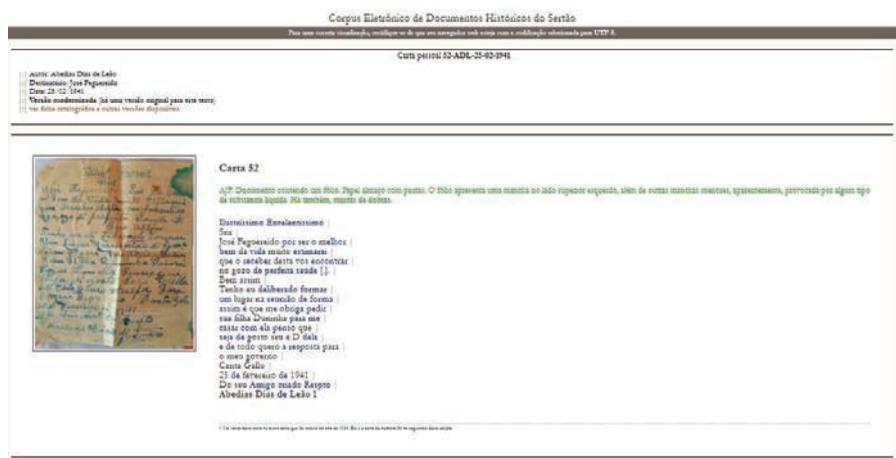
9 A documentação foi editada em versão modernizada por Priscilla Tuy, pesquisadora do CE-DOHS. Ver em: <http://www.uefs.br/cedohs/cartasmarienses/>

Figura 2 - Edição semidiplomática



Fonte: CE-DOHS ([2020]).¹⁰

Figura 3 - Edição modernizada final



Fonte: CE-DOHS ([2020]).

10 Ver em: www.uefs.br/cedohs/.

Observa-se que, em alguns *corpora* histórico-diacrônicos, tem-se evidenciado uma relação entre a escrita de redatores inábeis e as marcas características da oralidade. Para Barbosa (2017), é uma tentadora ilusão supor uma sintaxe próxima da fala, simplesmente por encontrar marcas de oralidade na escrita de um inábil.

Outra ressalva do pesquisador, que precisa ser analisada com cautela pelos usuários de *corpora* linguísticos, diz respeito à identificação de um inábil, apenas e necessariamente, pela constatação de marcas físico-caligráficas decorrentes da dificuldade motora de execução, como traçado inseguro, módulo grande e outras marcas comumente identificadas.

A proposta de Santiago (2019): uma síntese

Santiago (2019) propõe um método de reconhecimento de aspectos referentes à inabilidade em escrita alfabética, com base em estudos precedentes,¹¹ buscando estabelecer parâmetros para o tratamento de *corpora* diacrônicos.

Segundo Marquilhas (2000), os produtos gráficos dos redatores inábeis podem ser identificados a partir de sua aparência física, através das características caligráficas e das particularidades do suporte, porém a autora explica que não são raros os casos em que a aparência física do texto não corresponde ao seu nível ortográfico.

Barbosa (2017) também evidencia que nem sempre os aspectos físicos são suficientes para identificar traços de inabilidade na escrita, pois há textos com boa aparência, mas que são de mãos inábeis. Buscando superar suposições errôneas, Barbosa (2017, p. 22-28, grifo do autor) propõe a caracterização a partir de nove dimensões independentes e sobrepostas, mostrando como se dá a interdependência entre elas, a saber:

1. da *escriptualidade* – os grafismos;
2. da escrita fonética – índices grafonéticos;
3. da pontuação;
4. da repetição de vocábulos;

11 Barbosa (1999), Marquilhas (2000), Oliveira (2006) e Barbosa (2017).

5. da dificuldade de riqueza na variação e precisão no léxico;
6. dos aspectos sintáticos;
7. das tendências discursivas;
8. da habilidade motora – níveis supragráfico e paleográfico; e
9. da segmentação gráfica – hipersegmentação e hiposegmentação

As marcas específicas de cada dimensão podem ser identificadas em maior ou menor grau, a depender do redator. Por isso, Barbosa (2017) propõe o cruzamento de marcas encontradas nas diferentes dimensões, com o objetivo de estabelecer uma gradiência. A partir da metodologia empregada pelo autor, Santiago (2019, p. 40-41) elenca as seguintes etapas, para caracterização do perfil dos redatores:

- i. estabelecer contrastes aos modelos textuais mais próximos ao padrão culto da época, às tradições escritas de um dado período. Para os *corpora* que foram produzidos em época de maior normatização gráfica e gramatical, como os do século XX, o afastamento às convenções do padrão gráfico é identificado de forma mais direta;
- ii. identificar os processos de difusão da escrita, as práticas letradas de uma época específica;
- iii. identificar marcas de inabilidade no plano da escriptualidade: principalmente a grafia irregular de sílabas complexas: deslocamentos e omissões de /r/ em posição de ataque ramificado e em posição de coda, e os casos com o /l/ e o /s/; acréscimos de /r/, /l/ e /s/ em posição de coda, e acréscimo de /r/ em posição de ataque ramificado. Também podem ser localizadas a representação irregular da nasalidade e a grafia irregular de dígrafos;
- iv. identificar marcas de inabilidade no plano da escrita fonética;
- v. identificar marcas de inabilidade em outros planos/dimensões: da pontuação, da repetição de vocábulos, da habilidade motora e da segmentação gráfica;
- vi. estabelecer cruzamento entre os aspectos de escriptualidade e as marcas de escrita fonética, assim como com outros aspectos identificados;
- vii. observar se aos índices de inabilidade na grafia ocasionalmente correspondem aspectos de inabilidade na dimensão morfossintática;
- viii. definir, a partir das propriedades identificadas, o ponto, no contínuo de inabilidade, em que o redator pode ser situado.

Levando-se em conta uma gradiência de inabilidade, a autora sugere a caracterização dos redatores a partir da verificação da coocorrência de dimensões e a incidência de marcas que podem ser em grau maior ou menor em um dos planos, com a finalidade de identificar em que ponto específico do contínuo as mãos que escrevem estão situadas:

no ponto da inabilidade máxima; no da inabilidade parcial; ou no da inabilidade mínima.

No contínuo da inabilidade máxima, de acordo com a autora, estão os redatores que apresentam em seus textos maior quantidade de marcas na dimensão da escriptualidade. No contínuo da inabilidade parcial, encontram-se os redatores cujos textos apresentam menor presença de marcas na dimensão da escriptualidade, em coocorrência com a escrita fonética. E, no contínuo da inabilidade mínima, estão os redatores que não apresentam marcas de escriptualidade, mas que apresentam dados de escrita fonética, mais presença de outra dimensão qualquer. A seguir, a descrição dos aspectos de inabilidade utilizados na proposta de Santiago (2019, p. 43, grifo do autor):

Da escriptualidade:

grafia de sílabas complexas (deslocamentos e omissões de /r/, /l/ e /s/);
hipercorreções (acréscimos de <r>, <l> e <s> em posição de coda e acréscimos de <r> em posição de ataque ramificado);

representação da nasalidade (representação exagerada e ausência da representação);

representação de dígrafos;

da escrita fonética: *índices grafonéticos*;

da pontuação (ausência de sinais de pontuação, baixo uso e/ou uso não convencional);

da repetição de vocábulos;

da habilidade motora:

ausência de *cursus*;

uso de módulo grande;

ausência de regramento ideal;

traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto;

irregularidade da empaginação;

letras monolíticas;

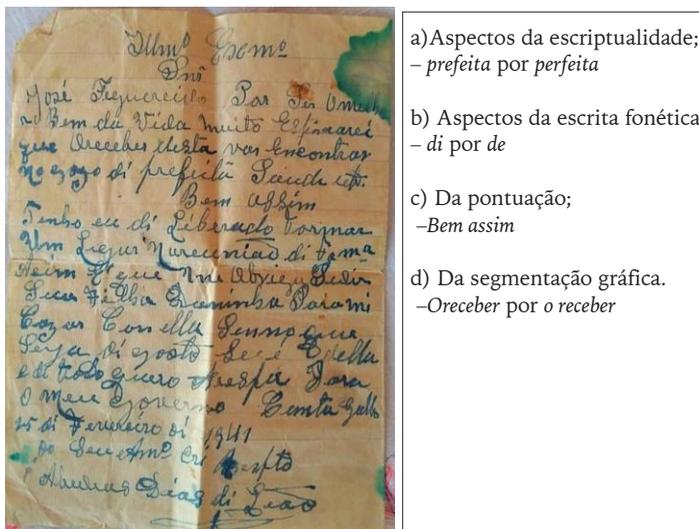
da segmentação gráfica: hipersegmentação e hipossegmentação.

No item a seguir, faz-se uma análise, em duas das dimensões propostas por Santiago (2019), a saber: da escriptualidade e da escrita fonética.

Sem passar a limpo: evidências de marcas de inabilidade em escrita alfabética

A identificação de marcas de inabilidade em escrita alfabética em vários planos, observada nos textos que compõem o acervo *Cartas marienses* (1935-1995), traz indícios de que os redatores não tinham pleno domínio das habilidades de escrita. Essa habilidade na execução gráfica se adquire por meio da escola, no processo de ensino formal. A pouca familiaridade com o código escrito leva à conclusão de que os redatores não adquiriram, de forma adequada, as normas ortográficas e gramaticais difundidas pela escolarização. A Figura 5 apresenta uma das cartas do acervo, que traz evidências de marcas de inabilidade em escrita alfabética, em dimensões e planos distintos.

Figura 5 - Documento com evidentes marcas de inabilidade



Fonte: CE-DOHS ([2020]).

Muitas marcas presentes nos textos, como uso de módulo grande, traçado inseguro, ausência de regramento ideal, ausência de *cursus*, falta de leveza do conjunto, irregularidades de empaginação, rigidez e letras monolíticas, por si só, não caracterizam a inabilidade das mãos que escrevem.

Da escriptualidade

Segundo Barbosa (2017, p. 24, grifo do autor), a escriptualidade é o que melhor caracteriza a mão inábil, recorrente em diferentes *corpora*, de diferentes períodos e espaços. Para a identificação de marcas de inabilidade nessa dimensão, o autor ressalta a importância de “observar inseguranças [do redator] em assumir sistematicamente *grafismos* ou grafar sílabas complexas com /r/ ou /l/”.

Segundo Oliveira (2006), as grafias irregulares em contextos de sílabas complexas com segmentos líquidos, como o /r/, parecem ser traço atemporal. Essas grafias irregulares foram encontradas em: atas escritas por africanos e afrodescendentes do século XIX (OLIVEIRA, 2006); cartas de comércio do século XVIII (BARBOSA, 1999); nos textos da Inquisição Portuguesa do século XVII (MARQUILHAS, 2000); cartas de inábeis do sertão baiano do século XX. (SANTIAGO, 2019) Nas *Cartas marienses*, foram encontrados os seguintes dados:

- a. Grafias de sílabas complexas
 - i. Grafias com /r/ em ataque ramificado (deslocamento e omissões): *encontaramos* por *encontramos* (MNM1-79); *pubeminha* por *probleminha* (E-89)
 - ii. Grafias com o /r/ em posição de coda (deslocamento e omissões): *prefeita* por *perfeita* (ADL-52); *pefeita* por *perfeita* (AOS-60)
 - iii. Grafias com o /l/ (omissões): *Vademira* por *Valdemira* (RNM-76)
 - iv. Grafias com o /s/ (omissões): *ilutre* por *ilustre* (ISL-62)

- b. Hipercorreção
 - i. Acréscimo de /l/ em ataque ramificado: *tiplo* por *tipo* (MJPS-18)
 - ii. Acréscimo de /r/ em posição de coda: *cerar* por *será* (ISL-62)
 - iii. Acréscimo de /l/ em posição de coda: *preuculpada* por *preocupada* (ISL-62)
 - iv. Acréscimo de /s/ em posição de coda: *diszer* por *dizer* (MJPS-21)

- c. Representação da nasalidade
 - i. Representação da nasalidade exagerada /n/ ~ /mm/ ~ /nn/: *emmendando* por *emendando* (MNPS-12)
 - ii. Ausência de representação da nasalidade /Ø/ ~ /m/ ~ /n/: *importacia* por *importância* (MJPS-38)
- d. Representação de dígrafos
 - i. /s/ ~ /ss/: *posível* por *possível* (ISL-62)
 - ii. /ç/ ~ /ss/: *preça* por *pressa* (JMO-56)
 - iii. /r/ ~ /rr/: *aranjei* por *arranjei* (EMO-58)
 - iv. /l/ ~ /lh/: *li* por *lhe* (ZNMA-67)
 - v. /Ø/ ~ /nh/: *Madria* por *Madrinha* (RNM-76)
 - vi. /x/ ~ /ch/: *xeio* por *cheio* (RNM-76)
 - vii. /sc/ ~ /ch/: *cusilo* por *cochilo* (MNPS-12)

Da escrita fonética

Em termos práticos, a escrita fonética é a representação gráfica de sons vocálicos e consonantais que “[...] busca formas de imitar a pronúncia e tende a se afastar das convenções ortográficas”. (BARBOSA, 2017, p. 25) Segundo Barbosa (2017), em se tratando do processo de aquisição de escrita, essa dimensão de inabilidade apresenta as mesmas características em qualquer período temporal, sendo possível, no entanto, ser encontrada de forma diversa, em razão das diferentes convenções ortográficas e gramaticais de cada época.

Barbosa (2017) acrescenta ainda que, no século XX, quando a ortografia brasileira assume um caráter mais homogeneizante, o mapeamento da gradiência de habilidades e inabilidades de conhecimento do padrão gráfico se estabelece de forma mais direta.

Santiago (2019, p. 110) explica que, para a análise de textos que apresentem índices grafofonéticos distantes do padrão escrito, “[...] é preciso considerar a variação gráfica normal ao período”.

Nas *Cartas marienses*, foram observadas marcas nos seguintes aspectos:

- i. Elevação das vogais médias em monossílabos: *di* por *de* (ADL-52)
- ii. Elevação de vogais médias postônicas: *saudi* por *saúde* (EMO-58)
- iii. Elevação de vogais médias pretônicas: *istudo* por *estudo* (JCRB-85)
- iv. Abaixamento das vogais altas: *logar* por *lugar* (MJPS-37)
- v. Posteriorização de vogais: *manopaze* por *menopausa* (HÁ-83)
- vi. Síncope: *analfetos* por *analfabetos* (MJPS-47)
- vii. Apócope: *luga* por *lugar* (E-89)
- viii. Prótese: *asentada* por *sentada* (MNPS-12)
- ix. Aférese: *tenção* por *intenção* (AMO-63)
- x. Metátese: *prefeita* por *perfeita* (ADL-52)
- xi. Ditongação: *dezeija* por *deseja* (ZNMA-67)
- xii. Redução de ditongos: *pasiença* por *paciência* (MNM-71)
- xiii. Nasalização: *indo* por *ido* (MJPS-21)
- xiv. Rotacismo: *descrupe* por *desculpe* (JMO-56)
- xv. Epêntese: *obiter* por *obter* (EMO-58)

Aplicando a metodologia de Santiago (2019)

Santiago (2019) propõe a caracterização dos redatores considerando uma gradiência de inabilidade, a partir da verificação da coocorrência de dimensões e a recorrência de marcas que podem ser maiores ou menores em cada plano específico.

Nas *Cartas marienses* (1935-1995), foi encontrado um total de 76 ocorrências de escriptualidade, presentes em 32 cartas, escritas por 17 redatores. Em relação à escrita fonética, foram encontradas 260 ocorrências, em 61 cartas, escritas por 22 redatores.

A quantidade significativa de aspectos referentes à dimensão da escriptualidade e da escrita fonética, em coocorrência, é o que mais caracteriza as mãos inábeis. A partir do cruzamento dos dados dos escreventes do *corpus* em estudo, nas referidas dimensões, seguindo proposta de Santiago (2019), pode-se distribuir os redatores nos seguintes contínuos de habilidade/inabilidade em escrita alfabética, como se observa no Quadro 1:

Quadro 1 - Distribuição de dados de escriptualidade e da escrita fonética

Dimensões de inabilidade					
	Redatores	<i>Esriptualidade</i>	Escrita fonética	nº de cartas	nº de palavras
Inabilidade parcial	MJPS	8	74	29	82
	MNM1	8	12	4	21
	MZNM	8	10	5	16
	DNM	7	3	2	9
	ISL	9	27	1	36
	JCRB	6	5	2	10
	EMO	6	28	1	32
	MNPS	4	14	1	15
	RNM	4	1	1	5
	E	4	9	1	13
	HÁ	2	9	1	9
	ADL	1	10	1	10
	JMO	1	10	1	10
	AOS	1	4	1	4
	MNM2	9	3	1	3
	FP	1	2	1	1
Inabilidade mínima	MSJ	-	6	1	6
	AMO	-	5	4	5
	JFM	-	5	1	5
	MEPS	-	3	1	3
	M	-	2	1	2
	JPS	-	2	2	2
Hábéis	MEP	-	-	-	-
	Z	-	-	-	-
	MPL	-	-	-	-
	AJNM	-	-	-	-
	ECS	-	-	-	-
	ZSB	-	-	-	-
	N	-	-	-	-
Total	29	76	259	76	300

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do modelo de Santiago (2019).

A partir do cruzamento dos dados de escriptualidade e de índices grafofonéticos, é possível estabelecer que não há um padrão de inabilidade em escrita alfabética. Os redatores podem ser caracterizados em um grau maior ou menor de inabilidade, sendo possível distribuí-los da seguinte forma: no contínuo da habilidade, os redatores que não apresentaram dados de inabilidade em nenhuma das dimensões analisadas; no contínuo da habilidade mínima, os redatores que apresentaram dados de inabilidade na dimensão da escrita fonética; e no contínuo da inabilidade parcial, os redatores que apresentaram dados de inabilidade nas duas dimensões analisadas.

Para terminar

Para a compreensão e interpretação efetivas e globalizantes do PB, como afirma Mattos e Silva (2004, p. 38), “muitas histórias devem ser reconstruídas” e o caminho que se faz evidente é o de investigar fontes históricas de várias naturezas.

A edição das *Cartas marienses* fica disponível, em diferentes versões, no site do Projeto CE-DOHS, para consulta pelos interessados. Tal material se soma a outros do referido banco – Correspondências Amigas e Cartas em Sisal –, representativos das normas socialmente estigmatizadas do PB.

A análise das mãos que escrevem as *Cartas marienses* (1935-1995), aqui apresentada, é a primeira, no âmbito do CE-DOHS, a seguir o método de Santiago (2019), trazendo dados que colaboram para a discussão sobre a penetração e difusão da escrita no interior da Bahia.

Referências

BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 181- 211. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_Historia_social_da_lingua_nacional.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

BARBOSA, A. G. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 19-43, 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51997/32039>. Acesso em: 22 maio 2018.

BARBOSA, A. G. *Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BLANCHE-BENVENISTE, C. Lesunités: langue écrite, langue orale. In: PONTECORVO, C.; BLANCHE-BENVENISTE, C. (ed.). *Proceedings of the workshop on Orality versus Literacy: concepts, methods and data*. Siena, Italy, 24-26 September 1992. Estrasburgo: Science European Foundation, 1993. p. 133-194.

BRITO, P. S. J. *Cartas Marienses (séc. XX): edição semidiplomática e fac-similar e estudo da concordância nominal*. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARTAS MARIENSES. *Coração de Maria: [s. n.]*, 1935-1995. Coleção documental composta da edição fac-similar e semidiplomática de 89 manuscritos. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/cartasmarienses/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CRANE, G.; BAMMAN, D.; BABEU, A. *et al.* ePhilology: when the books talk to their readers. In: SIEMENS, R.; SCHREIBMAN, S. *Blackwell Companion to Digital Literary Studies?*. Oxford: Blackwell, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.digitalhumanities.org/companionDLS/>. Acesso em: 18 maio 2020.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. Fontes de metalinguísticas para a história do português clássico. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 3-9.

LOSE, A. D. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam?. *Revista da ABRALIN*, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 71-86,

2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/463>. Acesso em: 15 jul. 2020.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história Sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-132, 2001.

MARQUILHAS, R. *A faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas: FFLCH, 2002. v. 1, p. 443-464.

OLIVEIRA, K. Ajuntamento de fontes para a história do português popular brasileiro: amores, desamores e outras espécies de dores. In: OLIVEIRA, K.; SOUZA, H. F. C.; GOMES, L. (org.). *Novos tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: Edufba, 2009. p. 175-195.

OLIVEIRA, K. *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. 2006. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N. E-Dictor: uma ferramenta integrada para a anotação de edição e classe de palavras. In: ENCONTRO DE LINGÜÍSTICA DE CORPUS, 6., 2007, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2007. p. 1-6. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/psousa/edictor/presentation/edictor_2007.html. Acesso em: 26 abr. 2020.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FÁRIA, P. P. F. *e-Dictor*. Versão 1.0 beta 10. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <http://edictor.net/download/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PAIXÃO DE SOUZA, M. C. A filologia Digital em Língua Portuguesa: alguns caminhos. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. *Patrimônio Textual*

e *Humanidades Digitais*: da antiga à nova filologia. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 113-138.

PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, A. Scrittura, alfabetismo ed educazione grafica nella Roma del primo cinquecento: da un libretto di contadi Maddalena Pizzicarola in Trastevere. *Scritturae Civiltá*, Roma, n. 3, p. 163-207, 1978.

QUEIROZ, R. C. R. Filologia e lexicologia: a edição e o estudo do vocabulário de autos de defloração. *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, Catalão, v. 16, n. 2, p. 15-28, 2015.

SANTIAGO, H. S. *A escrita por “mãos inábeis”*: uma proposta de caracterização. 2019. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTIAGO, H. S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. *CORPUS CEDOHS*: Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão. Feira de Santana: [19--]. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>. Acesso em: 26 abr. 2020.

O sertão por escrito no *Livro de razão*: um microcosmo da difusão social da escrita na Bahia rural oitocentista

Adilson Silva de Jesus
Emília Helena Portella Monteiro de Souza
Zenaide Oliveira Novais Carneiro

Introdução

*Pelas mãos se faz a escrita. Pela escrita se representa o mundo.
E uma parte desse mundo está, de certa maneira, muito bem
representada nos milhares de documentos [...].*
(DUARTE, 2007, p. 28)

A epígrafe que inaugura este capítulo destaca a importância dos textos escritos como fontes documentais capazes de revelar aspectos das vivências de diferentes épocas, ou seja, documentos históricos forjados no cotidiano, portanto matéria-prima para a reconstituição de vestígios das experiências históricas “[...] vividas em latitudes e em fatias de duração de tempo diversas”. (LOPES et al., 2017, p. 103)

Diante desse contexto, olhar para o texto como fonte documental não pode ser mais uma prática monolítica, alheia aos aspectos contextuais

e sociais. Pelo contrário, tal exercício passou a exigir do pesquisador métodos e abordagens diversificadas, valorizando a ampliação dos objetos históricos e de novos campos de pesquisa. Para Karnal e Tatsch (2014, p. 15), essa mudança de perspectiva cumpriu o desejo de Bloch que almejava “[...] dar o estatuto de ‘documento histórico’ a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana”. Como caixa de ressonância das ações humanas, a escrita funciona como meio para estudos diversificados que visam identificar suas práticas, usos e funções ao longo do tempo, além de estudar as representações de grupos e comunidades por meio de seus registros.

Partindo desse pressuposto e tomando como base o arcabouço da Filologia (SPINA, 1977; TELLES, 2016) e da História Social da Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003; PETRUCCI, 1999), o presente capítulo tem como objetivo apresentar, por meio da análise da edição semidiplomática do *Livro de razão* – manuscrito produzido na Bahia entre 1794 e 1838, por três pessoas da família Pinheiro Canguçu (Antônio Pinheiro Pinto, Inocência José Pinheiro e Miguel Joaquim de Castro Mirante) –, a difusão social da escrita na Fazenda Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, considerando, para tanto, os registros de Antônio Pinheiro Pinto, conhecido como o segundo senhor do Campo Seco.

O estabelecimento do texto

Cambraia (2012, p. 299) ensina que “editar um texto significa estabelecer ou fixar uma forma específica de divulgá-lo”, isto é, escolher a melhor forma de tornar um texto acessível a um determinado público. Para tanto, explica Telles (2016) ser necessário determinar critérios de acordo com o objetivo e o público-alvo do texto. Se a edição de um determinado testemunho tiver fins linguísticos, por exemplo, o pesquisador precisará de uma sólida preparação para interpretar os fatos da língua da época.

Na busca por reconstituir textos de diferentes épocas, mesmo amparado por uma infraestrutura filológica criteriosa, vale lembrar que “os editores, na prática de seu trabalho, não alcançam o ‘verdadeiro

texto', mas sim aquele que dele mais se aproxima". (SANTOS, 2006, p. 38) O caminho para se aproximar da forma fidedigna do texto, conforme Spina (1977, p. 77), constitui-se das funções substantiva, adjetiva e transcendente, definidas a seguir:

1ª Função substantiva, em que ela se concentra no texto para explicá-lo e restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para publicação; 2ª Função adjetiva, em que ela deduz do texto aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização); 3ª Função transcendente, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica, para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstruir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em uma determinada época.

A explicação de Spina (1977) evidencia um caminho metodológico para a prática de edições. É preciso se ater a um conjunto de informações acerca do texto que se pretende estabelecer. A função substantiva consiste na contextualização da história do texto, no estabelecimento de critérios e no ato da própria edição, a fim de torná-lo acessível para o objetivo estabelecido. A função adjetiva proposta por Spina (1977) dialoga com a orientação de Lobo (2009, p. 312, grifo do autor), ao afirmar que "A edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado não pode estar circunscrita aos limites da crítica textual *stricto sensu*". Para a referida autora, o linguista-filólogo deve reconstruir a estrutura social da comunidade de fala e a identificação da posição social dos que escreveram no passado.

Em relação à função transcendente, estágio em que o texto já estabelecido é caracterizado em seus aspectos formal, social e autoral, trata-se do momento em que o pesquisador instrumentaliza as informações colhidas, associadas ao contexto sócio-histórico, para se aproximar da sociedade, do grupo social ou da comunidade em estudo, a fim de traçar um perfil da época através dos aspectos revelados e silenciados no escrito.

As edições do *Livro de razão*

Há dois grandes tipos de edição: as edições monotestemunhais (baseadas apenas em um testemunho de um texto) e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois ou mais testemunhos do mesmo texto), de acordo com Cambraia (2012). As edições monotestemunhais podem ser de quatro tipos: fac-similar, diplomática, paleográfica (também conhecida como semidiplomática) e interpretativa. (CAMBRAIA, 2012) Cada modelo de edição atende a objetivos específicos preestabelecidos. Para o *Livro de razão*, foram escolhidas as edições fac-similar e semidiplomática, pois a reprodução lado a lado do mesmo testemunho dá ao leitor a chance de confrontar as versões, além de fornecer uma maior noção de como é o documento em sua forma física original.

A edição fac-similar é a que se faz através da fotografia, da escaneização do texto. O fac-símile é o resultado desses processos mecânicos que reproduzem com maior nível de fidelidade – se bem feito, já que há fatores externos que podem interferir na qualidade das imagens – as características do documento original: o formato, o papel, as ilustrações, as margens e até a cor e o tamanho do original. (SPINA, 1977)

A edição semidiplomática apresenta o texto com leves alterações do editor, que tem a obrigação de especificar tais intervenções nos critérios adotados, no que se refere, por exemplo, ao desenvolvimento das abreviaturas em itálico, como é possível observar a seguir.

[fol130v]

- Minha Tiia Maria Francisca Da Asunsaõ tinha na maõ
do falecido meu Pay sete Cargas de Algodam para Comprar huma
Negrinha para Madalenna daTabua as Cargas ja eu as tinha
5 levado para baixo em tempo que meu Pay estava vivo leveias
a oito m il reys defrete foraõ vendidas nasidade a 22\$500
tirando 8 de frete ficao 14e500 de cada huma Carg a
ricibi eu em dinheiro para acon pra damesma Negrinha imdinheiro 20\$000
ricibi mais sem varas de pano de Algodam a 120 _____ 12\$000
10 Tudo isto ja entreguei asua dona <↑que he minha Tia>
por que não axo negrinha para comprar por
sem mil. Brejo 24 de Junho 1828
Pinheiro

Fonte: transcrição feita pelos autores.

Para Cambraia (2005), são dois os objetivos da edição semidiplomática: facilitar a leitura e tornar o texto acessível, ampliando o público. Embora seja possível a intervenção, tem sido esse tipo de edição muito utilizado nos estudos da história da língua.

Em cena o *Livro de razão do Campo Seco*

Foisil (1991, p. 334) apresenta a seguinte definição para os chamados *Livros de razão* que são, para a autora, mais comuns na Europa dos séculos XVII e XVIII do que na América Portuguesa:

[...] em seu aspecto primeiro e mais elementar, são, em geral, um livro de contas; e mesmo quando são mais desenvolvidos, mais elaborados e mais ricos de informações, ainda assim articulam-se e elaboram-se em torno da contabilidade. Escritos do dia a dia, na imediata transcrição cotidiana, baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem.

No bojo dessa discussão, Algranti (1997, p. 133) amplia a definição proposta por Foisil (1991), caracterizando o *Livro de razão* como resultado de breves exemplares de escritura doméstica, mas envolto no aspecto contábil.

[...] os Livros de Razão ou de Assentos, uma espécie de memorial que recebia os lançamentos referentes às transações diárias de compra e venda ou troca de produtos, registro de alguns eventos familiares, como nascimento, batizado ou morte dos filhos, de dívidas e prejuízos ocorridos. Enfim, uma espécie de protocolo de escritura, no qual o chefe da casa dirige a ele próprio as informações que considera importantes, principalmente para o controle de suas finanças.

O *Livro de razão do Campo Seco* assume as características apontadas por Foisil (1991) e Algranti (1997) e é constituído de um total de 195 folhas, mede 30,5 cm de altura por 21 cm de largura, conforme Santos Filho (2012). Apresenta na encadernação linhas indicando que as páginas foram costuradas e, em seguida, envoltas por capas de papelão cobertas com um tecido pardo grosso.

Em relação à numeração das páginas, no *Livro de razão*, estão numeradas e rubricadas, frente e verso, até a página 122, por Antônio Pinheiro Pinto, assim: páginas ímpares têm a rubrica e a numeração no ângulo superior direito, enquanto páginas pares apresentam apenas a numeração no ângulo superior esquerdo. A partir da página 123, a numeração e a rubrica são indicadas apenas no recto, alterando a numeração para fólhos.

Sobre o tipo de papel usado pelos senhores do Campo Seco, declara Santos Filho (2012) que é um artigo resistente e grosso, de superfície pouco polida, com linhas translúcidas deixadas pelo arame das formas. Evidencia-se, para além das descrições de Santos Filho, que se trata de um papel de cor pardecinta, cujas linhas e a marca d'água não podem mais ser vistas sem o auxílio de recursos de ampliação da imagem.

A tinta utilizada para escrever no Campo Seco, conforme Santos Filho (2012), foi de coloração preta ou vermelha. Nota-se que a ação do tempo provocou em certas folhas a alteração da cor original para tons marrons e alaranjados. O tipo de pena utilizada pelos escreventes do brejo do Campo Seco foi, segundo Santos Filho (2012), a pena de aves, principalmente a de ganso, justamente porque era mais flexível e deslizava mais facilmente sobre a superfície do papel grosso sem borrá-lo. Só a partir de meados do século XIX é que as penas metálicas entraram em uso, acrescenta Santos Filho (2012).

Bom Jesus dos Meiras – conhecendo a região do *corpus*

Neves (2008) salienta que o sistema de sesmaria, dispositivo usado pelo governo português desde o século XIV para estimular o (re)povoamento de áreas conquistadas na Península Ibérica, foi transferido para o Brasil em 1534, através do estabelecimento das capitánias hereditárias, que permitiu a formação de latifúndios, como os Guedes de Brito (margem direita do Rio São Francisco) e os Garcia d'Ávila (margem esquerda do Rio São Francisco) que, juntos, possuíram quase todo o sertão da Bahia.

Quanto a esse processo, Neves (2008, p. 97) informa que:

Toparam, portanto, no Alto Sertão da Bahia, dois vetores de povoamento: um baiano, que subia o São Francisco, com a pecuária; outro paulista, que ocupava os vales do Verde Grande e do Pardo, transportaram seus criatórios para as bacias do Gavião, do Antonio e do São João, na Bahia.

Na cena do repovoamento do Alto Sertão, como se pode observar, predominam povos de diferentes lugares do Brasil. Trata-se de bandeirantes e fazendeiros que, nos confrontos com a população nativa, estenderam seus domínios, através da pecuária, por terras antes ocupadas por índios, como os tapuias que, expulsos do litoral, instalaram-se no sertão, constituindo diversos “[...] bandos, costumes e linguagens” (NEVES, 2008, p. 95-96), além da expansão populacional atraída pela exploração do ouro.

Desse modo, estabeleceram-se os novos grupos habitacionais no Alto Sertão, porém a extração do ouro não se manteve tão produtiva como nos anos iniciais, no século XVIII, o que levou à dispersão dos garimpeiros em busca de outro meio de existir economicamente na região. Esses procuraram outras atividades econômicas – as lavouras e as criações –, principalmente nas terras da Casa da Ponte, que pertenciam aos Guedes de Brito, onde compraram ou alugaram sítios ou exerceram atividades remuneradas como vaqueiros, diaristas ou meeiros, legalizando posses ilícitas por meio da venda ou de arrendamentos de terrenos ocupados. (NEVES, 2008)

Com o intuito de organizar e administrar a ordem socioeconômica e as instituições da região, Neves (2008) comenta que o governo português determinou a edificação e a instalação de vilas. Em 1720, executa tal tarefa o coronel Pedro Barbosa Leal, ao instalar a Vila de Santo Antônio da Jacobina, seguida, em 1724, pela instalação da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas, local onde se situavam as terras do Campo Seco, que pertenceram à antiga sesmaria atribuída aos Guedes de Brito.

A respeito da aquisição das terras da Fazenda Campo Seco, há os seguintes relatos. Santos Filho (2012) informa que as terras foram compradas de foreiros dos descendentes dos Guedes de Brito. Entretanto, em nota, o referido autor, a partir da leitura do texto de Antônio Rizério

Leite, diz que a fazenda foi herdada pelo padre André Antunes Maia, que a vendeu para José de Souza Meira, em 1749.

José de Souza Meira era casado com Micaela Maria de Jesus, viúva de José da Silva Ferreira, com quem teve uma filha – Ana Francisca. Após o falecimento do casal, Ana Francisca, ainda muito jovem, casa-se com o português Miguel Lourenço de Almeida, que assumiu a compra das terras do Campo Seco. (SANTOS FILHO, 2012) Antônio Pinheiro Pinto casa-se com Bibiana Maria de Jesus, filha do português e de Ana Francisca, e se torna o segundo senhor do Campo Seco.

A partir de 1810, com o segundo desmembramento de Minas de Rio de Contas e a criação da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caetité, que se segmentou várias vezes, o povoado Bom Jesus dos Meiras passou a pertencer ao município de Caetité.

Na cena da escrita – Antônio Pinheiro Pinto

A edição de um documento manuscrito ou impresso requer o conhecimento de informações sobre quem o escreveu. Nesse sentido, apresenta-se, por meio das palavras de Santos Filho (2012, p. 36), uma síntese do perfil de Antônio Pinheiro Pinto, que será complementada com as informações da ficha a seguir:

Retrato de um exímio comerciante, de um perfeito homem de negócios. Perfil de um indivíduo que, para acumular fortuna, não hesitou em exercer, em pessoa, ocupações tais como fornecedor e caixeiro de armazém, funções de certo modo incompatíveis com a posição de fazendeiro, de senhor rural, proprietário de grande domínio territorial, uma espécie de fidalgo colonial.

Quadro 1 - Ficha do *scriptor* Antônio Pinheiro Pinto

DADOS PESSOAIS

Nome completo: Antônio Pinheiro Pinto

Filiação: Não localizamos informações.

Avós paternos/maternos: Não localizamos informações.

Naturalidade: Caetité/BA **Nacionalidade:** Brasileira

Data de nascimento: Não localizamos informações. **Data de falecimento:** Novembro de 1822 **Idade (quando da escrita do documento):** Não se pode definir, pois não localizamos a data de nascimento.

Estado civil: Casado com Bibiana Maria de Jesus

Instituição de ensino: Não localizamos informações.

Grau de instrução: Não há informações específicas, mas sabe-se que recebeu a instrução elementar da época: ler, escrever, contar e rudimentos de Religião e latim. Sobre a esposa também não se sabe o grau de instrução.

Profissão por formação: Não localizamos informações.

Fonte: elaborado por Santos e Silva a partir do modelo de ficha extraído de Carneiro (2005).

O lugar do escrito no Campo Seco

A edição do *Livro de razão* abre caminhos para diversas possibilidades de análises. No caso específico deste texto, o objetivo é apresentar um microcosmo da Bahia rural oitocentista, a partir da análise dos assentamentos de Pinheiro Pinto. Para tanto, elenca-se, a seguir, um conjunto de informações referentes à prática de escrita na fazenda, aos textos que circularam e como se deu o acesso à língua escrita nesse espaço rural.

Dos agentes da escolarização aos conhecimentos ensinados

A produção gráfica de Pinheiro Pinto traz à baila a necessidade de se pensar como se deu o acesso à escrita no interior da Bahia nos séculos XVIII e XIX, quais as motivações para uma prática contínua de escrita, quais os possíveis agentes da escolarização na região e que textos circularam nesse contexto rural em períodos cujos índices de alfabetização eram baixos, mesmo entre membros da elite.

O ponto de partida para a compreensão das questões elencadas é a reflexão de Vartuli (2014) sobre o lugar que a escrita assumiu nos domínios da América Portuguesa, ao tratar da questão nas Minas Gerais. Diz a autora que:

[...] a escrita assumiu lugar de destaque nas relações socioeconômicas, tanto no âmbito da Colônia, e nas Minas particularmente, quanto entre a Colônia e o Reino. Como partícipes dessas práticas, encontravam-se letrados e iletrados na complexa teia de relações comerciais abarcadora de diferentes atividades. (VARTULI 2014, p. 22-23)

Embora o foco da autora seja o contexto de Minas Gerais, fica evidente que as relações socioeconômicas mobilizaram a prática da escrita entre a colônia e o reino, estimulando, portanto, os agentes das atividades econômicas, independentemente do nível prático de escrita e leitura, já que “Numa sociedade na qual grande parte das práticas creditícias ocorria a prazo, o registro no papel era indispensável”. (VARTULI, 2014, p. 23)

No caso específico dos senhores do Campo Seco, na Bahia, em finais do século XVIII e início do XIX, constata-se que a necessidade de organização da vida comercial da família impulsionou uma prática de escrita, que é capaz de fornecer indícios de formas de acesso à língua escrita no interior da Bahia no período em questão, através da análise dos assentamentos editados e da percepção dos textos que circularam no espaço da fazenda, indicando, embora de forma limitada, o que os envolvidos nessa prática liam.

Falar da produção do escrito em qualquer espaço – rural ou urbano, doméstico ou institucional – requer uma análise dos suportes e da função da escrita, além dos agentes da escolarização – os professores. A função principal da escrita no Campo Seco já foi mencionada; sobre os suportes, acredita-se que circulou na fazenda o mesmo tipo de papel e pena utilizado no *Livro de razão*. A questão em foco agora é conhecer os agentes responsáveis pela escolarização, aqui entendida para além do conceito institucional, dos senhores do Campo Seco.

Não foram localizadas no *Livro de razão* informações sobre o processo de alfabetização de Antônio Pinheiro Pinto. Porém, Santos Filho (2012, p. 38) afirma que “[...] o pequeno burguês que foi Antônio, também recebeu os mesmos conhecimentos que mandou transmitir

ao filho”. A partir dessa constatação, apesar de se buscarem outras fontes – sem sucesso –, decidiu-se investigar como se deu o processo de inserção de Inocêncio Pinheiro no mundo da escrita, acreditando que, de igual modo, também ocorreu com o pai, Antônio.

O segundo senhor do Campo Seco, Antônio Pinheiro Pinto, menciona a existência de dois professores, responsáveis pela alfabetização de Inocêncio. No *Livro de razão*, há duas anotações sobre o assunto. O primeiro registro é feito em 1802, como se lê a seguir.

En traraõ naes cola de Tomas Jozé daCosta
Ino cen cio e Alexandre em 23 de Janeiro de1802

Fonte: Livro de Razão, p. 189 (transcrição feita pelos autores)

Inocêncio e seu primo, Alexandre, entraram na escola do mestre Tomas José da Costa. Nesse período, o filho de Pinheiro Pinto tinha sete anos de idade, e o assentamento feito era justamente para depois efetuar o pagamento ao mestre. Anotação envolvendo a questão educacional só volta a aparecer no livro oito anos depois, em 1810, quando Inocêncio já tinha 15 anos e passou a frequentar o estudo do mestre Ignácio Ferreira da Silva, conforme se observa a seguir.

Entrou meu
filho Inocencio
no es tudo do
Mestre Ignacio Ferreira
da Silva em 18
deMayo de1810

Fonte: Livro de Razão, p. 1. (transcrição feita pelos autores)

A leitura de Santos Filho (2012) sobre a questão educacional no Campo Seco ressalta que, quando Inocêncio começou a estudar no ano de 1802, já havia professores régios na região, porém não foi com esses professores que o filho do segundo senhor aprendeu as primeiras letras. Entretanto, Santos Filho (2012) não apresenta dados mais significativos sobre o assunto abordado, motivando, assim, a investigação sobre o perfil dos dois mestres citados por Antonio Pinheiro e os possíveis processos de escolarização coexistentes na região.

Os assentamentos de Pinheiro Pinto indicam uma prática muito comum na elite no século XIX, mas também revelam a ineficiência da Coroa em atender as localidades mais distantes do interior com aulas régias. Sobre esse aspecto, Silva (2006), ao descortinar a constituição do magistério régio baiano, explica que, após a realização do primeiro exame para a ocupação das cadeiras régias criadas a partir do Alvará de 1759, foi comum a solicitação individual ou coletiva de abertura de escolas nas localidades onde só existiam os professores particulares, pois a concentração de tais aulas era nas vilas do Recôncavo.

Ao verificar uma lista elaborada por Vilhena contendo informações sobre professores, cadeiras e salários na Bahia em finais do século XVIII, foi identificado o professor de Gramática Latina, Francisco Moniz Barreto de Aragão, residente na Vila do Rio das Contas, que foi preso em dezembro de 1798 por sua ativa participação na Conjuração Baiana, segundo Silva (2006). No entanto, em 1801, um ano antes de o filho de Antônio Pinheiro iniciar seus estudos, Rio de Contas não contava com um professor de Primeiras Letras, pois Jozé Caetano Simplicio Gomes, morador da referida vila, que exercia a função de pedreiro, enviou à Câmara o pedido para se empregar no cargo de professor dos meninos da vila, avisando às autoridades a existência da vaga, explicando, em sua solicitação, não existir “naquele mesmo lugar hum homem, que se queira sujeitar a ensinar ao numero de meninos, que ali há, a ler, escrever e contar e ainda a Sta. Doutrina...”. (SILVA, J. C. A., 2006, p. 133)

O fato é que coexistiram na Bahia, da mesma forma que no resto do Brasil, conforme Vasconcellos (2004) e Farias Filho (2011), uma rede de escolarização estatal e as aulas particulares, que aconteceram de diferentes maneiras. Sabendo que Inocêncio Pinheiro teve sua inserção no mundo das letras por meio de aulas particulares, é importante reconstituir a vida dos professores, como e onde essas aulas eram ministradas e o que se aprendia.

Rastrear pistas para a elaboração do perfil dos mestres de Inocêncio não foi tarefa simples. Sobre o primeiro professor – Tomás José da Costa –, sabe-se, por Santos Filho (2012), que era um professor particular e que devia morar em Caetité. A partir dessa informação, foram realizadas buscas no Arquivo Público de Caetité e no Arquivo Público do Estado da

Bahia, consultando inventários e processos, com o objetivo de ampliar as informações sobre tal mestre, mas não foram identificadas novas informações.

Em relação ao segundo professor – Ignácio Ferreira da Silva – mencionado no *Livro de razão*, Santos Filho (2012) diz que provavelmente residia no povoado de Bom Jesus do Campo Seco, mais tarde renomeado para Bom Jesus dos Meiras. As primeiras buscas no Arquivo de Caetité revelaram os mesmos dados fornecidos por Santos Filho (2012). Entretanto, ao localizar a dissertação de Moisés Amado Frutuoso, que estudou as manifestações antilusitanas entre 1822 e 1823 na Vila de Rio de Contas, durante o processo de ruptura entre o Brasil e Portugal, outras informações sobre Ignácio Ferreira da Silva foram levantadas. Verificou-se que era natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Matto Dentro das Minas, comarca de Sabará e que faleceu em 1836. Além disso, residia em Rio de Contas, onde tinha uma atuação política intensa e lecionava Gramática Latina.

Sabendo que Ignácio Ferreira da Silva lecionava Gramática Latina e considerando que Inocêncio estudou com ele aos 15 anos, leva-se a concluir que Inocêncio cursou os chamados Estudos Menores, já que, na época, o processo de escolarização, em uma primeira etapa, garantia a aprendizagem de ler, escrever e contar; e depois os alunos frequentavam as aulas de humanidades, que abrangiam inicialmente gramática latina, língua grega, retórica etc. De forma sintética, Inocêncio teve acesso aos estudos de Primeiras Letras aos sete anos e às chamadas aulas de humanidades aos 15. Assim, infere-se que, muito provavelmente, o segundo senhor do Campo Seco tenha passado pelos Estudos Menores. (STEPHANOU; BASTOS, 2004)

Caracterizado o perfil dos professores do terceiro senhor do Campo Seco, ainda que algumas lacunas tenham ficado sem a devida resposta, o passo seguinte é apresentar os indícios sobre onde e como as aulas particulares aconteciam. As informações do *Livro de razão* não são específicas em relação a esse aspecto. Nas duas ocorrências, Antônio Pinheiro escreve “En traraõ naes cola de Tomas Jozé daCosta” e “Entrou meu filho no estodo do Mestre Ignácio Ferreira da Silva”. Observe-se que o segundo senhor emprega o verbo “entrar” na escola e no estudo,

não dá mais detalhes se os meninos iam à casa dos mestres ou se os mestres iam até à fazenda.

Se interpretadas literalmente as palavras de Antônio Pinheiro, pode-se pensar que o modelo adotado no Campo Seco era o do mestre-escola, contexto no qual o aluno ia à casa ou ao local onde o professor ministrava as aulas. Entretanto, diante do poder econômico de Pinheiro, parece mais crível que o professor particular foi contratado para dar aula na Fazenda Campo Seco, reproduzindo uma prática muito comum da elite no período em análise, que continuou com Exupério Pinheiro, filho de Inocêncio, anos mais tarde. Relata Santos Filho (2012, p. 59) que o neto de Antônio Pinheiro, para garantir a educação de seus nove filhos, contratou um professor e um sacerdote, que iam à fazenda, pela manhã, ministrar as aulas aos meninos e às meninas indistintamente, em um quarto do sobrado que foi transformado em sala de aula.

Não há, entre as anotações de Pinheiro Pinto, referências ao ensino de Primeiras Letras à sua filha, Zeferina. Santos Filho (2012, p. 38) comenta que, “como antigamente a mulher não recebia instrução, nem mesmo a mais elementar, permanecendo sem saber ler e escrever, dedicada somente aos deveres e às obrigações domésticas”, somente ao menino foi concedido o direito de estudar. A pesquisa sobre as mulheres da família ainda revelou que, anos antes, Ana Francisca da Silva – avó de Inocêncio e Zeferina – não teve acesso à escolarização. A condição de analfabeta da mulher do primeiro senhor do Campo Seco está registrada em seu testamento, do qual se reproduz o seguinte trecho:

[...] Por esta forma tenho feito o presente testamento que quero que valha e tenha força de Lei; vai escrito por Manuel Germano da Mota, que depois de lido aliás depois de escrito foi lido pelo Reverendo Vigário Sabino Gomes de Azevedo e pelo achar na forma que ditei *pedi ao mesmo Reverendo Vigário por mim assinasse por eu não saber escrever*. Bom Jesus do Campo Seco, 17 de Agosto de 1834. *Assina a rogo de Ana Francisca da Silva, o vigário Sabino Gomes de Azevedo*. (SANTOS FILHO, 1956, p. 15, grifo nosso)

A delegação da assinatura materializa a condição de Ana Francisca enquanto mulher analfabeta no sertão. A respeito desse assunto, Coulmas (2014) destaca que, historicamente e em todos os lugares, as mulheres sempre estiveram em grande desvantagem em relação aos homens. Esse

contexto também se repete quando o assunto é o letramento. O autor explica que essa desigualdade se acentua mais ainda em regiões menos desenvolvidas, com maior predominância nas áreas rurais.

A constatação de Coulmas (2014) é ratificada pelo contexto não só do Campo Seco, mas também por dados de outras regiões da Bahia no século XIX. Ao estudar os níveis de alfabetismo em Santana do Campo Largo, oeste da Bahia, entre os anos de 1858 e 1859, Adilson Silva (2015) mapeou o conjunto de 324 declarações de terras, produzidas no âmbito da Lei de 1850, por 263 pessoas. Desse total, 56 mulheres aparecem declarando suas posses, sendo que apenas 14 assinam o próprio nome, indicando um total de 75% de analfabetas pela análise dos dados da documentação.

Outro aspecto importante é refletir sobre os conteúdos que eram ensinados na época. Ao discutir sobre o letramento em sua família, Anna Ribeiro Goes Bittencourt (1992) nos oferece informações sobre o assunto, quando escreve sobre seu avô, Pedro Caetano. Diz a autora:

Aos dez anos foi que Pedro Caetano determinou dar aos sobrinhos um mestre de primeiras letras, a quem foi recomendado não tocasse no menino. Imagino quanto isso não custou àquele mestre, costumado, como era então usual, a fazer entrar o alfabeto à força de palmatoadas na cabeça das pobres crianças! Dotado de entendimento claro e memória fácil, *o menino em pouco tempo aprendeu a ler, escrever e contar – as quatro espécies de conta –*, o quanto era necessário a um moço rico que não precisava viver do que aprendera. *Tal era a teoria em voga entre os proprietários rurais.* (BITTENCOURT, 1992a, v. 1, p. 24-25)

O relato evidencia não só as práticas metodológicas de ensino empregadas na época, mas também o conteúdo ensinado aos primos de Anna Ribeiro pelo mestre de Primeiras Letras contratado por Pedro Caetano. Pelos registros da autora, aprender a ler, escrever e contar eram os conhecimentos necessários a uma pessoa rica que não precisaria viver do que aprendeu, na perspectiva dos grandes proprietários rurais, no século XIX. Pela análise realizada, verificou-se que Pinheiro Pinto garantiu esses conhecimentos ao seu filho, Inocência, no Campo Seco, conforme Santos Filho (2012). Entretanto, conhecendo as particularidades que tornam Pinheiro Pinto um homem singular no sertão da Bahia oitocentista, o fato de Inocência, mais tarde, ter mandado seu

filho, Exupério, estudar em Salvador leva a acreditar que seus estudos não tenham sido encerrados com o padre Ignácio Ferreira da Silva.

Da produção à circulação do escrito

Além da explícita necessidade dos registros de dívidas que motivaram a escrita no Campo Seco, a observação dos assentamentos de Pinheiro Pinto, que registra o contexto das diversas áreas em que atuava, fornece outras pistas sobre a circulação do escrito na fazenda, indicando também o que se lia nesse espaço.

Nas páginas 121, 122 e 123, Pinheiro Pinto copiou integralmente os textos de sua nomeação no posto de capitão do Regimento de Milícias de Rio de Contas, além dos termos de posse e juramento. Esses registros revelam a presença de textos oficiais na fazenda, destacando ainda a importância do segundo senhor na região. Outros textos que fizeram parte do contexto rural do Campo Seco foram os manuais médicos.

Pinheiro Pinto anota no *Livro de razão* algumas receitas para curar doenças como gonorreia – “Remedio para curar Gonorrea” – e feridas gálicas – “Receita para curar feridas gálicas” fólio 124v. Sobre esse aspecto, esclarece Guimarães (2003, p. 6) que até fins do século XIX “Havia uma completa carência de médicos nas vastas regiões rurais, por onde se dispersava o grosso da população brasileira”. Nesse período, conta a autora que os manuais foram instrumentos essenciais para a divulgação dos saberes oficiais no cotidiano da população. Além disso, uma das formas encontradas para que as receitas não fossem esquecidas ou alteradas era o costume de escrevê-las e guardá-las para o dia da necessidade (SANTOS FILHO, 2012), como fez Pinheiro Pinto.

O comércio realizado por Pinheiro Pinto, as transações financeiras e a construção do sobrado, que durou quatro anos, também indicam que outros gêneros textuais circularam no espaço da fazenda. Em relação ao comércio, Pinheiro Pinto vendia fiado para os funcionários que moravam na fazenda – a exemplo dos feitores – e para os tropeiros, que pernoitavam no Campo Seco e tinham as contas ajustadas pelos patrões posteriormente. Além disso, Pinheiro Pinto atuava como fiador e emprestava dinheiro. Anotações desse tipo são encontradas

frequentemente no *Livro de razão*, conforme os trechos a seguir, o que pode sugerir a produção de recibos, listas de compras e bilhetes.

Deve o senhor Antonio Baptista demantimentos para a tropa do senhor Severino dos Santos o seguinte pago - - - - 1\$120

Fonte: Livro de Razão, p. 44 (transcrição feita pelos autores)

Em vir tude do bilhe te junto
Vendy mais Sinco <↑digo 3> [inint.]
aodito Manoel Francisco
aSinco mil reis cada hun

Fonte: Livro de Razão, p. 54 (transcrição feita pelos autores)

Outros contextos captados nos assentamentos de Pinheiro Pinto sugerem a existência de textos jurídicos e textos técnicos no Campo Seco. A construção do sobrado requisiou a contratação de profissionais de áreas diversificadas. Destaca-se, entre eles, o Ciência, isto é, o profissional responsável pela obra, o desenhista, arquiteto, mencionado na página (99, l.15) do *Livro de razão*. Certamente, da lavra desse profissional, surgiram textos técnicos. Encontram-se duas anotações sobre o pagamento de um advogado (193r, l.6) e um tabelião (90, l.13), responsáveis por uma demanda judicial, o que pode ter gerado a circulação de textos como procurações, intimação etc.

Os professores que atuaram no Campo Seco certamente foram responsáveis pela difusão de textos de cunho didático na fazenda. Embora não tenham sido encontrados registros nesse sentido, acredita-se que, através desses agentes da escolarização, um conjunto de textos variados tenha circulado no local, ainda que o acesso fosse restrito às dependências do sobrado ou ao local específico onde aconteciam as aulas. Para além dos exemplos mencionados, é possível falar dos textos litúrgicos, já que, no *Livro de razão*, são encontrados registros de realização de batizados, casamentos e missas, contextos que mobilizam o uso desses textos e da Bíblia.

Santos Filho, nos apêndices do livro *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX* (2012), apresenta exemplos de outros documentos encontrados no

arquivo dos senhores do Campo Seco: o testamento de Ana Francisca da Silva, avó de Inocêncio; o traslado dos privilégios concedidos aos familiares do Santo Ofício, cargo ocupado por Miguel Lourenço de Almeida, primeiro senhor do Campo Seco; cartas de políticos eminentes; certidão de batismos; receitas de doces e vinhos; a lista de família do recenseamento do censo de 1872 etc.

A variação grafemática de Pinheiro Pinto: reflexo de seu tempo, indícios de oralidade ou falta de rigor ortográfico?

Durante o processo de edição do *Livro de razão*, além da análise do contexto sociocultural da época em questão, um outro fator observado foi a variação gráfica produzida pelos punhos dos senhores do Campo Seco. Como o foco deste texto é a escrita de Pinheiro Pinto, alguns questionamentos abriram novos horizontes para a análise, a saber: a produção gráfica do segundo senhor é resultado de modelos vigentes na época ou é um exemplo de falta de rigor ortográfico? A variação gráfica identificada é apenas exemplo de grafismos não pronunciados, isto é, variações que não refletem na fala ou podem ser também indícios de oralidade presentes na escrita?

Uma questão importante a se enfatizar é que, segundo Marquilhas (2000, p. 230), “antes de submeter qualquer texto a uma análise gráfica é importante definir bem o que se entende por escrita e ortografia”. Em outras palavras, o que a referida autora ensina é que não se deve olhar para textos do passado a partir de normas ortográficas da atualidade, pois, se assim for, a análise fica enviesada e, como uma das consequências, neutraliza a variação da língua de tempos idos, que só pode ser observada através do estudo desses textos. Para Marquilhas (2000), a ortografia é uma das vertentes da língua escrita que tem o caráter institucional e determina a uniformidade. No caso da língua portuguesa, ensina a autora que “A ortografia uniforme da língua portuguesa é republicana”. (MARQUILHAS, 2000, p. 233)

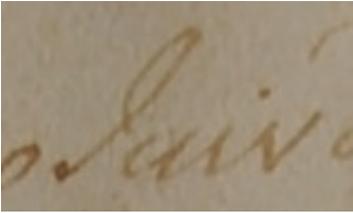
Se só se pode falar em uniformidade ortográfica da língua portuguesa a partir do Período Republicano, a pluriortografia identificada

nos documentos oficiais e manuscritos de séculos passados, como é o caso do *Livro de razão*, não deve ser considerada falta de rigor dos *scriptores*. Para Barbosa (2008, p. 196), “Haver mais de uma grafia nos manuscritos coloniais em função da pluriortografia – e não uma única como hoje – não é falta de rigor, é uma diferença na história social da cultura escrita”. É justamente nessa diferença que percebemos o reflexo social do emprego da língua no que se refere aos grafismos não pronunciados – variações gráficas que não são possíveis reflexos da oralidade (BARBOSA, 2008) – e às variações grafofônicas.

No sertão baiano oitocentista, no contexto do manuscrito aqui analisado, Antônio Pinheiro Pinto apresenta variações gráficas, que são reflexos dos modelos que circulavam no período e que também são possíveis indícios de marcas da oralidade.

Em relação aos grafismos não pronunciados, apresentam-se, a seguir, exemplos de representação para grafias do fonema /z/.

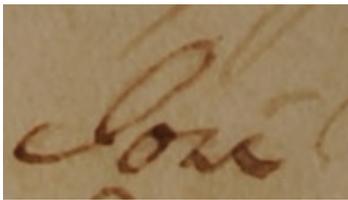
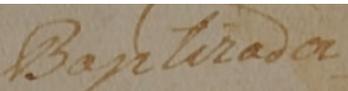
Quadro 2 - Representação grafemática para o fonema /z/

Exemplos	Transcrição	Localização
	Jui<s>	[p.6, L.3]
	de<s>oito	[p.29, L.4/ p.30, L.9]
	Rapa<s>	[p.48, L.13/f.189v, L.10]

Exemplos	Transcrição	Localização
	aRo<s>	[p.72, L.28,29,30,35]

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 - Representação grafemática para o fonema /z/

Exemplos	Transcrição	Localização
	Jo<z>é	[p.4,L.4/ p.5, L.2,11]
	Bapti<z>ados	[p.6, L.5]
	ca<z>a	[p.70, L.20/ p.103, L.11,13]
	Ro<z>a	[p.4, L.1/ p.13, L.18/ f.126r, L.4,14]

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir desses dados identificados, com o objetivo de comprovar que eram representações dos modelos vigentes na época, foram selecionados três periódicos para a realização de um confronto. Trata-se de dois jornais que circularam no Rio de Janeiro, chamados de *O Patriota: jornal literário, político, mercantil* (1813-1814) e o *Gazeta do Rio de Janeiro* (1809-1822), além de um periódico baiano, o *Idade d'Ouro Do Brazil* (1811-1823). Observaram-se modelos de representação para diversos

fonemas, mas serão apresentados apenas alguns registros de escrita para o fonema /z/.

Quadro 4 - Representação para grafias do fonema /z/ em periódicos do século XIX

EXEMPLOS	JORNAL GAZETA DO RIO - 1808-1822	O PATRIOTA - JORNAL POLÍTICO LIBERAL RJ 1813-1814	IDADE D'OURO DO BRAZIL BAHIA - 1811-1823
Ca<s>o	X	X	X
Ca<z>o	X	X	X
Ca<z>a	X	X	
Ca<s>as	X	X	X
Jo<s>é	X	X	X
Jo<z>é	X		X
Ro<z>a	X	X	X
Ro<s>a	X	X	X
De<s>oito	X	X	X
De<z>oito	X	X	X
Cau<s>a	X	X	X
Cau<z>a	X	X	X
Atravé<s>	X	X	X
Atravé<z>	X	X	X

Fonte: elaborado pelos autores.

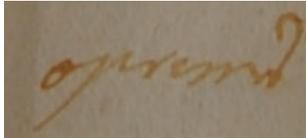
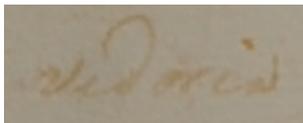
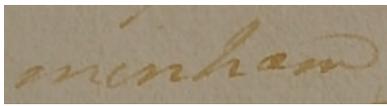
O Quadro 4, que mostra as ocorrências gráficas para o fonema /z/ nos periódicos analisados, materializa o uso da variação gráfica e o alcance dela por um público maior. A observação desses dados também trouxe à baila a necessidade de olhar materiais didáticos usados no Brasil no período em questão, por isso vale a leitura do trecho, extraído da gramática de Reis Lobato (1770, p. 22), sobre o assunto:

Advertindo porém que em matérias de ortografia se me apartar das regras, que alguns seguem, ninguém repete isto por erro por serem nesta matéria tantas opiniões quanto os Escritores. Com justa razão julguei que devia seguir a Ortografia, que vejo usada pela Corte, reservando para o tratado desta, que brevemente darei ao público o dizer o que sinto nesta matéria.

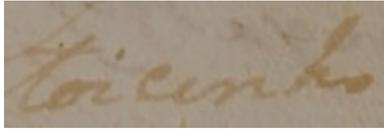
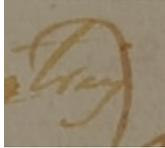
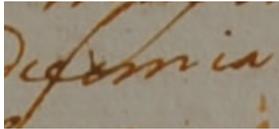
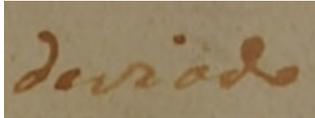
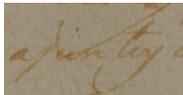
A observação de Reis Lobato em um material didático valida, em uma perspectiva formal, a existência de diferentes modelos normativos, vigorando tanto em Portugal como no Brasil. Assim, havia a norma prescrita pelas gramáticas, manuais e dicionários e a norma usada pelos escritores e periódicos de prestígio da época. Desse modo, as variações da lavra de Pinheiro Pinto para o fonema /z/ não se constituem falta de rigor ortográfico, mas uma representação da pluriortografia em vigor no século XIX, muito bem explicitada por Lobato (1770), em sua gramática, que continuou sendo usada no Brasil entre 1800 a 1807. (FRANCO, 2004)

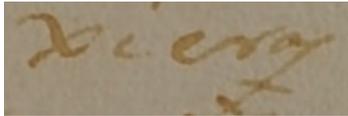
Em relação às variações que podem ser indícios de marcas de oralidade na escrita, identificaram-se os seguintes fenômenos:

Quadro 5 - Representação grafofonética na escrita de Antônio Pinheiro Pinto

Fenômeno	Ocorrências	Exemplos
Abaixamento da vogal [i] ~ [e]	02	 opr[e]meiro
Abaixamento da vogal [u] ~ [o]	02	 c[o]atro
Aférese	01	 []vidoria
Anteriorização [a] > [e]	01	 m[e]nham

O SERTÃO POR ESCRITO NO LIVRO DE RAZÃO

Fenômeno	Ocorrências	Exemplos
Anteriorização [u] > [i]	02	 to[i] cinho
Ditongação	02	 tr[e]s
Elevação da vogal média postônica [e] > [i]	04	 fem[i]a
Elevação da vogal média pretônica [e] > [i]	149	 v[i]ado
Elevação da vogal média pretônica [o] > [u]	18	 p[u]der
Metátese	02	 p[er]cizar
Prótese	01	 [a]juntey
Redução de ditongo	25	 vind[o]ra

Fenômeno	Ocorrências	Exemplos
Síncope	04	 xi[c]rãs

Fonte: elaborado pelos autores.

A elevação das vogais médias pretônicas e a redução de ditongos são os fenômenos que aparecem em maior quantidade. Embora não seja possível, neste texto, examinar minuciosamente os dados grafofonéticos elencados, pode-se ter, através deles, uma perspectiva da língua falada na Fazenda Campo Seco e vislumbrar vestígios dessa língua na região, já que essa fazenda era um local no qual circulavam pessoas oriundas de diferentes lugares. Um estudo mais detalhado está em execução através da comparação com resultados de trabalhos que abordam esses fenômenos em *corpus* da Bahia e de outras regiões do Brasil.

Considerações finais

Apresentaram-se neste capítulo, através da instrumentalização do texto editado, indícios de um microcosmo da difusão social da escrita no sertão da Bahia oitocentista, revelando como se deu a penetração da escrita na Fazenda Campo Seco, quais textos circularam nesse espaço e conseqüentemente as possíveis práticas de leitura.

O texto escrito por Antônio Pinheiro Pinto também revelou indícios da prática de uma escolarização doméstica, identificando agentes da escolarização, no sertão da Bahia. Além disso, forneceu dados representativos da pluriortografia vigente na época e de possíveis marcas da oralidade, que, potencializados, podem colaborar com pistas sobre a realidade de fatos diversos e particulares do multifacetado quadro linguístico do interior baiano oitocentista. Dessa forma, oferece bases sólidas e confiáveis para a construção, no futuro, de sínteses generalizantes, contribuindo, assim, para a história social linguística do Brasil. (LOBO, 2009)

Isso posto, conclui-se que as fontes escritas, quando lastreadas por uma base teórica capaz de dialogar com outras áreas do conhecimento, podem representar uma oportunidade de aproximar a “lupa” para experiências individuais e localizadas, como é o caso de Antônio Pinheiro Pinto, com o objetivo de se vislumbrarem as vivências de uma época, representadas nos testemunhos escritos.

Referências

- ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.
- BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 181-211. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- BITTENCOURT, A. R. G. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992a. v. 1.
- BITTENCOURT, A. R. G. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992b. v.
- CAMBRAIA, C. N. Crítica textual. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?*, Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 293-319.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, Z. O. N. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. v. 1.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Carlos, n. 5, p. 93-124, 2003.
- COULMAS, F. *Escrita e Sociedade*. São Paulo: Parábola, 2014.

DUARTE, L. F. As mãos da escrita. In: DUARTE, L. F.; OLIVEIRA, A. B. (org.). *As mãos da escrita: 25º aniversário do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2007. p. 17-28.

FARIA FILHO, L. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: GALVÃO, A. M. O.; BATISTA, A. A. G. (org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 151-174.

FOISIL, M. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 331-369.

FRANCO, M. I. S. de M. Primeira metade do século XIX: em busca da identidade nacional Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (org.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 98-121.

FRUTUOSO, M. A. “*Morram marotos!*”: antilusitanismo, projetos e identidades políticas em Rio de Contas (1822-1823). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GUIMARÃES, M. R. C. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A Memória Evanescente: documento e história. In: KARNAL, L.; FREITAS NETO, J. A.; TATSCH, F. G. (coord.). *A Escrita da Memória: interpretações e análises documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. p. 9-27.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (org.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: Edufba. 2009. p. 303-327.

LOBATO, A. R. *Arte da grammatica da língua portugueza*. Porto: Imprensa na rua de Stº Antonio, 1824.

LOPES, C. R. S.; MARCOTULIO, L. L.; BASTOS, M. J. M. *et al.* *Olhares sobre o português medieval: Filologia, História e Língua*. Rio de Janeiro: Ed. Vermelho Marinho, 2017.

MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

NEVES, E. F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. ampl. Salvador: Edufba; Feira de Santana: Ed. UEFS, 2008.

PETRUCCI, A. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 25-39.

SANTOS FILHO, L. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia, nos séculos XVIII e XIX*. Feira de Santana: Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

SANTOS, R. B. A Filologia Textual e a Lingüística. *Revista Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 9, p. 37-50, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/9/04.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SILVA, A. *Nos caminhos da terra: mensuração dos níveis de alfabetismo no interior da Bahia oitocentista*. 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. v. 1.

SILVA, A. *O Sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista*. 2021. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, J. C. A. *As aulas régias da Capitania da Bahia (1759-1827): pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SPINA, S. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix: EdUSP, 1977.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H.C. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil. Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1.

TELLES, C. M. Textos escritos por mãos inábeis, sua importância para o estudo da fonologia. In: ALMEIDA, A. A. D.; SOUZA, A. S.; ALMEIDA, I. S. *et al.* (org.). *Estudos Filológicos – Linguística Românica e Crítica Textual*. Salvador: Edufba, 2016. p. 28-36.

VARTULI, S. M. A. R. *Por mãos alheias: usos sociais da escrita na Minas Gerais colonial*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VASCONCELOS, M. C. C. *A casa e os seus mestres: a educação doméstica como prática das elites no Brasil de oitocentos*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Memória familiar nas práticas de escrita dos Lopes d’Almeida: uma história social da cultura escrita na Bahia do século XX

*Ana Cristina Santos Farias
José Amarante Santos Sobrinho*

Introdução

Os referenciais teóricos e metodológicos que orientam os estudos da cultura escrita, nas últimas décadas, têm passado por profundas modificações, sobretudo pela vocação interdisciplinar desse campo. Essa aptidão tem proporcionado o diálogo com distintas disciplinas e permitido que pesquisadores de diversas áreas se debrucem sobre o objeto escrita como prática cultural que está além da habilidade gráfica, com variadas problematizações que, antes de soarem fragmentárias, imprimem riqueza de análise sobre o item pesquisado.

De acordo com Antonio Castillo Gómez (2017, p. 61), a História Social da Cultura Escrita (HSCE) é “[...] um campo de investigação que não pode ser monopolizado por nenhuma disciplina”, de modo que trabalhos de variadas áreas têm sido realizados em torno dos arquivos de família. Tais arquivos são documentos privados que, graças à expansão dos estudos historiográficos, têm oferecido novas perguntas

e novas interpretações aos fenômenos sócio-históricos ligados aos atos de ler e de escrever. Tal empreendimento é possível graças à renovação da HSCE, cuja abordagem considera os testemunhos de caráter não oficial, oriundos de mãos subalternas, como importantes objetos de investigação que desafiam os pesquisadores a renovarem as questões e o já dito sobre determinados processos históricos. Assim, desde as últimas décadas do século XX, livros de família, diários pessoais, diários de viagem, cartas, livros de contas, cartões postais e uma lista interminável de outros documentos ignorados pela historiografia tradicional foram alçados a objetos de estudo.

O aporte de pesquisadores como Roger Chartier (1990),¹ com as noções de práticas e representações, fez emergir a História Cultural do Social, perspectiva atenta aos modos pelos quais os indivíduos e grupos dão sentido à realidade que os cerca, interessando-se pelos sujeitos produtores e/ou receptores de cultura. Contudo, a pedra angular que deu base à HSCE teve a contribuição fundamental do paleógrafo Armando Petrucci,² para quem a pesquisa em torno das práticas de escrita deve considerar sua difusão social, a quantidade de indivíduos que efetivamente escrevem e leem, a identificação dos destinatários dos textos produzidos e sua função social. Ao introduzir as questões “quem?” e “por que escreveu?”, Petrucci (1999) deu nova dimensão à metodologia empregada nos tradicionais estudos paleográficos, que até então estavam restritos às questões de viés erudito-positivista – o quê?, como, quando e onde o texto foi produzido? De acordo com Castillo Gómez (2017, p. 59), era o momento de investigar a “[...] escrita como tecnologia de registro e comunicação, na sua distribuição social, nos produtos nos quais se concretiza e [...] nas funções que estes desempenham”.

A resposta às questões “quem?” e “por que escreveu?” conforme o *locus* teórico-metodológico da HSCE, perspectiva na qual a investigação

1 As noções de práticas e representações, concebidas por Chartier, foram fundamentais para que a cultura fosse observada do ponto de vista da produção e da recepção, com respeito não somente às práticas culturais do editor ou do autor de um livro, mas também às práticas culturais dos leitores.

2 Na Itália, essa perspectiva teve como marco o Seminário de Perugia no ano de 1977, entretanto tais ideias vinham sendo gestadas por Petrucci desde os anos 1960, conforme Castillo Gómez e Sáez (2016).

aqui textualizada se inscreve. Além dessa metodologia que recobre os trabalhos nesse campo, a leitura minuciosa dos documentos permitiu a definição do olhar teórico demandado sobre os testemunhos de forma particular, de maneira que o acervo foi analisado conforme o perfil do escrevente e a função social identificada em cada prática de escrita. Desse modo, os estudos sobre a escrita privada e ordinária, autobiografia, memórias, arquivos de família e a Análise do Discurso³ foram fundamentais à compreensão dos usos sociais e das funções dos escritos dos Lopes d'Almeida.

Este trabalho está calcado no objetivo do campo 3 do grupo de pesquisa História da Cultura Escrita no Brasil (Hisculte), que é: “[...] trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, [...] cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes [...]”.⁴ Especialmente, o objetivo da pesquisa ora apresentada é “identificar os gêneros textuais produzidos por Egydio Lopes d'Almeida e seus descendentes”. Metodologicamente, serão elencados os gêneros e suas funções sociais e os motivos por que foram produzidos e preservados. Trata-se de um acervo elaborado de forma orgânica por uma família que escreveu e guardou, por um século, variados textos.

O patriarca, Egydio Lopes d'Almeida, teve sua prática investigada por Ana Cristina Santos Farias (2014) e posteriormente descobriu-se a prática de escrita de seus descendentes. Trata-se de fontes privadas às quais se teve acesso a partir do contato com a guardiã do acervo, Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, que colaborou para a pesquisa com entrevista semiestruturada, diálogos informais e sobretudo dando acesso ao baú de escritos da família.

3 Ver: Castillo Gómez (2003a, 2003b, 2004, 2006, 2017), Castillo Gómez e Sáez (2016), Artières (1998), Lejeune (2008), Foisil (1991), Lins de Barros (1989), Orlandi (1987, 2007).

4 Ver: <https://www.prohpor.org/wwwprohpororghisculte>.

Egydio Lopes d’Almeida: *Livro do papai*

O primeiro documento do acervo dos Lopes d’Almeida é o *Livro do papai*,⁵ escrito por Egydio Lopes d’Almeida, nascido em 18 de julho de 1863, em Vila do Soure (BA). Conforme ele próprio relata, no ano de 1870, nessa mesma vila, ingressou no colégio do professor José Antônio de Oliveira Machado. Anos mais tarde, teve aulas de língua portuguesa e de francês com o padre Urbano Cecílio Martins. Era topógrafo, mas suas habilidades lectoescritoras o levaram a exercer atividades como as de conselheiro municipal e intendente interino no município de Juazeiro (BA). Em 1896, casou-se com a professora Isabel Carolina de Carvalho. Cinco de suas filhas foram normalistas⁶ – Maria Elisabeth, Edith e Graziella, que se tornaram freiras; Idália, que faleceu no ano de 1921, antes de se ordenar; e Elisabeth, que se casou e migrou para Salvador (BA). Seu único filho, Aristhenes, era bibliotecário num convento de ordem franciscana, onde vivia como leigo.

O suporte dos escritos de Egydio Lopes d’Almeida é um caderno com 99 folhas, de 18,7 x 25 cm e a mancha gráfica é de 17,5 x 24 cm. A letra é cursiva, inclinada para a direita e grafada com tinta ferrogálica. As páginas são pautadas a lápis e separadas por um plástico. Os textos presentes no volume são: “Genealogia e Odyssea” (f. 2r-12v); “Nota” (postumamente inserida) (f. 13r-13v); e “Roteiro de Viagem de Juazeiro a Pirapóra” (f. 18r-43r). Em alguns fólhos há vestígios de restauração, gesto que evidencia o interesse familiar na conservação do documento.

A palavra “memória” não consta no título “Genealogia e Odyssea”, mas as marcas discursivas desse gênero estão presentes em seu texto, que, a partir de sua ascendência familiar, aborda sua vida pública, mas também sua vida privada. O título, inspirado por obras clássicas da Antiguidade, remete a universos intrinsecamente relacionados com a escrita de memórias. Considerando as duas expressões isoladamente, tem-se na primeira uma alusão ao gênero genealogia, cuja função principal

5 Título datilografado que identifica o volume, possivelmente inserido por um descendente.

6 As escolas normais foram criadas para formar professores(as) para atender ao aumento da demanda escolar, “[...] mas tal objetivo não foi alcançado [...] como se imaginava: pouco a pouco os relatórios iam indicando que [...] as escolas normais estavam [...] e formando mais mulheres que homens”. (LOURO, 2004, p. 449)

na Europa medieval era “[...] a reconstrução social da memória familiar [...]” a partir da lista de antepassados, conforme José d’Assunção Barros. (2011, p. 76) Já a segunda remete às narrativas épicas. É um título bastante apropriado ao gênero “memórias”, que tem a vida do autor do testemunho como assunto principal. Mas a vida do autor se realiza em presença de um outro, de outros. Nesse sentido, Philippe Lejeune (2008) diz que a inserção de outros sujeitos serve para lapidar a imagem idealizada e, no caso de Egydio, o registro da posse de terras de sua família e de sua ascendência europeia é elemento necessário para demarcar seu status no tempo e lugar a partir dos quais narra suas memórias.

Meu pae – Quintino José d’Almeida, proprietario e negociante, filho de Leandro José d’Almeida e D. Firminia Bazília d’Almeida, agricultores, naturaes da Villa do Soure. Minha mãe D. Carolina Lopes d’Almeida, filha de José Chrispim da Cunha e D. Josephina Lopes da Cunha. Elle filho de Manoel José da Cunha, [...] e D. Anna Maria da Cunha, e minha avó filha de Manoel Lopes e D. Maria Anna Lopes, [...] da tradicional familia do ‘Morro dos Lopes’, = da Villa da Conceição do Coité, Comarca de Feira de Sant’Anna, nesta então Província. Quer do lado materno, quer do paterno, todos de procedencia directa de portuguezes. (LOPES D’ALMEIDA, 1909, f. 2v).

O detalhamento sobre sua ascendência pode ser revelador de uma prática de escrita iniciada por seus antepassados, inclusive pelo fato de seu pai ter sido negociante, atividade que exigia o uso da escrita. Os pormenores acerca de um passado mais remoto ao tempo em que escreve pode indicar uma prática de escrita anterior ao momento de sistematização de seu texto, tendo se originado em anotações de um livro de contas, por exemplo. Assim, cumpriu-se aquilo que Madeleine Foisil (1991) disse sobre a evolução histórica dos livros de razão para os diários íntimos, ou seja, as anotações tornaram-se, aos poucos, mais pessoais. Isso é observável na escrita de Egydio, sobretudo quando relata o nascimento de seus filhos:

Aristhenes (Tininho) em 18 de Julho de 1898, 40 minutos para uma hora da manhã do dia 2^a.feira e baptizou-se em 18 de Março de 1899, na Igreja d’esta Cidade pelo Pe. Jorge e foram seus padrinhos Alfredo Lassance Marback e D. Arlinda Andrade. Falleceu a 18 de Abril de 1901,

na Fazenda Oiteirinho e sepultou-se no Cemiterio de Serrinha. (LOPES D'ALMEIDA, 1909, f. 5v, 6r).

Embora trate de sua vida pública, a vida familiar surge nos momentos de dor, como ao narrar a morte do filho Tininho: “Ainda lhe conservo na memoria e é tão grande a extensão que delle me separa como a saudade desoladora de meu coração!”. (LOPES D'ALMEIDA, 1909, f. 5v, 6r) E sobre a perda de sua filha Eunice (Sizinha) “É impossível discrever o transe de minh'alma cheia de magua e saudade pela filhinha amavel e insinuante que a todos prendia com sua meiguice [...], áquem eu chamava 'meu santo'! – Trop sentir c'est bien souvant se taire”. (f. 6v-7r.) Essa exposição é pouco usual no gênero memórias mais restrito. A dimensão do afeto, segundo Stella Maris Scatena Franco (2017), também é incomum na escrita masculina. Ao discutir uma suposta distinção entre escrita de viagem feminina e masculina, a autora, com quem se há de concordar, defende que “[...] certos contrapontos tornam problemática a ideia de uma estrita oposição entre as esferas 'feminina' e 'masculina'”. (FRANCO, 2017, p. 1) Conforme diz, há práticas de escrita feminina mais pragmáticas, como há “[...] uma escrita intimista de autoria masculina”. (FRANCO, 2017, p. 36)

Os escritos de Egydio apresentam sua visão acerca da educação, da cultura e da política de sua cidade, mas também da Bahia e do Brasil. Ele registrou eventos como a Exposição Nacional de 1908,⁷ aspectos da cultura ribeirinha, da fauna e da flora da região. Seus manuscritos revelam um homem culto e socialmente engajado, associado a agremiações como a Filarmônica Apollo Juazeirense e o Clube Comercial. Os valores que regiam sua vida estão impressos em sua escrita, como no trecho em que narrou a emoção pela Abolição da Escravatura: “[...] quando tivemos conhecimento do Decreto n°. 3353 de 13 de Maio de 1888, que extinguiu o elemento servil, éra extaordinario o movimento dos libertos que tomavam a trouxa com um vae-vem desorientado, uns perplexos e outros entre commovido e atonitos!”. (LOPES D'ALMEIDA, 1909) Para ele, a reação dos libertos foi singular: “Poucos fôram os que

7 Conforme Decreto n° 6.545, de 4 de julho de 1907, o evento celebrava o centenário da abertura dos portos.

se conformaram com os salários, para permanecerem nos antigos lares”. (LOPES D'ALMEIDA, 1909, f. 3r) Ele registra a visão que tinha de si frente à escravidão:

[...] Eu rendo um culto de homenagem á Princeza D. Isabel, bem denominada 'a Redemptora', por que sempre tive idéas liberaes e anti-escravocratas, e lembra-me ainda da satisfação que senti, apesar do prejuiso notável, de ver a mancha que aviltava o paiz completamente extincta pela abolição. (LOPES D'ALMEIDA, 1909, f. 3r)

Não escaparam à sua pena impressões acerca dos efeitos econômicos para o país. Ressalte-se, no entanto, que esse perfil progressista é criação do autor, forjado para a posteridade, com a noção que quer transmitir para seus leitores. (FOISIL, 1991) Trata-se de uma autoimagem lapidada, passada a limpo, conforme Phillippe Artières (1998). A ideia de verdade está ligada à experiência dos indivíduos, às suas próprias convicções, como afirmam Pierre Bourdieu (1996) e Angela de Castro Gomes (2004).

O segundo gênero escrito por Egydio foi nomeado de “Roteiro de Viagem de Juazeiro a Pirapóra”. Em sua acepção náutica, um roteiro é um livro “[...] onde se descrevem minuciosamente o litoral, ilhas, baixios, pontos, regimes de ventos, de correntes e de chuvas, faróis e outros dados de interesse para a navegação”. Ou ainda: “[...] descrição pormenorizada de uma viagem, itinerário”. (FERREIRA, 1986, p. 1524) O título dialoga com o texto de Egydio, que identificou os locais por onde passou, anotou distâncias, descreveu a topografia do local etc., mas seu texto extrapola essas descrições, caracterizando-se como um diário de viagem, pois apresenta marcas discursivas desse gênero textual – tais como narração em retrospectiva, datação, identificação e caracterização de aspectos socioculturais dos locais etc. Embora alguns elementos sejam comuns aos dois gêneros, a função social do texto de Egydio dirime qualquer dúvida que subsista, pois a viagem que deu origem à redação do diário era parte de um serviço regular de transporte, realizada por mais de um navio, implantado desde o ano de 1871, quando se iniciou a navegação com navios a vapor na região do médio São Francisco. (GARCEZ; SENA, 1992) Sendo um percurso

rotineiro, não se justifica a existência de um roteiro, cuja função social seria a de orientar outros navegadores.

Egydio viajou no vapor Prudente de Moraes, de Juazeiro (BA) a Pirapora (MG), no período 15 de março a 14 de abril de 1909. Embora tenha sido minucioso no relato dos horários de chegada e de partida do navio, bem como sobre a geografia dos locais por onde passou, sua narrativa omitiu impressões sobre o dia a dia na embarcação: os passageiros, a tripulação, as acomodações, a alimentação etc. As raras menções às condições de viagem excluíam seus sentimentos frente às situações.

Se a manutenção de um diário íntimo resulta de uma prática cotidiana do diarista, de sua existência ordinária, os diários de viagem relatam o transitório, “[...] uma representação e uma memória, [...] durante uma fase excepcional de sua existência”. (HÉBRARD, 2000, p. 30) Esse é também um trabalho de memória no qual o sujeito busca eternizar as impressões do vivido. Ao mesmo tempo em que esse registro é para seu prazer e recordação, é uma forma de se perpetuar junto aos seus, mostrando sua sensibilidade e experiências vividas.

Se, por um lado, as observações a respeito do cotidiano escapavam à pena de Egydio, por outro lado, seu texto materializa as representações que fazia da cultura, da educação, das tradições etc., ao tempo em que, como prática cultural, representa quem ele era. Suas memórias, seu arquivamento por escrito, permitiram-lhe a organização de dados sobre si e sobre o espaço e a sociedade de que fez parte, transmitindo sua forma de pensar e seus valores. (ARTIÈRES, 1998) Tais gestos, conscientes ou não, demonstram seu desejo de difusão da escrita, ainda que para um público restrito, como seus descendentes. Revelam o desejo de permanência mesmo que em âmbito privado e promovem o reencontro com a própria história, como diz Ana Chrystina Venancio Mignot (2005). Assim, a resposta mais crível para a questão “por que escreveu?” está na epígrafe de suas memórias: “*A memória é para cada homem uma parte de sua moralidade; Ai de quem não tem memória*”.⁸ (LOPES

8 Texto original: “*Le souvenir est pour chaque homme une parti de sa moralité; malheur a qui n'a pas de souvenir*” O trecho foi citado a partir de um discurso proferido pelo filólogo francês Ernest Renan no ano de 1891, por ocasião do encontro dos Félibres, movimento em prol da língua e da cultura da Occitânia. Ver: <https://www.occitanparis.com/images/stories/documents/Francesca-Celi-Felibres-et-Cigaliers.pdf>.

d'ALMEIDA, 1909, f. 2r, grifo e tradução nossa) Egydio revela a representação que sua escrita tinha para si e, nesse sentido, seu desejo de duração se cumpriu, como atestam as práticas de escrita mantidas por seus descendentes ao longo do século XX.

Maria Elisabeth Lopes d'Almeida: “aos meus a quem muito quero”

A primeira descendente de Egydio a manter uma prática de escrita cujos textos foram preservados foi Maria Elisabeth Lopes d'Almeida, primeira guardiã do *Livro do papai*. Segundo os escritos de seu pai, ela nasceu em Juazeiro (BA) em 1º de maio de 1897 e foi batizada no dia 6 de junho do mesmo ano pelo Padre Oliva. Formou-se na Escola Normal, da capital baiana, e ingressou na Congregação das Irmãs Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus, no Rio de Janeiro, ordenando-se como Irmã Maria Evangelina, nome com o qual assina seus escritos.

O texto manuscrito por Irmã Maria Evangelina, à pena e tinta ferrogálica, datado de 22 de fevereiro de 1941, acha-se num volume bem conservado, originalmente encadernado, com capa em papel cartão, medindo 11,5 x 15,5 cm, com 95 folhas pautadas, sem margens, das quais 22 estão manuscritas. A numeração foi inserida à mão apenas no lado recto, na parte superior direita, iniciando no fôlio 1 com o número 2, indo até o fôlio 16 com o número 17. A identificação da autora aparece abreviada: “Ir. M. E.” Trata-se do Livro de família 1 (ALMEIDA, 1941, f. 1r) Sabe-se que era pessoa culta para os padrões femininos da época⁹ e que, além de formada pela Escola Normal, teve acesso à cultura escrita em ambiente privado, visto ser filha de uma professora de Primeiras Letras e de um homem letrado, o que favoreceu o acúmulo de capital cultural. (BOURDIEU, 2007)

O convento, espaço em que as mulheres historicamente tiveram acesso às práticas lectoescritoras, conforme Leila Mezan Algranti (2001), deu lastro à prática de escrita de Irmã Maria Evangelina. Contudo, conventos e recolhimentos, que eram importantes lugares de produção

9 De acordo com Ferraro (2002), 61,2% da população com cinco anos ou mais ainda não era alfabetizada em 1940.

escrita para a mulher, não ofereciam liberdade de produção, como alerta Castillo Gómez (2006). A prática de escrita mantida nesses espaços era vigiada e sujeita ao crivo institucional. Embora as mulheres conseguissem se apropriar de uma prerrogativa genuinamente masculina,¹⁰ em seus escritos prevalecia “La pluma de Dios”. (CASTILLO GÓMEZ, 2006, p. 185) Assim, o texto escrito por Irmã Maria Evangelina está eivado das características do discurso religioso, marcadamente injuntivo, que diz respeito ao tipo textual que estabelece normas que orientam as práticas sociais – o que está associado ao caráter ideológico da escrita. (BAKHTIN, 2003b) A tipologia injuntiva é identificável em diversos gêneros da vida privada e, claro, no texto religioso, parte da biblioteca dos que professam alguma religião. Assim, como católica que era, essa tipologia esteve presente nas práticas orais e escritas de Irmã Maria Evangelina e família.

Os tipos textuais, definidos por Marcuschi (2008) em bases bakhtinianas, são construções teóricas determinadas pela natureza linguística que as compõe, sendo suas marcas reveladas na superfície textual, conforme a intencionalidade do autor, das suas escolhas lexicais, sintáticas, estilísticas etc. A injunção permeia a escrita da freira, expressando-se no modo imperativo afirmativo, flexão muito própria dos verbos predominantes nesse tipo textual, que assinalam sua retórica nas recomendações que faz: “Cada dia levanta-e-vos cedo com a intenção de agradar a Deus. [...] Tomae um bom livro e fazei uma pequena meditação”. (ALMEIDA, 1941, f. 9r)

Além do modo imperativo, cuja carga semântica evidencia a intenção de aconselhar e orientar de forma direta, há outras construções que sugerem os passos que os leitores devem seguir para alcançar determinado objetivo, deixando-lhes a autonomia da escolha. Assim, a Irmã escreveu: “Para fazerdes a vontade de Nosso Senhor e viverdes como Elle quer observae este pequeno regulamento”. (ALMEIDA, 1941, f. 11r) Percebe-se que a recomendação se insinua como ato opcional, apenas se desejada pelos leitores. Mas essa opção não existe de verdade, embora o enunciado possa dar essa ideia. O discurso religioso revoga

10 A esse respeito, ver: Cardona (1994).

a autonomia expressa nas palavras, pois se trata de seguir as leis de Deus. Nenhum crente está disposto a questioná-Lo! Observa-se aí um apelo à formação cristã de seus leitores, que a veem numa posição de interlocutora privilegiada entre o céu e a terra. Adilson Citelli (2002, p. 21) denominou esse recurso de “raciocínio retórico”, aquele “[...] capaz de atuar junto a mentes e corações, num eficiente mecanismo de envolvimento do receptor”. Para Citelli, as formações discursivas de âmbito religioso são as mais persuasivas, pois não dão margem para questionamento daquele que fala, visto que sua voz é “plasmada” por Deus, restando apenas a noção de dogma.

O pensamento dogmático é monológico (BAKHTIN, 2003a), aquele do qual a alternância é subtraída. O discurso monológico se opõe ao dialógico, pois é blindado, é o discurso autoritário, o que não pode ser retrucado. O discurso religioso, imbuído da palavra sagrada, barra o fluxo de respostas e impõe o modo de recepção como aceitação do dito, que expressa não apenas a vontade daquele que escreve, mas principalmente a vontade de Deus.

Nessa mesma linha de raciocínio, Eni Orlandi (1987, p. 244) diz que o discurso religioso é autoritário, pois se referencia em si mesmo, o que lhe confere um aspecto monossêmico. Assim, todo discurso é incompleto e seu sentido se realiza na “[...] relação com outros discursos, é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social [...]”. O discurso autoritário escapa à dinâmica de produção de sentidos que dá aos discursos não autoritários um caráter polissêmico.

Lígia Bellini (2006-2007), investigando a vida conventual no Antigo Regime, alude à prática retórica e disciplinar da modéstia das freiras místicas. A Irmã Maria Evangelina também não se enaltecia ou se colocava num patamar acima daqueles a “quem tanto queria”, colocava-se como criatura vulnerável:

Nós somos pobres criaturas. Dependemos d’Ele em tudo e para tudo. Somos só miséria e pecado [...]. Nada podemos sem Elle, não só nas cousas espirituaes e elevadas, mas até nas mais simples e materiaes como seja apanhar um papelinho no chão. (ALMEIDA, 1941, f. 2v)

Embora seu texto esteja assinado e ela se arvora a aconselhar sua mãe e irmãos, o faz em nome de Deus, pois se considera sujeita aos mesmos erros que todos. Assim, as recomendações não são suas, mas de Deus. A Irmã afirma não ter a santidade necessária para indicar os caminhos, mas a palavra de Deus certamente a tem. Esse parece mais um gesto de convencimento do leitor que, seguindo suas orientações, segue aquilo que Deus espera de um bom filho. Para reforçar suas palavras, a Irmã introduz uma citação: “Vêde os passarinhos do céu que não semeiam nem colhem e os lírios dos campos que se vestem melhor do que Salomão”. (ALMEIDA, 1941, f. 3v) É um trecho do Sermão da Montanha, que aparece em Mateus 6:25-34 e em Lucas 12:26-34. A palavra de Deus é evocada como reforço para sua recomendação.

Como franciscana que era, a Irmã recomendava as virtudes da pureza, da humildade e da pobreza: “[...] lembrae-vos de quantos males sois capazes sem a graça de Deus e sede humildes. Para serdes humildes é preciso que vos julgueis inferior a todas as outras criaturas e gosteis das cousas humildes [...]”. (ALMEIDA, 1941, f. 8v) Seu texto tem como função primordial orientar seus familiares com conselhos para uma vida devota a Deus. É possível que neste trecho ela se dirija mais aos jovens sobrinhos do que propriamente à mãe ou aos irmãos:

Sabeis bem como Jesus ama a santa Pureza. Praticae-a, pois, evitando tudo que pudesse diminuir-lhe a beleza. Fugi das más companhias [...] Fugi das festas ou passeios [...] e entre todas as festas detestae o Carnaval, [...] porque arranca a Deus do coração de muitos e esfria o amor [...]. (ALMEIDA, 1941, f. 10r-10v)

E assim a Irmã Maria Evangelina segue com recomendações diárias, semanais, mensais e anuais, conforme a fé católica.

Cada dia, levantaе-vos cêdo com intenção de agradar a Deus. (f. 11r) [...] Cada semana, ide á Santa Missa [...] (f. 12v) Cada mez, Honrae o Sagrado Coração de Jesus, [...] (f. 3r) Honrae ao Coração Imaculado de Maria nos Primeiros Sabados de cada mez, pedindo pelas vocações sacerdotaes. [...] Cada anno, Fazei a Paschoa confessando e comungando [...]. (ALMEIDA, 1941, f. 13r)

A leitura é uma das sugestões da freira. A leitura edificante, capaz de alimentar a alma, o que exclui os gêneros da leitura extensiva (CHARTIER, 1991), sobretudo os romances: “Tomae um bom livro e fazei uma pequena meditação”. (ALMEIDA, 1941, f. 11r); “A hora que puderdes fazei uma leitura espiritual na Imitação de Christo¹¹ ou em outro livro piedoso”. (ALMEIDA, 1941, f. 11v)

É patente a estima aos escritos do pai e aos valores familiares: “Lembrae-vos sempre do exemplo e dos ensinios de nosso Pae, de santa e saudosa memoria, e lêde a sua ‘Odisséa’, para que a sua vida sirva de norma à vossa”. (ALMEIDA, 1941, f. 15r) E prossegue: “Como nossos Paes, não consintaes que diante de vossa presença se diga a menor cousa contra um Sacerdote”. (ALMEIDA, 1941, f. 15v) Nesses excertos, os principais interlocutores são seus irmãos, pois ela faz referência aos “nossos Paes” como modelos de conduta. Já no segundo trecho, talvez aí resida algumas respostas para os sentidos das práticas de escrita mantidas em família. A vida do pai é vista como santa e um modelo a seguir. Isso remete a uma prática análoga mantida nos conventos, em que as internas têm que ler as hagiografias dos santos e as vidas exemplares de freiras que deixaram suas memórias escritas. (ALGRANTI, 2001)

Percebe-se que o *Livro do papai* está revestido de grande importância e que não é apenas um documento numa gaveta. Antes, é um material difusor dos valores familiares, e Irmã Maria Evangelina demonstra isso claramente: “O meu desejo é que leiam essas páginas todos os dias!”. (ALMEIDA, 1941, f. 2r) Suas palavras expressam o anseio de criação de “lugares de memória” (NORA, 1993) e plena “consciência do valor da escrita enquanto suporte da memória”. (CASTILLO GÓMEZ, 2003a, p. 223) Tais gestos respondem à questão “por que escreveu?”, tendo em vista a função social de seu escrito, que oferece normas para uma vida pia, com recomendações abrangendo o cotidiano, as semanas, os meses e os anos. Escreveu para orientar os seus a viverem de acordo com a fé católica e a alcançarem um “lugar no céu”. Seu texto se ocupa ainda da difusão e da preservação dos valores familiares presentes nas memórias de seu pai – “homem santo” de vida exemplar.

11 Livro que tem formado cristãos desde a Idade Média, de autoria de Tomas de Kempis (Alemanha, 1380-1471). Ver em: <http://imitacaodecristo.50webs.com/>.

Célia Almeida Gil Ferreira: cotidiano familiar e autocensura

Das netas de Egydio, duas mantiveram uma prática de escrita privada: Clélia Almeida Gil Ferreira – a segunda guardiã do *Livro do papai* – e Célia Almeida Gil Ferreira, filhas de Elisabeth Almeida Gil Ferreira e de Vladmir Gil Ferreira. Célia nasceu em 30 de abril de 1927, em Salvador, onde o casal fixou residência após o matrimônio. Célia tinha curso de Técnica em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas. Embora haja vários registros em sua carteira de trabalho, ela teve apenas um emprego formal. Os demais registros foram realizados para que ela, recolhendo os impostos, tivesse direito à aposentadoria, conforme declarou sua filha Ana Elisabete. Observa-se nesse gesto que nem sempre os documentos, ainda que oficiais, são portadores da “verdade”. Percebe-se também uma apropriação da escrita como um instrumento capaz de criar realidades. Assim, cabe ao pesquisador realizar uma leitura atenta dos documentos, desvendando as camadas de sentido por trás dos escritos.

A morte de Clélia, no ano de 1986, foi decisiva para a mudança no teor dos escritos de Célia, que queimou os seus próprios diários e possivelmente os da irmã, para preservar a privacidade de ambas.¹² Desde então, sua intimidade foi silenciada, embora seus textos ainda abordassem suas relações pessoais e o cotidiano doméstico. Célia tornou-se a terceira guardiã do *Livro do papai* e enriqueceu o acervo familiar com sua escrita ordinária (FABRE, 1993):

Quadro 1 - Gêneros textuais produzidos por Célia Almeida Gil Ferreira

GÊNERO	TEOR	PERÍODO
Livro parental	Sobre o nascimento de sua primeira filha	1953
Livro de família 2	Datas e fatos importantes 1	1974-1995
Livro de família 3	Datas e fatos importantes 2	1974-1995

12 Há duas informações acerca do destino dos diários de Clélia: a) foram queimados após a leitura juntamente com os diários de Célia; b) Extraviaram-se após a leitura de Célia. Como Clélia era solteira e sem filhos, cremos na primeira possibilidade, pois pensamos que Célia herdou os escritos da irmã, assim como confirmadamente herdou o *Livro do papai*, então sob a guarda de Clélia.

GÊNERO	TEOR	PERÍODO
Diário de viagem	Viagem ao Rio de Janeiro	15/09/1984-22/10/1984
Diário 1	Escrita cotidiana	01/01/1991-31/12/1991
Diário 2	Escrita cotidiana	01/01/1992-31/12/1992
Diário 3	Escrita cotidiana	01/01/1993-31/12/1993
Diário 4	Escrita cotidiana	01/01/1994-31/12/1994
Diário 5	Escrita cotidiana	01/01/1995-31/12/1995
Diário 6	Escrita cotidiana	01/01/1996-31/12/1996

Fonte: Farias (2023).

O *Livro parental* narra os quatro primeiros meses de Ana Elisabete, primeira filha de Célia com o agente de navegação José Bezerra. Trata-se de uma caderneta em espiral, de 100 folhas não numeradas, das quais restaram apenas 12. Célia descreve o sucesso de seu parto e as características da bebê, relata as visitas que receberam e os presentes que levaram: “Ganhou dos vizinhos: 2 talcos Jhonson e 1 cx. de sabonetes. Petit: veio de Camaçari ver a nenen. Já tinha trazido um medalhão do anjo da guarda para pindurar no berço”. (FERREIRA, 1953, f. 3r) Tal testemunho oferece noções sobre a maternidade e a primeira infância entre a classe média naquele meado de século. Na capa do suporte, em papel cartão, estão manuscritos: “Compromissos e Obrigações” e “Abril”. Esse título denota uma prática de escrita diária, que excede o evento do nascimento de sua filha.

No *Livro de família* 2¹³ há anotações, em ordem cronológica, sobre fatos importantes acerca de seus filhos e netos. No início, há uma espécie de sumário, com cinco seções: a) “Meus filhos Datas e fatos importantes; b) Nossa Casa N^o na Prefeitura – Escritura – etc; c) José Registro – Título – etc; d) Célia Registro – Título – Diploma –; e) Meus Netos”. (FERREIRA, 1974, f. 1) Cada filho(a) tem o nome indicado numa subseção. São registros de batizados, vacinas, doenças infantis, acidentes, cirurgias, colégios frequentados, casamentos, separações etc. Apesar do caráter objetivo e da síntese de informações, de vez em quando as anotações ficam mais pessoais. Isso ocorreu, por exemplo, na ocasião da morte de seu filho José Bezerra Filho, assassinado em 24

13 50 das 59 folhas foram preenchidas. A folha 60 foi subtraída do volume.

fevereiro de 1972, aos 18 anos, como também ao registrar uma cirurgia a que sua filha foi submetida: “Hoje 18-03-83 Ana foi operada. Foi uma gravidez na trompa (lado direito). Pena porque ela estava muito contente de estar grávida. Deus sabe o que faz. Ela passa bem. Medico Frederico Gabrielle”. (FERREIRA, 1974, f. 33v)

O *Livro de família 3* substituiu o anterior, que foi copiado para o novo volume. A organização do livro expressa um gesto de rememoração e denota desejo de conservação dos escritos. As anotações foram reorganizadas por mês, com todos os eventos importantes ocorridos entre os anos de 1974 e 1995. A nota sobre a cirurgia da filha, no novo volume, foi sintetizada na aba do mês de março: “1983 Dia 7 – Ana com gravidez tubária. Vai operar; 18 – Operação Ana. Tirou a trompa lado direito”. (FERREIRA, 1995a, f. 23v) O distanciamento temporal parece tornar o registro menos emotivo. Na página inicial do *Livro de família 3* (1995b, f. 1r), uma anotação esclarece seu conteúdo:

Filhos

A partir de 1974, resolvi anotar fatos importantes ou acontecimentos que de alguma forma marcou, na época, a vida de algum de de (sic) vocês e por consequencia a minha. O caderno estava velho e Cadito me deu esta agenda sem datas e dias fixos; resolvi passar à limpo tudo. Fica mais claro e sem borrões ... mês a mês registro o ano e o dia do acontecimento.

Beijos.

Eu

Os escritos de Célia abordam eventos extraordinários, fatos importantes que marcaram o grupo a partir de 1974, como também observações sobre a sua vida familiar no *Livro de família 2* (1974): “Abril – 1975 – Yeddo proibio Graça de estudar. É um duro golpe para nós. Não há motivo. Só ciúmes.”, escreveu Célia a respeito da relação de posse do genro sobre sua filha.¹⁴ Seus livros de família dão conta da coletividade. Já seus diários tratam de assuntos corriqueiros da vida privada, de projetos e de lembranças. O tempo demarcado das agendas,

14 Em janeiro de 1974, Graça foi aprovada no vestibular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para a área Z, Ciências Exatas, opção Engenharia Civil. Ela e Yeddo se casaram em abril de 1974. Em abril de 1975, ele a proibiu de estudar. Graça retornou à universidade, com consentimento do marido, em fevereiro de 1977, o que foi muito comemorado por Célia.

suportes dos diários, facilita não somente as anotações cotidianas, mas também evidencia as interrupções de registro. Há notas sintéticas sobre seu estado pessoal – “Passei o dia em paz. Arrumei – passei. Tudo bem”. (FERREIRA, 1991) – e anotações mais reflexivas:

Dia dos Paes.

Domingo angustiado. Falei com todos os filhos e genros mas não quis ir a lugar algum. Não me senti bem. acho que estava depressiva.

Mas confio em Deus e Ele levantará minha moral e concretizará a esperança!

E parece que tudo se resume em dinheiro! Cada vez mais vil e necessário...

Comecei remédio (anotado na margem). (FERREIRA, 1995a)

Célia escrevia quase todos os dias: pequenas notas acerca de compras ou pagamentos, medicamentos ingeridos, registros sobre sua saúde, relações com seus familiares, sessões com a manicure, se saía ou permanecia em casa etc. Muitas vezes utilizava as margens e as contracapas das agendas para anotações rápidas e fazia correções em relação a informações equivocadas. Em entrevista, Ana Elisabete disse que Célia mantinha um caderninho no qual fazia pequenas anotações ao longo do dia e passava a limpo à noite.

A profusão de temas em seus escritos, inclusive certos dissabores que não foram silenciados, suscita inquietação sobre a autocensura ao queimar seus diários. Conforme Artières (1998, p. 10), quando escrevemos um diário realizamos uma triagem em relação ao que reter ou dispensar e “[...] quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias”. Tal contradição aparece na prática de Célia, que registra pequenas discórdias cotidianas, mas teve um gesto radical de silenciamento sobre o já dito, queimando um baú de escritos.

Silêncio e silenciamento, por caminhos distintos, levam a muitos sentidos. De acordo com Orlandi (2007, p. 13), “O nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio [...]”. Há uma escolha acerca do que deve ser dito ou omitido, conforme Artières (1998). Assim, o silêncio é parte do arquivamento de si e o que é ocultado tem relação com a imagem criada de si. Contudo, o silenciamento, que não é o silêncio, é cheio de significados ideológicos. Há no silenciamento

“[...] um processo de produção de sentidos silenciados [...]”. (ORLANDI, 2007, p. 13)

De acordo com Michelle Perrot (2005, p. 10), o silêncio é “[...] disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar [...]”. Segundo a autora, talvez por pressentirem a incompreensão de seus herdeiros, algumas mulheres se adiantam em apagar seus vestígios, num gesto de “[...] adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, [...]”; um consentimento à negação de si que está no centro da educação feminina, religiosa ou laica, e que a escrita – assim como a leitura – contradiziam”. (PERROT, 2005, p. 37)

O gesto de censura pode ter relação com um traço de sua subjetividade que Célia não queria que fosse parte da imagem que seus escritos criavam de si, traço que escapa a esta leitura. Entretanto, sua autocensura pode ser lida e denuncia a remoção de indesejados vestígios de si. Isso ocorreu a partir do momento em que Célia conheceu os escritos de Clélia e os confrontou com a ideia de sujeito que tinha da irmã. Parece que então ela percebeu que os sentidos extrapolam as intenções do autor e ganham vida própria em contato com o leitor. Essa compreensão pode explicar a destruição de seus diários, barrando o acesso à intimidade e às emoções de épocas passadas. Embora fosse uma mulher à frente de seu tempo,¹⁵ Célia também estava sujeita às relações de poder que determinam o campo de expressão feminino. Seus escritos não eram simples forma de rememoração, eles tinham destinatários, conforme dedicatória no *Livro de família 3* (1995b). A destruição pode ocorrer para a ocultação de um segredo ou para a preservação de uma determinada imagem de si. O fato é que “[...] a destruição das escrituras privadas revela aspectos marcantes do valor nelas depositado, bem como impõe alguns entraves ao seu estudo, sobretudo quando se quer analisar a concretização material do fato de escrever”.¹⁶ (CASTILLO GÓMEZ, 2004, p. 39, tradução nossa)

15 Célia tinha formação técnica em Contabilidade, ingressou no mercado de trabalho nos anos 1940 do século XX e fazia questão de que suas filhas estudassem e trabalhassem, a despeito de se casarem.

16 Texto original: “[...] la destrucción de las escrituras privadas revela aspectos notables del valor depositado en ellas al igual que impone algunas rémoras para su estudio, sobre todo cuando se quiere analizar la concreción material del hecho de escribir”.

Além dos escritos ordinários que manteve e que incluía a produção de variados gêneros, conforme Quadro 1, a coleção de Célia é composta ainda de 128 cartas endereçadas a ela, por seu pai e outros correspondentes, e um volume expressivo de documentos, do qual fazem parte cartões de felicitações, calendários, lembranças de batismo e de primeira comunhão, documentos pessoais, recibos de depósitos, convites, fotografias, recortes de jornal e diversos outros artefatos da memória que passaram a compor seu novo baú de escritos, aqueles cujo acesso não foi censurado, mas que não serão abordados nas breves linhas deste capítulo.

Célia também escreveu diário de viagem. Segundo seus registros, ela fez várias viagens, mas apenas um diário compõe o acervo. Trata-se de sua ida ao Rio de Janeiro no período 15 de setembro de 1984 a 22 de outubro de 1984. O diário contém apenas os dias e os meses, mas o ano foi recuperado a partir de anotação no *Livro de família 3* (1995b). Embora tenha sido uma viagem de turismo e de reencontro com amigos e familiares, o tom de seu diário de viagem segue a retórica dos diários pessoais, aproximando os dois gêneros. Ela cita os locais por onde passa, os restaurantes, lojas etc., mas não faz uma descrição das características dos lugares. Relata as impressões que os eventos lhe causam, como se sente, o que pensa das pessoas com quem se encontra etc. Isso dá ao seu texto um caráter autobiográfico, muito próximo da escrita de si: “5ª feira 27 [...] Fiquei admirada [...] com a festa de S. Cosme e Damião. Imagine que se distribui doces e bombons e até brinquedos [...] Pensa que são crianças pobres e maltrapilhas? Não. [...] Adorei, adorei, adorei. Valeu! Como valeu”. (FERREIRA, 1984, f. 5r-5v)

Seu texto também oferece vestígios de suas práticas relativas à leitura, à escrita e à produção de memórias: “5ª feira 4 out [...] Hoje comprei o livro que falta para minha coleção e umas bobagens pª Yuri e Yeddo. Se tivesse ‘gaita’ era mais fácil. Tem um teleférico e uma pista para Sky. Comprei muitos postais para documentar”. (FERREIRA, 1984, f. 11v-12r) Embora seu caderninho gasto, com capa temática do Sítio do Pica Pau Amarelo, abrigue um texto prevalentemente em retrospectiva, como são os diários, há momentos em que o tempo presente e até o futuro aparecem: “Dia 28 – sexta. [...] Estou momentaneamente

sozinha. Depois do almoço vou com Andrea encontrar Sonia para passear. Depois eu conto”. (FERREIRA, 1984, f. 6r) Seu diário é cheio de rasuras e de anotações nas margens, o que lhe dá um aspecto orgânico e vivo. Ainda que ela se dirija a esse leitor implícito quando diz “Depois eu conto”, seu texto é genuinamente ordinário. (FABRE, 1993) Na escala de descendentes, ela é a primeira a retomar o gênero diário de viagem, produzido pelo patriarca, mas não será a única, como será visto a seguir.

Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho: guardiã de memórias

Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho é bisneta de Egydio Lopes d’Almeida, a quarta e atual guardiã do acervo dos Lopes d’Almeida. Nascida em Salvador, em 6 de janeiro de 1953, é membro da quarta geração de escreventes a manter uma prática de escrita ordinária. Foi a primeira mulher a se formar em Engenharia Mecânica na Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 1976, curso escolhido para satisfazer um desejo de sua mãe (Célia), que sonhou em ser engenheira, mas foi impedida após o casamento. É importante destacar que a escolha desse curso nessa época causa uma certa surpresa, pois há uma construção social (LOURO, 2004) introjetada na sociedade que leva homens e mulheres a escolherem profissões a partir de “vocações” femininas ou masculinas. A Engenharia, da área de exatas, seria então uma profissão tipicamente masculina. No entanto, Ana Elisabete não apenas cursou Engenharia Mecânica, como foi apoiada por sua mãe. Conforme relatado anteriormente, outros entraves poderiam se interpor na vida de uma mulher, como ocorreu com Graça.

Ana Elisabete, como disse em entrevista, conheceu todos os escreventes que têm texto no acervo, exceto Egydio. Ela também é guardiã do legado familiar que lhe chegou pela oralidade. Personifica a avó que, nos termos de Myriam Moraes Lins de Barros (1989, p. 35), reconstrói sua história e a “[...] história do modelo familiar, através de caminhos já marcados por lembranças suas e de seu grupo [...]. A reconstrução desse caminho é necessária para estabelecer a identidade atual na família”. Como defende Lins de Barros (1989, p. 35), a avó vê em seus

antecessores modelos a serem seguidos e nos objetos-memória “[...] partes de um passado, [...] símbolos da família, dos laços de descendência, que podem ser transcritos como bens que contêm uma história”.

Os escritos de Eduardo Pinheiro Xavier, de quem Ana Elisabete é viúva, também estão sob sua guarda. São dois diários pessoais, dois cadernos com resenhas de futebol de botão, poemas, listas de namoradas com *status* da relação etc. Os textos foram escritos durante a adolescência do jovem, nos anos 1960, e foram incorporados ao acervo dos Lopes d’Almeida.¹⁷ Conforme Gomes (1996, p. 21), “O guardião [...] tem como função primordial ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/ possui as ‘marcas’ do passado [...]”.

Além do trabalho de guarda-memória, Ana Elisabete está encarregada de transmitir os “[...] bens simbólicos às gerações seguintes [...], fazendo de cada descendente o alvo e ao mesmo tempo o veículo da preservação dos valores familiares. Em torno dessa idéia [...] está presente a noção de um tempo que se repete [...]”. (LINS DE BARROS, 1989, p. 36) Afora a manutenção da tradição familiar, respeitando o capital cultural (BOURDIEU, 2007) de que é herdeira, Ana Elisabete manteve uma prática de escrita que consistia na citação de poemas ou letras de músicas, trechos de suas leituras e, algumas vezes, uma reflexão própria. Em seus escritos há citações de Vinicius de Moraes, Thiago de Melo, Dalai Lama, Fernando Pessoa, entre outros. O suporte de sua escrita é um livro/agenda da editora Tribo, em capa dura e espiral, famosa nos anos 1990 entre intelectuais e pessoas descoladas. O volume em questão é uma edição que reúne alguns textos publicados em agendas dos anos de 1990 a 1999, denominado *Resumo da Ópera*. Trata-se dos melhores momentos do *Livro da Tribo*, como era chamada a agenda. São 252 páginas, das quais as seis primeiras, em papel revista, estão assim organizadas: f.1r: informações editoriais; f.1v: dados do proprietário na parte de cima e dados da editora na parte de baixo; f.2r: editorial; do fólio 2v até f.6v há citações e ilustrações. Os demais fólios estão numerados até a página 252. Todos os textos foram escritos com esferográfica na

17 Tais materiais não serão objeto de análise neste momento, por conta dos limites do capítulo.

cor lilás – que já demonstra alguns sinais de oxidação –, o que remete a um certo senso de organização da escrita e talvez a uma menor espontaneidade nos registros. Sem datação impressa, a agenda é atemporal. Nem todas as páginas foram utilizadas.

Conforme editorial do livro/agenda, as edições comemorativas são organizadas nos temas: pessoa, relação, conhecimento e sociedade. O tema do volume utilizado por Ana Elisabete é “Pessoa: sobre o indivíduo e seus processos”. Importa pensar na relação desse tema com sua prática de escrita, que, a partir do fôlio 7r, transcreve poemas e trechos de músicas. Tal prática põe em evidência suas leituras e cria um estoque de pensamentos a serem revisitados, num gesto de constituição de si, assemelhando o documento aos *hypomnemata*, “[...] livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda” na Antiguidade¹⁸ (FOUCAULT, 1992, p. 134-135), cujo uso como livro de vida tornou-se corrente, sendo suporte de notas sobre condutas exemplares, leituras, reflexões etc. Constituíam-se como “[...] memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas [...]”. (FOUCAULT, 1992, p. 135) A constituição de si difere da escrita de si, pois a segunda consiste num gesto confessional. É a escrita etopoiética.¹⁹ Apesar da verossimilhança, ressalve-se que não se deve cometer o engano do anacronismo. A escrita de si é, conforme Chartier (1991), um gesto moderno relacionado à constituição do homem como sujeito de direitos.

Afora a constituição de si, no que tange à elaboração da memória, evidencia-se na escrita de Ana Elisabete um acervo para recordação de eventos e para reviver emoções, gesto que todo indivíduo experimenta, seja por meio da escrita ou pela reunião de outros artefatos. Tais atos evocam leituras com as quais a autora se identifica e que têm alguma representação para o momento em que escreve, para seu passado ou para o futuro. O *Livro da Tribo* apresenta uma proposta de interação com o escrevente, provocando diálogos com os textos impressos, como ocorre na página 134. O texto do livro, escrito na diagonal da página, em caixa alta, questiona: “Por que ter medo da morte? Enquanto somos,

18 Conforme Foucault (1992), Sêneca defendia que era preciso ler, mas escrever também, e Epitecto defendia a escrita como exercício pessoal.

19 Apoiado nas leituras que fez de Plutarco.

a morte não existe; e quando ela passa a existir, nós já deixamos de ser. Epicuro” (MELLO; GARBELLINI, 2003, p. 134) O texto do filósofo grego é um convite à reflexão sobre a ansiedade que quase todos experimentam sobre o futuro e sobre a finitude. A escrevente responde com o seguinte texto: “Toda vez que me sinto muito feliz acho que já posso morrer... Preciso mudar. Quando me sentir assim como hoje, feliz, feliz, feliz... Quero ser eterna. Bete. Cavallo Russo²⁰ – 22/06/04”. (COUTINHO, 2004, f. 67v.)

É interessante perceber o diálogo e o sentimento de finitude que assombram os humanos desde tempos imemoriais... talvez isso explique o trabalho de sedimentação da memória que a prática da escrita ajuda a pôr em curso... Sobre a reflexão de Ana Elisabete, em um capítulo denominado “As metáforas da viagem” (2003, p. 26), Otávio Ianni diz que o viajante não apenas se encontra, mas também pode se reencontrar, “[...] já que se descobre o mesmo e diferente, idêntico e transfigurado. Pode até revelar-se irreconhecível para si próprio, o que pode ser uma manifestação extrema de desenvolvimento do eu”.

A reflexão de Ana Elisabete se refere a um episódio relatado em um dos dois diários de viagem que escreveu. A primeira viagem, registrada entre as páginas 123 e 139, foi para Natal (RN), para onde ela foi a trabalho, em 15 de setembro. O ano não foi especificado, mas é possível que tenha sido 2003, ano em que a agenda foi lançada. A segunda viagem, registrada entre 19 de junho e 3 de julho, foi narrada entre as páginas 178 e 198, o que leva a crer que ocorreu posteriormente à primeira. A única data completa (22 de junho de 2004) foi inserida na página 134, referindo-se a um local da segunda viagem. O registro foi feito ali em diálogo com o texto de provocação. Todavia, isso pode indicar que os textos foram passados a limpo, pois a página 134 está no relato da primeira viagem. Em sua viagem para Natal, juntaram-se a ela seu esposo e seu sogro. Foram de avião, ela no dia 15 e eles no dia 16 de setembro. Seu primeiro registro foi sobre dados do voo e horário de chegada, e o segundo sobre afazeres laborais. Ela registrou suas atividades e a dos companheiros de viagem, que foram buscá-la no trabalho com o carro

20 Localidade do vilarejo de Sítio do Conde, litoral norte de Salvador.

que haviam alugado. No mais, anotou os locais em que se hospedaram, passeios, restaurantes, pontos turísticos etc., sempre em retrospectiva. Suas descrições acerca das refeições que fizeram oferecem um ótimo material para as pesquisas sociais do futuro. O diário escrito por seu bisavô não dava pistas do cardápio disponível no navio em que viajou ou dos locais em que fez alguma refeição, mas Ana Elisabete é bastante descritiva a esse respeito: “Comemos um ensopado de camarão com feijão verde, aimpim e arroz, regados a manteiga de garrafa. O chamado ensopado é delicioso”. (COUTINHO, 2004, f. 63v)

Na página 135, Ana Elisabete introduz o seguinte: “Comentários de Batman e Robim a respeito de minhas anotações”. (COUTINHO, 2004, f. 68r) Ela transcreve observações de seu esposo e do sogro, que discordam de alguns de seus registros, e outras notas bem-humoradas do sogro, que escreve, por seu próprio punho, o seguinte trecho: “Nota do Redator Chefe: O trio formado por Bete, Regi e Coutinho, denominado ‘Trio Elegante’ gosou das delícias de tudo que aconteceu de bom e outras coisas, que deu um toque das maravilhas que fez bem ao corpo material bem com ao espiritual”. E seu esposo continua: “O único defeito desse nosso inesquecível passeio é que está se findando. Foi muito, muito bom. Estou uns 30 anos mais jovem [...]. Minha preta deve estar com 25 anos, apesar de desconjuntada”. (COUTINHO, 2004, f. 68r)

A segunda viagem foi pelo Litoral Norte, de Salvador (BA) até Aracaju (SE). Seu relato, predominantemente em retrospectiva, tem um caráter turístico e dá conta da paisagem, dos locais de hospedagem, do atendimento, dos cardápios e dos amigos e familiares com quem se encontraram. Prevalece ainda um caráter intimista em que a subjetividade se faz presente:

22/06 – [...] Mais dias, mais lugares lindos. Poças e Cavallo Russo. [...] Voltamos à tardinha acreditando ainda mais na existência de Deus. Para qualquer lugar que olhassemos lá estavam: mar, rio, mangue, coqueiral, céu, nuvens e seres vivos os mais diversos... E eu, me senti divina.....
(COUTINHO, 2004, f. 96f)

Embora a escrita de si esteja presente em seu discurso, seu diário de viagem é tipicamente de turismo, com predomínio para a descrição das sociabilidades desenvolvidas nos locais por onde passaram e para

as belezas naturais. Nisso seus escritos se distinguem dos diários de viagem de Célia, sua mãe, em que a escrita de si dá o tom dos relatos. O diário de viagem de Egydio, por sua vez, distingue-se dos relatos de ambas. Isso tem relação não só com a própria transformação dos gêneros textuais, que não são estanques, mas também com o perfil dos diaristas. A viagem de Egydio, que seguia só, era de reconhecimento do lugar, não propriamente de turismo. Seus relatos dão conta de aspectos históricos e da topografia dos locais por onde passou, assim como de alguns avanços socioculturais de algumas localidades.

Considerações finais

Conforme disse Gimeno Blay (2001), a memória escrita triunfa sobre a oralidade e permite que se elaborem os mais diversos textos para o futuro, documentos que se difundem e definem identidades sociais, individuais e coletivas. Tais textos, quando sobrevivem ao tempo, à negligência, à censura e a outros agentes, permitem que a HSCE esteja comprometida com a investigação do passado através do olhar despretenso das pessoas comuns e pelo modo como lidavam com as formas de produção, de uso e de conservação dos escritos. Assim, conhecer a produção dos textos-memória de uma família, elaborados e produzidos ao longo de um século, lançando luz sobre quem eram essas pessoas, por que escreveram, sobre qual materialidade, sob quais condições e as funções sociais de seus escritos é tarefa a que esta historiadora da cultura escrita não poderia se furtar. Conhecer o traço do homem culto que amava a educação, como também as recomendações para uma vida sem pecados e mais próxima de Deus, as sociabilidades das famílias que viveram o longo século XX e acompanhar os registros do efêmero presente nas viagens que empreenderam são atividades que fazem compreender um pouco do que foi o século XX e o que ele representou para a sociedade que então ia adquirindo mais intimidade com as habilidades de ler e escrever.

O século XX foi, sem dúvida, um século em que a escrita foi vedete. Aprender a escrever e efetivamente fazê-lo representou um divisor de águas que demarcou aspectos bem mais profundos que os da

alfabetização, pois a escolarização foi um recurso disponível sobretudo a pessoas privilegiadas. Nesse sentido, os Lopes d’Almeida foram muito agraciados, pois fizeram parte de um seleto grupo de letrados que deixou testemunhos primorosos. Seus textos são da mais alta importância para o conhecimento de sociabilidades, do passado recente e de um passado mais recuado. Conforme disse Castillo Gómez (2004), esse tipo de texto parece voltado para o futuro, apresenta testemunhos como se seus autores estivessem pensando na história, em alguma forma mais ampla e justa de história.

Se isso foi projeto de Egydio, deu certo. Se seu diário visava à difusão de uma prática familiar, funcionou. O *Livro do papai* permaneceu como legado e fomentou a memória e os valores familiares, dentre os quais a educação e a prática de escrita despontam como elementos essenciais. Seus descendentes escreveram e o diário de viagem permanece como o fio de Ariadne a unir a escrita dos que lhe sucederam nas práticas ordinárias de escrita de si.

Referências

- ALGRANTI, L. M. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. 2001. Tese (Livre docência em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, M. E. L. *Livro de família 1*. [S. l.: s. n.], 1941. (Coleção Egydio Lopes d’Almeida).
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- BAKHTIN, M. Metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p. 393-410.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 261-269.
- BARROS, J. D’ A. Os livros de linhagens na Idade Média portuguesa. A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 25, p. 74-101, 2011.

BELLINI, L. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. *Campus Social*, Lisboa, n. 3-4. p. 209-218, 2006-2007. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/1941/1/artigos12.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

CARDONA, R. G. *Sociologia de la escritura*. In: BIXIO, A. L. (trad.). *Antropologia de la escritura*. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 87-126.

CASTILLO GÓMEZ, A. Das mãos ao arquivo: a propósito da escrita das pessoas comuns. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 223-250, 2003a.

CASTILLO GÓMEZ, A. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006.

CASTILLO GÓMEZ, A. Escritas, textos e leituras: formas de fazer história da cultura escrita. In: PATRIOTA, R.; RAMOS, A. F. *Escritas da história: circulação, leituras e recepções*. São Paulo: HUCITEC, 2017. p. 55-96.

CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 93-124, 2003b. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38710/20239>. Acesso em: 20 set. 2021.

CASTILLO GÓMEZ, A. Hojas embetunadas y libros en papel: escritura y memoria personal en la España moderna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 37-65, 2004.

CASTILLO GÓMEZ, A.; SÁEZ, C. Paleografia versus Alfabetização. Reflexões sobre História Social da Cultura Escrita. *Labor Histórico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 164-187, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v2i1.324>. Acesso em: 2 dez. 2020.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

- CHARTIER, R. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 113-159.
- CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- COUTINHO, A. E. B. X. *Diário de viagem*. [S. l.: s. n.], 2004. (Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho).
- FABRE, D. (org.). *Écriture ordinaire*. Introduction. Paris: Centre Georges Pompidou. Bibliothèque Publique d' Information, 1993.
- FARIAS, A. C. S. *Escrita privada à margem direita do Rio São Francisco no início do século XX*. 2014. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- FARIAS, A. C. S. *Escritos e guardados: cem anos de escrita privada de uma família baiana ao longo do século XX*. 2023. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, 2002.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, C. A. G. *Diário 1*. [S. l.: s. n.], 1991. (Coleção Célia Almeida Gil Ferreira).
- FERREIRA, C. A. G. *Diário 5*. [S. l.: s. n.], 1995a. (Coleção Egydio Lopes d'Almeida).
- FERREIRA, C. A. G. *Diário de viagem*. [S. l.: s. n.], 1944. (Coleção Egydio Lopes d'Almeida).
- FERREIRA, C. A. G. *Livro parental*. [S. l.: s. n.], 1953. (Coleção Egydio Lopes d'Almeida).
- FERREIRA, C. A. G. *Livro de família 2*. [S. l.: s. n.], 1974. (Coleção Egydio Lopes d'Almeida).
- FERREIRA, C. A. G. *Livro de família 3*. [S. l.: s. n.], 1995b. (Coleção Egydio Lopes d'Almeida).

- FOISIL, M. A escritura de foro íntimo. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 113-159.
- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?*. Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.
- FRANCO, S. M. C. Viagem e gênero: tendências e contrapontos nos relatos de viagem de autoria feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yf3Vhr4DkQjgJSpXB7NRWN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.
- GARCEZ, A.; SENA, C. P. *Juazeiro: trajetória histórica*. Juazeiro: Pref. Municipal de Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.
- GIMENO BLAY, F. Conservar la memoria, representar la sociedad. *SIGNO: Revista de História de Cultura Escrita*, Alcalá de Henares, n. 8, p. 275-29, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/58907941.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.
- GOMES, A. C. (org.). A guardiã da memória. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, 1996.
- GOMES, A. C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HÉBRARD, J. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. (org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.
- IANNI, O. As metáforas da viagem. In: IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 11-31.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. De Rousseau à internet. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LINS DE BARROS, M. M. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277>. Acesso em: 17 set. 2022.
- LOPES D'ALMEIDA, E. *Livro do papai*. [S. l.: s. n.], 1909. (Coleção Egydio Lopes d'Almeida).

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MELLO, D. de; GARBELLINI, R. *Resumo da ópera: os melhores momentos do livro da tribo, 1990-1999*. São Paulo: Ed. da Tribo, 2003.

MIGNOT, A. C. V. Por trás do balcão: os cadernos da Coleção Cívica da Casa Cruz. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III: séculos XIX-XX*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 363-378.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-23, 1993.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EdUSC, 2005.

PETRUCCI, A. Para a história del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, A. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona. Gedisa Editorial, 1999. p. 25-39.

Práticas de cultura escrita no contexto da instrução pública no Pernambuco Imperial: um estudo dos gêneros lista e relação

Thiago Trindade Matias
Cléber Ataíde

Palavras iniciais

Em Mattos e Silva (2008, p. 7), encontram-se duas fundamentais citações que resumem, em poucas palavras, o ofício do(a) historiador(a) da língua. Nós também diríamos do(a) historiador(a) do texto. A primeira citação do Lass (1997 apud MATTOS E SILVA, 2008) – “Ouvir o inaudível” – e a segunda do Labov (1982 apud MATTOS E SILVA, 2008) – “[...] a arte de fazer o melhor uso de maus dados” – representam os desafios enfrentados por quem busca enveredar suas pesquisas pelos caminhos da Linguística Histórica, entendida, a partir de uma releitura de Mattos e Silva (2008), como o campo da Linguística que se destina a estudar e analisar os processos de mudança – fônicas, mórficas, sintáticas, semântico-lexicais e/ou discursivo-textuais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas, um texto ou

uma família de textos, é utilizada num determinado tempo e espaço, assumindo funções e significados.

Nesse percurso dos caminhos da Linguística Histórica, buscando interpretar os fenômenos de mudança linguística e textual, é preciso optar, é preciso constatar para ampliar, assim, o campo de visão e de análise. E por que optar? Optar por métodos e conceitos adequados ao fazer da pesquisa. Como já disse Faraco (2005, p. 105), “[...] ao iniciar-se em linguística histórica (como, aliás, em qualquer disciplina científica), o estudante não tem apenas de dominar conceitos e métodos, mas, principalmente, ter clareza quanto a certas opções anteriores a conceitos e métodos que ele deverá fazer”. Nesse sentido, nossa percepção de olhar a língua por meio do e/ou no tempo vai ao encontro de uma perspectiva de análise que considera os fatores extralinguísticos ou sociais, isto é, a Linguística sócio-histórica. (MATTOS E SILVA, 2008)

E quanto à constatação? O que se constatar no fazer da pesquisa em Linguística Histórica? Para os estudos de hoje (e aí continuamos a optar!), é preciso levar em consideração uma constatação que chamaríamos de “necessária” para não dizer óbvia: impossível fazer a história da língua (e/ou dos textos dessa língua) sem uma documentação remanescente do passado, sem se ter um contato com fontes documentais. Uma documentação que, muitas vezes, não está pronta para ser lida devido às circunstâncias de sua temporalidade e uso.

Essa constatação necessária, ainda de acordo com Mattos e Silva (2008), se fundamenta no argumento de que não se pode fazer pesquisas em Linguística Histórica sem se reportar aos textos de sincronias passadas, sem adotar a Filologia como aliada nesse processo de investigação.

De acordo com Sacramento e Nascimento (2019, p. 475), “[...] nossas reflexões partem do que, talvez, seja um ponto de intersecção entre a Filologia e a Linguística histórica: o texto”. No entanto, cremos que essa intersecção sobre o texto pode se ampliar ao trazer para o debate a História da Cultura Escrita, pensada a partir de Castillo Gómez (2003) e Petrucci (2002). Para nós, como será melhor esclarecido, é preciso, nos estudos em Linguística Histórica, pensar também a escrita como um objeto de reflexão histórica a qual auxilia não somente no desvendamento dos usos da língua, mas também do texto em si, uma

vez que os usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos em uma sociedade determinada, independente da técnica e do material empregado (PETRUCCI, 2002), permitem “[...] entender melhor como a língua era veiculada para a difusão de certas tradições”. (PESSOA, 2010, p. 16)

Pode-se dizer que o(a) pesquisador(a) em Linguística Histórica, mediante os reais propósitos que deve buscar as exigências de investigar na contemporaneidade, precisa ainda se aliar a outras disciplinas para que, assim, seu campo de observação e análise seja ampliado. Em outras palavras, é preciso “estourar o espartilho”¹ que aperta ou apertava o objeto da Linguística Histórica, isto é, faz-se necessária, para fins de investigação, a adoção de outras perspectivas e disciplinas e/ou apontamentos que contribuam na compreensão e na interpretação dos processos de mudança da língua e do texto.

Um fator importante que se deve considerar é o caráter de uma “reconstrução” dos usos da linguagem, um “resgate” da categoria “memória”, por meio da documentação oriunda do passado a que se tem/teve acesso, isto é, considerações acerca da relação entre passado, memória, textos e história.

O passado se evoca no presente pelo que é “digno de memória” (BURKE, 2010), pelas diferentes visões de indivíduos de diferentes grupos sociais. Não há totalidade de recordação, porque o que fica é uma parte do todo-passado. Há “memória em disputa” (POLLAK, 1989), desde as lembranças dos “vencedores” às memórias tidas como “subalternas”, “proibidas”, “clandestinas”, que, durante muito tempo, no caminho da história, ficaram fadadas ao silêncio.

Há uma relação de poder na seleção do que não deveria ser esquecido. Em relação à escrita, afirma Chartier (2007, p. 9) que “[...] o medo do esquecimento obcecou as sociedades [...] para dominar sua inquietação, elas fixaram, por meio da escrita, os traços do passado, a lembrança dos mortos ou a glória dos vivos e todos os textos que não deveriam desaparecer”.

1 Essa expressão busca definir as mudanças pelas quais se alterou o objeto dos estudos da linguagem no final da década de 1960, na passagem de uma “linguística da frase” para uma “linguística do discurso”. Segundo Robin (1977, p. 88), a linguística do discurso “pretendeu ultrapassar a análise do enunciado e fazer estourar o espartilho que apertava o objeto da Linguística [...]”.

À vista disso, favoráveis a uma das estratégias da Nova História,² o documento – também objeto de interesse do(a) investigador(a) em Linguística Histórica – deve chegar à categoria de documento/monumento (LE GOFF, 1990), algo mais amplo, que engloba todo e qualquer operador ou fundador de memória (documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem), produtos de uma sociedade que os fabricou.

Essa perspectiva vai ao encontro da prática historiográfica da micro-história. Esse tipo de investigação é baseado na “[...] redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em estudo intensivo do material documental”. (LEVI, 1992, p. 136) Essa reduzida escala de observação pode ser aplicada em qualquer lugar, independente da extensão do objeto de estudo.

Para além desses apontamentos, a perspectiva da história cultural se interessa por verificar como “[...] em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 2002) Nesse interesse em ler determinada realidade, em “reconstruir” esse passado – passado que é também da língua e do texto –, cabe ao(à) historiador(a), assim como ao(à) historiador(a) da linguagem, o levantamento de indícios, vestígios e sinais deixados pelos sujeitos no decorrer do tempo (GINZBURG, 1989), como também pôr em contato os documentos em sua diversidade.

Essas observações e apontamentos que fazemos têm como propósito constatar que para se fazer pesquisa em Linguística Histórica, pelo menos na perspectiva que adotamos, não se pode fazer do documento, um “rato de laboratório” destinado a “testar” apenas a ocorrência de um fenômeno linguístico “a” ou “b”, isolando-o de seu contexto de uso, de sua sincronia passada. O distanciamento da Linguística Histórica daqueles propósitos de que se vale a Filologia, em sua ampliação da *práxis* (BORGES et al., 2012) e de outras disciplinas, leva o texto para um “outro plano, servindo apenas como uma fonte amorfa, desistoricizada de extração de dados”. (SACRAMENTO; NASCIMENTO, 2019, p. 478)

2 Reação deliberada contra o paradigma tradicional. Por esse viés, para historiar, é preciso recorrer a uma diversidade de documentos, como também considerar a heteroglossia e a interdisciplinaridade nas maneiras de se “reconstruir” o passado por que se interessa.

É necessário considerar os sujeitos, o contexto, o meio e o modo pelos quais a língua se atualizou na escrita do texto realizado. É preciso buscar respostas para perguntas: o quê? quem? onde? por quê? para quê? quando? O(a) historiador(a) da linguagem precisa adotar como tarefa imediata “[...] descobrir quem, em um determinado lugar e época, usava o meio da escrita para comunicar-se, com quem se realizava essa comunicação e do que ela tratava”. (BURKE, 1995, p. 34)

Por isso, é importante e necessário fazer um diálogo entre campos do conhecimento que levem em consideração o contexto sócio-histórico, que propiciem e sustentem a investigação pautada nas formas, nos usos e nas funções das línguas e dos textos, concebendo-os não só como “construtos verbais, mas produtos sociais”. (MCKENZIE, 1997, p. 224) Faz-se urgente uma prática interdisciplinar para as pesquisas em Linguística Histórica.

Diante de tantas escolhas, constatações, diálogos e da iminência de uma interdisciplinaridade científica, este capítulo surge com um propósito primeiro: pretende relacionar língua, texto e cultura, compreendendo como, num determinado recorte do tempo, a língua e o texto foram “construídos, pensados, dados a ler”. (MCKENZIE, 1997, p. 224) Para a análise dos dados, foram selecionados textos manuscritos, produzidos no ambiente da instrução pública primária em Pernambuco no século XIX, mais especificamente a lista e a relação. Esses documentos são destinados, em linhas gerais, a elencar nomes de pessoas, cargos, funções e/ou objetos que mantinham vínculo com a instrução pública primária e a cultura escolar.

A documentação selecionada para este estudo é composta por um total de 86 exemplares.³ Esses textos se classificam como documentos informativos; quanto à circulação, documentos ascendentes. (BELLOTO, 2002) Todos eles são oriundos da série documental Instrução Pública

3 Esse *corpus* faz parte da tese de doutorado do prof. Thiago Trindade Matias, intitulada *Cultura escrita e instrução pública primária no Pernambuco Imperial (1837-1889)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística (Proling) da Universidade Federal da Paraíba em fevereiro de 2015. Parte de sua pesquisa de doutoramento foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na modalidade bolsa de doutorado sanduíche, realizado na Universidad de Alcalá, em Alcalá de Henares, Madri, Espanha, no período de janeiro a maio de 2013, sob o Processo PDSE-17984/12-2.

(IP), hospedada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje-PE). A documentação selecionada se situa entre o IP 1 (1825-1838) e IP 51 (1889).

Embora tenham denominações distintas, pelo que se verifica do *corpus*, a lista e a relação desempenhavam funções e usos similares, assim como se caracterizavam pelos mesmos aspectos composicionais, como veremos no decorrer da análise. Especificamente com essa documentação, pretendemos analisar os mecanismos de composição, circulação e transmissão da lista e da relação no contexto da instrução pública primária, no Pernambuco Imperial.

A fim de atender aos propósitos de investigação e de estudo desses documentos, por meio de uma releitura dos procedimentos de análise de textos medievais propostos por Marcotulio e demais autores (2018), adotamos, para a investigação de uma história da língua e dos textos em português brasileiro, três níveis de compreensão e análise: (i) nível filológico-paleográfico: destina-se a um estudo filológico e a uma análise paleográfica do documento, buscando decifrar os caracteres e entender os elementos gráficos, dando ao texto a edição adequada à investigação; (ii) nível da cultura textual: destina-se a analisar os aspectos de produção, circulação, transmissão e recepção do documento, os usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos, além dos comentários sócio-históricos referentes ao texto em análise; (iii) nível linguístico-lexical: destina-se à análise de aspectos de natureza morfosintática e lexical, pertencentes ao texto estudado. Esse nível de compreensão considera os fatores extralinguísticos ou sociais.

A opção por esses níveis se justifica pela necessidade de trazer para as pesquisas em Linguística Histórica fundamentos que levem em consideração a língua em seu contexto de uso, a escrita e o texto em seus contextos gráfico e social de produção. Para este capítulo, traremos à análise apenas o nível da cultura textual.

A fim de atendermos aos propósitos de investigação, destinamo-nos inicialmente a fazer uma breve reflexão sobre a relação entre cultura escrita, documento e memória, trazendo um apanhado histórico sobre a origem do gênero lista. Em seguida, nosso propósito se destina a entender o contexto sócio-histórico que comprova práticas e usos

sociais da linguagem por meio da cultura escrita da instrução pública primária em Pernambuco do século XIX, assim como compreender os usos, os significados e as funções que a escrita adquiriu por meio dos gêneros em questão.

Cultura escrita, história, documento e memória: o caso dos gêneros lista e relação

A documentação que ora analisamos se configura como uma parte da memória da cultura escrita da/para a instrução pública primária, possibilitando-nos investigar uma série de aspectos sociais da sociedade pernambucana. No entanto, antes de chegarmos a esse ponto, trazemos um panorama histórico sobre a origem do gênero lista, a fim de verificarmos o que permaneceu ou mudou no uso desse gênero no contexto da instrução pública primária, no período imperial em Pernambuco.

Até a primeira metade do século XX, a escrita era concebida por teorias que a consideravam como um signo separado do tecido social, como um produto separado da sociedade que o usava. (CASTILLO GÓMEZ, 2003) Com a chamada virada pragmática, a partir da segunda metade do XX, em trabalhos como os de autoria do linguista francês Marcel Cohen, *L'écriture* e *La grande invention de l'écriture* (1958), no qual o uso da escrita estava em função de sua utilidade em uma dada sociedade, o interesse por investigar a escrita ultrapassava aquela visão tecnicista que a via apenas como uma reprodução da fala.

Em sequência a essa possibilidade de se vislumbrarem os usos da escrita em sociedade, outros trabalhos surgiram dando atenção às consequências sociais da escrita. Dentre eles: *A galáxia de Gutemberg* (1972), de Herbert Marshall McLuhan; *Cultura escrita em sociedades tradicionais* (1996) e *Domesticação do pensamento selvagem* (1988), ambas de Jack Goody. Interessou a esses estudiosos conhecer os efeitos do conhecimento gráfico no pensamento e na organização social. Assim, vieram a considerar que cada sociedade é formada por pessoas alfabetizadas e analfabetas. Por esse viés, vê-se a escrita como elemento que “[...] representa um avanço na capacidade cognitiva dos indivíduos e, como

tal, uma evolução nos processos noéticos (relativos ao pensamento em geral), que medeiam entre a fala e a escrita”. (MARCUSCHI, 2003, p. 29)

Neste capítulo, nossa intenção é desvendar aspectos mais usuais e funcionais dos primeiros registros de escrita do gênero lista. Cunha (1986, p. 477, grifo do autor) define “lista” como sendo “*sf.* relação, rol, tira comprida e estreita, risca” XIV. Do fr. *liste*, deriv. do germ. **lista* || AlistABIL IDADE XX || AlistAMENTO 1871 || AlistAR XVIII || listAGEM XX || listAR XVII”. Para Goody (1988 [1977]), p. 87), a lista era uma “matriz de colunas e filas ou, segundo outro ângulo, o que poderia ser considerado uma ou mais listas verticais”. Como se percebe, a definição de lista para Goody parece ter sua “origem” bem anterior ao que propõe Cunha (1986).

A lista constituiu um dos documentos administrativos e econômicos encontrados em palácios e templos da Babilônia. Em Goody (1986), encontra-se a declaração de que as listas elaboradas para fins econômicos, bem como léxicos para textos escolares, foram os exemplos mais antigos de escrita na tradição mesopotâmica.

Ainda em consultas a dicionários, o conceito de lista que mais se aproxima do que Goody (1988, p. 173, grifo do autor) se refere é o significado que vem na sexta acepção no *Oxford English Dictionary*, a saber: “Um catálogo ou um rol, constituído numa fila ou série de nomes, figuras, palavras, etc. No uso arcaico, *esp.* um catálogo com os nomes das pessoas com as mesmas funções ou associadas a um mesmo objecto”. Ainda para Goody (1988, p. 93), “trata-se de uma espécie de inventário de pessoas, objectos ou acontecimentos”.

A ocorrência da lista foi frequente nos primeiros sistemas de escrita do Médio Oriente. Segundo Largacha (2010, p. 33, tradução nossa), “Na Mesopotâmia, os primeiros textos aparecem em Uruk IV (3.300 a. C.). É uma escrita pictográfica feita em tabuletas e 80% são textos de natureza econômico-administrativa e, o restante, léxicos”.⁴ Esse caráter administrativo e econômico quanto ao uso das listas na antiga Mesopotâmia representou uma mudança na natureza das transa-

4 Texto original: “En Mesopotamia, los primeros textos aparecen en Uruk IV (3300 a. C.). Se trata de una escritura pictográfica realizada en tablillas y de la el 80% son textos de carácter económico-administrativo y, el resto, léxicos”.

ções, “bem como dos ‘modos de pensamento’ que as acompanhavam”. (GOODY, 1988, p. 93) Foram as listas administrativas que dominaram a utilização da escrita na antiguidade mesopotâmica. “Dos 508 documentos descobertos, aproximadamente dois terços são listas e não textos seguidos de poesia e prosa”. (GOODY, 1988, p. 99)

Do ponto de vista administrativo, as listas serviam para propósitos distintos, a saber:

- i. conservar, em ordem cronológica, as ofertas dadas pelos visitantes nas cerimônias funerárias dos LoDagaa, do norte do Gana. Essas listas continham os nomes e os montantes das ofertas;
- ii. poderiam derivar: um inventário de um domínio ou de famílias, incluindo noras, filhos, irmãos e animais; informação (visual ou oral) transmitida ao escriba em tempos e lugares diferentes; rituais e sacrifícios a várias divindades em função deste ou daquele dia do mês;
- iii. registrar tributos e outros tipos de receita, pagamentos e despesas, rendimentos e gastos futuros, aquilo que os indivíduos terão de pagar e receber;
- iv. registrar transações por escritos das oferendas para sacrifícios, como o caso das tabuinhas de Drehem (NESBIT, 1984 apud GOODY, 1988, p. 101);
- v. registrar terras em função dos proprietários; listas de homens em relação às terras, rações a distribuir aos trabalhadores e listas de trabalhadores com ração.

Houve também as listas lexicais, menos frequentes que as administrativas, e que fizeram florescer uma certa visão de mundo.⁵ “Este numeroso grupo de tabuinhas sumerianas⁶ fornece-nos uma espécie

5 Caracterizam-se também, com o avançar das fronteiras de uma certa visão de mundo, a onomástica egípcia, tratados posteriores às listas da Mesopotâmia. Sua origem está ligada à lexicografia assíria, sendo usados no ensino. Esses tratados consistiam em “séries de palavras, ou curtas combinações de palavras, descrevendo cada uma delas uma entidade, ou classe de entidades, do mundo físico”. (GARDINER, 1957 apud GOODY, 1988, p. 114)

6 Conforme Largacha (2010, p. 47), “Las tablillas eran de diferentes tamaños en función de su contenido. Las más pequeñas, redondas y con dos o tres columnas de texto, tenían unos 6 cm de diámetro, y eran las relativas a asuntos administrativos o económicos. Para los

de inventário de conceitos, como que um protodicionário ou uma enciclopédia em embrião”. (GOODY, 1988, p. 93) Além disso, as listas representaram o nascedouro dos silabários em três colunas (pronúncia; signo; nome do signo). Essas listas lexicais, agrupadas conforme um princípio determinado, serviam também para reunir objetos por classes: árvores, animais, partes do corpo.

Para Goody (1988), a listagem dos signos para a aprendizagem do sistema de escrita desempenhou um papel relevante para os primeiros sistemas proto-alfabéticos, o que pode ter contribuído com o desenvolvimento do alfabeto na zona fenício-palestina. A mais antiga placa de argila ou a tabuinha mais antiga com a escrita cuneiforme data de cerca de 2000 anos a.C., proveniente da região de Biblio, e apresentou “um vocabulário em caracteres cuneiformes dispostos foneticamente, o que prova que os naturais de Biblio procuravam já dominar a difícil escrita cuneiforme, mediante o recurso a métodos ainda desconhecidos na Mesopotâmia”. (ALBRIGHT, 1966 apud GOODY, 1988, p. 97)

Além dos usos até o momento expostos, há outros efeitos, ao dizer de Goody (1988), ligados à produção das listas e que têm a ver com as realizações científicas e intelectuais. Nesse sentido, as listas tiveram um importante papel no desenvolvimento da história, o que levou Wiseman (1972) citado por Goody (1988, p. 105) a admitir que “as listas que os Sumérios utilizavam para fazer o relato do passado foram a base comum de toda a ciência mesopotâmica e da historiografia subsequente”. Essas listas foram compostas de diferentes ordens: cronológica, registros de acontecimentos do cotidiano, listas de reis, fórmula para a designação de anos.

Esse recurso escriturístico também foi objeto de interesse de outros Estados. Roma deu outro exemplo de como tais documentos puderam ser a base para a elaboração de crônicas. Os hebreus chegaram a elaborar listas censitárias, listas de cidadãos ordenados por nome, por famílias, profissão ou classe, listas de proprietários de terras, descrições de itinerários e notas de interesse geográfico, listas de fronteiras administrativas, róis militares, registros de saques. Na Mesopotâmia, elas

asuntos económicos también se usaban otras más grandes, de unos 25 cm de diámetro, cuyo contenido era sobre todo de carácter comercial”.

serviram para usos mais diversos, foram produzidas para observações astronômicas, meteorológicas, preços dos principais artigos e anotações referentes ao nível das águas. (GOODY, 1988)

Do ponto de vista de seus aspectos composicionais, para Goody (1988, p. 93), as listas se caracterizavam por certa localização física, podendo ser lida em diferentes posições, começo definido, um fim preciso; “a lista facilita a ordenação das diferentes rubricas pelo número, pelo som inicial, pela categoria, etc.”.

Quanto à feitura das listas, nos Estados orientais/burocratizados, nos primeiros momentos de aparição da escrita, o escriba – membro que ocupava posição importante na escala social – era considerado fundamental para o desenvolvimento estatal.

Diante do exposto sobre a história do gênero lista, vimos que sua escrita foi, no período do Médio Oriente, do ponto de vista da cognição, uma ordenadora hierárquica da informação, assim como “um elemento decisivo no processo de rememoração”. (GOODY (1988, p. 126) No entanto, de acordo com a perspectiva da História da Cultura Escrita, interessada em interpretar as práticas sociais mediadas pelo escrito, a lista desempenhou papéis específicos, seja no âmbito administrativo, escolar e/ou histórico. Ela mediou relações sociais entre sujeitos, estabeleceu elos, atendendo a propósitos interacionais também específicos. Além de configurar como um dos primeiros registros de escrita, é também registro de memória daquilo que foi dado a lembrar.

Nível da cultura textual: usos, significados e funções dos gêneros lista e relação no contexto da instrução pública primária no Pernambuco Imperial

O nosso encontro com a documentação selecionada para a feitura deste capítulo nos possibilitou perceber pontos de vista e lutas cotidianas num contexto do século XIX, em Pernambuco. Economicamente, Pernambuco, após a chegada da Corte Portuguesa, excedera, em 1812, a produção e venda do açúcar, ultrapassando limites do século passado. Viu-se também a época áurea do algodão, consequência da Guerra de

1812 e 1813 entre os Estados Unidos e a Inglaterra e da extinção do Bloqueio Continental em 1815. (GUERRA, 1979)

Esse início dos oitocentos também foi o momento em que recomeçara a chegada de barcos com caros objetos, artigos de luxo, vinhos, queijos vindos da Europa, pois o fato de a metrópole se encontrar na colônia fez com que houvesse um estreitamento de relações do Brasil com os outros países. Mais do que isso, era preciso ostentação para manter, na próspera colônia, a “falida” metrópole.

Sendo assim, diante das “inovações”, como reflexo do nascimento do mundo moderno, de acordo com Arriada e Tambara (2012), de um modo geral, transformações se evidenciaram no século XIX, por exemplo, no setor econômico, no modo de produção capitalista, na nova concepção mental de mundo e de cultura, como também se viu o processo de racionalização alterar profundamente os saberes.

A educação, devido à modernidade, também sofreria mudanças. “O domínio do Estado, utilizando-se do aparelho ideológico escolar, impôs-se com mais força”. (ARRIADA, TAMBARA, 2012, p. 73) Esses dados do “novo” século XIX causaram novos interesses e metas para a instrução pública. A fim de construir a governabilidade de um país recém-independente e firmar-se tal como um Estado, a Corte se lança na publicação da Lei de 15 de outubro de 1827. Depois dela e a partir dela, outros documentos também foram escritos: regulamentos, regimentos e instruções regulamentares, a que denominamos de dispositivos normativos.

Em relação a esses dispositivos, afirmamos que lhes coube algumas funções. Conforme Matias (2016), além da responsabilidade da documentação escolar oficial em impor ou propor uma possível formação didático-pedagógica ao professor, atendendo, assim, àqueles propósitos oriundos do contexto político do século XIX, coube-lhe também a função de vigiar e controlar a prática escriturística no domínio da instrução pública primária. Os dispositivos se encarregaram de impor a quem recairia a responsabilidade de escrever, de assinar, de preencher, de criar documentos destinados para a manutenção e a execução de seus princípios pedagógicos, burocráticos, morais e religiosos. A isso, Matias (2016) chamou de disciplinarização da escrita – ação ou efeito pelos

quais foram determinados e controlados modos, formas e maneiras de escrita, além da imposição aos sujeitos do que cabia a cada um escrever.⁷

Pelo que consta dos dispositivos normativos, dos relatórios e de outros documentos arquivados na série IP no Apeje-PE, as produções escritas se distribuíram em nome do diretor do Liceu, diretor geral, inspetor da instrução pública, delegados literários, secretário e professores, ao que poderíamos chamá-los de profissionais do escrito,⁸ embora admitamos que possivelmente a boa parte desses funcionários somente tenha-lhes cabido a tarefa de assinar documentação.

A escrita da relação – e por que não dizer também da lista – se configurou como uma das exigências dos dispositivos normativos sobre o que e como deveriam ser escritos os documentos da/para a instrução pública primária. Coube à lista e à relação, especificamente, funções, usos, emissores, como também destinatários diversos. Nesse sentido, o que foi a relação/lista? Para que serviram? Para a primeira pergunta, obteremos a resposta após compreendermos, no subtópico seguinte, a história desses gêneros no domínio da instrução pública pernambucana no século XIX.

Gêneros lista e relação no contexto da instrução pública primária no Pernambuco Imperial

Embora tenham denominações diferentes, os gêneros⁹ lista e relação guardam em si formas tradicionais de dizer “herdadas” de seu gênero de origem – a lista, produção que surge com o aparecimento da escrita. Nesse sentido, no domínio da instrução pública primária no Pernambuco Imperial, vemos que os dois gêneros – em meio a suas matrizes de colunas, filas e/ou linhas verticais – conservaram seu caráter ordenador e hierárquico de informações, atendendo a propósitos

7 Esta definição é baseada em Foucault a partir de apontamentos oriundos da obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2012, p. 30), na qual consta a afirmação de que a disciplina é “instrumento de dominação e controle dedicado a instruir ou a domesticar comportamentos divergentes”.

8 Para a criação deste termo, tomamos por base o que Extremera Extremera (2013) propôs como “creadores de cultura escrita” ao se referir aos notários, intermediários sociais e culturais, na Espanha moderna, nos séculos XVI-XVIII.

9 Tomamos por base o que define Bakhtin (2003).

diversos – administrativos e burocráticos – da educação pública. Assim, a lista e a relação foram catálogos, rol, fila ou série de nomes ou ainda um inventário de pessoas e objetos – personagens que representam a educação provincial no Pernambuco oitocentista. A seguir, apresentamos o exemplo de relação, datada de 1861, na qual são listados móveis e utensílios.

Figura 1 - Relação e orçamento dos móveis e utensílios para a 5ª cadeira pública de instrução primária do sexo masculino da freguesia da Boa Vista, do município de Recife

Item	Quantidade	Valor
1. Mesa de amarelo envernizada com 2 gavetas tendo 1,25 de comprimento, 0,75 de largura e 0,75 de altura por cada de base com 1,25 de comprimento, e mesma na largura e 11 centímetros de altura por	1	20,000
2. Cadeiras de amarelo envernizadas com assento de madeira sendo uma de braços e duas de pernas	1	20,000
3. Bancos de amarelo envernizados com pés torneados tendo um 2,5 de comprimento, 0,33 de largura e 0,75 de altura em frente com uma clavina para o pé e 3 cantoneiros acompanhando a cadeira em cada um dos lados e 4 cantoneiros de madeira, de 10 centímetros em igual número dos anteriores, de 10 centímetros a	30,000	150,000
4. Bancos da mesma madeira envernizados de pé torneado tendo o mesmo comprimento dos móveis 0,33 de largura e 0,33 de altura, a	15,000	75,000
5. Armários de amarelo envernizados com o comprimento de 1,25 de comprimento por	1	10,000
6. Sita envernizada de madeira para os operários de 10 centímetros com uma tábua de base e 7 de diâmetro de altura sobre pés de forma triangular por	1	10,000
7. Cadeiras de amarelo envernizadas com 10 tornas com	20,000	20,000
8. Relógio de parede por	1	20,000
9. Escrinho de metal por	1	50,000
10. Pano com coto de metal por	1	50,000
11. Regua de madeira envernizada com 1,25 de comprimento e 0,75 de largura por	1	10,000
Total 320,000		

Demanda pública de instrução primária do sexo masculino da freguesia da Boa Vista município de Recife em 12 de Novembro de 1861.
Antonio Duarte Sena

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (PE).

Além de compreender a lista e a relação como textos destinados a ordenar a informação, que outros elementos, ao dizer de Petrucci (2002), configuram o seu processo de produção, as características formais e os usos sociais desses testemunhos escritos?

Inicialmente, é importante destacar que parecem ser a lista e a relação gêneros “sinônimos”, isso porque, algumas vezes, ao texto

produzido foi dado o nome lista, mas, na verdade, foi produzido um texto intitulado relação, como verificamos em algumas documentações consultadas. Essa similaridade entre os textos parece demonstrar que, no uso, atendiam eles a propósitos similares. É como se houvesse dois nomes para um mesmo gênero.

Do ponto de vista do “para que” serviam os dois textos, entende-se que, pelo fato de pertencerem ao domínio da instrução pública, eram destinados aos interesses da administração educacional. Identificamos que, dos 86 exemplares coletados e consultados (11 listas e 75 relações), 59 (7 listas e 52 relações) se voltaram a aspectos administrativos e burocráticos da instrução pública, o que se comprova por meio do Regimento de 1859, em seu artigo 46, que determinou um dos usos a que se destinou a relação: “Art. 46. Cada professor deverá remetter ao delegado do seu | districto até o dia 25 de novembro a relação dos alumnos, que | tiverem de ser examinados”. (PERNAMBUCO, 1859, p. 8)

Além do uso demandado explanado anteriormente, coube aos dois gêneros outras demandas administrativas, a saber: elencar nome dos alunos que não se comportavam bem, nome de professores públicos da instrução elementar da capital, nomes das cadeiras vagas do ensino primário, cadeiras que entraram em concurso público, nome de indivíduos para compor comissões, as cadeiras vagas de instrução primária do sexo feminino postas a concurso, as cadeiras de instrução primária do sexo masculino que não foram instaladas, nomeação dos docentes; pautar nome de alunos de povoações pela urgência de se criarem escolas, cidadãos que se submeteram à exame de capacidade de magistério, o nome dos professores que não enviaram em tempo devido os mapas relativos ao movimento de suas escolas, as matrículas e frequência da escola de São Gonçalo; enumerar quantidade de alunos das aulas públicas tanto primárias quanto secundárias da província, obras necessárias à biblioteca. A escrita da relação também esteve voltada a elencar nome de alunos indigentes, faltosos nas aulas públicas, por falta de vestuário, como se vê na relação a seguir, datada de 14 de agosto de 1878.¹⁰

10 Para a transcrição da lista e/ou da relação, fizemo-la linha por linha, para que se tenha noção de sua disposição gráfica.

Lista dos alumnos indigentes que estão deixando de frequentar á Aula publica, em consequencia de faltar-lhes os vestuários decentes, uniformes, chapéus, calçados e livros classicos, como tudo solicitar de seus Paes, Tutores.

- 1 Clarindo Baptista Ferreira.
- 2 Justino Baptista Ferreira.
- 3 João Baptista Ferreira.
- 4 João José da Silva.
- 5 Rodrigues do Nascimento.
- 6 João Rodrigues do Nascimento.
- 7 Manoel Francisco da Silva.
- 8 Henrique Joaquim Lopes.
- 9 José Ferreira da Silva.
- 10 José Valentim Porcina.
- 11 Henrique Ferreira da Silva.
- 12 José Ferreira da Silva.
- 13 Antonio Francisco Araquam.

Escola publica do sexo masculino, do 1º gráo da povoação de Belmonte, 14 de Agosto de 1878. Professor publico contratado. – José Theodoro Cordeiro de Barros.

Conforme secretario

*Joaquim Pereira da Silva Guimarães*¹¹

Mas a lista e a relação não se voltaram unicamente a ordenar, elencar informações, como nome de pessoas e/ou lugares concernentes à organização e aos trâmites burocráticos da administração escolar, foram também responsáveis por tratarem de assuntos relacionados à cultura material escolar.¹² Identificamos que, dos 86 exemplares coletados e consultados, 26 (4 listas e 22 relações) se voltaram a enumerar, catalogar em geral utensílios, objetos, espaços, que constituíam, ou deveriam constituir, a educação pública primária em Pernambuco. Nesse sentido, tais textos foram rol de itens lexicais que nomeavam os materiais escolares da época, muitas vezes acompanhados de descrição e preço do produto.

11 APEJE: IP 33 (1878, p. 377).

12 Entendemos a cultura material escolar a partir de Escolano Benito (2010). Em linhas gerais, a cultura material escolar se refere ao conjunto de objetos, utensílios, objetos e espaços que configuram o mundo escolar num determinado período. (CURY, 2008)

Nesse contexto, seu uso estava voltado à solicitação de utensílios, mas, em outras vezes, eram usadas para cobrar da administração da instrução pública o que deveria ter recebido, porém não foi fornecido à escola ou à comunidade escolar. Foram a lista e a relação um meio pelo qual se reivindicavam melhorias nas escolas quanto ao fornecimento de material escolar, já que se verificava uma escassez nos espaços de ensino.

O promotor público de Ouricuri, Astero Matias Pereira da Costa, relatou “um fato que merece toda atenção” no que concerne a essa escassa distribuição de utensílios escolares. Contou o promotor que:

Passando uma pessoa pelo Bodocó e | pedindo ao professor papel e pena | para fazer um bilhete, este respon | deu com todos sans facons que na | casa dele não havia daquilo, e | que se quisesse esperar que ele fazia | tinta de carvão e arranjaría um | pauzinho para substituir a pena! Parece uma anedota, mas é uma | pura verdade!¹³

No Brasil, conforme Faria Filho (2011, p. 140), o diagnóstico que se tinha das escolas nas primeiras décadas do oitocentos era muito avesso ao que propusera a legislação. De acordo com ele, “até então a escola que existia funcionava, na maioria das vezes, nas casas dos professores ou, sobretudo, nas fazendas, em espaços precários [...]”.

Do ponto de vista das informações enumeradas pelas listas e pelas relações, principalmente no que se refere à cultura material escolar, é notória sua importância no conhecimento de elementos relativos à vida social no século XIX, como moedas e unidades de peso e capacidades e comprimentos antigos usados em Pernambuco, mas também costumes, configuração dos objetos, utensílios, vestimentas.

Dentre unidades de peso e capacidades e comprimentos, materiais e objetos elencados pela lista e pela relação estão: palmo, “regua de jacaranda envernizada com 0,88^m de comprimento”, cartões, “bancos de arêa”, quadro com o abecedário, telégrafos, bancos para escrever de sete palmos de “comprido”, gavetas, chaves, traslados e caxilhos vidros, tinteiros, mesas, cadeiras de braço, bancos de louro, cabides, tinteiros, escrivaninha, livros em branco de 200 folhas, jarras de coco, apito, quadro de amarelo com pés, estrada de louro, classes de louro,

13 APEJE: PROMOTORES PÚBLICOS (1887, f. 53-60).

escrivaninha de latão, estrados, réguas de madeira, relógio de parede, mapas, tear, lavatório, bacia de estanho, mesões em madeira de louro, retábulo, cubos, pedra (quadro de madeira pintado de preto), coleção de pesos e medidas, modelos para escrita, quartinheira, estante, penas de aço, lápis pretos, lápis de cor, lápis de borracha, garrafas de tinta, tesouras, compasso, tira-linhas, pastas de papelão, lacres finos, novelo de barbante, maços de caneta e lápis, tabuadas, catecismos, livros de leitura, pares de sapato, calças, além de orçamentos que determinavam os valores dos produtos à época. Por meio desses objetos elencados, tem-se uma noção da vida social no Pernambuco oitocentista, como também uma representação da cultura escolar vigente no século XIX.

A produção da lista e da relação, de um modo geral, foi um tipo de produção escrita direcionada, em regra, aos professores. De acordo com o artigo 4º das Instruções Regulamentares de 1855:

Art. 4. Se alguma aula não tiver recebido os utensis da | fazenda provin-
cial, e tiver precisão d'essês objectos, fará o delega- | do organizar pelo
professor respectivo uma relação das cousas ne- | cessarias ao uso da
escola, com o preço de cada peça individual- | mente, e assignada pelo
mesmo professor, a remetterá com infor- | mação sua, depois de ouvido
o conselho, á directoria geral para | fazer á presidencia a necessaria
requisição.¹⁴

Por meio desse artigo, temos acesso a informações concernentes ao que determinava o dispositivo normativo acerca da produção, da transmissão e da recepção do gênero relação. Como se vê, determinava-se que a produção do texto era de responsabilidade do docente, por uma determinação do delegado. De um modo geral, eram remetidas pelo delegado literário à diretoria geral ou à inspetoria da instrução pública, que repassavam, via ofício, para o presidente da província, a fim de ter atendida a demanda ou dar ciência de algo da administração. Esse processo de circulação foi bastante recorrente nas listas e relações a que tivemos acesso. Importante salientar que boa parte delas vinha em anexo a ofícios, que circularam entre os profissionais do escrito.

14 APEJE: PERNAMBUCO (1885, p. 1).

De acordo com o Regulamento de 24 de novembro de 1874, parece que a relação circulou também de outra maneira. Conforme o artigo 3º, seria de responsabilidade do inspetor da instrução pública:

§ 11. Fazer organizar e remetter aos professores publicos, no | principio de cada anno, uma *relação* dos livros e compendios adop- | tados para o ensino nas escolas. (PERNAMBUCO, 1874, p. 12, grifo do autor)

§ 29. Apresentar ao presidente da provincia até o fim de janei- | ro de cada anno, um relatorio do estado e movimento do ensino pu- | blico e particular da provincia no anno anterior, addicionando-lhe: | II. Uma *relação* demonstrativa dos moveis e utensilios de cada | escola publica. (PERNAMBUCO, 1874, p. 13, grifo do autor)

Diante dos exemplos anteriores, que demonstraram como se deu ou deveria se dar a circulação e transmissão desses textos, verificamos que a responsabilidade de sua feitura não era apenas do professor, mas também do inspetor da instrução pública. Outros sujeitos também foram responsáveis por sua produção: delegado literário, o diretor geral e o secretário da instrução pública. Entretanto, algo foi bastante recorrente: o traçado da letra que assina a lista ou a relação não coincide com o da letra do corpo do texto, levando-nos a afirmar que a produção delas foi elaborada por mais de uma mão. Dentre as assinaturas mais recorrentes, estiveram a dos secretários, por exemplo, Salvador Henrique de Albuquerque, Aureliano Augusto Pereira de Carvalho, Joaquim Pereira da Silva Gomes, Pergentino Saraiva de Araújo Galvão, entre outros. Soma-se um total de 64 documentos assinados pelos secretários. Houve documentos em cópia, que vinham certificados também pelo secretário.

Ao secretário cabia o exercício efetivo da escrita. De acordo com a Lei nº 369, de 16 de maio de 1855, as funções atribuídas a ele eram:

Art. 6 Ao Secretario compete: || 1. *Escrever, registrar, e expedir* os titulos e quaes quer | outros papeis, que corrao pela Directoria. || 2. *Esripturar* em livros proprios as ordens relativas à | despezas, segundo as instrucções, e modelos que lhe forem | dados. || 3. *Lavrar* as actas e deliberações do Conselho. || 5. *Preparar* todos os esclarecimentos, que devão servir | de base aos relatorios do Director Geral, a organização do | quadro estatistico, e aos outros trabalhos da Directoria. (PERNAMBUCO, 1855, p. 32, grifo do autor)

Ao secretário, um fiel profissional do escrito, caberia quase toda responsabilidade para a escrita, registro, expedição e preparação dos documentos remetidos da instrução pública. T tamanha responsabilidade levaria o secretário, em 1858, a queixar-se da falta de um amanuense que o ajudasse nas tarefas da repartição. Segundo o relatório da diretoria geral, anexado ao relatório do presidente da província Machado Portella, datado de 14 de outubro de 1857, revela-se a seguinte informação quanto às atividades da secretaria:

O secretario queixa-se, e com razão, da falta de um amanuense que o ajude nos trabalhos da escripturação, por que o expediente se torna cada dia mais laborioso, sendo obrigado a empregar neste serviço aquelle, que tendo entrado como servente, tem tambem a seu cargo o serviço de porteiro, e de continuo; e me parece que essa necessidade não pode deixar de ser attendida. (PERNAMBUCO, 1858, p. 2)

No tocante aos aspectos composicionais da lista e da relação, havia certa regularidade, que sofria algumas modificações a depender do assunto tratado. Em linhas gerais, os textos voltados à administração seguiam a seguinte estrutura: (i) um cabeçalho descritivo (especificando se era uma lista ou relação); (ii) informação tratada; (iii) local e datação – órgão emissor do documento, data, mês e ano; (iv) cargo/função; (v) assinatura. Já aqueles textos voltados à cultura material escolar, como vemos a seguir, traziam, em sua composição, especificações e detalhes sobre o material e/ou objeto, assim como seus respectivos valores, na seção “Informação tratada”. A relação a seguir, datada de 16 de março de 1861 e assinada pelo professor Vicente de Moraes Mello Junior,¹⁵ é um demonstrativo desses elementos composicionais:

15 APEJE: IP 13 (1861, p. 389).

Quadro 1 - Lista da cultura material escolar

CABEÇALHO	Relação dos objectos indispensaveis ao uso da Escola Publica do sexo masculino na povoação de <i>Nossa Senhora do O</i> de Ipojuca.
INFORMAÇÃO TRATADA	1 Mesa de amarello com sete palmos de comprimento, quatro de largura, e duas gavetas 25\$00 249 1 Cadeira de braços, de amarello com assento de palinha 20\$00 1 Estrado de louro 10\$00 4 Classes de louro, com 12 palmos cada uma de comprimento, a 20\$000 80\$00 8 Bancas de louro a 8\$000 64\$00 8 Cabides para 80 chapeus a ... 4\$000 32\$00 20 tinteiros a \$320 6\$00 1 Escrivaninha de latão com campá 5\$00 2 Livros em branco de duzentas folhas cada uma para a matricula e registro a 10\$000 20\$00 1 Jarra e côco 5\$16 1 Apito \$12 1 Quadro de amarello com pés para contas 25\$00 Condução dos objetos acima do Recife para esta Povoação 12\$ 304\$60
LOCAL E DATAÇÃO	Escola Publica em <i>Nossa Senhora do O</i> de Ipojuca 16 de março de 1861
CARGO/FUNÇÃO	O Professor
ASSINATURA	Vicente de Moraes Mello Junior.

Fonte: dados da pesquisa.

Como se vê, o uso da lista e da relação propiciou, no domínio da instrução pública primária, usos de linguagem. Foi por meio desses artefatos textuais que intenções sociodiscursivas foram materializadas, desde aspectos com um caráter mais administrativo, referentes a situações mais gerais da educação, a aspectos que envolviam elementos da cultura material escolar, num exercício de elencar objetos e utensílios, resguardando o que poderíamos chamar de um inventário da cultura material escolar das escolas pernambucanas oitocentistas. Através delas também que profissionais do escrito exerceram seu ofício, em especial o secretário, a quem foi dada, em geral, a autoria dos documentos, pelo fato de boa parte ter recebido a assinatura desse funcionário,

muito embora tenhamos percebido que a escrita delas se deu por mais de uma mão.

Percebemos que a lista e a relação mantiveram do gênero de origem – a lista –, historicizada por Goody (1988), características concernentes à sua realização enquanto prática social de linguagem, enquanto uso e função do exercício da escrita, assim como marcas de sua composição, guardando uma similaridade com os propósitos com os quais se deu sua produção. Sendo assim, levando em consideração os aspectos do “para que” e do “como” na realização das listas e das relações analisadas por nós, verificamos que as de menção a informações concernentes à administração escolar mantêm uma relação com as listas administrativas. (GOODY, 1988) Já as de registro de objetos da cultura material escolar mantiveram relação com as listas lexicais. (GOODY, 1988)

Palavras finais

Este estudo, em linhas gerais, teve por propósito primeiro ratificar a necessidade da “quebra do espartilho” na Linguística Histórica, de romper barreiras e estabelecer para o estudo da história dos textos e da língua elos com outros campos do conhecimento – História, Filologia, História da Cultura Escrita. A partir disso, reforça-se a importância de reconhecer o texto não apenas como elemento de análise e descrição linguística, mas também como suporte empírico de memória, como testemunho escrito de uma sociedade que, em um determinado tempo e espaço, interagiu socialmente por meio do uso da escrita, dados relevantes que contribuem para as pesquisas históricas da língua(gem).

A lista e a relação foram, assim, no domínio da instrução pública primária no Pernambuco Imperial, um artefato linguístico importante na condução da educação pública. Seu papel de organizador de informações permitiu guardar informações que dizem muito de uma sociedade, dos seus costumes e de seus posicionamentos. Podemos ainda, por meio delas, ao cruzar dados com outras fontes documentais, desvendar aspectos importantes da participação dos sujeitos na construção da educação pública pernambucana.

Referências

- ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A. C. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-88, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10352>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- BORGES, R.; SOUZA, A. S. de; MATOS, E. S. D. de et al. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.
- BURKE, P. A história social da linguagem. In: BURKE, P. *A arte da conversação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. p. 9-49.
- BURKE, P. *Variedades de história cultural*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.
- CARDONA, G. R. *Antropología de la escritura*. Barcelona: Gedisa, 2013.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideias para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 93-124, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38710/20239>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.
- CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- COHEN, M. *La grande invention de l'écriture et son évolution*. Paris: Imprimerie nationale et Librairie Klincksieck, 1958. v. 3.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CURY, C. E. As escolas de primeiras letras e o Lyceu parahybano: cultura material escolar (1822-1864). In: PINHEIRO, A. C. F.; FERRONATO, C.

- (org.). *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008. p. 85-98.
- ESCOLANO BENITO, A. La cultura material de la escuela y la educación patrimonial. *Educatio Siglo XXI*, Murcia, v. 28, n. 2, p. 43-64, 2010. Disponível em: <https://revistas.um.es/educatio/article/view/111961>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- EXTREMERA EXTREMERA, M. Á. La pluma y la vida: escribanos, cultura escrita y sociedad em la España moderna (siglos XVI-XVIII). *LITTERAE: Cuadernos sobre Cultura Escrita*, n. 3-4, p. 187-206, 2003. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/2281>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- FARACO, C. A. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.
- FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: [s. n.], 2011. p. 135-150.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-275.
- GOODY, J. *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- GOODY, J. *Cultura escrita em sociedades tracionais*. Espanha: Gedisa, 1996.
- GOODY, J. *Domesticação do pensamento selvagem*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- GUERRA, F. *História de Pernambuco*. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.
- LARGACHA, A. P. Escritura en el próximo oriente. In: CASTILLO GÓMEZ, A. (coord.). *Historia de la cultura escrita: del próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada*. Gijón: Ediciones Trea, 2010. p. 29-68.
- LE GOFF, J. Memória. In: LE GOFF, J. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p. 423-484.

- LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 133-161.
- MACLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg: a invenção do homem tipográfico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.
- MARCOTULIO, L. L.; LOPES, C. R. dos S.; BASTOS, M. J. da M. et al. *Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MATIAS, T. T. A disciplinarização da escrita e o papel do professor na escola pernambucana oitocentista. *Portuguese Studies Review*, Canadá, v. 24, n. 2, p. 1-35, 2016. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/2281>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica – “ouvir o inaudível”*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MCKENZIE, D. F. A sociologia de um texto: cultura oral, alfabetização e imprensa nos primórdios da Nova Zelândia. In: BURKE, P.; PORTER, R. (org.). *História social da linguagem*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 191-234.
- PERNAMBUCO. *Instruções regulamentares para as escolas públicas e particulares de instrução primária da Província, 11 de outubro de 1855*. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria, 1855.
- PERNAMBUCO. *Regimento interno para as escolas públicas, de 23 de agosto de 1859*. Pernambuco: Typ. de M. F. de Faria, 1859.
- PERNAMBUCO. *Reorganização do Ensino Público em Pernambuco, de 27 de novembro de 1874*. Aprovado pelo Presidente da Província Henrique Pereira Lucena. Recife: Typ. de M. F. de Faria e Filhos, 1874.
- PESSOA, M. B. *Do oral e do escrito desde os gregos até a Geografia linguística*. Recife: Ed. UFPE, 2010.
- PETRUCCI, A. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROBIN, R. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SACRAMENTO, A.; NASCIMENTO, H. I. Entre A filologia e a linguística histórica: o texto como artefato histórico. *MACABÉA – Revista Eletrônica do Netli*, v. 8, n. 2, p. 473-487, 2019. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1968>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Sobre as organizadoras

Eliana Correia Brandão Gonçalves

Doutora em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (PPGLL/UFBA) e professora adjunta do Instituto de Letras da UFBA. É docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA, na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita, coordenadora do Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL) da UFBA e pesquisadora do Nova Studia Philologica.

E-mail: elianabrand7@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2864195573613178>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1064-5382>

Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Doutora em Letras e Linguística, professora associada IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da mesma instituição na área de História e Funcionamento das Línguas Naturais, na linha de Linguística Histórica, Filologia e História da Cultura Escrita (LHFHCE). Desenvolve pesquisa na área de linguística, língua portuguesa e escolarização, bem como coordena o grupo de pesquisa Língua portuguesa e Escolarização na Bahia nos Séculos XVIII e XIX: questões sócio-históricas e linguísticas. Realiza estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL/UNEB).

E-mail: emiliahelena.pm@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9013965768793335>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0463-4804>

Norma Suely da Silva Pereira

Doutora em Letras e Linguística (2008) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora associada do Instituto de Letras da UFBA, atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Coordena o Grupo de Estudos Escrita e Práticas Culturais (GEEPCult), vinculado ao grupo de pesquisa Nova Studia Philologica, cadastrado no Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atua nas áreas de Filologia, Paleografia, Lexicografia, Terminologia e Onomástica em interface com as práticas culturais na América Portuguesa.

E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6685590594527900>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4249-2042>

Sobre os autores

Adilson Silva de Jesus é mestre e doutor em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA) e professor de língua portuguesa e redação na rede privada de ensino em Feira de Santana.

E-mail: adilsons@ufba.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9012795436468330>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4355-4612>

Álvaro César Pereira de Souza é doutor em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), professor da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe e professor da Universidade Tiradentes (Unit).

E-mail: acpsouza@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3264069209667473>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0775-8012>

Ana Cristina Santos Farias é doutora em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA) e professora de Estágio Supervisionado I e II de Língua Portuguesa da Faculdade de Educação da UFBA, sob contrato temporário.

E-mail: farias.cristina@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5819077408282135>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0324-193X>

Ana Sartori é doutora em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA) e professora adjunta de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA.

E-mail: anasartorii@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0623706211958431>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9309-957X>

Beatriz de Freitas Cardenete é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: beatriz.cardenete@usp.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2319248777333382>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2592-7518>

Carla Carolina Ferreira Gomes Querino é mestre em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA).

E-mail: carolquerino17@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0848314793173431>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9468-8648>.

Celestino Bourroul Neto é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5776532565833287>

Cléber Ataíde é doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professor na graduação e pós-graduação na Universidade Federal de Pernambuco e coordena o Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc) e o Projeto para História do Português Brasileiro (PHPB) em Pernambuco.

E-mail: cleberataide@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4301066659702331>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9340-9977>

Daianna Quelle da Silva Santos da Silva é doutora em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: daiannaquelle@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6994564416405863>

Edivalda Alves Araújo é professora associada de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA.

E-mail: edivalda.araujo@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7786521174460732>

Eliana Correia Brandão Gonçalves é doutora em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (PPGLL/UFBA), professora adjunta do Instituto de Letras da UFBA e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA.

E-mail: elianabrand7@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2864195573613178>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1064-5382>

Emília Helena Portella Monteiro de Souza é doutora em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (PPGLL/UFBA), professora associada da Faculdade de Educação da UFBA e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da UFBA.

E-mail: emiliahelena.pm@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9013965768793335>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0463-4804>

José Amarante Santos Sobrinho é doutor em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), professor de Língua e Literatura Latinas do Instituto de Letras da UFBA e docente credenciado no PPGLinC/UFBA.

E-mail: prof.amarante@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1972144069026603>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7316-9526>.

Leonardo Lennertz Marcotulio é professor auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, em Portugal.

E-mail: lmarcotulio@ua.pt

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6527469656003737>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8227-5144>

Luane Ribeiro da Conceição é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA).

E-mail: luahribeiro@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8236775372571876>

Orcid: 0000-0003-3630-6397

Marcos Breno Andrade Leal é mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: mbmbal7@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6632394702410416>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4983-1203>

Maria Elisa Lima de Souza é mestranda em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: marialimaelisa@usp.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9618176277378879>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0729-2221>

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: marianafagundes@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332025713585581>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4335-3458>

Norma Suely da Silva Pereira é doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), professora associada do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) da mesma instituição.

E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6685590594527900>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4249-2042>

Phablo Roberto Marchis Fachin é doutor em Letras – Filologia e Linguística Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma instituição.

E-mail: phablo@usp.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7084449649297715>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2283-3906>

Patrícia Santos de Jesus Brito é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS).

E-mail: patysantosjesus@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6570128533264686>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8247-1919>

Renata Ferreira Costa é doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e professora adjunta do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: renataferreiracosta@yahoo.com.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2288175522295750>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4263-4955>

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz é doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5409685591381466>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8698-3367>

Thiago Trindade Matias é doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor da graduação na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no *campus* do sertão. Coordena o Laboratório de Estudos e Documentação Linguística e Literária (LEDoLL) e o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), na equipe regional Alagoas.

E-mail: thiago.matias@delmiro.ufal.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5647526611833368>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5960-9131>

Ticiania Kilpp Leiria é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA).

E-mail: ticianakl@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0235696467800280>

Vanessa Martins do Monte é doutora em Letras – Filologia e Linguística Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma instituição.

E-mail: vmmonte@usp.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0040607089264729>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4929-5298>

Zenaide Oliveira Novais Carneiro é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

E-mail: zoncarneiro@uefs.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5992506414152580>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5990-4854>

Formato: 17 x 24 cm
Fontes: Iowan Old Style, Futura e Barlow condensed
Extensão digital: PDF



Eliana Correia Brandão Gonçalves

é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atualmente é professora adjunta do Instituto de Letras e docente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Coordena o Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (Gefill).



Emília Helena Portella Monteiro de Souza

é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde é professora associada da Faculdade de Educação (Faced) e docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC).



Norma Suely da Silva Pereira

é doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atualmente é professora associada do Instituto de Letras e docente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC). Coordena o Grupo de Estudos Escrita e Práticas Culturais (GEEPCult).

História das práticas filológicas, linguísticas e socioculturais da escrita: diferentes perspectivas é uma coletânea que apresenta diversos trabalhos de professores e pesquisadores brasileiros de vários estados que vêm desenvolvendo projetos e pesquisas com temas de abordagem ampla relativos às áreas de Filologia, Linguística Histórica e História da Cultura Escrita. O livro tem como público-alvo docentes, pesquisadores, discentes das áreas de Letras, Linguística e História e demais interessados pela temática desenvolvida na coletânea. O livro promove uma discussão que tem em comum a escrita, considerando um diálogo interdisciplinar entre a Filologia, a Paleografia, a História, a Linguística Histórica e a História da Educação, a fim de analisar os usos filológicos, históricos, linguísticos e culturais da escrita nas sociedades históricas.



PPGLinC
Programa de Pós-Graduação
em Língua e Cultura



ISBN 978-65-5630-551-6



9 786556 305516